

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**



**REALIZADA DIA 27 DE ABRIL DO ANO DE 2007
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
BRAGANÇA**

SIGLAS

€	Euro
A4	Auto-Estrada 4
ACISB	Associação Comercial Industrial e Serviços de Bragança
ADSE	Protecção Social aos Funcionários Públicos e Agentes da Administração Pública
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ATMAD	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro
BE	Bloco de Esquerda
CCRN	Comissão de Coordenação da Região Norte
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
CDU	Coligação Democrática Unitária
CMB	Câmara Municipal de Bragança
DGTT	Direcção Geral de Transportes Terrestres
DREN/CEB	Direcção Regional de Educação do Norte
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ETA	Estação de Tratamento de Águas
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
IEP	Instituto de Estadados de Portugal
IEP	Instituto de Estradas de Portugal
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IP2	Itinerário Principal n.º 2
IP4	Itinerário Principal n.º 4
IP5	Itinerário Principal n.º 5
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IPJ	Instituto Português da Juventude
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRS	Imposto Rendimento Singular
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
KM	Kilómetro
MFA	Movimento das Forças Armadas
NERBA	Núcleo Empresarial Região de Bragança
PAM	Plano Actividades Municipal
PDM	Plano Director Municipal
PERSU	Plano Estratégico Resíduos Sólidos Urbanos
PIB	Produto Interno Bruto
PNM	Parque Natural de Montesinho
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PT	Portugal Telecom
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
QUERQUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Rede Eléctrica Nacional
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAP`s	Serviços de Atendimento Permanente
STUB	Serviço de Transportes Urbanos de Bragança
WEB	Rede de Alcance Mundial

Segunda sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 27 de Abril, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança -----

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	452
MANDATOS: - MEMBROS	
A – Assembleia Municipal: JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS	
Partido Socialista: Lídia Gomes Valinho; Luís Carlos Magalhães Pires; Luís Manuel Silvestre; António Rodrigues Vieira; Henrique da Costa Ferreira;	5
Membros convocados: Manuel Gonçalo Esteves; Maria de Fátima Gonçalves Esteves; Francisco Manuel Esteves Marcos; Fernando Manuel Teixeira Rodrigues; Aquiles do Carmo Pereira	5
Partido Social Democrata: José Joaquim Meireles Salgueiro; José Alberto Moutinho Moreno; José Miguel G. Miranda; Maria Sampaio da Veiga; Francisco António Alves; Martina Isabel Veiga Dias.....	5
Membros Convocados: Luís Manuel Ferro Azevedo; Rui António Neves Simão; Manuel Ferreira Azevedo Maia; Maria Eugénia C. Barreira Afonso; Maria do Amparo Mendes Alves; Francisco Carolino Paulo	5
INSTALAÇÃO:	
Partido Social Democrata: Rui António Neves Simão; Manuel Ferreira Azevedo Maia; Francisco Carolino Paulo; Maria do Amparo Mendes Alves	6
Partido Socialista: -Aquiles do Carmo Pereira ; Fernando Manuel Teixeira Rodrigues	6
MOÇÕES	
- “ Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural: Um compromisso comum ”	68
- “Licenciamento de Projectos de Loteamento;	20
- “Auto-estrada Bragança/Amarante”;	16
- “1.º de Maio”;	21
- “Ligação aérea Bragança/Vila Real/Lisboa”;	8,13
- “Serviços do Ministério das Agricultura, Desenvolvimento Regional e das Pescas”.....	80
Proposta de Recomendação – “Apoio ao Senhor Presidente da Câmara”.....	23
Voto de Pesar e Louvor – Eng.º José Luís Pinheiro.....	29
Proposta de Lista - Eleição de 4 representantes da AM na CPCJB	325
QUORUM - Segunda Sessão Ordinária – 27 de Abril de 2007.....	5
INTERVALO PARA ALMOÇO.....	74
ORDEM DE TRABALHOS	
1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da 1.ª sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2007.....	7
2 – PÚBLICO - Período de intervenção.....	7
3 – Período de Antes da Ordem do Dia	8
4 – Período da Ordem do Dia:	35
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município.	35
4.2 – Discussão e Deliberação sobre as seguintes Propostas da Câmara Municipal de Bragança:...	85
4.2.1 – Documentos de prestação de Contas relativo ao Ano de 2006;	85
4.2.2 – Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais;	321
4.2.3 – Proposta de Declaração de Interesse Municipal do depósito das terras sobranes da escavação do traçado do IP4 – E82 – Ponte Internacional de Quintanilha e Acessos, nos terrenos da Confraria de Nossa Senhora da Ribeira;.....	328
4.3 – Eleição de 4 Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Bragança (alínea I do Art.º 17 da Lei 147/99 de 1 de Setembro, as Comissões Alargadas das CPCJ são compostas por “quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal (...) de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens”.....	335
4.4 – Tomada de Conhecimento e Discussão, propostas pela Câmara Municipal de Bragança:.....	
4.4.1- Estudo e Promoção da Rede de Transportes Públicos no Concelho de Bragança;.....	343
4.4.2- Empresa de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A; realização de entradas de capital –	444

interpeleção – ofício 003 – ADM-07.....

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Helder Rodrigues	14,17
Lídio Correia	21,27,34,334
Luís Afonso	73
Paulo João	35,73
Vitor Pereira	17,83

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	23,26
Amílcar Pires	441
Bruno Veloso	31,68,70
Carlos Cadavez	76,77
Eduardo Malhão	8,10,12,304
Filipe Caldas	72
Helder Rodrigues	32
João Ortega	18
Júlio de Carvalho	28,33,71,452
Lídio Correia	15,31,332,336
Luís Afonso	69,78
Luís Costa	74,316
Luís Fernandes	11
Luís Vale	21,317,337,442
Martinho do Nascimento	310
Presidente da Câmara	35,60,277,318,327,330,333,424,443,448,451
Presidente da Mesa	7,9,10,11,12,14,16,20,21,22,25,2627,31,32,33,34,35,54,67,69,70,71,72,73,74,76,77,81,82,83,84,277,304,308,309,313,316,317,318,321,327,330,331,333,334,335,336,337,338,339,340,343,424,440,441,442,443,448,449,450,451,452
Primeiro Secretário da Mesa	340,341,343
Rui Correia	338,339
Vitor Pereira	11,25,82,84,313,337

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Amílcar Pires	54
Domingos Seca	441
Filipe Caldas	58
Lídio Correia	10,26,81,449
Luís Costa	57,308,
Luís Fernandes	55,330
Luís Vale	58
Vitor Pereira	9,450

DEFESA DA HONRA

Nome	Página (s)
Lídio Correia	339

.....**Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete**, realizou-se no auditório «**Paulo Quintela**» de **Bragança**, a **segunda sessão ordinária** da Assembleia Municipal, com início às 9h30m e fim às 19h00, na qual participaram **noventa e dois membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:



.....**QUORUM** - Verificada a existência de quórum – noventa e cinco membros - deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos:

.....**EXPEDIENTE:** (**Alínea n**), **n.º. 1 artigo 46º. A da lei n.º. 5-A/2002 de 11 de Janeiro**).
.....A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia.....

.....**A – Assembleia Municipal:**.....

.....**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**.....

.....**PS:** Lídia Gomes Valinho; Luís Carlos Magalhães Pires; Luís Manuel Silvestre; António Rodrigues Vieira e Henrique da Costa Ferreira.

.....**PSD :** José Joaquim Meireles Salgueiro; José Alberto Moutinho Moreno; José Miguel G. Miranda; Maria Sampaio da Veiga; Francisco António Alves e Martina Isabel veiga Dias.

.....**MEMBROS CONVOCADOS – SUBSTITUIÇÕES: PS** - Manuel Gonçalo Esteves; Maria de Fátima Gonçalves Esteves, Francisco Manuel Esteves Marcos, Fernando Manuel Teixeira Rodrigues, Aquiles do Carmo Pereira.....

.....**PSD** – Luís Manuel ferro Azevedo; Rui António Neves Simão, Manuel ferreira Azevedo Maia, Maria Eugénia C. Barreira Afonso; Maria do Amparo Mendes Alves e Francisco Carolino Paulo.

.....**INSTALAÇÕES:**

.....**RUI ANTÓNIO NEVES SIMÃO** - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 26/10/64, filho de Manuel António Simão e de Maria Augusta Neves, natural de Angola e residente na Freguesia de Izeda, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 8431589, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança, em 11/02/2003, cartão de eleitor nº. ,e cartão de contribuinte nº. 176791442.

.....**MANUEL FERREIRA AZEVEDO MAIA** - - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 06/04/1952, filho de Américo Pereira da Silva Maia e de Arminda Pereira de Azevedo, natural de Arcos – Vila do Conde, e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 2851098, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança, em 05/12/2005, cartão de eleitor nº. 7175 emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia da Sé, em 31/05/1985 e cartão de contribuinte nº. 142580341.

.....**FRANCISCO CAROLINO PAULO** - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 01/08/1956, filho de Germano Simão Paulo e de , Arminda Augusta Diogo, natural da Freguesia de Vilarinho dos Galegos, Município de Mogadouro, e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº.3604512, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança, em 25/05/1999, cartão de eleitor nº. ,e cartão de contribuinte nº. 142727997.

.....**MARIA DO AMPARO MENDES ALVES**- Eleita pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 05/10/1952, filha de Américo Augusto Mendes e de Carmen dos Santos Costa, natural da Freguesia de Rebordelo, Município de Vinhais, e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 3580328, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança, em 24/07/2001, cartão de eleitor nº. 14 611, emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia da Sé, em 2/05/1997, e cartão de contribuinte nº. 156622920.....

.....**AQUILES DO CARMO PEREIRA** - Eleito pela lista do Partido Socialista, nascido em 17/11/1943, filho de Adriano do Carmo Pereira e de Irene da Conceição Carvalho, natural da Freguesia da Sé, Município de Bragança, e residente na Freguesia de S. Pedro de Serracenos, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 998864, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança, em 29/04/1998, cartão de eleitor nº.408, emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia de S. Pedro de Serracenos, em 30/05/1996 e cartão de contribuinte nº. 126286680.

.....**FERNANDO MANUEL TEIXEIRA RODRIGUES** - Eleito pela lista do Partido Socialista, nascido em 28/08/1962, filho de Alfredo Augusto Rodrigues e de Isabel Maria Teixeira, natural e residente na Freguesia de Alfaião, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 5825104, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança, em 29/08/2002, cartão de eleitor nº.309, emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia de Alfaião, em 23/05/1989 e cartão de contribuinte nº. 178107050.

.....**Presidente da Mesa** - Senhores membros da Assembleia, muito bom dia a todos.
.....Temos quórum par iniciar os nossos trabalhos, eu lembrava aos Senhores membros da Assembleia que porventura se tenham esquecido de assinar aquelas folhinhas de presença, na entrada, façam o favor de as assinarem, porque elas são, nos termos actualmente em vigor pelo Regimento, a assinatura delas dentro dos períodos estabelecidos, condição necessária para que possa ser autorizado o pagamento das senhas de presença.
.....Dando início aos nossos trabalhos.

.....**1 – ACTA** – Foi presente e posta a discussão **a acta da primeira sessão ordinária realizada em 26 de Fevereiro de 2007**, dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.

.....Dando inicio aos nossos trabalhos, vamos por à aprovação a acta que foi distribuída da última reunião. Eu pergunto se algum dos senhores membros da Assembleia tem alguma observação à acta?

.....**Não tendo havido discussão foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, estando momentaneamente sessenta e sete membros presentes.**.....

.....**2 – PÚBLICO – 1º- PERÍODO DE INTERVENÇÃO.**

.....Pergunto se há alguma inscrição para intervenção do público?

.....Não sendo o caso, está também encerrado este ponto.

.....Senhoras e Senhores membros da Assembleia.

.....No passado dia 3 de Março, faleceu o Senhor Engenheiro José Luís Gomes Pinheiro.....

..... O Eng.º José Luís Gomes Pinheiro serviu este Concelho durante quatro mandatos como Presidente da Câmara, dedicou os melhores anos da sua vida ao Serviço público, e foi uma personalidade marcante pela positiva, de quem os Bragançanos se orgulham.

..... Por isso, antes de entrarmos no Período de Antes da Ordem do Dia, a Mesa pede aos Senhores membros da Assembleia, que em sinal de respeito guardemos um minuto de silêncio.....

.....NESTE PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS, FEZ-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO PELA MEMÓRIA DO FALECIDO ENGENHEIRO JOSÉ LUÍS GOMES PINHEIRO.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Esta forma de abrir os trabalhos, obviamente que em nada prejudica outras manifestações ou iniciativas sobre este triste acontecimento, que possa haver, e que com certeza haverá a seu tempo. Muito obrigado.....

.....Vamos entrar no.....

.....3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

.....Vamos abrir inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia.

.....Senhor membro da Assembleia Eduardo Malhão, faz favor.

.....**Eduardo Malhão** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima Senhora Secretária e Senhor Secretário da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereador, Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores membros desta Assembleia, Excelentíssimas Senhoras Presidentes de Junta de Freguesia, caros amigos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, minhas Senhoras e meus Senhores.

.....O Grupo Municipal do PSD consciente da importância que a ligação aérea Bragança/Vila Real/Lisboa, assume no contexto do desenvolvimento económico e social da Região, no momento em que surgem notícias preocupantes, que apontam no sentido da deterioração do Serviço, cabendo aí algumas responsabilidades ao Governo, entende oportuno apresentar a moção que passo a ler.

“MOÇÃO

LIGAÇÃO ÁEREA BRAGANÇA-VILA REAL-LISBOA

Considerando que:

.....A ligação área Bragança-Vila Real-Lisboa foi criada em 1988 com o objectivo de combater o isolamento da região, ajudando desta forma a minorar os custos da interioridade e da falta de acessibilidades que permitam uma ligação rápida e segura ao litoral, pagando o

Governo à empresa concessionária uma compensação pelos resultados negativos de exploração gerados pela prestação do serviço;

.....O Governo atribuiu por concurso público realizado em 2003 a concessão da referida ligação à Empresa Aerocondor, nas condições definidas no respectivo Caderno de Encargos e que deveriam ser cumpridas quer pelo concorrente vencedor quer pelo próprio Estado na parte que respeita ao pagamento atempado da compensação contratualizada;

.....A empresa Aerocondor tem vindo ultimamente a reduzir unilateralmente o número de voos, havendo passageiros que ficaram em terra resultado do cancelamento dos voos à última hora, o que obviamente acarreta graves prejuízos à região e de uma forma muito particular às pessoas directamente lesadas;.....

.....A Verificação crescente e nefasta da degradação das condições daquele serviço e a existência de dúvidas e incertezas quanto à sua regularidade, surgem numa altura em que a empresa Aerocondor enfrenta uma grave crise financeira provocada em parte pelo atraso de cerca de um ano do pagamento das participações por parte do Governo;

.....Nestes termos,

.....A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 27 de Abril de 2007, perante uma situação que afecta gravemente os interesses da região, deliberou reclamar junto das entidades competentes na matéria, nomeadamente do Senhor Ministro dos Transportes e das Obras Públicas o cumprimento das obrigações do Governo no sentido da criação de condições para a normalização e regularidade das ligações aéreas Bragança-Vila Real-Lisboa.

.....Bragança, 26 de Abril de 2007

.....a) O Grupo Municipal do PSD”

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção.

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, tem a palavra desde já.

.....**Vítor Pereira** – Muito bom dia. Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Executivo, caros Deputados Municipais, Comunicação Social ainda não vi... mas desde já fica saudada.

.....Bom, eu só queria fazer uma pergunta muito simples, e queria perguntar aqui ao Malhão, quais são os elementos concretos que tem, que dizem que o Governo deve cerca de um ano, segundo as suas afirmações, se fez algum requerimento ao Governo, quais são as informações que tem?

.....Nós não sabemos de nada.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, tem a palavra.

.....**Lídio Correia** – Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Senhores membros da Assembleia, bom dia.

.....Eu era uma pergunta muito parecida com a do Vítor, e tendo muito pouco a ver com aquilo que o Vítor pensa acerca dessas coisas, mas, a minha questão é a seguinte: se bem percebi a responsabilidade destas questões é só do Governo, pelo menos é aquilo que está ali escrito, eu queria saber se por parte da Aerocondor não há qualquer responsabilidade também, e da mesma forma tal como o Vítor queria saber, que dados é que tem, por um lado, para saber quais as responsabilidades do Governo, e por outro lado também para saber quais são as responsabilidades da Aerocondor.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Tem agora a palavra o Senhor membro Eduardo Malhão para responder. Faça favor.....

.....**Eduardo Malhão** – Eu penso que estas informações são do conhecimento de todos, e têm sido vinculadas ultimamente diversas notícias nesse sentido, para além de outros elementos baseei-me também numa expressão do Director Comercial da Empresa – Fernando Lopes, que a um Jornal, fala na primeira pessoa, e diz claramente que o Governo não paga há quase um ano, tenho aqui o recorte do jornal, posso-lhe distribuir essa informação, e depois também, o próprio Senhor Governador Civil fez algumas diligências nesse sentido junto do Governo, uma prova evidente também que... ..

.....

.....**Eduardo Malhão** - Bem, tenho aqui a notícia, posso distribuí-la e também, já agora, o testemunho de alguns passageiros que ficaram em terra há última da hora, e ainda um mail que me foi enviado pelo NERBA no sentido também de comprovar que há aqui algumas restrições operacionais da empresa, as quais, para além de outras coisas, são motivadas em parte, pelo atraso no pagamento da comparticipação do Estado.....

..... Eu na minha moção não digo que a responsabilidade cabe em exclusivo ao Governo, cabe uma quota parte ao Governo, é o que diz a moção, e também a moção não é no sentido de culpabilizar o Governo, mas no sentido de responsabilizar o Governo para poder junto da empresa fazer diligências, no sentido de a empresa cumprir o contrato relativo à concessão e às regras constantes do caderno de encargos. Vai nesse sentido, penso que isso é, enfim, o interesse político que está em causa, e não pretendo de forma alguma atacar o Governo porque o Governo também naturalmente que não é só o responsável exclusivo pelas dificuldades financeiras da empresa.

..... Contudo, se acharem que há aqui alguma coisa menos correcta, eu estou receptivo e o Grupo Municipal do PSD, em conjunto convosco, a otimizar esta moção no sentido de colher o vosso apoio e de que ela tenha algum eco junto das entidades competentes.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Vamos abrir então inscrições para se pronunciarem sobre esta moção.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Filipe Fernandes tem a palavra.

.....**Luís Fernandes** – Muito bom dia a todos.

.....Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Senhores Presidentes de Junta e caros amigos.

.....Em relação a esta situação, não há dúvida que é uma preocupação para todos nós a questão do transporte aéreo, quando começava efectivamente a incutir-se, quer nas instituições, quer no tecido empresarial, este meio de transporte que não há dúvida que é muito importante para toda a região. E é uma preocupação para todos nós quando um serviço que estava a funcionar bem, derrepente começa a ter alguns problemas, e assistimos efectivamente a algumas reclamações nesse sentido, cancelamento de voos à última hora, e uma série de situações anormais.

.....Agora em relação a querer aqui imputar responsabilidades ao Governo, parece-me que vamos um bocadinho além do que na realidade, a meu ver, está a razão. Porque a informação que eu tenho, é que os pagamentos - e o Senhor Presidente da Câmara está aqui, não sei se tem esse conhecimento - à empresa, são feitos em duas tranches semestrais, a última está cumprida. É lógico que o pagamento está atrasado, porque a próxima tranche acho que é agora que cumpre em Maio, portanto o Governo não está atrasado nos pagamentos. O Governo só a partir do fim de Maio é que estará atrasado no pagamento. Portanto não podemos, nesta fase, imputar ao Governo essa responsabilidade, porque está a cumprir. E o Senhor Governador Civil, se bem repararam, veio a terreno, o NERBA veio a terreno, outras Instituições vieram a terreno para a normalização por parte da empresa, do serviço, porque quem está efectivamente a não cumprir o contrato é a empresa, de maneira que dá-me a ideia que nessa moção se pode aligeirar o texto e onde se fala nas responsabilidades do Governo não as imputar, porque neste momento a informação que eu tenho é a de que não é responsabilidade do Governo.

.....**Presidente da Mesa** - Há mais inscrições para intervenções?

.....**Vítor Pereira** - É só dizer e acrescentar ao que o Luís Filipe disse, que efectivamente se aligeirarem o texto, como disse o Luís Filipe e muito bem, e se não imputarem, como está bem patente ali naquela moção as responsabilidades ao Governo, que neste momento não tem

responsabilidades absolutamente nenhuma - toda a gente sabe que a Aerocondor passa por uma crise terrível em termos orçamentais e em termos de organização, em termos estruturais, etc, etc, - e como tal não vale a pena estarmos agora a imputar as culpas a quem não as tem. Se vocês aligeirarem isso, nós com todo o à vontade e com todo o prazer, digamos assim, como diz o Luís, votamos a favor, porque nós também queremos a Aerocondor em Bragança, é evidente.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Eduardo Malhão. Faça o favor.

.....**Eduardo Malhão** – Tal como referi há momentos, obviamente que estamos interessados em concertar juntamente com os outros Partidos aqui presentes, nomeadamente o Partido Socialista, esta moção, no sentido de colher o apoio de todos. E se me permitem, na parte que diz: ...deliberou reclamar junto das entidades competentes na matéria, nomeadamente do Senhor Ministro dos Transportes e das Obras Públicas...” em vez “do cumprimento das obrigações do Governo” iríamos reclamar a “*intervenção*” do Governo no sentido da normalização e regularidade das ligações aéreas Bragança-Vila Real-Lisboa.....

.....Não sei se isto satisfaz.....

.....

.....**Eduardo Malhão** - Querem que leia?

.....É só aqui um ponto que fala no Governo, eu ia ler o último ponto, ou querem que leia tudo? Tudo?

.....Considerando que:.....

.....A ligação área Bragança-Vila Real-Lisboa foi criada em 1988 com o objectivo de combater o isolamento da região, ajudando desta forma a minorar os custos da interioridade e da falta de acessibilidades que permitam uma ligação rápida e segura ao litoral, pagando o Governo à empresa concessionária uma compensação pelos resultados negativos de exploração gerados pela prestação do serviço;

.....O Governo atribuiu por concurso público realizado em 2003 a concessão da referida ligação à Empresa Aerocondor, nas condições definidas no respectivo Caderno de Encargos e que deveriam ser cumpridas quer pelo concorrente vencedor quer pelo próprio Estado na parte que respeita ao pagamento atempado da compensação contratualizada;

.....A empresa Aerocondor tem vindo ultimamente a reduzir unilateralmente o número de voos, havendo passageiros que ficaram em terra resultado do cancelamento dos voos à última hora, o que obviamente acarreta graves prejuízos à região e de uma forma muito particular às pessoas directamente lesadas;.....

.....A Verificação crescente e nefasta da degradação das condições daquele serviço e a existência de dúvidas e incertezas quanto à sua regularidade, surgem numa altura em que a empresa Aerocondor enfrenta uma grave crise financeira, provocada em parte pelo atraso de cerca de um ano do pagamento das participações por parte do Governo.

.....*Querem retirar esta última parte?* Então ficará: *Aerocondor enfrenta uma grave crise financeira. Irei cortar: “provocada em parte pelo atraso de cerca de um ano do pagamento das participações por parte do Governo”.* Quanto ao resto penso que está bem.

.....**O Texto da Moção, para aprovação, será o seguinte:**.....

MOÇÃO

LIGAÇÃO ÁEREA BRAGANÇA-VILA REAL-LISBOA

.....Considerando que:.....

.....A ligação área Bragança-Vila Real-Lisboa foi criada em 1988 com o objectivo de combater o isolamento da região, ajudando desta forma a minorar os custos da interioridade e da falta de acessibilidades que permitam uma ligação rápida e segura ao litoral, pagando o Governo à empresa concessionária uma compensação pelos resultados negativos de exploração gerados pela prestação do serviço;

.....O Governo atribuiu por concurso público realizado em 2003 a concessão da referida ligação à Empresa Aerocondor, nas condições definidas no respectivo Caderno de Encargos e que deveriam ser cumpridas quer pelo concorrente vencedor quer pelo próprio Estado na parte que respeita ao pagamento atempado da compensação contratualizada;

.....A empresa Aerocondor tem vindo ultimamente a reduzir unilateralmente o número de voos, havendo passageiros que ficaram em terra resultado do cancelamento dos voos à última hora, o que obviamente acarreta graves prejuízos à região e de uma forma muito particular às pessoas directamente lesadas;.....

.....A Verificação crescente e nefasta da degradação das condições daquele serviço e a existência de dúvidas e incertezas quanto à sua regularidade, surgem numa altura em que a empresa Aerocondor enfrenta uma grave crise financeira.

.....Nestes termos,

.....A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 27 de Abril de 2007, perante uma situação que afecta gravemente os interesses da região, deliberou reclamar junto das entidades competentes na matéria, nomeadamente do Senhor Ministro dos Transportes e das Obras Públicas a intervenção do Governo no sentido da normalização e regularidade das ligações aéreas Bragança-Vila Real-Lisboa.

.....Bragança, 26 de Abril de 2007

.....O Grupo Municipal do PSD

.....**Presidente da Mesa** – Vamos então por esta moção à votação.

.....**Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com oitenta votos a favor, zero abstenções e um voto contra, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado. Será dela dado conhecimento ao Senhor Ministro das Obras públicas, tal como consta na própria Moção.

.....Para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia, dou a palavra ao Senhor membro da Assembleia Lídio Correia.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Declarações de voto, sim senhor. Tem toda a razão, eu peço desculpa.

.....Faça o favor de fazer a sua declaração de voto contra.....

.....**Hélder Rodrigues** – Muito bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas.

.....É assim, eu votei contra, nunca podia votar esta proposta a favor. Porque tenho a firme certeza de que o Senhor Governador Civil e o nosso Primeiro Ministro o Eng.^o Sócrates não dormem. Leiam as notícias.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, tem a palavra.

.....**Lídio Correia** – Eu tinha apenas e só uma moção muito simples para apresentar, aqui, hoje, mas quando vinha para aqui, vinha a ouvir notícias e isso suscitou-me, tenho que dizer mais alguma coisa, do que aquilo que trazia para dizer.....

.....Já cansa, já começa a ser qualquer coisa, que já não entendo bem o que é que é, a nossa passividade, a forma como este Distrito se vai mantendo impávido e sereno vendo o encerrar. Hoje, parece que a partir das dez da noite encerram as urgências, o que quer que seja, e não me venham explicar tecnicamente o que é que são urgências... eu sei isso tudo, sei o que são urgências, sei o que são essas coisas todas, e portanto dispenso perfeitamente as explicações técnicas sobre isso, o que não dispenso de facto é a necessidade que as pessoas têm de se sentirem minimamente protegidas.....

..... E como não dispenso e me revolta, e acho que nos deveria revoltar a todos, que nos vão retirando cada vez mais coisas, que poderiam facilitar de alguma forma pelo menos a permanência, já não digo a vinda de alguém para o Distrito, mas pelo menos a permanência das pessoas no Distrito.....

.....Porque efectivamente quando se não tem saúde, quando se não tem escolas, quando se não tem qualquer outras infra-estruturas, efectivamente as pessoas não vão vir para aqui e portanto, plenamente de acordo com aquilo que a ANMP aprovou e quero referir que foi por unanimidade, unanimidade, em que se diz por exemplo, e eu leio só isto porque penso que as pessoas não terão lido eventualmente, que diz:

“Verificando que o conjunto dos problemas decorrentes destas medidas de encerramento do interior abrangem uma vastíssima área de mais de $\frac{3}{4}$ do território nacional...”, eu penso que ainda ninguém se apercebeu claramente o que é que representam estas medidas avulsas que todos os dias nos são anunciadas. Eu acho que estaremos quase que a caminhar para o suicídio, sem sequer nos apercebermos disso, sem se quer darmos por ela, e passivamente. ...

.....Os nossos Autarcas, cobardemente, desculpem o termo, cobardemente, aceitam pacificamente a chantagem absolutamente intolerável de um Ministro da Saúde, as chantagens dos Ministros e Secretários de Estado que por aqui passam, e ficam impávidos e dizem, “senão retiram-nos tudo”. Então demitam-se! Demitam-se pura e simplesmente e se calhar as coisas funcionam de uma outra forma, ou isto é só uma questão de poder? A mim francamente, acho que a nossa situação começa a ser de alguma forma, já não sei como chamar-lhe, mas acho que colectivamente nós estamos mortos, e acho que adormecemos, pronto, manda quem pode, obedece quem deve, eu acho que nem no tempo do Salazar nós tão pacificamente aceitávamos as questões como estamos a aceitar hoje em dia.....

.....A moção que eu tinha aqui para vos apresentar, tem que ver com acessibilidades, tem que ver com o facto de também a este nível as promessas do Governo e as vindas do Senhor Primeiro Ministro acompanhado de Ministros e Secretários de Estado a prometer que o Plano Rodoviário nacional avançaria, o IP2 de Vale Bem feito a Ponte de Sôr até já esteve em concurso público, depois foi anulado, nada daquilo que nos foi prometido está a ser

conseguido, decididamente e até de uma forma ilegal o PS acabou com o Plano Rodoviário Nacional, porque não o levou à Assembleia da República, e disse que o IP2 que não ia para a Sanábria, e que não podia fazer-se a ligação à Espanha isto é ilegal, porque isto consta do Plano Rodoviário nacional, portanto teria que ser aprovado pela Assembleia da República, mas a verdade é que, penso que pelo menos acho que é altura de nós pelo menos fazermos alguma coisa e dizermos alguma coisa. E por isso eu digo que nós da CDU apresentamos a seguinte:

.....**Lídio Correia – Apresentou, por escrito, a seguinte**

“MOÇÃO

.....Considerando a proximidade de Bragança a Espanha e ao centro da Europa;

.....Considerando que a Ponte Internacional de Quintanilha se encontra em avançado estado de construção;.....

.....Considerando que, com excepção do Distrito de Bragança, todo o interior norte do País nomeadamente o Distrito de Vila Real, se encontra ligado por auto-estrada ao litoral e aos grandes centros;.....

.....Considerando que Bragança é o único distrito sem um quilómetro de auto-estrada;.....

.....Considerando que a ligação rápida e eficaz a Espanha e à Europa é um factor estruturante para quebrar o isolamento e promover o desenvolvimento do distrito. A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 27/04/07 decide:

.....**Exigir do Governo que o troço da auto-estrada Bragança-Amarante, tenha o seu início em Quintanilha e o lançamento e começo das obras se faça rapidamente.**

.....Bragança, 27 de Abril de 2007

.....Os eleitos da CDU

.....a) Lídio Correia e Luís Costa”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia Lídio Correia.

.....Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção.

.....Não há inscrições.....

.....Inscrições para intervenções sobre esta moção.....

.....Também não há inscrições, vamos por a moção à votação.

.....**Não tendo havido discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e nove votos a favor, um voto contra e onze abstenções, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....
.....Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Espinhosela, tem mais uma vez a palavra para uma declaração de voto.....

.....**Hélder Rodrigues** – De novo, Senhor Presidente da Mesa, Senhores membros, Senhor Presidente da Câmara.
.....Eu terei que votar sempre contra porquê? O Senhor Primeiro Ministro foi bem claro, quando começava a auto-estrada ele disse, agora que mais me dá a mim que comece em Quintanilha, que comece lá em baixo não sei aonde? O importante é que ele a vai fazer, por isso não acho bem esta moção, e principalmente que o Partido Socialista se abstivesse, devia ter votado contra.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, pede a palavra para que fim? Peço, desculpa, diga-me para que fim.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Não se inscreveu... Mas atendendo ao final desta intervenção, eu dou-lhe a palavra, mas devia-se ter inscrito para fazer a declaração de voto antes.....
.....Todos nos enganamos.....

.....**Vítor Pereira** – É evidente que isto, como dizem cá nas nossas terras, é preso por se ter cão e por não se ter cão... quer dizer, se as obras começam a andar, se a Ponte de Quintanilha, como diz a moção e muito bem, aliás eu quando estava a ouvir a moção fiquei um bocado espantado, que a Ponte de Quintanilha está a andar em bom ritmo, fiquei admirado, muito bem, ainda bem que reconhece, quer dizer, se as coisas andam, é porque andam, se as coisas não andam, é porque não andam.....

..... Toda a gente sabe que o túnel do Marão está em fase de concurso de adjudicação, toda a gente sabe que este troço Bragança Amarante, o estudo de Impacto Ambiental está praticamente terminado, agora é evidente que o Governo é o Governo, e o Governo manda neste País, e como manda, se começa em Quintanilha ou se começa em Amarante, para nós é-nos indiferente, e como diz o Hélder e muito bem, eu quero é a auto-estrada construída.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia João Ortega, tem a palavra se faz favor.

.....**João Ortega** - Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, caros Membros da Assembleia, muito bom dia a todos.....

.....Na Assembleia anterior apresentei algumas reflexões e propostas para o espaço do Centro Histórico de Bragança, hoje proponho-me reflectir sobre a Cidade recente, sem pretender abordá-la na sua globalidade, já que como ficou provado na sessão anterior o tempo é escasso, referindo-me apenas a dois ou três pontos concretos, já que muito provavelmente a própria complexidade da cidade permite apenas abordagens parciais e não uma abordagem global.

.....A ideia de Cidade que defendo é a de um lugar de informalidade, o planeamento total da cidade é claro para alguns autores da actualidade não produz uma cidade habitável, ao contrário de outras formas mais populares e orgânicas de construir no espaço urbano. A partir de 1984 por força do Decreto-Lei 400/84, o crescimento do espaço urbano fica condicionado ao talhanamento do território pelos projectos de loteamento, quando promovidos pelos privados, ou pelos Planos de Pormenor promovidos pelas Autarquias, nomeadamente quando aplicados a espaços de múltiplos proprietários.

.....Na ausência quase total de Planos de Pormenor na nossa Região, o espaço urbano tem sido desenhado pelo acumular de pequenos, ou menos pequenos, projectos de loteamento a que quase sempre tem faltado a linha que estabelece a base coerente entre eles.

.....Mantendo-se em vigor o famigerado Decreto-Lei 73/73 que estabelece as qualificações dos técnicos habilitados, a subscrever projectos e dirigir obras, o mesmo tem sido igualmente aplicado aos autores dos projectos de loteamento.

.....Se em relação à qualidade dos Projectos de Arquitectura a realidade está aí para nos confrontar com as virtudes da Lei, em relação aos projectos de loteamento, a situação é tanto mais grave quando são condicionadores de tudo o que pode ser desenvolvido à posteriori.

.....Ora se a própria Lei contém em si um dos problemas mais graves no que à Cidade diz respeito, a rigidez e a falta de flexibilidade, a sua utilização tem forçado a parte rígida da Lei, não aproveitando aquilo em que ela ainda deixa margem para essa flexibilidade.

..... A principal rigidez da Lei, passa pelo seu carácter ad-eterno, quando o conceito de loteamento no nosso país tem pouco mais de vinte anos, o que a longo prazo tornará a cidade ingovernável, ou conduzirá ao seu declínio e morte pela incapacidade de evolução, principal característica da cidade.

.....Quanto à sua má utilização, vou apenas referir quatro exemplos.

.....Apesar de a Lei conter uma figura que se chama polígono de implantação, a generalidade dos loteamentos do Concelho faz coincidir esse polígono com a área de implantação.

..... Ora, o primeiro deveria ser um espaço mais vasto, dentro do qual o projecto de arquitectura poderia ser desenvolvido, enquanto que o segundo é um mero valor quantitativo que não deverá ser excedido.

.....Esta norma, se aplicada nas três dimensões que o edifício sempre comporta, leva-nos a outro indicador que igualmente não tem sido aplicado, que é o de volumetria e área bruta de construção.

.....Os loteamentos que temos, propõem um rectângulo como área de implantação, multiplicado por um número determinado de pisos, a que, algumas vezes se acrescenta o sótão, porque o projecto de loteamento vai ao ponto de indicar o tipo de cobertura, e muitas vezes a própria forma da cobertura a duas águas.....

..... O Resultado deste tipo de loteamentos temo-los espalhados pela cidade que construímos nos últimos vinte anos, caixotes paralelepípedicos por toda a cidade, em que, a única margem para a criatividade resulta de uma invenção, que não sei se é nossa, mas tem sido massivamente aplicada no nosso Município a que chamo o “efeito das calças arregaçadas”.

..... Se olharmos com o mínimo de atenção, temos construído uma cidade em que os edifícios estão ao contrário, ainda que o nosso desenvolvimento técnico actual nos permita construir praticamente tudo e de todas as formas, manda o bom senso, se pretendermos o equilíbrio de um corpo, que o mesmo seja mais largo na base do que no topo.

..... O que temos construído, caracteriza-se exactamente pelo contrário, uma base mais estreita, que se alarga nos pisos superiores, dez, quinze, vinte por cento, de acordo com o Regulamento do Loteamento.

..... A verdade é que a Câmara Municipal tem retirado deste esquema benefícios económicos óbvios, ao taxar em cinco vezes as consolas, esse espaço que se alarga no primeiro piso, relativamente à área de implantação que será a do rés do chão, comportando-se desta forma como verdadeira especuladora fundiária, já que como é patente para todos, esta situação não tem contribuído para a qualidade do espaço construído, quer sobre o ponto de vista estético, em que o edifício mais estreito na base do que nos pisos superiores dá esse efeito a que chamo das “calças arregaçadas”, quer particularmente no que diz respeito às garagens, onde, pela escassa largura da base dos edifícios, elas são praticamente inviáveis.....

..... Se formos aos loteamentos recentes, a largura da base é de tal forma estreita que é fácil explicar porque é que as garagens são impraticáveis.

..... Falando de garagens, o mesmo acontece relativamente a uma norma do actual PDM, que obriga a que as mesmas sejam fracções autónomas, quando todas as regras do bom senso aconselhariam exactamente o contrário, que as mesmas deveriam ser parte integrante dos fogos, evitando a venda a não residentes.....

..... Desta forma, diminuir-se-iam os conflitos no interior dos edifícios e sabemos que os novos condomínios não funcionam bem. Mais uma vez o Município retira daqui dividendos, que na minha opinião são ilegítimos, já que a garagem, isoladamente, é sempre sujeita a SISA, no seu tempo, ou actualmente ao IMI, o que não aconteceria necessariamente se integrada no fogo.

.....Em face do exposto, e para não gastar mais tempo, propomos então a seguinte:

.....**Apresentou, por escrito, a seguinte**.....

“MOÇÃO

.....- A Câmara Municipal de Bragança deverá promover o licenciamento de projectos de loteamento, por forma que os mesmos venham a possibilitar o desenvolvimento harmonioso, humano e evolutivo do tecido urbano, ao contrário do que acontece actualmente, em que são os principais responsáveis pelo espaço monótono, descaracterizado e sem qualidade, que temos vindo a construir.

.....- A Câmara Municipal de Bragança deverá fomentar o princípio de que os edifícios sejam genericamente mais largos na base do que no topo.

.....- A Câmara Municipal de Bragança deverá rever o artigo do PDM actual, que obriga a que as garagens sejam fracções autónomas, devendo as mesmas ser parte integrante dos fogos.

.....Bragança, 27 de Abril de 2007

.....a) João Baptista Ortega”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Comunicava ao Senhor membro da Assembleia João Ortega que, embora se tenha esforçado para ser conciso, esgotou o seu tempo, de maneira que não sei como é que vai responder às perguntas que houver.

.....Vamos abrir inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção.

.....Não há nenhuma inscrição.....

.....Inscrições para intervenções sobre esta moção?

.....Também não há.

.....Vamos por a moção à votação.

.....**Não tendo havido discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Declarações de voto?

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, desde já pode fazer a sua declaração de voto.....

.....**Lídio Correia** – Votamos a favor desta moção, concordamos, é óbvio, com ela, mas com a consciência de que nada disto será viável ou terá qualquer eficácia, se não for devidamente enquadrada por aquilo que já reivindicamos há muito tempo, que é um Plano de Urbanização e os respectivos Planos de Pormenor.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra para intervir.

.....**Luís Vale** – Senhor Presidente da Mesa, membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, senhor Vereador, membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, Comunicação Social, público, bom dia a todos.

.....Bem perto de duas datas simbolicamente importantes para o País, o 25 de Abril em que estivemos todos aqui a comemorar mais uma passagem dessa data, e perto também de um outro dia por demais importante, que é o primeiro de Maio, trago-vos uma moção relativamente a essa data.

“MOÇÃO

1 ° de Maio

.....1. Considerando o congresso realizado em Paris em 1889, onde o Dia Mundial do Trabalho foi criado, em homenagem à luta de milhares de trabalhadores dos Estados Unidos da América, sujeitos a violenta repressão policial durante a realização, três anos antes, de uma greve geral no centro industrial de Chicago, por melhores condições de trabalho e na luta pelas oito horas de trabalho diárias;.....

.....2.Sabendo-se que em Portugal este feriado simbólico foi estabelecido em 1889, primeiro ano em que participou numa reunião operária internacional, estando suspenso durante a vigência do Estado Novo, tendo sido restaurado com a revolução de Abril de 1974;.....

.....3. Atendendo a que no próximo dia 1 de Maio se comemora o 33 ° Aniversário do Dia Internacional do Trabalhador em Liberdade, data que corresponde à inequívoca consolidação da Revolução de Abril;

.....4. Reconhecendo as vitórias consagradas como direitos fundamentais na Constituição da República, tais como o acesso universal ao trabalho, o direito de greve, à livre contratação colectiva, contra a insegurança e a instabilidade; assim como as conquistas alcançadas, como

a liberdade sindical, a institucionalização do salário mínimo nacional, a generalização do 13º mês, das pensões de reforma e dos subsídios de férias e de desemprego;

.....6. Entendendo que Portugal tem vindo a sofrer um profundo agravamento da taxa de desemprego, acompanhado da generalização de desregulações e precariedades no trabalho, correspondentes a uma redução de salários e perda de direitos individuais e colectivos;.....

.....7. Considerando que as medidas assumidas nos últimos anos constituem retrocessos nos direitos, nomeadamente o projecto neoliberal da flexisegurança, o livro verde da União Europeia e o livro branco, intrinsecamente associados à revisão do Código de Trabalho, cujas consequências assumem proporções conflagradoras, das quais se salientam a precariedade laboral e as assimetrias sociais;

.....**O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Bragança, na sua reunião ordinária de 27 de Abril de 2007 decida:**

.....1. Congratular-se com a passagem dos 33 anos do 1º. de Maio em Liberdade e saudar todos os trabalhadores do Município de Bragança, assim como os Sindicatos representativos destes trabalhadores;.....

.....2. Repudiar qualquer acção que viole os princípios consagrados no espírito do 1º. de Maio;

.....3. Solidarizar-se com todas as iniciativas cidadãs que promovam os direitos fundamentais conquistados no 1º. de Maio, apelando à participação dos cidadãos de Bragança nos actos comemorativos do Dia Internacional do Trabalhador.....

.....4. Enviar a presente moção às Delegações Regionais dos diferentes sindicatos existentes no concelho de Bragança, assim como à CGTP e UGT.....

.....O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.....
.....Bragança, 27 de Abril de 2007”.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vamos fazer inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção.....

.....Não há inscrições.....

.....Vamos abrir o período de inscrições para intervenções sobre esta moção.....

.....Também não há inscrições.....

.....Vamos por esta moção à votação.

.....**Não tendo havido discussão foi a mesma Moção submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes**.....

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

.....Não há declarações de voto desta vez.....

.....Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Amândio Gomes, tem a palavra.....

.....**Amândio Gomes** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores membros da assembleia Municipal, Excelentíssima Comunicação Social.....

.....**Apresentou, por escrito, a seguinte**

“Proposta de Recomendação

.....Durante a Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril de 1974, o Senhor Presidente da Câmara referiu aqui que a cidade de Bragança experimentou uma evolução económica positiva no pós 25 de Abril.

.....Contudo, soube reconhecer que o nosso desenvolvimento, bem como o dos concelhos vizinhos, poderia ter sido muito superior se "oportunidades idênticas às que foram atribuídas à generalidade do país, nos tivessem sido dadas".....

.....Teve a coragem de atribuir ao Poder Central a responsabilidade que se vive no interior Norte de Portugal, a qual já atingiu um nível demasiado preocupante, que a passos largos nos conduz “para uma situação de inviabilidade económica e social”, mercê da imposição de “um modelo de desenvolvimento que agrava os problemas ambientais e sociais do litoral”, afecta gravemente as condições de vida do Homem Nordestino e conduz inexoravelmente à desertificação de uma parcela muito significativa do território nacional”.....

.....Depois de tecer diversas considerações, devidamente fundamentadas acerca desta matéria, terminou o seu discurso prontificando-se a percorrer “o nosso caminho sem tibiezas, incitando cada um de nós a dar o seu melhor na convergência dos interesses essenciais da nossa terra para rapidamente nos aproximarmos dos níveis médios da Europa”.

.....Será difícil, Senhor Presidente, cumprir este desígnio se o Governo do país teimar em continuar a ignorar a nossa vontade e os nossos direitos.....

-----Na mesma linha de preocupações, também o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, em reunião de 20 do corrente mês, depois de ponderar os inúmeros e graves

prejuízos a que milhões de cidadãos residentes no interior do território nacional estão sujeitos contra a sua vontade, decidiu:

----- I - “Alertar a população de todo o país para que, com as medidas avulsas e desarticuladas que vêm sendo tomadas pelos diversos Ministérios, Institutos e Serviços da Administração Central estão a ser criadas condições para o último passo do abandono do interior do território pelas populações que ainda resistem nas suas vilas e aldeias”.....

.....2 -“Exigir do Governo que se auto - coordene... para que sejam travadas e corrigidas as acções desarticuladas a que temos assistido...(e que se traduzem no encerramento sistemático de Serviços de Urgência e de atendimento permanente de saúde, Postos da GNR e PSP, Tribunais, Escolas, Transportes Públicos ferroviários e rodoviários, Correios, Serviços de Electricidade, etc...) a fim de evitar que a "política de factos consumados no terreno"... contrarie o sentido de equilíbrio, equidade e coesão territorial para que aponta o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT),já aprovado pelo Governo, *mas ainda não em vigor*, que desautoriza este conjunto de medidas avulsas".....

.....Atendendo à credibilidade deste prestigiado Parceiro Social, penso eu que a posição por ele assumida poderá ter o mérito de quebrar o ímpeto reformista de um Governo que se diz empenhado no combate às assimetrias regionais e às enormes desigualdades vividas no interior do país, mas que sistematicamente esquece as suas promessas, não parando de anunciar febrilmente medidas aos montões, sem curar de saber se são justas ou injustas as consequências que delas resultam para a vida de milhões de cidadãos que tiveram o azar de ter nascido em terras ditas do demo.....

.....Para que estes alertas produzam alguns efeitos, precisam de ser secundados por outras vozes persistentemente incomodativas, que conduzam à substituição imediata daqueles assessores que há dezenas de anos persistem em impingir aos nossos Governantes modelos de planeamento copiados de outros Países que nada têm a ver com a nossa realidade social, por outros que aportem maior inovação nesta matéria e que estejam interessados na preservação dos seres humanos que parecem estar condenados a viver nesta triste e vil pobreza.....

.....Pedindo desculpa por ter vindo aqui lembrar aquilo que V.^{as} Ex.^{as} não são capazes de esquecer porque também vos afecta e afecta os cidadãos que vos elegeram, e sobretudo porque as linhas de orientação transmitidas pela ANMP estão certas e as questões focadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança têm uma razão forte de ser, porque actuais e pertinentes, proponho que seja aprovada uma recomendação no sentido de incentivar o Senhor Presidente da Câmara a defender as questões acima referidas, porque ele está certo e tem o apoio claro e inequívoco desta Assembleia Municipal.

.....O deputado do PSD,
.....a) Amândio Gomes”.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Entendi, e pelo que ouvi, que termina esta intervenção... ..

.....**Presidente da Mesa** – Peço desculpa?

.....**Presidente da Mesa** – Se me permitir, diz aqui: “...proponho que seja aprovada uma recomendação no sentido de incentivar o Senhor Presidente da Câmara a defender as questões acima referidas, porque ele está certo e tem o apoio claro e inequívoco desta Assembleia Municipal.”

.....Portanto, propõe, a proposta é que seja aprovada uma recomendação no sentido de incentivar o Senhor Presidente da Câmara a defender as questões acima referidas.

.....Inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta proposta de recomendação?

.....Não há.....

.....Pedidos de intervenções sobre esta matéria?

.....Está-se a inscrever o Senhor membro da Assembleias Vítor Pereira?

.....Faça favor.

.....**Vítor Pereira** – Bom, eu não entendo muito bem o que é que o Senhor deputado pretende com esta recomendação... está-lhe a fazer uma cópia ao Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Câmara depois retira cópia, ou a redacção? Não estou a perceber muito bem, eu acho que o Senhor Presidente da Câmara, e por muito respeito que todos nós temos por ele, que é o nosso Presidente da Câmara, não precisa que lhe façam redacções... quer dizer, porque é passar-lhe um atestado... eu não queria dizer aqui, quer dizer, menos próprio, e portanto eu não entendo muito bem este tipo de intervenção. Sinceramente não percebo. Até porque o Senhor Presidente da Câmara no diálogo que tem, e no entendimento que tem nas relações com o Governo, há-de ter um comportamento próprio e um tratamento adequado, o mais adequado penso eu, nos assuntos a tratar com o Governo Central, penso eu, e não pode o Senhor Presidente de Câmara ficar refém de alguém que o pretende chantagear... penso eu! Porque senão, sob pena, de futuramente o Senhor Presidente de Câmara ter que se penitenciar perante os seus correligionários políticos, porque são do mesmo Partido, é evidente, o PSD, aqui nesta assembleia.

.....Porque imaginemos que o Senhor Presidente de Câmara, com um Ministério qualquer tem um outro tipo qualquer de comportamento não adequado a esta missiva que é aqui apresentada? Como é que fica o Senhor Presidente de Câmara?

..... Ainda bem que já está ali a Comunicação Social.....
.....Porque senão isto poderia ser problemático para as diligências e para o tratamento político, que se trata de política, que o Senhor Presidente de Câmara tem com os diversos Ministérios e com os membros do Governo.
.....Eu acho muito bem que pensem nisto duas vezes, penso eu.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Amândio Gomes tem a palavra para responder.
.....Dr. Amândio, o Senhor Lídio Correia queria também pedir um esclarecimento, não se importa pois não?
.....Eu peço que assinalem em tempo oportuno, se fazem favor.....

.....**Lídio Correia** – Peço desculpa Senhor Presidente, tem toda a razão, deveria em tempo oportuno ter levantado o braço, não o fiz.
.....Eu, mais que um esclarecimento, eu queria constatar um facto, ou seja, aquilo que o Dr. Amândio aqui trouxe, tanto quanto me pareceu, transcreveu aquilo que é a resolução da ANMP, que foi aprovada essa resolução por unanimidade, o que significa que também a Câmara de Bragança aprovou aquilo que está aí. O que significa portanto que esta recomendação de que o Senhor Presidente da Câmara continue a fazer aquilo que fez na ANMP, enfim, poderá ter alguma eficácia, mas na realidade ele já o fez. Nós não temos qualquer dúvida em votar esta questão e recomendar o Senhor Presidente da Câmara para que faça tudo o que for possível para que se acabe com este estado de coisas, eu já o disse aqui na minha primeira intervenção. Não me esqueço porém, também, e folgo que o PSD de facto venha neste momento reivindicar todas estas questões, mas eu não me esqueço também, é óbvio, de que durante estes trinta anos mais de metade deles foram da responsabilidade exactamente do PSD, foram da responsabilidade inclusive das mesmas pessoas que ainda hoje são dirigentes do PSD, foram da responsabilidade de pessoas que foram Ministros e que hoje reivindicam aquilo que nunca fizeram! Ainda bem que acordaram, mas é bom que tenhamos memória.....
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Amândio Gomes, tem a palavra.....

.....**Amândio Gomes** – Eu queria dar dois esclarecimentos. O primeiro sobre as palavras do Senhor deputado do Partido Socialista, que não interpretou correctamente aquilo que eu disse. Não pretendemos chantagear ninguém, porque o Senhor referiu-se a essa questão, não queremos chantagear o Senhor Presidente da Câmara. Queremos apenas reforçar a sua

posição, a posição por ele já assumida, e queremos que ele saiba que não está sozinho, que tem o apoio de toda a Assembleia Municipal de Bragança. Esse é o nosso sentido desta recomendação.....

.....Relativamente aquilo que o Senhor deputado Lídio Correia disse, devo-lhe dizer que eu aqui também não isentei os Governos anteriores ao actual, na medida em que digo a determinado momento que o Governo tem que se libertar daqueles assessores que há dezenas de anos vêm impingindo modelos de planeamento que não são os mais correctos.....

..... Portanto, não estou a isentar ninguém, e devo-lhe dizer que no dia 6 de Janeiro de 1989, eu fui de facto uma voz tão incomodativa numa reunião que houve com o Senhor Ministro do Planeamento de então, que, levou à perda das eleições em Miranda do Douro. De maneira que, não estou a isentar ninguém e reconheço quem tem ou não tem responsabilidade, mas também sei que caminho tem que ser invertido e é bom que todos façamos o necessário para que tal aconteça.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Terminadas as intervenções vamos então votar esta proposta. No fundo é uma proposta de apoio à actuação que nestas matérias o Presidente da Câmara tem tido, e manifestando o apoio desta Assembleia a essa actuação. Vamos fazer então a votação desta proposta.....

.....

.....**Presidente da Mesa** – Eu volto a ler o que está aqui: “...que seja aprovada uma recomendação no sentido de incentivar o Senhor Presidente da Câmara a defender as questões acima referidas, porque ele está certo e tem o apoio claro e inequívoco desta Assembleia Municipal.” É o que está aqui escrito.....

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta de recomendação submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com setenta e um voto a favor, dez votos contra e zero abstenções.....**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

.....Lídio Correia, tem a palavra.....

.....**Lídio Correia** – A CDU votou a favor desta recomendação, entendendo-a como um apoio àquilo que foi decidido pela ANMP, e é nesse sentido que o Senhor Presidente da Câmara tem todo o apoio da CDU.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Mais declarações de voto?

.....Está encerrado Ester ponto.

.....Senhor membro da Assembleia, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, Paulo Xavier. .

.....Prescinde.

.....Senhoras e senhores membros da Assembleia, entrou na Mesa um voto de pesar e louvor em circunstância do falecimento do Senhor Engenheiro José Luís Gomes Pinheiro, de que são proponentes os Senhores membros da Assembleia Júlio de Carvalho, Adérito Lhano, Amândio Gomes, Machado Rodrigues e Hélder Martins.

.....Eu peço ao primeiro subscritor para vir fazer a apresentação deste voto.

.....**Júlio de Carvalho** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssima Senhora Vereadora, caros deputados e amigos.

.....Eu talvez não fosse a pessoa mais indicada para apresentar esta proposta de pesar e de louvor, porque fui membro da Câmara Municipal numa campanha eleitoral contra o Engenheiro José Luís Pinheiro, muitas vezes estive em desacordo com ele, e eu acho que isto é a coisa mais salutar da Democracia, ao contrário do que muitos pensam que é uma ofensa, e vim falar muitas vezes em claustrofobia democrática ou ataques à democracia, eu acho que isso sempre existiu, essa concepção é que nos move, é que nos mobiliza e é que nos dignifica.

.....Quando nós estivermos todos adormecidos e que a democracia em Portugal é um exemplo da democracia utópica que nós desejamos, aqui estamos mal. Portanto nunca censurei, nunca virei as costas àqueles de quem discordo. E por isso convivi, consegui conviver muitos anos, quer na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, quer na qualidade de membro da oposição no Executivo, quer ainda como Governador Civil quando tivemos de enfrentar em algumas situações complexas, muitas vezes estivemos em desacordo, mas sempre nos respeitamos. Sempre nos toleramos, e sempre nos admiramos mutuamente...

..... E por isso eu entendo que é meu dever, como cidadão, manifestar algum protesto, alguma indignação, perante aquilo que aconteceu no dia 2 de Março quando faleceu o Engenheiro José Luís Pinheiro.

..... E tive o cuidado de por alguém que trabalha comigo a ver os jornais da terra, e Senhores membros da Comunicação Social, confesso que fiquei triste com a nossa Comunicação Social.....

..... O Senhor Engenheiro José Luís Pinheiro foi presidente da Câmara quinze anos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, viveu, como vamos dizê-lo na moção, momentos difíceis, momentos de muita luta e de muita dificuldade, de muita escassez de meios. No entanto a sua obra ficou. E aquilo que mais admiro na democracia é precisamente a obra que fica, é a obra que fica. E será ingratidão da nossa parte esquecermos aqueles que lutaram pela nossa terra. Eu gosto muito deste exercício da democracia, e sei quanto sofri

durante alguns anos em que me afastei destas lides democráticas, e permitam-me que vos refira um aspecto importante enfim, da vida literária, mundial.

..... Nós temos uma palavra de que nós nos orgulhamos e da qual dizemos que não há palavra mais expressiva no mundo de que o nosso termo, do que o nosso vocábulo saudade. Eu gosto mais de um vocábulo francês, e gosto muito dos poetas franceses, e gosto muito de um Poeta chamado Lacordaire, que tem um dos poemas mais belos que eu conheço na minha vida, e agora permitam-me que eu faça um exercício de memória a ver se consigo reproduzi-lo, e que é:.....

..... **LE SOUVENIR**.....

..... *C`est la présence dans L`absence*

..... *C`est la parole dans le silence*

..... *C`est de retour sans fin*.....

..... *D`un bonheur passe*.....

..... *Auquel le coeur donne l`immortalité*

..... O que é o Souvenir? É precisamente a presença na ausência. É a palavra no silêncio, é o retorno sem fim de uma felicidade ao qual o coração dá ou immortaliza.

.....Creio que é a melhor homenagem que eu posso expressar ao Engenheiro José Luís Pinheiro que faleceu no dia 2 de Março deste corrente mês, e é a primeira Assembleia que temos. E por isso, permitam-me que apresente como primeiro subscritor desta moção, o seguinte:

“ Voto de Pesar e Louvor

.....Em 2 de Março do corrente ano, faleceu, nesta Cidade de Bragança, o Eng.º José Luís Pinheiro, cujo “Curriculum”, não obstante sobejamente conhecido de todos, é merecedor de realce:.....

.....- Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Bragança entre 10 de Janeiro de 1975 a 13 de Janeiro de 1977;.....

.....- Integrando as listas do PPD, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Bragança para o mandato de 10 de Janeiro de 1977 a 17 de Janeiro de 1980;.....

.....- Integrando as listas do PPD, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Bragança para o mandato de 18 de Janeiro de 1980 a 13 de Janeiro de 1983;.....

.....- Integrando as listas do CDS, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Bragança para o mandato de 14 de Janeiro de 1983 a 31 de Dezembro de 1986;

.....- Integrando as listas do CDS, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Bragança para o mandato de 1 de Janeiro de 1986 a 7 de Janeiro de 1990.

.....Considerando que, durante 15 anos, o Eng.º José Luís Pinheiro se dedicou, denodadamente, a servir os interesses do Concelho de Bragança;

.....Considerando a sua acção visível, em período conturbado e de escassez de meios e recursos, em vários sectores da vida do Concelho, nomeadamente na qualificação urbana, no ambiente, nas acessibilidades e transportes urbanos, na área social, na educação, na cultura, no desporto, na instalação da actual sede do Município, na elaboração e aprovação do Projecto do Alto Sabor;.....

.....Considerando os relevantes serviços prestados pelo Eng.º José Luís Pinheiro nas suas intervenções no Concelho Distrital de Bragança, na Comissão Especializada de Infra-Estruturas e Ambiente da Associação Nacional de Municípios e na Comissão Consultiva do Plano Energético Nacional, de que foi membro;.....

.....Considerando que a sua acção em prol do Concelho e o seu nome não podem, nem devem, ser esquecidos, antes merecendo o público reconhecimento do povo de Bragança;.....

.....Considerando que o falecimento do Eng.º José Luís Pinheiro, pelo que fez, e pelo que era, é motivo de geral tristeza, mágoa e consternação,

.....**PROPOMOS:**

.....1. Um voto de pesar pelo seu falecimento;.....

.....2. Um voto de reconhecimento e louvor póstumos pela obra notável que levou a cabo no Concelho de Bragança na qualidade de Presidente da Câmara;.....

.....3. Que, uma vez aprovados estes votos, deles se dê conhecimento à população do Concelho e aos seus directos familiares.....

.....Bragança, 27 de Abril de 2007

.....Os proponentes: Júlio Carvalho; Adérito Lhano ;Luís Machado Rodrigues; Hélder Martins; António Jorge Nunes; Paulo João; Acúrcio Pereira; Carlos Cadavez; João Ortega; José Baltazar; Paulo Xavier; Fernando Paula; Domingos Seca; Domingos Santos; José Lourenço Rodrigues; João Fernandes, Maria Elisa Vilela.”

.....Eu não tive tempo, já estava a ver que ia ter falta, para pedir a outros membros da Mesa, que trabalharam com o Engenheiro José Luís Pinheiro, que quiserem subscrever esta moção, não está vedada. Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara quis assinar, eu já cheguei tarde, não dei também, sei que o Senhor presidente de Junta de Espinhosela também assinou, subscreveu, creio que foi o Engenheiro Moura dos Santos, não tive tempo de lhe dar, mas nem o vi, e portanto quem quiser subscrever, eu não queria que esta moção fosse só minha, que fosse de um colectivo, que acho que deve manifestar a sua gratidão para quem trabalha. A ingratidão é terrível, e nós não podemos ser ingratos a quem lutou pelo nosso Concelho.

.....Muito obrigado.

.....(Aplausos)

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....De acordo com o desejo dos proponentes que já assinaram este voto, fica à disposição para quem quiser subscrevê-lo, também subscrever.
.....Perguntava se há pedidos de intervenção?.....
.....Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, faça o favor.
.....Está também inscrito o Senhor Lídio Correia.

.....**Bruno Veloso** – Bom dia a todos.
.....Como devem entender, eu quase que andava de fraldas quando o Eng.º José Luís Pinheiro era Presidente de Câmara, mas de facto aquilo que aqui é vertido nesta moção, e muito bem, é de facto de um homem, que teve de facto uma visão de futuro, e que teve uma visão de futuro com algumas obras que eu considero estruturais e estruturantes ainda hoje na nossa cidade.
.....Desde logo, foi uma personalidade que em muito contribuiu para a criação de habitação social, aliás senão mesmo o único Presidente de Câmara que o fez.
.....Tem depois a responsabilidade de ter conseguido que tenhamos hoje a circundar Bragança, toda a IP4. A questão da água, a questão toda ela muito polémica da Avenida Sá Carneiro, que com todos os seus defeitos se veio ao longo dos tempos implementando e tornando a grande via estrutural da cidade de Bragança.
.....E não querendo ferir susceptibilidades, deixem-me que aqui vos deixe também um desejo meu, é que, eu sei que aquilo que vou dizer pode ferir de alguma forma, mas não é essa a minha intenção, a minha intenção é efectivamente dar o reconhecimento a quem o tem, e acho que deveríamos repensar, Senhor Presidente de Câmara e caros membros da Assembleias Municipal, de facto que essa via estruturante da nossa cidade passasse a ter também o nome do Engenheiro José Luís Pinheiro.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, tem a palavra.
.....Faz favor.

.....**Lídio Correia** – Relativamente a este voto de pesar, é óbvio que eu pessoalmente e a CDU, é óbvio que o subscrevemos inteiramente. Devo dizer que sou contemporâneo do José Luís Pinheiro no Liceu, ele dois anos mais velho do que eu,, fomos amigos, e portanto não posso de forma alguma deixar de reconhecer todas as qualidades humanas, de trabalho, etc., do José Luís, é óbvio.
.....Ao nível do seu trabalho autárquico há que reconhecê-lo, tem um grande trabalho na cidade, mas tem o trabalho próprio da época em que o José Luís foi eleito, ou seja, eu quero

que as minhas sejam muitíssimo bem entendidas. Nós não nos podemos esquecer que quando o José Luís foi eleito, nós vivíamos, podemos quase dizê-lo, na idade média. Nós não nos podemos esquecer de que vivíamos numa época em que as casas, aliás as aldeias não tinham ruas, não tinham luz, não tinham água. A minha aldeia fica a 10 kms de Bragança e teve água já com o José Luís Pinheiro, já em 1980 quase, portanto não nos podemos esquecer disso, ou seja, isto para dizer que obviamente quem quer que fosse tinha que fazer trabalho, tinha que fazer aquilo que era impossível viver como nós vivíamos.....

..... Há questões que o José Luís teve uma visão efectivamente grande para esta cidade, já algumas delas aqui foram enumeradas. Para mim, a mais importante de todas, para mim, foi a visão que teve quando comprou a Quinta de Santa Apolónia e quando nela instalou e fez com que se instalasse, primeiro a Escola Superior Agrária e mais tarde o IPB. É para mim, efectivamente, a grande obra que esta terra deve ao José Luís Pinheiro.

..... No entanto, e eu subscreveria aquilo que ali está com ambas as mãos, como amigo do José Luís Pinheiro. Como Representante da CDU, quando ali está escrito que foi a obra notável do José Luís Pinheiro, eu isso não posso subscrever enquanto representante da CDU. Porque efectivamente as obras são notáveis de acordo com a visão de cada um de nós e não é pelo facto das pessoas terem falecido, que as obras poderão ser ou não mais notáveis.

..... Repito, para mim a grande obra do José Luís é o IPB, é obviamente Montesinho, são obras de facto estruturantes, ele tinha e teve uma visão para esta terra, mas própria do tempo, e por isso eu digo, retiremos as grandes coisas de notáveis e eu assino até com duas mãos aquilo, até porque presto em nome pessoal e em nome da CDU presto a minha homenagem e digo HONRA AO JOSÉ LUÍS PINHEIRO.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Presidente de Junta da Freguesia de Espinhosela, faça o favor.....

.....**Hélder Rodrigues** – De novo muito bom dia a todos, Senhor Presidente da Câmara, Mesa, caros colegas.

.....É assim, eu trabalhei com o José Luís Pinheiro, não sei se está aqui algum autarca que trabalhasse com ele, trabalhei como tesoureiro da Junta de Freguesia e Presidente da Assembleia de Freguesia, e tenho várias peripécias com ele.....

..... Primeiro - O Gabinete dele era aqui, neste edifício era o Gabinete do Senhor Presidente. Depois é que mudou para lá para cima, e uma das grandes obras que ele deixou, para mim, foi o meio rural. Penso que 70 a 80% do mio rural foi calcetado por ele, naquelas casas do povo que tínhamos, velhas, que hoje estão recuperadas, foi ele que nos pôs a luz. Mais, uma vez tínhamos um parreiral quando mandou dia 6 fazer a caixa para os arruamentos em Terroso, e estávamos os dois descuidados, e vem uma senhora com um vareiro, e disse: “ó Presidente

vem aquela senhora...” A Senhora depois acalmou-se por seu lado e ele pisca-lhe o olho ao do caterpila, quando se foi a dar por ela estava tudo cá em baixo.
.....Era um homem, que eu vinha à Câmara, que passava um papelinho qualquer... dez manilhas, e já naquela altura havia quem pusesse à frente um zero, em vez de dez, cem.
.....Bom, como digo, lembro-me de muitas coisas, por exemplo de uma manifestação quando foi do matadouro, lembro-me das grandes obras de Sá Carneiro, do Alto Sabor, etc, mas para mim a grande obra, ele nunca esqueceu o meio rural e isso é fundamental também. .
.....Queria dizer mais uma coisa, e de certeza de que há aqui pessoas que se lembram do MFA. Na altura o Governador Civil, não sei o nome dele, que era de Vila Nova, a água em Terroso só chegava à entrada da aldeia, já estava a captação feita, e ele disse, Hélder vamos para a frente, eu ponho-te aqui o MFA, tens que juntar a Junta da Aldeia e tudo a trabalhar, e assim foi, tocou-se a Concelho, o Senhor Presidente da Câmara foi lá na altura, o falecido, e toda a gente trabalhou.
..... Depois deu-se um problema, as águas eram de Fontes, e houve uma epidemia, com a febre tifóide, que vieram muitas pessoas aqui para o hospital de Bragança.
..... Então, o que é que aconteceu, na altura dois ou três helicópteros iam ali aquele Centro de Festas de Santa Rita, e há um boato que dizia que tinha vindo de propósito a Bragança a Câmara com um helicóptero buscar uma torneira. Veio na Comunicação Social. Falso, eu estava dentro do assunto.
.....E portanto eu conheci-o muito bem, eu deixo aqui os meus pêsames à família, aos amigos também, e por último queria dizer, a Comunicação Social é muito boa para o mal, não para o bem. É notícia quando chega às aldeias que a água não é potável ou que não sei quantos, ou que não sei que mais, mas de facto lamento que a Comunicação Social se esquecesse deste homem, que nada vem nos jornais, nada vem na Comunicação Social, um homem que desenvolveu a cidade, um homem que deixou obra e agora? E nós, não somos Presidentes das Juntas? Não temos obra? Amanhã ou passado vamos embora para outro lado, que alguém se lembre? É a realidade. Por isso chamo uma vez mais a atenção da Comunicação Social, que não vão à Freguesia de Espinhosela quando é para o mal, porque para o bem não vão.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, tem a palavra para uma segunda intervenção, ainda tem tempo, mas pedia-lhe para ser breve.....

.....**Júlio de Carvalho** – É muito Rápido. Em relação à proposta do Senhor Lídio.
.....Senhor Lídio, eu quando faço uma proposta, posso fazê-la à noite, e a correr, mas normalmente faço-as bem... O que está aqui dito, o que está escrito é aquilo que exprime tudo e nada é esquecido.

.....O Problema do Instituto Politécnico, a versão não é correcta, a sua versão, investigue-a, não é correcta. O Problema do Instituto de Santa Apolónia acontece num outro contexto, portanto o que está aqui não é para alterar. O que nós fizemos aqui é qualificação urbana, quando falamos em qualificação, antes tivemos a preocupação de focar a cidade, as aldeias, o Concelho todo, e depois em todos os sectores e optamos, nomeadamente, aqueles dois eventos, que por acaso vêm descritos numa edição da Câmara Municipal sobre os Presidentes da Câmara, e são os dois que vêm citados nesse livro, e portanto, não é limitação, não é restringido, não é considerado, são nomeadamente estes, a instalação da nova Sede do Município e aprovação do Projecto do Alto sabor. Portanto, o que está aqui é para ser submetido à aprovação, quem quiser votar a favor vota, quem quiser votar contra vota. Não aceito qualquer alteração a esta proposta.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia vamos votar esta proposta, que eu me permito, só na parte do que se vai votar, portanto do que está proposto, repetir:

.....1. *Um voto de pesar pelo seu falecimento;*.....

.....2. *Um voto de reconhecimento e louvor póstumos pela obra notável que levou a cabo no Concelho de Bragança na qualidade de Presidente da Câmara;*.....

.....3. *Que, uma vez aprovados estes votos, deles se dê conhecimento à população do Concelho e aos seus directos familiares*.....

.....**Após análise e discussão foi ao mesmo voto de pesar e louvor submetido a votação tendo sido aprovado, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Declarações de voto?

.....Senhor membro Lídio Correia, faça o favor.....

.....Tal como consta do Ponto 3 do Voto, a Assembleia Municipal tomará as posições para que seja dada publicidade a ele na imprensa local.

.....Muito obrigado.

.....**Lídio Correia** – A CDU votou favoravelmente esta moção, votamos favoravelmente um voto de pesar sentido, pessoal e politicamente, votamos favoravelmente a segunda parte da moção, com a consciência e com a convicção de que o Eng.º José Luís Pinheiro deixou para o Concelho uma obra importante, muito importante, que não uma obra notável.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia, Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, tem a palavra.....

.....Eu pedia para as inscrições para declarações de voto serem feitas na altura em que são pedidas.

.....Faça o favor.

.....**Paulo Hermenegildo** – Tem toda a razão Senhor Presidente.....

.....Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara.....

..... Só poderíamos efectivamente votar a favor desta moção. Eu tive a sorte de ultimamente conviver mais com o Senhor Engenheiro José Luís Pinheiro, pois ele tem uma casa na minha Freguesia, e posso-vos dizer que me confidenciou coisas, na altura, durante os mandatos que ele fez, que foram extremamente difíceis. Ele chegou ao ponto de nem sequer ter viaturas na Câmara para ir visitar algumas obras que trazia em movimento em algumas aldeias, isto dito por ele a mim, indo de boleia com amigos e vindo de boleia com amigos. Isto é de facto notável e é reflexo de um homem que foi trabalhador, empenhado na causa que ele sempre defendeu.

.....Eu próprio também lhe quero prestar uma homenagem na minha Freguesia, na próxima Assembleia de Freguesia irei propor o sentido também de lhe prestar uma homenagem digna que ele merece da minha Freguesia, e enfim, mais tarde se for aprovado, e suponho que sim, alterado o nome de um largo da Freguesia de Rabal.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vamos entrar no ponto.....

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.-----

.....Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.....

.....**Presidente da Câmara** – Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público presente, Comunicação Social.....

.....Vou fazer uma breve síntese sobre o Estado e Vida do Município, documento distribuído aos Senhores deputados, Senhores Presidentes de Junta e farei uma abordagem aos aspectos que me parecem essenciais a título de síntese.

.....Seguidamente se transcreve o discurso apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e previamente distribuído pelos membros:

.....**ESTADO E VIDA DO MUNICIPIO**.....

..... *Os esclarecimentos adicionais prestados pelo Senhor Presidente da Câmara encontram-se transcritos a itálico*

.....Conforme o previsto na alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 26 de Fevereiro de 2007, até à presente data.

.....1 - Assuntos tratados para deliberação ou conhecimento da Assembleia Municipal.

.....1.1 – Documento de prestação de contas relativo ao ano de 2006 (para aprovação);

.....1.2 - Quarta Modificação – Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal (para aprovação);

.....1.3 - Proposta de Reconhecimento de Interesse Municipal do depósito das terras sobrantes da escavação do traçado do IP4 – E82 – Ponte Internacional de Quintanilha e acessos, nos terrenos da Confraria de Nossa Senhora da Ribeira (para aprovação);

.....1.4 - Estudo e Promoção da Rede de Transportes Públicos no Concelho de Bragança (para conhecimento);

.....1.5 - Empresa de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., relativo à realização de entradas de capital – Interpelação – Ofício 003-Adm-07 (para conhecimento).

.....**Principais deliberações e acções realizadas no âmbito da gestão do plano de actividades e orçamento:**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 – DIVISÃO FINANCEIRA

1.1.1..Secção de Contabilidade e Sector da Tesouraria

No âmbito destas unidades, destacam-se como assuntos de maior relevância:

Execução do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento e comparação com o ano de 2006 – a receita cobrada elevou-se a 7.171.488,83€ (+14,70%) representando uma execução de 18,8% relativamente ao valor orçamentado. Do total recebido, as receitas correntes atingiram

4.691.743,93€ (+2,86%) e as receitas de capital contribuíram com 37,51% do total dos recebimentos. Os pagamentos foram de 6.947.039,56€ (+16,42%). A despesa de capital foi de 2.946.185,84€ (+20,64%), enquanto que a despesa corrente atingiu o montante de 4.000.853,72€ (+13,51%). De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram no mês de Março de 2007 uma execução financeira de 13,2%, orientadas principalmente para as funções sociais, no valor de 1.990.932 euros, sendo provenientes de pagamentos do PPI em 1.785.108 euros e decorrentes do PAM em 205.824 euros.

.....Analisando individualmente a sua estrutura verificamos: O Plano Plurianual de Investimentos atingiu em final do mês de Março de 2007 uma execução de 13,2%, relativamente ao valor previsto anual. Relativamente à aplicação destas despesas de investimento no valor de 2.909.940 euros, verifica-se um investimento claro nas funções sociais com 1.785.108 euros, destacando-se nesta área a canalização para acções na área da habitação e serviços colectivos com 1.236.758 euros. O Plano de Actividades Municipal, atingiu em final de Março o valor 215.824 euros e uma execução de 13,9%. Tal como no Plano Plurianual de Investimentos, as funções sociais foram as que absorveram maior fatia de recursos, verificando-se pagamentos no valor de 205.824 euros, canalizados de forma mais significativa para os serviços culturais, recreativos e religiosos com 109.511 euros.

.....Verifica-se que em Março de 2007 comparativamente a Janeiro de 2006 - Em termos financeiros: as Receitas Fiscais diminuíram, em valor absoluto, 92.823 euros; as Receitas Próprias de Funcionamento cresceram, em valor absoluto, 230.149 euros; a Autonomia Financeira do Município aumentou, em valor absoluto, 228.564 euros; a Saúde Financeira da Autarquia cresceu 2 pontos percentuais. - Em termos de estrutura: a Poupança da Autarquia decresceu 12 pontos percentuais; as Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital diminuíram, em valor absoluto, 348.263 euros; os Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes decresceram 5%; os Custos com Pessoal sobre Despesas Totais decresceram 3,50%.

.....Ao nível de subsídios para Associações e IPSS e Comissões Fabriqueiras, foram efectuadas transferências no valor de 253.231,90€, para as Juntas de Freguesia foram efectuadas transferências no valor de 168.980,60€.

.....Ao nível de subsídios para Associações foram autorizadas transferências no valor de 100.478,53€, dos quais 15.000,00€ se reportam ao apoio concedido à ACISB para a realização da Feira das Cantarinhas e XXI Feira do Artesanato; Rotary Clube de Bragança 5.000,00€, para apoio à execução do plano de actividades 2006/2007; Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa 6.235,00€ relativo ao apoio para o concurso nacional da Raça Mirandesa; Tuna Feminina Universitária de Bragança, 250,00€ para apoiar a realização do II Festival de Tunas Femininas de Bragança; Clube Académico de Bragança, 6.500,00€, para despesas diversas de manutenção dos equipamentos desportivos; Centro Social e Paroquial

de Baçal 25.000€, para aquisição de equipamento de cozinha e lavandaria, aquecimento central e mobiliário diverso; Fábrica da Igreja de S. Pedro de Babe 5.000€, obras de construção da Capela Mortuária e espaço de arrumos dos andores; Clube Motocruzeiro, 10.000€, obras de construção da sede do Clube; Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Izeda, 7.493,53€, comparticipação da Câmara Municipal às obras de recuperação de Igreja Paroquial de Izeda; ADRI – Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda, 7.500,00€, para a realização da “8ª Feira do Folar da Vila de Izeda”; Comissão Fabriqueira da Paróquia de Quintela de Lampaças, 12.500,00€, para a realização de obras de restauro da Igreja de Bragada.....
.....Para as Juntas de Freguesia foram autorizadas transferências para investimento no valor de 47.890,00€, assim discriminadas: Rio Frio, 10.000,00 €, conclusão das obras no polidesportivo de Rio Frio; Faílde, 1.000,00€, para remoção de escombros, resultantes de obras de demolição de casas em ruínas, existentes na Freguesia; Grijó de Parada, 6.000,00€, obras de recalçamento na aldeia de Grijó de Parada; Pinela, 5.000,00€, obras de calcetamento na área envolvente à Igreja de Valverde; Donai, 5.890,00€, obras de calcetamento do acesso ao cemitério público da aldeia de Donai; Gondesende, 20.000,00€, obras de restauro do telhado da Igreja Matriz de Gondesende. *Um património de grande relevância do nosso Concelho e que carece dessa intervenção.....*

1.1.2..Secção de Taxas e Licenças.....

.....Neste período o total da receita arrecadada, no âmbito das atribuições da secção foi de 176.943,14€ (+12,11%). Deste valor as receitas mais significativas foram as referentes à utilização das Piscinas Municipais, com um valor de 44.799,36€, e a receita proveniente das rendas de habitações e edifícios com um montante 33.867,55€. Os Parques de Estacionamento contribuíram com 44.414,00€.....

.....Do serviço de Contra-Ordenações foi recebida a importância de 11.863,44€, correspondente à cobrança de 54 processos. O serviço de Execuções - Fiscais apresenta uma receita de 24.420,93€, correspondendo a 1362 processos cobrados.....

.....Pela mesma ordem de importância, a utilização das Piscinas Municipais registaram o valor de 38.632,96€ (+15,96%), as Rendas de Habitações e Edifícios apuraram o valor de 28.777,55€ (+17,69%). Pela utilização dos Parques de Estacionamento a receita arrecadada foi de 29.132,81€ (+52,45%).....

1.1.3..Secção de Património e Aprovisionamento

.....Nesta secção decorrem os processos de registo e actualização do património e os processos de aquisição e organização dos correspondentes concursos de aquisição, destacando-se na rubrica Terrenos e Recursos Naturais, foram inscritos e regularizados, com êxito, o processo referente a 1 Prédio Rústico, com a área de 8.500 m², adquirido em Janeiro,

destinado à ampliação do Aeródromo Municipal, pelo valor de 14.213,68€; 3 Prédios Rústicos, com a área total de 9.800 m², adquiridos em Fevereiro e Março, destinados à Zona Industrial de Mós, pelo valor global de 16.170,00€; 2 Lotes de terreno, na Zona Industrial, Lote 216C1 e Lote 216C2 e 1 parcela de terreno para complemento de lote; Parcela A, no seguimento de Alteração ao Alvará de Loteamento; 26 Lotes, Zona Industrial, identificados de A a Z, destinados a complemento de lotes contíguos, provenientes da emissão do Alvará de Loteamento Urbano e ainda, 1 Parcela de terreno para construção, destinada a complemento de futuro lote para construção urbana, com 441 m², sita em São Pedro de Serracenos, proveniente de Cedências em loteamento. Na rubrica edifícios-habitação, foram inscritos e regularizados, junto da Repartição de Finanças e Conservatória do Registo Predial, 27 fracções sitas no Bairro da Previdência, transferidas para este Município, através de Auto de Cessão de Bens e Acordo de Transferência de património, direitos e obrigações, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), num montante total de 512.839,00€ e 140 Fracções autónomas do Bairro da Coxa, provenientes do Auto de Cessão de 10/12/2004, em que o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) transferiu para este Município, o património, direitos e obrigações, após outorga da respectiva Escritura Pública de Constituição de Propriedade Horizontal.....

.....No âmbito de cedências foram tratados os seguintes processos, num total de 11 Escolas, 1 Moinho e 1 Fracção Autónoma: nomeadamente antigos edifícios das Escolas de Fermentãos e Vila Franca, Frieira, S. Julião de Palácios e Caravela, Castrelos e Conlelas, Milhão, Noqueira, Bragada, Rio Frio; Moinho, sito na Zona de Intervenção Polis, cedido ao Núcleo Regional de Bragança da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, para instalação do Centro de Interpretação Ambiental e 1 Fracção autónoma, do Bairro da Coxa, à Associação dos Estudantes Africanos, para aí desenvolver a sua actividade.

.....Foi cedido mobiliário, a título definitivo, nomeadamente, 7 Estantes em madeira, cedidas à ACISB - Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança e 10 Estantes em Madeira, à Junta de Freguesia de Izeda e;.....

.....Transferência de 1 Quiosque, propriedade deste Município, localizado no Parque Eixo Atlântico e disponível, à Junta de Freguesia de Izeda, destinado ao Jardim Dr. Alves da Veiga, em Izeda.....

.....Foram ainda, realizadas as seguintes **Escrituras**: Cedência do Direito de Superfície à Aeronorte - Transportes Aéreos, S.A, sobre um prédio rústico no Aeródromo Municipal; Doação à Freguesia da Sé, de uma fracção autónoma, destinada à instalação da Sede da Junta de Freguesia da Sé; Rectificação à Escritura de Compra e Venda, da escritura de Aquisição da Ex-Agência do Banco de Portugal; Venda do Pavilhão n.º10, sito no Alto das Cantarias, antiga Precinorte, processo este que se arrastava há 15 anos e Venda à Fepronor, do Lote S

destinado a complemento do lote contíguo numerado de 199/200, sito na Zona Industrial das Cantarias.

1.2 - Divisão Administrativa

.....No âmbito desta Divisão, destacam-se como assuntos de maior relevância: além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal; produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo de referir a entrada cerca de 5700 documentos e a produção de cerca de 2250 ofícios; registo de faltas e remunerações mensais; acompanhamento dos processos de concursos iniciados em 2006; atendimento a jovens que se pretendem recensear e a todos os munícipes, em geral.....

.....Na Secção de Recursos Humanos, salienta-se que decorrem/decorreram os seguintes processos; 31 relativos a concurso externo; 1 de concurso interno para chefe de secção; 3 processos concursais; 7 Aposentação/Pensão de Sobrevivência.....

.....A secção de Cadastro e Remunerações, desenvolveu com regularidade, os processos de remunerações do pessoal, o registo mensal de férias, faltas e licenças, promoções, ingressos, contratos, rescisões aposentações e outros.

.....De registar, ainda, o apoio que este Município vem dando a jovens recém-formados, proporcionando-lhes o primeiro contacto com o mercado de trabalho estando, em Janeiro, a decorrer 5 estágios profissionais e 10 estágios curriculares/não remunerados., necessários para a conclusão da sua formação académica e ainda 1 estágio profissional no âmbito do Programa Vida/Emprego.....

.....Desenvolveu-se todo o processo alusivo a 5 funcionários, que estiveram envolvidos em acidentes de trabalho e de 2 acções de formação, o que resultou na participação de 3 funcionários.

.....No campo dos serviços de higiene, segurança e saúde, que foram efectuadas 116 convocatórias para a prestação de serviços médicos e 117 convocatórias para exames complementares.....

.....Sector de Arquivo – decorrem os procedimentos conforme objectivo previstos.

1.3 - Divisão de Informática e Sistemas.....

.....No âmbito desta Divisão e para o período em análise, destacam-se como actividades mais relevantes: A nível da WEB: Apoio aos serviços na colocação de conteúdos dinâmicos; Manutenção de conteúdos do site com actualizações programadas ou a pedido; Colocação do Boletim Municipal mais recente.....

.....A nível de aplicações: Acompanhamento técnico e apoio na resolução de problemas relacionados com as aplicações SIGMA; Upgrade às aplicações de “Gestão de Actas” – Participação na formação e realização de testes, de Fiscalização e Contra-ordenações, de

Execuções Fiscais; Actualização de software antivírus; Actualização de software servidor de email.

.....A nível da assistência técnica: Transferência do acesso ADSL da CMB (da Novis para a PT Prime); Configuração da firewall e do router; Instalação de acesso ADSL nos estabelecimentos do pré-escolar; Manutenção do equipamento informático existente no espaço de acesso à Internet na Biblioteca Municipal; Assistência aos estabelecimentos de ensino (escolas do 1º Ciclo e pré-escolar); Assistência a equipamentos da Autarquia.....

.....A nível da gestão: Elaboração de caderno de encargos para com vista à aquisição de um novo sistema de gestão de assiduidade; Elaboração de relatório de análise para implementação de um novo sistema de leitura óptica de artigos para os armazéns.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 - Área do Ensino – nesta área de actividade, destaca-se no período em apreciação: Informação, levantamento e tratamento de carência ao nível do equipamento no Pré Escola e do 1º ciclo; reuniões com os Agrupamentos de Escolas relativas às actividades extra-curriculares; Formação da Empresa Eurisko, planos de emergências nas Escolas; Elaboração dos Planos de Emergência nas escolas; Escola de Trânsito calendarização regular a partir do mês de Março.....

.....No âmbito do reordenamento da Rede Escolar do Concelho de Bragança para o ano lectivo de 2007/2008, e a solicitação da DREN/CEB, foi emitido parecer favorável ao acolhimento nas escolas sede dos Agrupamentos, das turmas do 1º Ciclo do ensino básico, no sentido de garantir o funcionamento a tempo inteiro (actualmente 23 turmas praticam horário duplo). A Câmara municipal pronunciou-se favoravelmente, considerando a medida como de carácter transitório, até à concretização dos equipamentos previstos na Carta Educativa, considerando que as escolas sede dos Agrupamentos podem acolher os alunos, integrando-os tendo em conta os distintos níveis de ensino, que a solução beneficia os alunos, os pais e representa diminuição de recursos que a Câmara Municipal tem afectos ao 1.º Ciclo.

2.2 - Área Cultural – A Inauguração do Museu Ibérico da Máscara e do Traje decorreu no dia 24 de Fevereiro de 2007, destacando-se o desfile, integrado por diversas Associações Culturais e Etnográficas, Juntas de Freguesia e outras entidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e Província de Zamora, no total de 32 representações que enquadram 340 participantes. A cerimónia terminou com um jantar convívio oferecido pela Câmara Municipal de Bragança a todos os participantes e acompanhantes em número superior a 450 pessoas, servido junto à sede do Museu.....

.....Desde o dia 24 de Fevereiro ao dia 31 de Março, 2640 pessoas, maioritariamente jovens e adultos mas também muitas crianças, visitaram o Museu. De todos os visitantes, cerca de

600 eram Espanhóis e os restantes Portugueses. Destaque para a visita feita pela Comissária Europeia da Política Regional, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e outras autoridades de Portugal e Espanha.

.....No Teatro Municipal de Bragança tiveram lugar os seguintes espectáculos: Teatro Infância - TMP- “Como um carrossel à volta do sol”; Música - Orquestra de Flamenco Baroco; “Miss Daisy”; Tetro de Estudantes de Bragança: “O Armazém”; Mostra de Teatro Escolar: Escola Emídio Garcia: “As Cores do Mundo”: Escola Superior de Educação de Bragança: “Peças Curtas, Vistas Largas”: Escola Abade de Baçal: “Que farei com este livro?”; Escola Miguel Torga: “Voz do Povo”; Música: Orquestra do Norte (Concerto comemorativo do centenário do nascimento de Miguel Torga); Ópera - Ópera estatal de Jarkov: La Traviata; Teatro de Garagem: “A morte de Danton”; Herbário: João Pedro Vaz.

.....Do dia 06 de Janeiro a 06 de Março, o Centro Cultural, na sala 1e 2, acolheu a exposição Máscara Ibérica, da autoria de Helder Ferreira, que contou com aproximadamente 60 imagens de diferentes formatos sobre o ritual da Máscara nas regiões de Zamora, Ourense e Norte de Portugal; do dia 8 de Março a 10 de Abril, a sala 1 acolheu a exposição “Mongólia e Sudeste da China”, da autoria de António Sá, com 45 fotografias; do dia 8 de Março a 12 de Abril, a sala 2 acolheu a Exposição Fotográfica do Património Mundial de Macau e a apresentação “Macau - as novas realidades”. Durante este período o número de visitantes da galeria de exposições temporárias no Centro Cultural de Bragança foi de 2072.....

.....Em Fevereiro, na Sala Polivalente, esteve patente uma exposição de serigrafias dos alunos da Escola Superior de Educação de Bragança “O meu eu”. Em Março, na Biblioteca Municipal esteve patente uma exposição (mostra documental) integrada nas Comemorações do Centenário de Miguel Torga.....

.....No dia 21 de Março, no Auditório Paulo Quintela, decorreu, a Noite de Poesia organizada pela Câmara Municipal de Bragança e a Junta de Freguesia da Sé. Participaram neste evento alunos da Escolas Secundárias de Bragança, Escola Superior de Educação, Teatro de Estudantes de Bragança, Universidade Sénior. Os momentos de poesia foram acompanhados pelo Conservatório de Música e os alunos da Escola de Ballet. Participou a Comissária Nacional para o Plano Nacional de Leitura.....

.....A nível da Biblioteca Municipal, durante o mês de Fevereiro, tivemos 2371 utilizadores em todos os serviços existentes na biblioteca e no mês de Março 1559. Na secção infantil realizaram-se algumas actividades e projecção de filmes com a presença de 185 crianças no mês de Fevereiro e 94 no mês de Março.

.....Em Reunião de Câmara foi aprovado o protocolo com a Associação Norte Cultural – Orquestra do Norte, no montante de 10.500€.

2.3 - Área do Desporto – Destaca-se a colaboração nas actividades de Expressão e Educação Físico Motora junto das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Bragança; Gestão

da distribuição das instalações desportivas; Apoio à realização de torneios e competições oficiais; Actividades Orientadas da Piscina Municipal de Bragança; Apoio a o projecto “Mexa-se em Bragança”, actividade Física Para diabéticos tipo II; No âmbito do programa “Bragança Saudável, Bragança Solidária” foram realizadas as caminhadas Rurais no Zoio - 8km; Viduedo - 9km; Castro de Avelãs – 9Km; Rio de Onor – 11Km e duas caminhas urbanas de 5Km, uma das quais designada de *3º Passeio da Liberdade*. Tiveram ainda, lugar o campeonato Regionais de Basquetebol e a 3ª Maratona de Hidroginástica, no dia 19 de Abril.

2.4 - Área Social – Conclusão do projecto de candidatura para a Rede Social; apoio à comissão de protecção de crianças e jovens em risco; análise/acompanhamento de problemas resultantes da degradação habitacional das famílias carenciadas; atendimento, encaminhamento e solução de situações problemáticas; gestão dos processos das refeições e suplementos alimentares das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância; organização dos processos dos boletins de candidatura para as habitações; actualização dos processos de pedido de habitação com aplicação da grelha de prioridade aprovada em reunião de Câmara 22 de Janeiro; levantamento e estuda das intervenções a efectuar para recuperação das casa devolutas propriedade da Câmara (Habitação Social); finalização do processo de actualização de rendas das habitações sociais de pertença da CMB; Conclusão da transferência dos processos agregados familiares do Bairro da Previdência; está em fase de finalização o processo para candidatura *Prohabita* do Instituto Nacional de Habitação.

.....No âmbito desta área foram aprovados em Reunião de Câmara os seguintes assuntos:
- Isenção/redução de passes Escolares a 6 alunos, com um encargo global anual para o Município no valor de 2.465,67€;
.....- Apoio social ao agregado familiar de Américo Marcelino dos Santos, residente na aldeia da Sarzeda, Freguesia de Rebordãos, fornecimento de diverso material para obras de melhoria da respectiva habitação e ao agregado familiar de António Afonso, residente em Sortes, atribuído um apoio no montante de 4.840,00€+IVA, a transferir para a respectiva Junta de Freguesia que procederá ao acompanhamento das obras a executar na referida habitação.

2.5 - Área do Turismo – Durante este período foram atendidos no posto Turismo Municipal 1020 turistas, dos quais 597 portugueses e 423 de nacionalidade estrangeira.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo

.....Muito embora o número de solicitações (entrada de requerimentos) à Divisão de Urbanismo se mantenha estável (média mensal de 450), verifica-se a tendência de decréscimo na construção privada, reflectindo a crise generalizada no sector da construção civil

relativamente aos últimos três anos: o número de processos novos diminuiu cerca de 20%; o número de licenças de construção diminuiu cerca de 10%; o número de licenças de utilização diminuiu cerca de 12%. Esta tendência acompanha a situação no país, com uma quebra média de 20% desde o ano 2000.

3.2 – Divisão de Obras.....

.....Neste período foram adjudicadas obras e fornecimentos num valor de 1.977.899,93 € e foi realizada uma facturação no valor de 780.419,08 € para empreitadas e 103.892,66 € para outras acções.

.....Foram abertos seis concursos de onde se pode destacar o concurso da empreitada para a execução de infraestruturas do loteamento de S. Tiago – 1ª Fase, foram ainda, adjudicadas as seguintes obras: fornecimento, transporte e montagem de vedação para o campo de futebol, à empresa Vedarama – Vedações e Redes Metálicas, Lda., pelo montante global de 49.170,61€, já com IVA;.....

----- adjudicação definitiva da execução de rede de abastecimento de água na Estrada de Turismo ao concorrente Elias Santos Pinto, Filho, Lda, pelo valor de €21.420,00+IVA; construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II;

.....No âmbito desta divisão foram, igualmente, aprovados os seguintes assuntos: fixação do preço de 18.15€/m² para venda de lotes na Zona industrial de Mós; reserva dos lotes de terreno situados na ZI Mós n.ºs 2 e 3, por solicitação, da empresa Prometal, Serralharia Técnica Bragançana, Lda. e do lote n.º 4 por solicitação, da empresa Imorda Transportes, Lda.; aquisição de terrenos a Manuel António Ferreira e Domingos Augusto Ferreira de 1/3 do prédio rústico, sito em Vale D' Álvaro inscrito na Matriz Predial Rústica da Freguesia da Sé, sob o artigo n.º 499, pelo valor de 91.000,00€ e a venda de um lote de terreno com a área total de 1570m², situado na ZI Cantarias, à empresa Pereira & Filhos, Lda., pelo valor global de 27.223.80€.....

.....Foi ainda aprovado o protocolo com o Instituto Geográfico Português, com o objecto de definir as responsabilidades com vista ao estabelecimento, exploração e manutenção da estação de referência GNSS (Sistema Satélite de Navegação Global) permanente em Bragança, a localizar no edifício do Mercado Municipal.....

3.2 - Divisão de Equipamento.....

.....Relativamente a esta divisão e no que a obras de executadas por administração directa, salientam-se:

.....**Equipa de conservação de vias urbanas** – 18 intervenções com destaque para a mudança do stand de Cidadela para junto do Teatro Municipal; continuação da reparação de fogos no Bairro Novo da Previdência e calcetamento nas ruas do Cemitério Municipal.

.....**Equipa de conservação de edifícios** – 10 intervenções com destaque para a continuação da remodelação do Jardim-de-Infância de Santa Comba de Rossas e reparação em carpintaria dos fogos no Bairro Novo da Providência e pintura dos mesmos.

.....**Parque de equipamento** - Destaque para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, o início das terraplanagens no aeródromo com melhoramentos na zona envolvente da pista e criação de plataforma para implantação de novos hangares.

.....**Armazém** - Destaque para a evolução de melhoria contínua no controle e gestão global centralizada, incluindo melhoramentos nas instalações físicas com ampliação de áreas cobertas e reorganização do espaço exterior para além da rentabilização de recursos humanos e eficiência de funcionamento.

4 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS.....

4.1 - Divisão de Saneamento Básico.....

.....No âmbito da Secção de Águas, relativamente à área urbana realizaram-se os seguintes trabalhos: execução/remodelação da rede de água no Bairro do Couto e colocação de reservatório para rega e respectivas ligações no Jardim Bartolomeu de Gusmão.

.....Na área rural destacam-se os trabalhos nas aldeias de Sortes, reparação do depósito e substituição da conduta de fibrocimento, numa extensão aproximada de 800ml; Babe, colocação de contadores; Montesinho / Portelo, colocação de contadores; Paredes, colocação e alteração das ligações da bomba nas minas.

.....Outros trabalhos relevantes: conclusão da empreitada de fornecimento de um reservatório de 30m³ e ligação furo/reservatório/rede nas aldeias de Fermentãos e Viduedo e ligação dos furos nas aldeias de Frieira e Paredes; execução do projecto de remodelação do abastecimento e colocação de um depósito na aldeia de Sacoias.

.....A Secção de Águas procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes aos seguintes trabalhos: mudanças de nome de cliente – 89 processos; execução de novas ligações – 76; ligações de corte após pagamento – 33; desistências – 97; substituição de contadores – 146; contadores abatidos – 91; contadores reparados – 111; fugas/reparações – 29; reparações escolas/edifícios públicos – 33.

.....No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se os seguintes trabalhos: execução de 103 trabalhos de desobstrução em colectores – 19 em rede predial e 84 em rede pública; execução de 5 domicílios.

No perímetro urbano, encontra-se em execução trabalhos de reparação/substituição da rede de saneamento básico nos Bairros do Couto, Campo Redondo e Além-do-Rio, e ainda na Av. de Sta. Apolónia e Rua da Boavista. na área rural existem trabalhos nas aldeias de Pinela, Izeda e Samil.

.....De referir ainda a abertura de concurso para conclusão do saneamento na aldeia de Sortes e a execução do concurso de elaboração dos projectos de alteração do sistema de tratamento de águas residuais domésticas nas povoações de S. Pedro, Rebordãos, França e Rabal.

.....Foi aprovada a revisão do tarifário aplicado à drenagem e tratamento do saneamento na área urbana. Tendo em vista efectuar uma revisão objectiva ao tarifário actualmente aplicado à drenagem e tratamento do saneamento doméstico e pluvial na área urbana, foram avaliados, de forma exaustiva, os encargos anuais com as respectivas redes, equipamentos, prestações de serviços, recursos humanos afectos, instalações e investimentos previstos, constatando-se que os utentes apenas estão a garantir 33% dos custos, enquanto que o desejável e conforme orientações da nova Lei de Finanças Locais, e orientação geral do Governo para os Sistemas do país, no sentido da sustentabilidade dos mesmos e dos municípios, o que obrigaria de imediato a aplicar uma tarifa próxima de 1,00/m³.

.....A Câmara Municipal, considerando que as receitas são de 33,00% do custo real do serviço, situação com tendência de agravamento, face às crescentes exigências em termos ambientais, e que se comparado o tarifário do município de Bragança, com municípios de características administrativas e sócio-económicas semelhantes (toma-se como exemplo de comparação o município de Vila Real), se verifica que a tarifa em Bragança é de menos de um terço do valor praticado nessa cidade, considerando que o custo debitado pela prestação de serviço tão importante para os cidadãos e para a qualidade ambiental do município, é muito baixo, se comparado com outros serviços prestados por outros operadores (gás; telefone móvel ou fixo; electricidade TV Cabo etc.) e que o serviço de recolha e tratamento de esgotos é um serviço significativamente caro e exigente.

.....Foi aprovada uma actualização que ocorrerá de forma gradual, tendo em conta o momento de elevadas dificuldades económicas para uma parte significativa dos cidadãos, fruto das dificuldades impostas por uma conjuntura económica no país, que não é favorável, em especial para as regiões do interior.

.....O valor aprovado corresponde a 50% da tarifa máxima já praticada pelo município da região atrás referido, e que iguala o valor recomendado aos municípios, ou seja o valor de sustentabilidade dos sistemas.

.....Foram feitas transferências de 18.970,00€, destinadas 11 Freguesias do Concelho, relativas a compensações financeiras devidas por trabalhos referentes a obras de beneficiação e reparação de redes de água e saneamento.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

.....A Divisão de Defesa do Ambiente, nas suas actividades de prestação de serviços à população, executou trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana.

.....No sector de espaços verdes existentes (45 hectares - 11,32 m²/hab.) foi realizada a sua manutenção corrente, feita a requalificação dos canteiros da Igreja do Loreto, junto da PSP, jardim frente ao GAT e estação Rodoviária; foram plantadas 345 árvores e 2412 arbustos; limpeza de espaços não ajardinados existentes nos bairros da cidade; Limpeza de recintos escolares, de fontes luminosas, dos abrigos dos STUB e outro mobiliário urbano; colaboração com as Juntas de Freguesia, com a cedência de flores (790), árvores (156) e arbustos (264).

.....No sector da manutenção urbana com três áreas de intervenção: controlo de fiscalização da R.S.U., manutenção e sinalização urbana e actividade de cemitérios e sanitária veterinária, de salientar a colocação de 53 sinais de trânsito e 41 postes; a execução de 8 reentrâncias resguardo e 10 sistemas de fixação de contentores.

.....No Sector de Cemitérios, foram realizadas 22 inumações, 9 das quais no Cemitério do S. Condestável. Procedeu-se, ainda, à colocação de separadores de resíduos, e realizada a limpeza geral dos talhões e arruamentos. Está em fase de conclusão o processo de cadastro do Cemitério do Toural, para gestão informatizada com vista a poder utilizar a informação em tempo real. Deste processo de avaliação resulta existirem alguns lugares disponíveis, que serão vendidos em hasta pública.....

.....No âmbito da actividade veterinária e sanitária, foram capturados e abatidos alguns canídeos, tendo sido adjudicado o serviço de captura de canídeos ao Agrupamento de Defesa Sanitária de Bragança, por o médico veterinário da Câmara municipal, estar ocupado nos serviços de inspecção do Matadouro e outras campanhas Sanitárias.

.....Alteração de tarifário dos RSU - O PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016, constitui um instrumento estratégico director da gestão de resíduos sólidos urbanos para o período de 2007 a 2016, definindo orientações e objectivos claros, capazes de conferir coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes directamente envolvidos, nomeadamente os Municípios e cidadãos.....

.....Como linha de actuação para a sustentabilidade dos sistemas de gestão de RSU, o PERSU II salienta a “introdução no curto prazo de um sistema de tarifação e cobrança que se coadune com a necessidade de sustentabilidade económica dos Sistemas e dos Municípios e que, simultaneamente, se configure como uma solução de maior justiça e equidade para os cidadãos”.....

.....No ano de 2006 foram gastos pelo município 1.545.544,31 € na gestão de resíduos e limpeza urbana, tendo sido obtida uma receita de 724.323,01 € (47%), proveniente da tarifa associada aos contratos de fornecimento de água, que na zona urbana abrangem aproximadamente 100% dos alojamentos familiares e outros e na zona rural somente 21%. No entanto a cobertura do serviço de recolha de resíduos é de 100% a nível concelhio.....

.....Aproximadamente 75,1 % da factura (custo) resulta dos serviços prestados à zona urbana e somente 24,8 % à zona rural, contudo a receita, é proveniente maioritariamente da

zona urbana (aproximadamente 96%). Facto este que resulta da não cobrança de aproximadamente 89 % dos aglomerados familiares rurais.

.....A Câmara Municipal, constatou que a receita proveniente da aplicação das tarifas tem vindo a diminuir, desde o ano de 2004, enquanto o custo do serviço tem tido um comportamento inverso, sendo o grau de cobertura financeira de 47%, quando o desejável e agora previsto pelo Governo, no âmbito do PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos – é a introdução no curto prazo de um sistema de tarifação e cobrança que se coadune com a necessidade de sustentabilidade económica dos Sistemas e dos Municípios. ...

.....Constatou ainda que, se comparado o tarifário do município de Bragança, com o de municípios de características administrativas e sócio-económicas semelhantes (toma-se como exemplo de comparação o município de Vila Real), se verifica que as tarifas em Bragança são menos de 50% do valor daquelas e que o custo debitado pela prestação de serviço tão importante para os cidadãos, é muito baixo, se comparado com serviços prestados por outros operadores (gás; telefone móvel ou fixo; electricidade TV Cabo etc.) e que o serviço de recolha e tratamento de RSU é de entre todos o que mais custa à entidade prestadora.

.....Assim, aprovou um novo sistema de tarifário que faz uma diferenciação positiva no custo do serviço, para os consumos domésticos inferiores a 5 m³ (o que favorece as famílias de mais baixos recursos económicos e incentiva a redução nos consumos de água), que a tarifa para as Instituições de Solidariedade Social e de Utilidade Pública, se mantém com os valores mais baixos (igual à tarifa doméstica para consumos maiores que 5 m³) e que a tarifa para a área rural do município se mantém, conforme acordado com as Juntas de Freguesia. Note-se que a alteração no tarifário, corresponde a cerca de 50% do valor da tarifa necessário para garantir sustentabilidade ao Sistema.

.....Optou-se pois, por um ajustamento do tarifário a fazer de forma gradual, tendo em conta o momento de elevadas dificuldades económicas para uma parte significativa dos cidadãos, fruto das dificuldades impostas por uma conjuntura económica no país, que não é favorável, em especial para as regiões do interior.

.....Considerou, ainda, que estando na área rural a ser implementado o sistema de controlo de consumos de água; tratamento de esgotos e Resíduos sólidos Urbanos, que a revisão de tarifas para esta parte do concelho tem que ser objecto de estudo adequado e ponderação da necessária diferenciação de custo e da procura de equilíbrio de custos.

.....No âmbito desta divisão foram aprovados os seguintes assuntos: Proposta de parceria a celebrar com a Fundação para a Educação Ambiental – Associação Bandeira Azul da Europa, relativamente ao projecto Eco-Escolas, atribuição da bandeira verde;

4.3 - Divisão de Transportes e Energia

.....Relativamente ao sector de produção eléctrica verificou-se, no período em análise, uma facturação total de 284.978,15€ (sem IVA), o que corresponde a um aumento em relação ao

mesmo período do ano de 2006 de 12,62 %. Ainda, no âmbito deste sector, foram realizadas intervenções nos sistemas de bombagem de água do concelho de Bragança, com montagem de várias electrobombas novas, nas fontes luminosas da cidade e nos sistemas de aquecimento nos edifícios municipais, foram colocados 108 pontos de luz e 32 postes nas redes de iluminação pública.....

.....No sector do trânsito, destacam-se os concursos para fornecimento e colocação de placas de paragem na rede transportes do STUB e 8 abrigos e colocação de barreira automática no parque de estacionamento

o do auditório Paulo Quintela (instalação prevista para o mês de Maio). De referir, também, o estudo para alteração das saídas dos parques subterrâneos (obras a iniciar em 6 de Maio) e o estudo preliminar do desempenho da actual rede de transporte de passageiros concessionados no Concelho de Bragança.....

.....No sector dos transportes, destacam-se a aquisição de equipamentos para equipar os autocarros de turismo para o transporte de crianças (Lei13/2006).

.....No Aeródromo Municipal verificou-se nos meses de Janeiro e Fevereiro, 282 movimentos de aeronaves e 816 embarque ou desembarque de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período do ano de 2006, a uma diminuição de 24 % nos movimentos das aeronaves e a diminuição de 6,26 % no número de embarque e desembarque de passageiros. Ainda neste sector procedeu-se à adjudicação, à Firma Sener, o Estudo de Revisão do Plano Director de Aeródromo pelo valor 115.000€ + IVA e à Firma Crocker Delaforce S. A. o Fornecimento, Montagem, Calibração e Certificação em voo de uma Estação VOR/DME e do respectivo Sistema de Tele-sinalização e Tele-controlo para o Aeródromo Municipal de Bragança pelo valor 831.277,00 € + IVA.....

.....No âmbito desta Divisão foi aprovada alteração ao regulamento de estacionamento condicionado e aprovadas novas zonas de estacionamento condicionado na Cidade de Bragança, sendo criados mais 23 lugares de estacionamento na Avenida João da Cruz, 18 na Rua Dr. Herculano da Conceição e 16 no Jardim António José de Almeida, a que corresponde um aumento de 14% de lugares existentes.....

5 - Outros assuntos.....

..... - No passado dia 26 de Março teve lugar em Bragança, a Cerimónia de Apresentação Pública do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha 2007 – 2013, promovido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de Portugal, do Ministério da Economia e Fazenda de Espanha e União Europeia – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com a presença da Comissária Europeia da Política Regional, e de outras Individualidades.....

..... - No âmbito da Parceria entre esta Câmara Municipal e a Fundação para a Educação Ambiental – Associação Bandeira Azul da Europa, no passado dia 16 de Março, na Cidade do

Porto, a Câmara Municipal de Bragança, recebeu a Bandeira Verde, atribuída pela referida Fundação.

.....- Aprovado Voto de Pesar pelo falecimento do Ex-Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º José Luís Gomes Pinheiro, grande impulsionador do desenvolvimento do município de Bragança.

.....- Aprovada a continuação da Câmara Municipal de Bragança, por mais seis anos, como entidade gestora da Zona de Caça Municipal do Sabor, em parceria com a Junta de Freguesia de Outeiro e a Associação de Caça e Pesca de Outeiro;

.....- "Terra Fria Carnes, Lda.", proprietária dos lotes 213 A e 213 B, solicitou autorização à Câmara Municipal de Bragança, de acordo com a alínea a) do Art.º 40.º do Regulamento das Condições de Cedência e Ocupação de Lotes na Zona Industrial de Bragança, para proceder à sua alienação, em hasta pública, lotes estes constituídos por alteração ao alvará de loteamento urbano n.º 11/98 autorizada em R.C. de 14/09/06. Base de alienação dos lotes: Lote 213 A por 80 000,00 €; lote 213 B por 80 775,00 €. A Câmara Municipal em reunião de 20.11.2006, fixou o preço de 17,34 € por m2 para a venda de Lotes da Zona Industrial, valor ao qual pode ser deduzido o incentivo pela criação e postos de trabalho. O preço por m2, dos lotes a vender pela empresa é de 52,00 €. A venda será efectuada em hasta pública a realizar no Auditório Paulo Quintela, com a seguinte divulgação: colocação de editais nos locais habitualmente utilizados para o efeito pela Câmara Municipal; divulgação em dois Jornais locais; informação personalizada a todas as empresas instaladas na Zona Industrial e ainda à ACISB e NERBA. ..

.....- Tarifário do Gás Natural no Interior Norte – face aos valores divulgados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), relativos ao preço médio praticado no ano de 2005 na distribuição de gás natural pelas várias concessionárias, no país, a Câmara Municipal tomou a seguinte resolução: a). solicitar, ao Ministério da Economia e Inovação, a revisão dos termos da concessão Interior Norte, feita à Duriensegás, no sentido de assegurar a redução do preço do m3 do gás, garantindo a uniformização de tarifário a nível Nacional; b) exigir à Duriensegás uma relação de maior transparência com as Câmaras Municipais; exigir, por razões de segurança, no abastecimento e no transporte, que o fornecimento venha a ser substituído por alimentação através de condutas, ligando, assim, toda a área concessionada à rede de gasodutos Portuguesa e Europeia (ligação de Zamora/Bragança/Vila Real/Chaves); d) solicitar às Câmaras Municipais envolvidas na concessão Interior Norte (Bragança, Chaves, Vila Real, Amarante, Marco de Canavezes) uma tomada de posição conjunta sobre esta e outras matérias relacionadas com a distribuição do gás natural na região.

.....- Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança

.....Tendo presente, que a Portaria n.º 219-P/2007, de 28 de Fevereiro, do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas criou 6 unidades orgânicas de âmbito sub-regional na dependência da Direcção de Serviços de Veterinária da Região Norte, sediada em Braga. Destas unidades, uma designa-se Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança e

abrange os 12 concelhos do distrito de Bragança. e que ao contrário das unidades orgânicas das outras Direcções Gerais e Regionais, nada é referido quanto ao local sede das Divisões de Veterinária, e tendo em conta que : a) – O Município de Bragança, além de ser um dos maiores do país, é o maior do distrito de Bragança, sendo também o que possui o maior número de explorações agrícolas, mais população agrícola e maior efectivo pecuário; b) – que os Serviços de Pecuária estão instalados em Bragança, a funcionar nas instalações da Zona Agrária de Bragança e com área de intervenção semelhante à que agora se propõe; c) – que de todos os concelhos que integram a zona de intervenção, Bragança é aquele que possui maior número de técnicos e colaboradores adstritos ao serviço de veterinária, tendo estes aqui as suas vidas organizadas, foi aprovada uma resolução, enviada a sua Excelência o Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no sentido de que seja mantida em Bragança da Divisão de Intervenção Veterinária,

.....- Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, relativo à realização de capital social - face ao ofício de interpelação por parte da empresa, nos termos aprovados pelos accionistas em Assembleia Geral realizada a 4 de Abril de 2006, tendo como suportes as “breves anotações” à referida acta, a Câmara Municipal, respondeu através do ofício n.º 946 de 26.01.2007, remetendo para o conteúdo do ofício n.º 10092 de 9.12.2003 e para documento aprovado em reunião de Câmara Municipal de 27 de Fevereiro, da qual se destacam as preocupações fundamentais e complementares, mantidas por escrito desde o momento da adesão ao Sistema, se avalia o investimento realizado e se decide relativamente à realização do capital social, da seguinte forma:

.....a) - A Câmara Municipal de Bragança não deve assumir a totalidade dos seus compromissos, sem que o mesmo aconteça por parte das ATMAD com a particularidade de a posição de Câmara Municipal de Bragança ser conhecida desde o início. O Município poderá encarar de imediato a realização de capital social em termos proporcionais à evolução do empreendimento previsto no contrato de execução. A Câmara Municipal de Bragança realizaria já a parte correspondente ao investimento em alta do sistema de recolha e tratamento de águas residuais, ou seja o equivalente a 19, 77% da totalidade do Capital Social. O restante Capital Social só será realizado na totalidade com a entrega às ATMAD do processo de fornecimento de água, o que pressupõe que o problema de Veiguihas esteja resolvido.

.....b) – A realização do Capital Social, tal como descrita na alínea anterior, não significa que a Câmara Municipal de Bragança venha a manter-se no sistema se a resolução do abastecimento de água não se concretizar. Em tal situação a nossa decisão remeterá para o nosso ofício n.º 10092/2003 de 12 de Setembro.

.....Quanto a outros assuntos complementares, foi referido: a) – ser necessário definir calendário de negociações para elaboração de documento complementar no qual sejam clarificadas as preocupações fundamentais e complementares descritas no ponto 1 de modo a estabilizar o processo de integração, documento a ser aprovado pela Assembleia Municipal.....

.....Feira das Cantarinhas e XXI Feira de Artesanato/2007

À semelhança dos anos anteriores, proponho que a Feira das Cantarinhas e a XXI Feira de Artesanato de Bragança, sejam organizadas em parceria com a ACISB – Associação Comercial e Industrial e Serviços de Bragança. A Feira das Cantarinhas realizar-se-á nos dias 2 e 3 de Maio, ocupando os espaços habituais. A XXI Feira de Artesanato decorrerá nos dias 2,3,4, 5 e 6 de Maio, na Praça Camões.....

.....**Informação relativa a Empresas Municipais e Associações mais relevantes**

- **Associação do Cybercentro de Bragança – Relatório de Contas de 2006**

.....O exercício de 2006 foi influenciado pelo crescimento do volume de prestação de serviços, cifrando-se o volume de negócios em 64.613,28€, o que significou um aumento de 14,58% em relação ao ano anterior, resultado para o que contribuiu uma maior abertura dos serviços prestados, aliado a uma maior rentabilidade dos recursos humanos disponíveis, mantendo-se o mesmo número de postos de trabalho; 3 pessoas contratadas, o Director Executivo e 2 funcionárias administrativas.

.....Em termos de orçamento, os proveitos previsionais são de 68.513,06€ e os custos previsionais serão de 65.972,57€, maioritariamente relacionados com os recursos humanos afectos ao Cybercentro e excluindo as amortizações, pelo que se poderá admitir que o exercício de 2008 atinja o resultado previsional positivo de 2.540,49€.....

.....*Queria continuar a destacar esta realidade importante criada no Mercado Municipal, como um espaço de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Um espaço frequentado anualmente por mais de 35 000 pessoas, com serviços que são pagos. Quando a Associação foi criada, a Associação é presidida pela Câmara, prevíamos todos os anos ter que fazer aplicação financeira, dado estarmos a tratar de uma área que no interior poderia ser mais difícil em termos de captação de pessoas para aceder a esse mundo novo das novas tecnologias, e surpreendentemente desde que a Associação abriu a Câmara nunca teve necessidade de transferir um cêntimo para a Associação.*

.....*Portanto a Associação é gerida pela Câmara em parceria com a ANACOM e FDTI, portanto um bom resultado. Poucos Serviços desta natureza no País terão esta frequência de acordo com a informação que nos é dada por pessoas que a visitam sejam centros desta natureza nas Universidades, seja noutras Instituições Públicas. Um resultado positivo em benefício dos nossos cidadãos, do aumento da cultura tecnológica, científica e do abrir de portas e janelas de oportunidade.*

.....- **Mercado Municipal de Bragança, E.M.** – Pela estrutura do Balanço, pode observar-se que, de 2005 para 2006, ocorreu uma diminuição no endividamento de 143.377,84€, embora apresente um resultado líquido negativo no montante de 93.014,40€, valor que tem vindo a diminuir desde o início da actividade, e que o valor das amortizações e juros atinge o valor de 188. 399,45€.....

.....No decurso do exercício de 2006, a empresa manteve o número de postos de trabalho relativamente aos anos de 2004 e 2005, investiu 7.380,00€ e revelou-se auto-suficiente para suprir as necessidades de tesouraria. No período em análise, verificou-se um aumento de capital de 219.000,00€, integralmente subscrito pela Câmara Municipal de Bragança, tendo ocorrido uma melhoria nos Resultados operacionais os quais passaram para 117.548,00€, em virtude da diminuição de fornecimentos e serviços externos em 10.972,74€. Os resultados financeiros apresentam em 2006 uma variação desfavorável de 3.482,13€ em relação ao ano anterior, em resultado dos encargos financeiros que a empresa suporta pelo endividamento bancário.

.....*A informação realtiva ao Mercado Municipale e à evolução positiva dos resultados de exploração está também evidente e de forma suficientemente detalhada, contrariamente àquilo que tantas vezes e tantas afirmações foram feitas publicamente e nesta Assembleia, como se tratasse de uma desgraça, trata-se de um bom equipamento, um equipamento que dignifica Bragança, a mim pessoalmente orgulha-me.*

..... *Equipamento que tem sido visitado por outros colegas autarcas de outras regiões do País para observar o que foi construído em Bragança.*

.....- **Terra Fria – Carnes, Lda.** - No exercício de 2006 em relação ao exercício de anterior, ocorreu um decréscimo de 11,72€ no volume de vendas e prestações de serviços, tendo-se atingido o valor de 297.324,85€. Verificou-se, ainda, uma melhoria ao nível dos resultados operacionais que passaram de -163.481,62€ para -106.271,17€, e que o valor das amortizações e juros ascendeu a 136.812,22€. Esta evolução deveu-se por um lado ao crescimento dos proveitos operacionais e por outro a uma diminuição dos custos operacionais, dos quais se destaca a diminuição nos serviços e serviços externos de 4.435,75€, e uma diminuição com os custos com o pessoal de 11.458,86€.....

.....Os resultados financeiros, apresentam em 2006 uma variação desfavorável de 4.913,92€, em relação ao ano anterior, em resultado da subida da taxa de juro, originando assim, um crescimento dos encargos financeiros associados ao empréstimo de médio e longo prazo.

.....O resultado líquido do exercício apresenta uma variação francamente favorável, já que embora tenhamos um prejuízo de 90.462,49€, tal valor significou uma diminuição de 44.422,22€ relativamente ao verificado em 2005, período em que o prejuízo foi de 134.884,71€.

.....Convém destacar ainda, o facto do cash-flow ter sido positivo e no valor de 12.244,65€, enquanto que em 2005 esse valor foi de -20.424,36€.....

.....*No primeiro trimestre deste ano há uma evolução interessante em termos de abate de bovinos, abateram-se 93 toneladas contra 89 no trimestre anterior, e na classe de pequenos ruminantes, bovinos com menos de 10 quilos, mais de 10 quilos e caprinos – por exemplo – neste primeiro trimestre comparativamente ao do ano anterior, este ano já se abateram 14 371 animais contra 6 492.*

.....Se passarmos à classe de leitões e suínos adultos, este ano abateram-se 8 092 contra 5 374, portanto é a atitude de gestão e de empenhamento da parte dos responsáveis do Município na Empresa.....

.....- **Fundação “Os Nossos Livros”** - tem como missão principal, conforme vontade do seu fundador, “ contribuir para o enriquecimento cultural da região de Bragança, mantendo uma biblioteca de consulta pública”. Tem sob sua responsabilidade, por acordo com a Câmara Municipal, a gestão administrativa pedagógica e financeira da Conservatório de Música.....

.....A Fundação tem a seu cargo, Biblioteca; o Conservatório de Música e as aulas de música para o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Teve de receitas globais 196.936,46€, de despesa 178.506,53€. As receitas são provenientes, por ordem decrescente: Câmara Municipal; propinas de alunos; DREN e receitas de património próprio. Tem ao seu serviço 22 colaboradores, 2 na Biblioteca e 21 no Conservatório de Música, sendo 20 professores.....

.....- **Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro** – A empresa, desenvolve a sua missão, no âmbito da exploração e gestão do abastecimento de água e de saneamento em alta, envolvendo elevados investimentos em infra estruturas, tendo como objectivos estratégicos, ao nível quantitativo, o abastecimento de água a 95% da população e 85% no tratamento de esgotos. Conta com importantes apoios comunitários através do Fundo de Coesão. Tem como accionistas a empresa AdP, Águas de Portugal, SGPS, Sa, trinta municípios e a empresa municipal EHATB, SA, um capital social de 28.000.000€. Tem ao seu serviço, 152 colaboradores.

.....Município de Bragança, 18 de Abril de 2007

.....O Presidente da Câmara Municipal

.....António Jorge Nunes, Eng.º Civil

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara.....

.....Vamos abrir um período de inscrições para pedidos de esclarecimento.

.....Amílcar Pires, Luís Filipe, Luís Costa, Luís Vale.....

.....Amílcar Pires tem a palavra se faz favor.

.....**Amílcar Pires** – Excelentíssima Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Executivo, Excelentíssimos membros da Assembleia, Comunicação Social, bom dia a todos.

.....Senhor Presidente, alguns munícipes da Zona Histórica têm-me feito sentir que dos últimos trabalhos da Comissão de Toponímia, resultaram dois erros, na opinião deles.

.....Um é a questão da Rua das Moreirinhas, que eles acham que não devia ser moreirinhas mas sim Amoreirinhas, porque derivava do facto de haver lá algumas árvores desse tipo, amoreiras, e outra é a questão da Rua Oróbio de Castro, que a última Comissão de Toponímia dividiu em duas, dando a uma parte o nome de Oróbio de Castro e á outra parte Rua dos Gatos. Ora eles acham que a Rua é a mesma, com o nome de Rua Oróbio de Castro e entre

parêntesis levaria então o nome popular de Rua dos Gatos, que iniciava na central eléctrica antiga do Francês e terminava na Rua do Pontão.....

..... E a pergunta que eu deixava Senhor Presidente, é se a Câmara está disponível para re-analisar estas duas ruas e verificar se realmente se cometeram aqui alguns lapsos, que eu acho que vamos sempre a tempo de corrigir.....

.....A segunda questão era perguntar, Senhor Presidente, como decorrem os trabalhos de requalificação da Avenida Cidade de Zamora. O cidadão comum apercebe-se que aquilo não está a andar a bom ritmo, há até algumas informações que eu não pude confirmar, mas já agora pergunto também ao Senhor Presidente, que a empresa que lá está a elaborar os trabalhos atravessa também algumas dificuldades financeiras, e por força disso os trabalhos se arrastam.

.....Perguntava se isso corresponde à verdade e para quando se prevê realmente a conclusão daquela obra.

.....A terceira e última pergunta, era perguntar-lhe se a Empresa Duriensegás, que distribui o gás aqui na cidade, já teve para com a Câmara alguma resposta relativamente à questão do preço do metro cúbico dos gás natural e também da possibilidade de alterar a forma de abastecimento do depósito, passar a ser feito por condutas. Eram estas questões.....

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Filipe, faça o favor.

.....**Luís Fernandes** – Ora uma vez mais. Vinha aqui fazer quatro perguntas, que gostava de dirigir ao Senhor Presidente da Câmara, e uma tem a ver com um evento que recentemente aconteceu aqui em Bragança, no lançamento de uma empresa de exploração e implementação de parques eólicos, a Airtricity, na qual estive presente, e onde essa empresa manifesta o interesse em investir aqui em Bragança, mais propriamente aqui na zona de Montesinho – Coroa.....

..... Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, porque me apercebi que algo não correu bem naquela cerimónia, quando estava prevista a celebração de um protocolo com essa empresa e a Câmara e o Senhor Presidente da Câmara pelos vistos não assinou esse protocolo, e na intervenção do Senhor Presidente da Câmara ficou patente que existirão outros projectos, outras ideias em termos de exploração do vento que nós temos aqui na nossa região.

.....Gostava que, se possível e dentro do possível, que o Senhor Presidente da Câmara pudesse informar esta Assembleia de que outras empresas, que outros projectos existem, se é que eles existem, para nosso conhecimento.....

.....Tive também conhecimento de que, eu tinha a ideia e penso que era verdade, que o edifício do NERBA era propriedade da Câmara. Tive conhecimento de que a Câmara, neste momento passou a propriedade do edifício para o NERBA. Gostávamos também que o Senhor presidente da Câmara nos pudesse informar se isso é verdade, se hoje o NERBA é proprietário do edifício onde está instalado.

.....Senhor Presidente da Câmara, gostava também, porque é um processo que se arrasta há algum tempo, que nos informasse, se possível, em que estado está a transferências das competências da água no mundo rural. Que Juntas de Freguesia já assinaram os protocolos, que Juntas de Freguesia têm esse processo definitivamente fechado, quantas, como e em que condições?

.....Porque, também relacionado com este assunto, Senhor Presidente da Câmara, aqui no Estado e Vida do Município vem-nos falar na revisão da tarifa para a recolha dos resíduos sólidos.

..... O Senhor Presidente da Câmara fala aqui de bondade deste aumento da tarifa, argumenta que o sistema não suporta a tarifa actual, eu gostava de perguntar a todos se sentem ou não que nos últimos tempos, a factura que pagam, porque quando pagamos a água pagamos tudo, se essa factura não pesa hoje no orçamento de qualquer casa deste Município, quer no mundo urbano onde toda a gente paga, quer naquelas aldeias onde começaram a pagar à pouco tempo e onde este serviço e a própria qualidade e distribuição da água têm muito a desejar ainda.

.....Há aqui um parágrafo que eu não percebo Senhor Presidente, que diz: “...A Câmara Municipal constatou que a receita proveniente da aplicação destas tarifas têm vindo a diminuir desde o ano de 2004, enquanto o custo do Serviço tem tido um comportamento diverso...” ou seja, tem aumentado. Como é que a receita tem diminuído quando é imputada à factura da água? Como é que é possível a receita diminuir quando este serviço é imputado proporcionalmente à factura da água, conforme a factura da água pagamos a taxa correspondente dos resíduos sólidos. Não percebo, gostava que nos explicasse.

.....O Senhor Presidente da Câmara vem aqui fazer uma comparação com o Município de Vila Real, dizendo que Vila Real paga a recolha dos resíduos sólidos muito mais cara, portanto, ficamos surpreendidos quando o Senhor Presidente da Câmara faz esta comparação com Vila Real. Mas por exemplo, quando foi aqui discutida a taxa do IMI, o Senhor Presidente da Câmara recusou-se a comparar com Vila Real. Então Vila Real quando é para conveniência da Câmara serve como comparação, quando não é para conveniência da Câmara, já não serve como comparação... ..

.....E era isto para já que tinha para dizer.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa, tem a palavra.

.....**Luís Costa** – Muito bom dia meus Senhores e minhas Senhoras, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia.

.....Hoje tem que responder às perguntas dos “Luíses”, de facto, que estão bem representados.

.....Ora bem eu tenho poucas perguntas, de modo telegráfico, a nós interessava-nos saber, portanto, houve aquela polémica com os transportes escolares, que estão suspensos pela Rodonorte, nós gostaríamos de saber, primeiro o que se passa e como se vai resolver o impasse, porque a maior parte, sobretudo dos eleitos, vivem na cidade, mas eu não vivo na cidade e vejo os nossos jovens, inclusivamente tenho-os em casa, a terem que vir a pé, aos magotes, por exemplo de Gimonde para Bragança e de Bragança para Gimonde, porque o tempo neste momento não está a ajudar, há de facto problemas com o transporte e gostávamos de saber, isto tem de ser resolvido e rapidamente.....

.....Outra questão era se o Plano de Pormenor da Zona História está de facto em vigor ou não, porque chegou-nos às mãos uma queixa, em que na resposta a ela, que era um pedido da postura de ares condicionados, etc., vem-nos assinado pelo Arquitecto Armando Nunes Gomes Cristóvão, em 15/02/2007, que diz que o Plano de Pormenor da Zona Histórica se encontra em fase de aprovação, não se encontrando ainda em vigor, pelo que não poderá legalmente ser aplicada à situação em concreto. Portanto, pelo que nós sabemos, o Plano já está em vigor, portanto, terá sido alguma falha na resposta e se foi, será necessário ver isso.

.....Outra questão será a da Escola dos Bombeiros. Portanto, continua-nos a preocupar como é que está o processo. Já passaram dois meses desde aquele imbróglgio todo, portanto estamos à espera e gostaríamos de saber como é que está o processo da Escola de Bombeiros.

.....Outra questão, tinha a questão das obras da Avenida do Sabor, mas não vou perder tempo, o Luís veio aqui e falou, portanto, quando é que as obras irão terminar.....

.....Outra questão que gostaríamos de por é que o Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, o último que se efectuou em 2002, que foi realizado aqui em Bragança, portanto, nessa altura o Senhor Presidente da Câmara era o Presidente da Associação de Municípios, gostaríamos de saber se de facto, ficou de se fazer de cinco em cinco anos, portanto, calhará neste ano, se haverá alguma coisa, se se pretende de facto renovar essa louvável iniciativa, se há alguns preparativos, como é que estão as coisas, portanto se haverá de facto outro Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro tal como ficou definido no anterior.

.....Termino na secção das perguntas, perguntando-lhe quando é que de facto chegará a água e o saneamento a Gimonde, portanto a todos os habitantes de Gimonde, que continua a haver oito ou nove fogos que estão sem água canalizada e sem saneamento, como repetidamente tenho aqui dito, no caso eu próprio, portanto por terem feito a distribuição da água, terem cortado a direito para o campo desportivo e deixarem uma série de fogos, já

perguntei várias vezes ao Senhor Presidente da Câmara se será alguma coisa... mas começo a pensar que não será uma questão de racismo, mas que é uma questão de “apartheid”, porque nós estamos ali isolados e somos cidadãos como os outros, e começa a parecer, agora eu vou ter que começar a pagar o IMI e começo a perguntar em nome do quê? Não tenho água, não tenho saneamento, o lixo pago-o à parte, quer dizer, são coisas que me parecem, além dos transtornos que causa, a qualidade da água tem vindo a baixar perigosamente e poderemos ter já este Verão um problema de saúde pública ali.....
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faça o favor.....

.....**Luís Vale** – Obrigado Senhor Presidente.....
.....Senhor Presidente da Câmara, uma pequena referência. Quando se refere à cedência por parte da Câmara, relativamente às escolas do primeiro ciclo do Concelho, neste caso refere 11, gostava de lhe colocar a questão de sabermos qual será a finalidade que será dada a esses espaços, a esses equipamentos, presume-se que será para a implementação ou para a realização de actividades de cada uma das Juntas de Freguesia, o que nos parece bem, de qualquer forma não poderia deixar de referir que talvez não fosse má ideia aproveitar esses espaços para a criação de um qualquer projecto integrado no Concelho.
.....Portanto, acho que são excelentes edifícios, excelentes espaços, poderei dar uma sugestão e dar-lhe um exemplo aqui na região, por exemplo no Concelho de Alfândega da Fé, a Câmara promoveu um projecto de turismo rural nesses espaços, são cerca de dez escolas primárias espalhadas pelo Concelho e não tendo que ser igual, haverá um leque de hipóteses para esses espaços.
..... Relembro-lhe também os inúmeros projectos na região norte do país, que têm surgido, relativamente aos espaços museológicos e que acho que seriam excelentes espaços para uma tipologia de eco-museu.
.....Era isso que lhe queria questionar.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salsas, faça o favor.

.....**Filipe Caldas** – Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários da Mesa, membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, Público e Imprensa.....
.....Eu queria aqui só formular algumas situações que nos afectam bastante em Salsas, começamos pelo fim, o caso por exemplo do Parque. Nós temos, actualmente, cerca de

quarenta crianças no Jardim e no EB1, e instalamos lá um parque já há uns anos, mas que segundo a fiscalização, aquele Parque não pode estar a funcionar porque alguma criança pode ter algum acidente.

.....A Senhora Vereadora, actual, passou por lá há algum tempo, e ficou de tomar algumas medidas e substituir este material. Até agora, já passaram alguns meses, talvez anos, e até agora o perigo é eminente e não fizeram nada para que o novo material fosse lá colocado.

.....Isto é um alerta e a ver se o Senhor Presidente arranja alguma verbazinha, porque não haja dúvidas que não chega para tudo, mas pelo menos neste caso aqui que é mais premente.

.....Quanto à sinalização, continuamos a ter alguns problemas de sinalização, porque o pessoal vem do Porto, vem de vários lados e o que é que acontece, acontece que não sabe onde é que fica Salsas, não sabe onde é que fica Serapicos, não sabe onde fica Calvelhe, não sabe... porquê? Porque não temos sinalização.

.....O Senhor Presidente, por acaso, foi alertado, fez, acho que, um fax ou dois, ou até telefonemas para a Direcção de Estradas, mas até hoje, e já lá vão dois ou três anos, não temos pré-sinalização nem sinalização. O que é que acontece, alguma que tínhamos lá foi retirada, na Estrada n.º 15 tinha lá sinalização de Salsas e até da Senhora do Aviso, até essas sinalização foi retirada. Fizemos telefonemas para a Direcção de Estradas, disseram que iam ver, que iam ver, mas já passa um ano, dois anos, três anos.

.....A Câmara Municipal também em tempos falou sobre a sinalização das aldeias, mas nesse campo também tem feito muito pouco ou nada.

.....Fiz um ofício um dia destes a pedir, pelo menos, sinalização da localização da aldeia de Salsas, Vale de Nogueira e Senhora do Aviso, e também como temos lá, não digo um museu, mas a “Casa do Mascarado” em que temos lá vários fatos e máscaras, e que até é um espaço agradável, que é na estação, também gostava que fosse sinalizado com a indicação da Casa do Mascarado de Salsas.

.....Isto era uma das situações mais prementes, e também temos um problema grave que se arrasta já há algum tempo, que é o saneamento de vale de Nogueira. O Senhor Presidente tem conhecimento do que se está a passar, mas ainda há dias, na estrada n.º 15 foi feito um corte há cinco meses para passar de um lado para o outro da estrada o saneamento, o que é certo é que a abertura continua e vários carros já partiram molas, e tiveram lá vários acidentes.

..... Eu já fiz vários telefonemas, já fui à Câmara várias vezes, já fiz telefonemas para o Senhor Presidente, já falei com o empreiteiro, já falei com os técnicos, mas até agora o problema não tem sido resolvido. Ao pé da escola, em frente à escola de Vale Nogueira, a antiga escola, há um rasgo e esse rasgo é um perigo eminente. Portanto, é uma questão que se me desse um bocado de emulsão ou cola, nós tapávamos esse buraco, como já tapamos vários buracos até com cimento, na estrada Vale de Nogueira Salsas, como na estrada que vai para Moredó, que aquilo já nem é tapete nem é terra batida, porque está cheia de remendos,

mesmo assim nós temos tapado com cimento, ali também estivemos para o fazer, mas como é uma estrada nacional não sei se é o melhor.

.....Também queria dizer que nas ruas o saneamento nunca mais se acaba, o que é que acontece? A água está ligada à rede velha e à rede nova, ao ligar à rede nova várias fugas se deram. O que é que acontece, acontece que foram lá, e deixaram buracos no meio da aldeia. A aldeia está toda esburacada, nós tivemos que comprar material e tapar esses buracos, continuam os buracos, porque o Inverno ainda está à porta, tem chovido, as pessoas vão passando e vão fazendo buracos. Também está intransitável essa parte.....

..... E a água de rede? Bem, estamos em Maio, estamos em Maio, isto arrasta-se já há dois anos e não sei o que é que podemos fazer neste verão com as rupturas que temos.

..... Gostava que o Senhor Presidente, pelo menos, dissesse alguma coisa sobre estes casos que eu expus.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos pedidos de esclarecimentos, tínhamos que combinar aqui algumas coisas em termos de horários, porque o Senhor Presidente da Câmara, e estamos no Estado e Vida do Município, obviamente que deve estar presente enquanto estiver a ser discutido este ponto, tem uma intervenção na televisão ao meio dia e meia hora, por ocasião dos cinquenta anos da televisão. Hoje o programa é feito em Bragança.

.....Portanto vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, e depois fazemos as inscrições para as intervenções, mas antes do meio dia e meia hora, ligeiramente ao meio dia e meia hora interrompemos a sessão, e eu sugeria que, como temos uma agenda algo pesada, que interrompendo ao meio dia e meia hora retomássemos os trabalhos às duas horas certas. Eu pedia esse esforço, para ver se conseguimos efectivamente desempenhar-nos desta missão.

.....Durante a tarde, há um ponto da ordem de trabalhos que é uma eleição dos Representantes numa Comissão de Protecção de jovens, que irá dar lugar a uma votação por chamada. E eu chamo a atenção para isso, porque nessa chamada, para além da votação aplicar-se-ão as regras que estão previstas no Regimento da Assembleia quanto às presenças no momento em que haja chamadas.

.....Senhor Presidente da Câmara faça o favor, tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Começo por responder ao Senhor deputado Amílcar Pires. A matéria que abordou relacionada com a toponímia, estamos naturalmente abertos qualquer evolução, se há evolução que se impõe fazer, fá-la-emos no âmbito da Comissão de Toponímia, sem reserva. .

.....Obras na Avenida Cidade de Zamora - Estão com bastante atraso, com imenso atraso. A empresa solicitou recentemente uma prorrogação de prazo que não foi concedida, por despacho do Presidente da Câmara, no uso das competências do Executivo, despacho esse que foi ratificado na última reunião de Câmara, pelos membros do Executivo, por unanimidade.

.....Sabemos que as empresas em geral passam por situações de alguma complexidade, muita dificuldade. Esta empresa está também a passar por algumas dificuldades óbvias, temos outras empresa que colaboram com a Câmara e que estão em situação idêntica, irei falar nesse aspecto.

.....De qualquer forma, a Câmara Municipal não pode fazer aquilo que compete fazer às empresas, tem um contrato feito, as regras são claras, e portanto não podemos substituírmolos. Podemos fazer o quê? Podemos pressionar, pagar na medida do possível atempadamente, para não criar obstáculos e problemas às empresas, fazemos esse esforço....

..... Eu podia trazer a lista completa também com as empresas, mas o caso concreto desta empreitada que é aquela que mais nos preocupa neste momento, em termos de prazo de execução, foram feitos vários autos, 14 autos de medição de trabalhos. Pagamos, até ao momento, 11 autos de medição, e destes três que faltam pagar, dois têm a data de 30 de Março, porque há dois empreiteiros em consórcio, a parte eléctrica e os restantes trabalhos, e outro tem a data de 13 de Março.

..... É bem provável, se tudo correr bem, que no próximo mês, no âmbito dos pagamentos correntes, se pague uma facturação a pouco mais de trinta dias. Não podemos fazer mais do que isso. Vamos pressionando, dissemos à empresa que neste momento não concedíamos qualquer prorrogação de prazo, podendo entrar em regime de multas, se não houver um acordo muito claro e explícito de meios a mobilizar a obra com um prazo muito bem definido, que nós pretendíamos que não excedesse o mês de Julho. É o que tenho a informar sobre a Avenida.....

.....Empresa Duriensegás - Não tive ainda contactos com a Duriensegás no âmbito da matéria que foi abordada na tomada de posição da Câmara Municipal, tive sim com a ERSE, que é a Entidade Reguladora do Sector de Energia, em que trocamos algumas impressões sobre esta matéria.

.....O tarifário vai evoluir, a meio do próximo ano o país terá um tarifário uniforme neste âmbito, no fornecimento de gás.

.....A outra matéria que tem a ver com a segurança na chegada do gás, essa área tem a ver com a construção de gasodutos. A nossa esperança, a nossa insistência, a persistência é que Bragança não pode ficar numa situação de insegurança, pode haver um problema de transporte, o problema de fornecimento à estação abastecedora em Setúbal, Bragança deve

ter as oportunidades que tem o resto do País, deve ter uma rede de estrada integrada numa rede de gasodutos que permita receber gás da Argélia, como o gás do Norte da Europa, portanto essa é a nossa reivindicação, é a ligação dum gasoduto a Zamora.....

..... Por sua vez a Europa precisa de renovar, segundo o pouco que sei nesta área, mas sei que precisa de renovar a infra-estrutura de base, a infra-estrutura primária de abastecimento de gás natural à Europa, digamos que, criando alternativas que façam potencial conflito com determinada zona, digamos, da qual resulte a suspensão de fornecimento. A Europa precisa dessa reestruturação, se precisa, provavelmente Bragança pode vir a beneficiar de um gasoduto nesse âmbito. É a nossa perspectiva e a nossa exigência junto da entidade reguladora.

.....Quanto à energia eólica, Senhor deputado Luís Filipe, a Câmara Municipal, vai-me desculpar, como deve perceber, nunca poderia assinar um protocolo com uma empresa, qualquer que fosse a empresa, ou com uma Associação, eu nunca fiz isso e vou com nove anos de mandato, vou entrar no décimo, nunca o fiz nem podia fazer sem ter uma aprovação da Câmara, sem respeitar as competências e a legalidade, e sem que, neste caso, viesse à Assembleia, porque a Assembleia é o órgão deliberativo, tem a competência numa matéria que envolvesse uma parceria deste âmbito. Era absolutamente impensável que houvesse um protocolo para assinar. Havia sim protocolos, eventuais protocolos para assinar com as Juntas de Freguesia.....

..... Eu reuni com as Juntas de Freguesia, antes disso, reuni com essa empresa, tivemos alguns momentos antes desta empresa surgir no Mercado de Bragança, surgia nalgumas posições que hoje são da Airtricity, surgia a Enerbaça. Tivemos contactos anteriormente com essa empresa, a Enerbaça, referindo que havia condições para operarem no Concelho de Bragança, o que os obrigaria a dialogar com a Câmara Municipal que tem a autoridade administrativa sobre o território, portanto não adiantava andarem na pesca à linha junto dos baldios das Juntas da Freguesia, embora o fizessem porque essa pesca à linha também, digo para esta empresa, como para tantas outras empresas, porque não há ordenamento no País, ordenamento estratégico no País na área das energias renováveis, ao contrário do que acontece em Espanha, que se sabe onde é que se podem fazer parques eólicos, e em que condições. O País não tem um plano a esse nível, o que obriga as empresas, naturalmente, como é óbvio, andar na pesca à linha.

.....Informamos que independentemente dessa atitude, nada aconteceria no Município de Bragança sem que os órgãos com competência se pronunciassem nessa matéria, e desde logo sem que se aproximassem da Câmara. Essa situação veio a ocorrer mais tarde através da Airtricity, penso que englobou empresarialmente a Enerbaça, tomando conta dessa posições e fizeram uma abordagem connosco no sentido de perceber qual era a receptividade.

..... Estamos, agora, perante um parceiro internacional que se quer instalar em Portugal nessa área, que vemos um espaço e uma oportunidade de negócio, e a nossa atitude foi: -

primeira condição - instalam a sede nacional da empresa em Bragança, se é aqui que vão ter o essencial da vossa actividade neste âmbito.

.....Ponto número dois, as questões de parceria relacionadas com a parceria empresarial para o investimento e a exploração têm que ser discutidas com a Câmara. Essa parte ainda não está avaliada, vamos iniciar um processo durante o mês de Maio, que será apresentado ao Executivo, e depois do Executivo será presente na Assembleia Municipal para tomada de decisões.

.....Havia sim, alguns contactos por parte da empresa, portanto, na sequência da primeira reunião de Câmara, perceberam que havia possibilidade de continuarem a fazer algum esforço, junto dos baldios e Juntas de Freguesia.....

..... A empresa apresentou a minuta de protocolo a algumas das nossas Juntas de Freguesia e baldios, que reuniram comigo, eu referi-lhes que não me parecia estarem devidamente salvaguardados os interesses públicos nesses protocolos, que se impunha fazer alterações, discutimos os termos dessa contraproposta que as Juntas e os baldios iriam fazer, essa evolução não ocorreu, a minha atitude nessa cerimónia foi reunir normalmente com os responsáveis da empresa e dizer que não me parecia bem que nessa cerimónia houvesse qualquer assinatura com as Juntas de Freguesia ou Comissões de Baldios, porque isso perturbaria as relações com o Município. Era preferível aguardar, estudarmos as condições, digamos, de equilíbrio entre o que é o interesse privado e o que é o interesse público, para que pudéssemos vir a fazer uma caminhada conjuntamente em benefício naturalmente da nossa região.

.....Foi assim em traços gerais que se passou, sobre esta matéria ainda não tive oportunidade de informar, digamos, de forma sistematizada e formalmente, o Executivo, oportunamente vou fazê-lo à medida, logo que as negociações se iniciem.

..... Portanto, Senhor deputado vai-me desculpar, nunca me passaria pela cabeça que eu como Presidente de Câmara, ou até mesmo algum membro do Executivo, mesmo que não tivesse funções executivas não percebesse quais são as suas competências.

.....Projectos que existem na área - Existem projectos relevantes na área, existe um projecto da qual a Câmara é parceira, o projecto da PENOGUE. A PENOGUE é uma empresa que envolve de parceria com três Câmaras Municipais: Bragança, Vinhais e Macedo, iniciada em Bragança, que envolve a instalação de um parque eólico na Serra de Nogueira, na Serra de Nogueira houve já mais interesses em termos de empresas privadas, hoje a PENOGUE, digamos, abrange toda a área da Serra de Nogueira, no espaço que tem potencial eólico no âmbito do território dos três Concelhos.

..... Os protocolos com as Juntas de Freguesia estão consolidados, funcionam bem, há um potencial interessante e pensamos que este será o primeiro Parque Eólico a avançar neste Concelho.

.....Os estudos estão avançados, o arranque está condicionado à capacidade de entrega de energia na rede. Trabalhámos junto do Senhor Presidente da REN, Rede Eléctrica Nacional, para que antecipasse a oportunidade de aceitação de energia numa rede com capacidade de transporte.

..... Durante o ano de 2007 será construída essa rede de transporte entre Macedo e Mogadouro, transporte de muita alta tensão, as linhas actuais não têm a capacidade de receber a energia na rede, mais tarde esta linha será ligada a Chaves e pedimos simultaneamente que fizessem uma ligação para norte, para Espanha.

..... Numa das Cimeiras Ibéricas, há dois anos, esta matéria foi discutida, foi consensualizada entre os dois governos, as duas direcções gerais de energia dos dois Países têm estado a trabalhar esta matéria e em princípio serão abertos mais dois pontos de conexão das duas redes ibéricas, o que dará mais facilidade de vir a aproveitar potencial eólico na Serra de Montesinho.

..... No próximo ano, terminada a linha durante o ano de 2007, o Governo atribuirá por concurso, por ajuste directo, a licença para intervir na Serra de Nogueira. Portanto pensamos que durante o ano de 2008 acontecerá esta atribuição e esta resolução, ou por concurso, e final de 2008 início de 2009, o parque estará em construção. Portanto, em traços gerais é este o cenário.

..... De facto há duas zonas com potencial muito grande no Concelho, o que nos permitirá ser um Concelho exportador de energia limpa, com uma grande capacidade de produção comparativamente aos gastos do Concelho, o que é positivo no âmbito das políticas Europeias para a sustentabilidade do planeta e a nova política de ambiente e da energia.

.....Edifício do NERBA - É de facto propriedade do NERBA, fez-se uma escritura há pouco tempo, de reajustamento de alguns pormenores que não estavam bem resolvidos, é propriedade do NERBA no âmbito, como digo, com decisões correctamente tomadas, incluindo a Assembleia Municipal. Só podia ser.

.....O processo de controle de água está a evoluir bem nas freguesias, num prazo relativamente razoável, penso que o processo estará praticamente ultimado, tem havido mais dificuldades é do lado da Câmara Municipal em termos administrativos e técnicos de responder a essas solicitações.

.....Quanto ao aumento de tarifas, Senhor deputado, quando fizemos a apresentação do processo sobre o IMI a nossa preocupação foi comparar a situação de Bragança com as Capitais de Distrito e não com os Concelhos mais pequenos, desde logo com Vila Real que pratica as taxas máximas. Comparamos com Vila Real, comparamos com Viana do Castelo, comparamos com a Guarda e com outros Municípios. Portanto esta política de novas tarifas para serviços municipais, a nova lei de finanças locais é clara, fundamentar e justificar novas tarifas obriga a estudos económicos, que é um processo extremamente difícil, a Lei nesse aspecto, do meu ponto de vista, está mal feita, está errada, há serviços que não têm

sustentabilidade nenhuma, são serviços públicos, aos quais é preciso local recursos financeiros públicos.

.....De qualquer forma a orientação da Lei é essa e o que se prevê é que proximamente, a não ser que haja alteração de intenções do Governo, o próprio Governo se irá encarregar de definir tarifas de serviços que serão obrigatoriamente aplicadas ao País, que não têm a ver com as nossas tarifas, serão seguramente bastante acima daquelas que a Câmara pratica.

.....Transportes escolares - Demos conta publicamente da situação, portanto a empresa suspendeu unilateralmente os transportes escolares, criando problemas complicados de transporte, o serviço público que concessionou sete linhas à Rodonorte, obriga a que os horários de transporte público se adequem às necessidades de transportes escolares. A Empresa apresentou propostas de pedidos de alteração nos Serviços desconcentrados da DGTT no Porto, sem que os Serviços Centrais soubessem, com argumentos de que os novos horários que propunha serviriam melhor os estudantes e até tinham feito inquérito aos utentes, restantes utentes, como se os restantes utentes pudessem responder a um inquérito desses favoravelmente a um horário que deixaria os seus filhos ou os filhos dos seus vizinhos na rua sem transporte.

.....Nós questionamos se este inquérito existiu e pedimos à DGTT que obrigue a empresa a identificar esse inquérito. Tem que falar com seriedade e com verdade. A empresa adoptou esta atitude, uma atitude de pressão sobre o Município, para que o Município subvencione directamente o défice de exploração.

.....Nós entendemos que esta é uma situação de ilegalidade e de irregularidade, mesmo que haja Câmaras no Distrito que o estejam a fazer. Temo-lo afirmado e temos dito na DGTT, impõe-se sim que o Governo, que o problema está aí, está no Governo, estude de forma integrada a região e atribua concessões de forma integrada em termos públicos, em que define aquilo que é o serviço público, para que os privados definam quanto querem para que o serviço público seja feito. Isso é que é transparência e legalidade, e portanto nós não embarcamos em jogadas deste género e foi isso que dissemos, e nessa medida dissemos por escrito, nos termos da lei também, à Direcção Geral que exigíamos que os horários de transporte fossem repostos, repostos nos termos da Lei e em que a Câmara não foi ouvida, e que a matéria fosse clarificada perante os cidadãos.

.....A DGTT respondeu-nos, deixei o dossier de capa castanha em cima da mesa, respondendo-nos, dou a data, Senhor Presidente peço-lhe desculpa mas tenho que a dar.

.....Na última acta da reunião de Câmara os senhores deputados poderão ver já o estudo que foi feito, fizemos uma síntese que eu trazia para a Assembleia mas não vou ler. Mas quero-vos dizer que a resposta da DGTT é de 18/04 de 2007 onde diz expressamente” Informamos Vossas Excelências que a Empresa Rodonorte Transportes S.A foi, nesta data, notificada, para repor a partir de 30/04/2007 os horários efectuados nas carreiras do Concelho

de Bragança antes dos pedidos de alteração apresentados no final de 2006, início de 2007, que se juntam.

..... Estava a decorrer, na altura em que a empresa suspendeu os transportes, um processo negocial na DGTT, tendo em vista, com o apoio da Câmara, a apresentação de um dossier junto do Governo no sentido da eventual compensação financeira ao défice de funcionamento de transporte público, à semelhança do que acontece em Lisboa e no Porto nos transportes públicos, que são subvencionados, e é nessas áreas que há gente para transportar. É uma situação de absoluta injustiça, desigualdade perante nós, que não nos consideram como cidadãos do mesmo País, também nesta matéria. E nós nisso não cedemos. Deixaremos que o Governo avalie a situação que se arrasta há quase cinco anos, este processo, e portanto não cederemos de forma fácil a um processo neste âmbito. Encontramos a solução, que é à custa do orçamento do Município, arranjando transportes alternativos até ao final do ano lectivo, tendo pedido à Direcção Geral de Transportes Terrestres que resolva e encontre solução para, antes do início do próximo ano lectivo.

.....Plano de Pormenor da Zona Histórica, está de facto a aguardar o despacho de aprovação do Ministério. Para todos os efeitos, a Câmara Municipal segue na apreciação dos seus processos, obrigatoriamente aquilo que está aprovado porque é um documento que obriga a Câmara, por razões de princípio e razões de ética não haverá nenhum processo a informar na Divisão de Urbanismo que não siga em princípio essa orientação, independentemente de não ter vindo ainda, lamentavelmente, a aprovação.

.....Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros - Reuni com o Senhor Governador Civil, não sei precisar a data, reafirmei e entreguei os elementos correspondentes à proposta da Câmara Municipal, que é a disponibilidade da Casa do Lavrador, que tem excelentes condições, com auditório de formação, salas de formação, salas para secretaria, salas para refeitório e para arrumos e outras coisas mais, num edifício novo, para funcionar transitoriamente, sem reserva nenhuma.

.....Penso que não há solução melhor do que aquela, vamos ver o futuro e além disso reafirmamos a nossa disponibilidade para a Câmara, através do seu orçamento acabar o edifício que está ao lado do NERBA, construído para Escola de Formação, arranjar toda a parte envolvente, financiar, digamos, obter como única contrapartida a aceitação da inclusão numa candidatura a fundos comunitários, sendo que toda a componente nacional a Câmara assumiria a sua aplicação.

..... Mais do que isso nós não podemos fazer, particularmente numa área que obrigaria a que a Administração Central colocasse dinheiro no projecto, à semelhança do que acontece em qualquer lado. No túnel do Marquês e tantas outras obras que derretem milhões e milhões permanentemente, sem resultados à vista, aí não escasseia o dinheiro, só escasseia para Bragança.

.....Este modelo de desenvolvimento, eu recuso. Não estou solidário com ele, já o disse várias vezes, e continuarei a afirmá-lo, por isso também não me sinto, digamos, atingido quando é feita a referência de que os autarcas assumem e aceitam num acto de cobardia determinadas atitudes. Isso para mim não serve nem nunca o aceitarei.

.....Congresso de Trás-os-Montes - Senhor deputado Luís Costa, não sei dizer-lhe nada sobre isto, confesso. Não há desenvolvimento nenhum que seja do meu conhecimento, nem na AMTAD que é presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, nem em qualquer outro âmbito, desconheço.

.....O problema de água - Temos alguns problemas relacionados também com a JAE, mas não é o aspecto essencial, mas também temos por causa da utilização da plataforma. Os recursos também, não dão para tudo, chegamos agora ao circuito turístico, eu acho que vamos ter que chegar lá baixo, que é mais do que razoável que isso aconteça.

.....Cedência de escolas - É feito um protocolo tipo às Juntas de Freguesia, no sentido de aproveitarem o melhor possível para as actividades da Freguesia, da Comunidade, seja em eco museus, seja em outros espaços positivos, seja para actividades de Associações.

.....Presidente da Junta de Salsas - Parque Infantil - A Junta conjuntamente com a Câmara pode melhorar o Parque, podemos atribuir uma verba. Recentemente a Junta de Freguesia de Izeda instalou um parque novo, infantil, no Jardim Alves da Veiga, a Câmara transferiu-lhe a verba pela totalidade.

.....Abrimos concurso, de acordo com o que temos no orçamento e esgota o orçamento, nem chega, para renovar o parque da Braguinha; substituir o Parque do Eixo Atlântico por um novo, que está danificado, e instalar um Parque ou no Polis ou no Jardim Dr. José de Almeida porque é uma zona em que os pais chegam com as crianças e não têm um equipamento lúdico capaz.

.....Obras – Temos alguns problemas. Eu tinha uma lista exhaustiva para responder aos Senhores Presidentes relativas a algumas preocupações, quando entram em funcionamento as Mini ETARs, etc. Tenho isso tudo numa lista que vos posso fornecer. Há datas marcadas para muitas. Foi preciso fazer verificações com as empresas construtoras, com a AGS que é a entidade concessionária do serviço, afinar pormenores. Estão a avançar.

..... Há outros em que temos problemas. Temos problemas de facto em Vale de Nogueira com uma empresa que está neste momento em regime de multas, temos duas empresas em regime de multas, portanto não é fácil para as empresas, também não é fácil para a Câmara, entendemos nestas duas situações que esgotamos um pouco a capacidade de diálogo e enveredamos por aquilo que legalmente e contratualmente está ao nosso alcance.

.....E era o que eu tinha a dizer aos Senhores deputados, penso que esgotando o tempo respondi a todas as questões que me colocaram.....

.....**Presidente da Mesa** – Esgotando e ultrapassando, Senhor Presidente.

.....Vamos fazer só as inscrições porque já é meio dia e um quarto, vamos fazer as inscrições para as intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos.....

.....Senhor membro Bruno Veloso, tem a palavra.....

.....**Bruno Veloso** – Mais uma vez muito bom dia a todos.....

.....Eu gostaria, neste ponto, de reflectir algumas situações com toda a Assembleia Municipal, no sentido de produzir algumas recomendações, indicações, alguns contributos à Câmara Municipal nalgumas formas de actuação, nomeadamente naquilo que respeita com o meio ambiente e alguma parte do desenvolvimento rural. E hoje, quando muito se fala nestas questões e no abandono também do mundo rural por parte dos jovens, nada melhor do que a criação de algumas políticas de incentivo ao envolvimento dos jovens nesta medida.

.....Nesse sentido apresentaria uma moção de recomendação que passo a ler, que terá o título:

“Moção de Recomendação

Meio Ambiente e Desenvolvimento rural: Um compromisso Comum

.....Vivemos hoje num mundo globalizado, onde muitas vezes as questões ambientais são esquecidas no nosso quotidiano, servindo muitas vezes as palavras de tónico aos nossos pecados ambientais.

.....Cabe-nos contribuir, a cada um de nós individualmente, mas muito em particular às instituições Municipais, o fomento de pequenas regras criando políticas sensibilizadoras das populações e com elas construir um melhor ambiente e contribuir assim para o aumento da qualidade de vida no nosso concelho.

.....A AM reunida em Bragança recomenda à CMB:.....

.....- Envolver os jovens em acções cívicas capazes os sensibilizar para a importância da preservação do meio ambiente;.....

.....- Estimular a comunidade escolar na participação e desenvolvimento de acções conjuntas pela defesa e preservação do meio ambiente;.....

.....- Fomentar a utilização eficiente da energia, favorecendo o licenciamento de projectos de novas construções e que adoptem mecanismos capazes de diminuir o consumo de energia e que privilegiem às energias renováveis;.....

.....- Aumentar o número de ecopontos.

.....- Apoio de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável e meio ambiente desenvolvidas pelas juntas de Freguesia;

.....- Melhoramento das políticas de água. Promover uma campanha de consciencialização de carácter Municipal para a necessidade de utilizações correctas da água;.....

.....- Promover em conjunto com as Juntas de Freguesia percursos pedestres sobre caminhos rurais, identificando espaços rurais de interesse ambiental e recuperando percursos rurais;

.....- Fomentar a Participação dos Jovens no desenvolvimento Rural;.....

.....-Patrocinar o fomento, em articulação com as juntas de Freguesia a criação Plano de Juventude para as zonas Rurais. Planos esses que devem ser transversais e capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável do mundo rural, capazes de proteger o ambiente e a cultura e simultaneamente atrair o investimento, aproveitando para isso as potencialidades do QREN.

----- a) Bruno Veloso

----- Partido Socialista.

.....Acrescentaria também e ainda, a esta moção, que poderia a própria Assembleia Municipal, se o Senhor Presidente assim o entendesse, criar uma Comissão, se esta moção fosse aprovada, de Acompanhamento e de produção de algum documento, que desse algumas linhas orientadoras para a criação deste Plano.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Como sabe, a criação de Comissões pode ser feita por iniciativa do Presidente ou por iniciativa dos Grupos Municipais. Dado que vem de um membro de um grupo municipal, nesta ou noutra oportunidade concretizarão, com certeza, a proposta e pô-la-emos à discussão nessa altura.

.....Bom, temos aqui uma moção. Pedidos de esclarecimento sobre esta moção?

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, faça o favor.....

.....**Luís Afonso** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, caros companheiros membros da Assembleia Municipal.....

.....Bom, eu confesso que não acompanhei a leitura da moção, ela é extensa, mas eu gostava de fazer aqui uma questão. Entende o Senhor deputado que, e isto é realmente relevante para perceber aqui um pouco o teor desta moção, mas reparo que vocês fazem uma observação relativamente às políticas, ao incentivo de formas de sensibilização da população relativamente à questão da água.

..... E eu gostaria de deixar aqui uma pergunta ao Senhor deputado, se entende por exemplo que na Câmara de Bragança, ao longo dos últimos mandatos, se tem sido ou não, no

vosso entender, prosseguida uma política, no nosso entender sim, uma política de sensibilização da população relativamente a esta matéria da política da água.
..... Recordo naturalmente também aquilo que aconteceu no ano de 2004, e com os intensos esforços que a Câmara de Bragança, na altura, promovia para essa matéria. Acho que esse esclarecimento para mim é relevante. E que fique aqui registada a vossa opinião sobre essa matéria.
..... De resto, gostaria de lançar aqui uma questão. Infelizmente o meio rural hoje é um meio, por muitas situações, e muitas delas da responsabilidade dos Governos de responsabilidade nacional, que é o seguinte. Realmente o mundo rural é um mundo que está a desertificar-se, desertificar-se significa perder muita gente, e muito mais gente jovem, gostaria que fizesse um esclarecimento à Assembleia de qual é a vossa opinião, querendo alargar um conjunto de iniciativas às Assembleias de Freguesia, não sei se também está inscrito algum membro Presidente das Juntas de Freguesia para falar sobre esta matéria, noto que há aqui uma intenção vossa de que haja dentro das Juntas de Freguesia alguma dinâmica com os jovens nas Freguesias, gostava que fizesse um esclarecimento à Assembleia relativamente à vossa posição na demografia do estado etário dos jovens nas aldeias do nosso Concelho.
.....Eram só esses esclarecimentos que eu pedia.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, quer responder?
.....Faz favor.

.....**Bruno Veloso** – Ó Senhor deputado Luís Afonso, cada vez que eu venho aqui apresentar uma moção, você está sempre distraído. Foi na última, é nesta, e tenho pena que numa moção como esta, só tenha olhado para um parágrafo da água. A moção é muito mais que isso. Mas se quer que lhe diga de facto tem-se feito muito pouco naquilo que são políticas da água, e as políticas da água quando são encaradas como tal, não têm a ver só com a forma como se faz a distribuição da água, em alta, em baixa, é tudo, inclusivamente também a forma como se sensibiliza a população também para a poupança da água e é nesse sentido, nesta questão concreta e elementar que efectivamente eu digo que deve haver uma sensibilização das pessoas.
.....Isto não é uma crítica à Câmara, e o Senhor deputado tem sempre a tendência de que quando alguém vem aqui fazer uma proposta construtiva de se sentir logo acossado, muito irritado, hoje até lhe deu um ar muito calmo, mas tenta sempre dizer, “coitadinhos lá estão aqui a atacar...” olhe para as coisas com aspecto construtivo que elas têm, e pense que de facto os jovens, e em especial quando venho aqui fazer propostas é nesse sentido construtivo e portanto devemos encará-las dessa forma.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Inscrições para intervenções sobre esta matéria?
.....Júlio de Carvalho, faça o favor.

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

.....Eu fui professor durante trinta e seis anos, do Ensino Primário, do Ensino Secundário, Escola do Magistério e Ensino Superior, e confesso que quando vejo alguém, jovem, com quem lidei, apresentar iniciativas, apresentar sugestões, eu fico sensibilizado. E fico sensibilizado porque entendo que, e fui sempre crítico, que o nosso ensino em Portugal falhou. Falhou ou tem falhado e ou muda ou este País cada vez se afunda mais. Portanto a Educação é um factor de desenvolvimento e de progresso.

.....E tive o cuidado, para não falar de cór, de ler a proposta ou a moção apresentada aqui pelo Veloso. E confesso que, eu, pessoalmente, a subscreveria na sua íntegra. Aquilo que está ali acho que é um contributo excepcional para que a gente comprometa a nossa juventude em problemas, que são os problemas da Câmara, com que a Câmara está empenhada, e sei, de facto, ainda ontem, por exemplo, e a Câmara que também está envolvida neste projecto, foi lançado um livro sobre ambiente, numa escola para jovens e para professores, onde esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, ele provavelmente irá falar nisso, mas que é uma obra notável, por aquilo que já tive oportunidade de ver, e é uma acção das Câmaras, uma acção concertada de todas as Câmaras do Distrito, no sentido de sensibilizar os jovens para o meio ambiente.

.....Portanto essa é uma política que está a ser, creio eu, seguida por todas as Câmaras Municipais, e aquilo que está aí nessa moção, apenas discordo em certa medida dela, mas é uma moção, só porque talvez porque não seja o momento oportuno, nalguns aspectos. Acho que são aspectos fundamentais, fulcrais, essenciais, mas que podem ser apresentados numa discussão do Plano de Actividades do Orçamento por forma a que elas fiquem lá consignadas.

..... Usar os meios rurais para caminhos da juventude e incentivá-los, etc, ect., de contribuir para o desenvolvimento e integração dos jovens na nossa... é da Lei. Uma das leis essenciais que existe precisamente sobre o desenvolvimento do território e sobre as autarquias locais é promover a criação de associações, associações de agricultores e de associações de jovens agricultores, no sentido de nós os enraizarmos no nosso meio rural. Portanto aquilo que está ali, na minha opinião, é expresso, é bonito, é belo, é bom, é útil e acho que não pode ser objecto de qualquer, na minha opinião, de qualquer censura. Pelo contrário, eu vanglorio-me e vanglorio-me de ver os jovens e a juventude empenhada num projecto que pode dar bons contributos e bons frutos ao nosso Concelho.

.....Portanto, eu pessoalmente dou-lhe os parabéns por ter tomado essa iniciativa.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Bom, nós estamos a chegar ao meio dia e meia hora, o Senhor Presidente tem que se ausentar, fica a Dr.^a Isabel. Nós vamos concluir a discussão desta moção e a sua votação, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Salsas está-me a pedir a palavra.....
.....Faça o favor..

.....**Filipe Caldas** – Ora, este assunto que trás aqui do ambiente, principalmente do ambiente e do meio rural, no meio rural já temos Freguesias onde não nascem crianças há vinte anos, não sei se sabe e tem conhecimento.

.....De qualquer maneira eu posso dizer que já estou a gerir a água em salsas há dezasseis anos, vai fazer dezassete, e as pessoas sabem gastar a água, as pessoas da aldeia já são pessoas que também aprendem e colaboram.....

..... Agora o que é certo é que a nível de ambiente nós estamos com certas limitações, as Juntas de Freguesia não têm grandes recursos, mas por vezes, até fazemos boas intervenções, senão vejamos.....

..... Na minha Freguesia, pelo menos trazemos as ruas minimamente limpas, pelo menos limpamos as linhas de água, pelo menos fizemos um espaço onde concentramos o lixo, os “monstros”, chamam-se os “monstros”, porque em vez de andar na estrada, concentramos num espaço em que depois vão lá buscar esse lixo, portanto também passa muitas vezes pela nossa capacidade. Agora, nós temos poucos recursos e nesse aspecto a Câmara Municipal podia-nos transferir verbas acrescidas, porque nós fazemos no ambiente, principalmente no ambiente coisas que o meio urbano não faz, que as Juntas do meio urbano não faz. Elas não limpam as ruas, nós os espaços verdes ou ajardinados que temos são da nossa competência, mas nós também somos pessoas tão zelosas que mesmo com fracos recursos, temos ultimamente, em colaboração com a Câmara e muito bem, penso que esta Câmara nesse aspecto tem estado muito atenta a essas situações e tem colaborado.

.....Agora quanto aos jovens, aí já não estou a ver, em Freguesias mas o grupo de Freguesias capazes de fazermos algumas actividades culturais e recreativas, porque não estou em crer que uma junta de freguesia com dois ou três jovens que possam fazer grandes actividades, tanto lúdicas como culturais e eu, penso eu, que se nos pudermos agrupar, porque já há muito tempo eu há 15,16 anos agrupamos várias escolas do Concelho e conseguimos levar cento e oitenta crianças a passear, algumas delas pela primeira vez, e foi com essa iniciativa das juntas de freguesia que nós conseguimos levar essas crianças. Eu não acredito que sem recursos que nós consigamos alguma coisa, agora podemos é estudar essa situação, a Câmara sempre esteve atenta a essas situações e acho que nos dá meios para a gente andar, e eu proponho que seja um assunto a estudar e que deverá haver uma Comissão para avançarmos com uma proposta destas.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Vamos então proceder à votação desta moção, que ela é mais uma proposta de recomendação e trata-se efectivamente de uma recomendação à Câmara Municipal.....

.....**Após análise e discussão da Moção de Recomendação, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**.....

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?
.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso faça o favor para uma declaração de voto....

.....**Luís Afonso** – O PSD votou favoravelmente esta moção, que consideramos de resto, convivemos com as declarações que foram feitas aqui pelo Dr. Júlio de Carvalho, mas reforçamos na nossa declaração de voto, que essa atitude, a atitude que é reflectida na criação dessa Comissão, é a atitude que tem sido consubstanciada na política levada a cabo pelo Governo da Câmara Municipal de Bragança liderada pelo PSD.

.....Infelizmente no que diz respeito à questão da água não posso dizer o mesmo daquilo que o PS fez no passado, e eu recorro que no ano em que o PS era Governo liderado pelo Eng.º António Guterres, era então Ministro do Ambiente o Eng.º Sócrates, que implementou a política da água em Trás-os-Montes, e que vocês, PS, votaram contra nesta Assembleia Municipal, contra as iniciativas do vosso Governo, que naturalmente aqui nesta Assembleia foi apoiada essa iniciativa, que visava uma unidade na questão da água, da produção da água, etc, etc, etc, que é do vosso Governo e que foi liderada aqui pelo Governo do PSD.

.....Fica para a história agora gravado que, de facto, vocês têm uma declaração numa moção que não foi consubstanciada num passado muito recente, relativamente à política da água em Trás-os-Montes e em Portugal. Vocês votaram contra aquilo que eram as medidas do ambiente e da protecção da água, do vosso Partido.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabal está-me a pedir a palavra para uma declaração de voto? Não percebi, na altura, que se estava a inscrever. Peço para ser breve, porque estamos a ultrapassar o tempo em que eu disse que encerraríamos os trabalhos desta manhã.

.....Faça o favor.

.....**Paulo João** - Senhor Presidente, mais uma vez.....

.....No que diz respeito efectivamente à juventude, eu concordo plenamente e só poderia votar a favor desta proposta. Espero também que haja cooperação do IPJ.....

.....É só.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia, vamos então interromper os trabalhos, renovo o meu pedido para que os retomemos às duas horas em ponto.....

.....Ficarei muito grato.

----- INTERVALO PARA ALMOÇO - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas.

.....**Presidente da Mesa** – Senhores membros da Assembleia muito boa tarde.....

.....Dizem-me que estamos exactamente cinquenta membros da Assembleia presentes, vamos retomar os trabalhos.

.....Pedia silêncio, Senhor membro da Assembleia Luís Costa tem a palavra.....

.....**Luís Costa** – Muito boas tardes.....

.....Espero que todos tenham almoçado bem, embora tenha sido para todos, de certeza, um bocadinho à pressa.....

.....O assunto que me trás aqui agora neste ponto da ordem de trabalhos, é o assunto da requalificação da Avenida João da Cruz, que tanta polémica parece que tem dado, sobretudo entre o PSD e o PS, com ameaças já de providências cautelares, etc, etc. E queria deixar aqui bem expressa a posição da CDU.....

.....A Câmara Municipal de Bragança realizou um debate sobre o Projecto de Requalificação da Av. João da Cruz. O debate realizou-se na base de uma ideia seleccionada, em resultado de um concurso público de ideias para a elaboração do projecto de reconversão da Avenida.....

..... Entretanto a Concelhia de Bragança do PS, veio a público defender a realização de um referendo sobre esta obra e promoveu também um debate onde o Governador Civil e responsável distrital do PS “ameaçou” com uma providência cautelar.....

..... Nós não sabemos se ameaçou na qualidade de Governador Civil, ou se na qualidade de militante do PS e responsável Distrital do PS.....

.....De notar que o PS em nenhum momento assumiu que os seus dois vereadores no Executivo Municipal, sempre que neste órgão municipal foi tratado este assunto, votaram ao lado do PSD, e, para quem não sabe ou não se recorda, lembramos que já foram tês os momentos em que o Executivo tratou deste assunto: no lançamento do concurso de ideias, na constituição do Júri e na selecção da proposta. Portanto em todos estes momentos tiveram oportunidade de avaliar da sua discordância.....

.....Como o Projecto ainda está numa fase de desenvolvimento, isto é inacabado, e é de todo o interesse ouvir a população, as forças vivas da Cidade e os comerciantes que operam naquela artéria e as forças políticas, ouvir e atender a todas as sugestões e críticas que se consideram positivas e construtivas.....

..... Daí, que a CDU embora não esteja representada no Executivo camarário, órgão que aprovará o projecto final da obra, considera oportuno manifestar nesta altura, neste momento, nesta Assembleia Municipal, algumas preocupações acerca da intervenção/requalificação da Avenida João da Cruz.

.....Consideramos desde logo que se deve partir de vários pressupostos, a saber. A Avenida é uma obra dos fins dos anos 40, do século passado, período do Estado Novo, que pretendeu abrir os acessos da Cidade ao comboio.

.....A funcionalidade da Avenida é do meio do século passado, o que poderá não se compadecer com o trânsito, com os espaços e com o comércio que se pretendem modernos e apelativos.

.....Pelo seu traçado e amplitude, acrescidas do usufruto de várias gerações de Brigantinos, deve ser tido em conta toda a relação afectiva da população com a Avenida e as suas características mais marcantes. Fruto de muitos atentados cometidos, o que levou à sua quase total descaracterização, primeiro do PS – Luís Mina e depois pelo PSD – Jorge Nunes, Infelizmente, na actualidade, a Avenida não tem grande valor urbanístico.

..... Eu ainda me lembro de vir a Bragança e de ver a Avenida ladeada de casas térreas, casas não tão elevadas e não como está neste momento, portanto do ponto de vista arquitectónico bastante descaracterizada.....

..... Neste projecto está também em causa a requalificação da Rua Guerra Junqueiro, que deveria funcionar como apoiante do trânsito automóvel à Avenida João da Cruz e ainda da Rua Nova, esta sobretudo com alteração da circulação do trânsito automóvel, devendo também prever o estacionamento.....

..... Por outro lado, a CDU considera que em obras desta natureza devem prevalecer alguns princípios como sejam: numa cidade que se pretende moderna, atractiva e funcional, a requalificação dos espaços urbanos pode e deve ser um factor positivo, assim como a polémica e o debate público, desde que feitos com serenidade e responsabilidade, são sempre aspectos altamente positivos de todo o processo, pois vão ao encontro do princípio da cidade partilhada e vivida pelos seus habitantes.

..... Como enquadrar esta obra no todo da cidade? Ajuda a revitalizar o espaço histórico que continua deserto? Ou contribuirá ainda mais para expulsar os cidadãos para as novas zonas da cidade, como aconteceu em intervenções anteriores. Uma obra de requalificação urbana, seja qual for, deve em primeiro lugar ser usufruída por todos, desde logo deficientes, idosos e as crianças.

.....Iguamente será para nós da máxima importância estratégica, encaixar uma intervenção desta natureza com o Plano de Mobilidade Urbana e evitar erros cometidos noutras intervenções da cidade, designadamente com o exagerado uso de granitos, em detrimento da diversidade, sendo certo que esta só enriquece uma intervenção que se pretende funcional e que acrescente qualidade de vida aos cidadãos que usufruem desses espaços.

..... As obras devem garantir rapidez, segurança e sinalização adequada para minimizar os transtornos e prejuízos que inevitavelmente sempre trazem aos comerciantes, aos habitantes e aos utilizadores desses espaços.

.....O que se está a passar na Avenida Cidade de Zamora deve ser um exemplo do que não deve acontecer na Avenida João da Cruz.

..... Por todas as razões atrás expostas a CDU considera em conclusão que:.....

.....1 – Ainda se está a tempo de não se cometerem disparates e erros irreversíveis;

.....2 – Considera a posição do PS nesta fase do processo, de realização de um referendo e de apresentação de uma providência cautelar, a prova mais evidente de que este partido joga no mais puro populismo, revelador da sua irresponsabilidade política, nomeadamente não assumindo a sua participação no Executivo Camarário onde tem dois Vereadores e onde pode e deve fazer as propostas concretas e construtivas como é sua obrigação.

.....3 – Pela nossa parte daremos os contributos que consideramos mais ajustados nesta Assembleia Municipal, e ainda em diálogo com os Brigantinos para que se evitem mais disparates e não germine a demagogia.

.....Tenho dito.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Carlos Cadavez tem a palavra.

.....**Carlos Cadavez** – Boa tarde a todos.....

.....Em primeiro lugar queria passar uma mensagem que já fiz na última Assembleia, como o nosso amigo ali Presidente de Junta de Sortes, que a Fundação Portuguesa de Cardiologia, o ano passado tinha como slogan “nós vamos tratar da sua barriguinha!”. Este ano num programa com a Sub-Região de Saúde, o Centro Hospitalar, o Centro de Saúde, e agora no mês de Maio vamos tentar combater a diabetes e a obesidade, mais uma vez o nosso apelo a todos os Presidentes de Junta que queiram organizar-se nas suas Juntas de Freguesia, que ainda temos mais duas semanas para toda a gente ser monitorizada em saúde pelo Centro de Saúde.

..... Portanto, podem-se dirigir directamente a mim e a única exigência que fazemos é andarem todos os dias durante um ano, trinta minutos por dia.

.....**Presidente da Mesa** - Estamos a tratar do Estado e Vida do Município, o Senhor membro da Assembleia Carlos Cadavez quis tratar do estado de saúde dos Municípios... Vamos passar em claro e faça o favor de entrar então no tema em que estamos.

.....**Carlos Cadavez** – Senhor Presidente, eu penso que tudo isto faz parte. E também como me conhecem já há muito tempo aquilo que penso, aquilo que penso digo e às vezes tem-me trazido alguma desvantagem, mas como hoje as rádios estão a falar, o Senhor Ministro da Saúde veio cá, eu quero informar os meus amigos acerca da minha posição, como Administrador Hospitalar que sou há trinta anos, da minha posição pessoal, pura e simplesmente, e dizer-vos o seguinte. Enquanto que nós andamos durante vinte anos a fazer estudos, e eu fiz um estudo sobre o Centro Hospitalar há quase vinte anos, o Senhor Ministro de uma penada resolveu não só este problema, como resolveu a nível nacional. O PS não me encomendou este discurso, nem ninguém me encomendou, mas o Senhor Ministro da Saúde, que eu considero há muitos anos, sem dúvida nenhuma, tudo isto tecnicamente durante muitos anos foi ventilado e ele fez, com certeza que há coisas que podem ser buriladas, mas não tenho dúvidas nenhuma que no eixo do IP4 os três hospitais têm que se entender, chamem-lhe Centro Hospitalar, que neste momento é Centro Hospitalar, fosse Grupo Hospitalar, fosse outra coisa qualquer. Eu penso que a decisão é correcta e está muito bem feita. Quanto aos SAP`s, quero-vos dizer meus amigos, há aqui uma coisa que falha.....

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia, eu tenho que lhe chamar a atenção, peço desculpa mas tenho que lhe chamar a atenção. Estamos no Ponto do Estado e Vida do Município, pediu a palavra para isso, o PAOD já terminou, eu peço desculpa, é do maior interesse o que está a dizer, mas peço que efectivamente se cinja à ordem de trabalhos.

.....**Carlos Cadavez** - Eu penso que tudo faz parte do Estado e Vida do Município, mas tudo bem, até porque eu tenho tempo. Mas quanto aos SAP`s, só para acabar, o Senhor Presidente deixa-me dizer só uma frase... pela sua cara não deixa...eu passo à frente, mas depois noutras oportunidades eu poderei dizer.

.....De Bragança falta o IP2, falta o IP5, faltam as infra-estruturas rodoviárias para resolver o problema da saúde. O resto, tecnicamente resolve-se muito bem.....

.....Quanto ao relatório do Estado e Vida do Município, devia trazer um relatório muito bem feito, elogio muito grande ao Senhor Presidente por aquilo que ele escreve sempre que nos trás este documento, por estar excepcionalmente bem feito. Ele durante três meses versa para o papel tudo o que faz o Município, e acerca disto, os municípios e os deputados vêm aqui e nada perguntam porque está tão esmiuçado e globalmente trata de tudo que não há dúvidas em que podíamos elogiar a execução de tudo o que ele tem prometido em termos do Plano e do Orçamento.....

.....Eu apenas vou falar de duas coisas que... é que eu fiquei aborrecido, entre aspas, por assim dizer, e perguntei ao Senhor Presidente porque é que se passava isto.....

..... Numa festa tão bonita como a do 25 de Abril, em que eu acho que foi muito bem conseguido aquele acordo que se fez do Município e levou até ao fim, e foi firmado esse acordo com essa grande senhora que é a Graça Morais, fiquei triste só pelo seguinte, porque é que em Espanha os financiamentos das obras são a 75% a fundo perdido, e cá em Portugal como é um Museu é só a 35%. Mais, numa zona do interior em que devíamos ter pelo menos a solidariedade nacional, é uma zona deprimida, o produto per capita é metade do de Lisboa, e acho que devia haver alguma complacência principalmente neste tipo de obras e é por isso que dizemos que em Espanha tudo se faz e em grande, e nós aqui imaginamos o esforço que há da Autarquia para conseguir um bom tom, para conseguir um monumento como está a afazer no Museu de Arte Contemporânea.

.....E em relação, por fim, à empresa da Águas de Trás-os-Montes, eu como muitas vezes sou radical nestas situações, eu costumo dizer porque é que muitas vezes não se põe a hipótese mesmo de sair, porque o esforço que o Senhor Presidente está a fazer já há muito tempo, e que versa nos documentos que nos trouxe, é um esforço muito grande, e eu aqui concordo também com os Vereadores do Partido Socialista quando dizem que confiam em si para resolver este problema. Eu acho que também toda a Assembleia Municipal confia no Senhor Presidente. E eu sei que se vai resolver bem, a nosso contento, penso eu, porque assentou em determinado tipo de bases e nós como gente de bem, nós aderimos, com toda a problemática existente nessa altura aqui nesta Assembleia Municipal.

.....Senhor Presidente, eu apenas tenho que lhe fazer, como da última vez lhe disse – força.

.....Já foram feitas muitas obras, sabemos que ainda tem muitas obras para serem feitas e Bragança continua a precisar muito de si. Eu apenas lhe posso desejar muita saúde e aqueles que acreditam em Deus, nem todos, eu digo-lhe assim, Deus o ajude até ao fim da sua caminhada.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso tem a palavra.....

.....**Luís Afonso** – Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa.....

.....Pois eu gostaria aqui de reflectir e de reforçar, já uma reflexão atempadamente feita pela Câmara Municipal de Bragança, e sobre essa matéria quero agradecer o documento que em 13/04/2007 a Câmara Municipal de Bragança remeteu para a Organização da qual eu faço parte enquanto profissional, e dizer aqui aos companheiros da Assembleia que gostaria que ouvissem o meu sentimento, que é o sentimento da Câmara, ao perigo de eventualmente vir a acontecer uma retirada de mais um serviço de Bragança.....

..... Ao longo dos anos, cada Partido, quando está na oposição, sempre critica o Partido que está no Governo pelos serviços que vai retirando deste Concelho, desta Cidade e do Distrito. E sobre essa matéria eu gostaria de dizer que a Câmara Municipal de Bragança mandou para meu conhecimento que havia um assunto, que já era do meu conhecimento, que tem a ver com a reorganização dos Serviços do Ministério de Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e nomeadamente no que diz respeito à Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança.

.....Ao longo dos anos, nós, parece que nos esquecemos, que, de facto, quem tem responsabilidades políticas parece que facilmente se esquece da história.

..... Bragança ao longo de décadas, décadas, teve uma preponderância enorme na área da intervenção veterinária, na área dos serviços veterinários. Lembro que há muitos anos atrás, já antes e mesmo depois do 25 de Abril, aqui em Bragança estava localizada a Intendência de Veterinária que tinha a responsabilidade sobre toda essa área a nível do Distrito, até Freixo de Espada à Cinta.

..... Com o tempo e sucessivamente com o avanço das políticas dos Governos Centrais, as regiões foram ficando mais divididas.

..... Havia uma Zona Agrária da Terra Fria que era Bragança e Vinhais, depois passou a haver Zonas agrárias por intenção do Governo do PSD, as regiões que tinham dimensão concelhia, mas curiosamente na área da intervenção veterinária, Bragança porque é o Concelho do Distrito que tem maior número de explorações e eu digo isto com toda a consciência, é o Concelho que tem maior número de explorações de pecuária de todos os animais de produção, do Distrito de Bragança, de resto é aqui em Bragança que está o maior número de agricultores.

.....E porque em sede de decisão do Governo, houve uma reorganização que na zona da Região Norte, que a Direcção Geral de Agricultura de Trás-os -Montes acabou por ser fundida com a Entre Douro e Minho, dando origem à grande Região Norte, do qual, e a bem do nosso Distrito, da nossa Região... não só da decisão do Governo do Partido Socialista, que foi uma boa decisão, mas também por toda a pressão que foi levada a efeito pelos Senhores Presidentes de Câmara deste Distrito, houve decisão de manter ou colocar a Direcção Geral do Norte em Mirandela.

.....Uma boa decisão do Partido Socialista. Sim Senhor! Uma decisão que discrimina pela positiva o interior de Portugal e nomeadamente o nosso Distrito. No entanto, a nossa preocupação, agora, cabe no facto de que desta região norte são criadas seis unidades orgânicas de intervenção veterinária, e curiosamente apenas a que é designada como Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança, é assim que se chama, não está indicada a sua sede, a sua localização futura.

.....Tememos, a Câmara já tomou em devido tempo, em reunião de 10 de Abril de 2007, por unanimidade da Câmara Municipal, tomou uma resolução, que julgo quanto me parece dar aqui

a conhecer dos documentos que a Câmara enviou, portanto foi já remetida para conhecimento do Senhor Ministro da Agricultura, essa resolução não sei se estava nos documentos que foram distribuídos à Assembleia Municipal.....

..... Eu reforço aqui a posição da Câmara Municipal dizendo e pedindo o apoio de todos. Era importante que a Assembleia Municipal de Bragança tomasse uma resolução de apoio também àquela resolução que foi tomada na Câmara que só se consubstancia nisto – continuar a vincar o papel que ao longo da história das últimas décadas na história, na área da Veterinária, em Portugal, Bragança sempre teve um papel de liderança. Bragança teve a Intendência Veterinária, e tem ainda hoje, a Divisão de Intervenção Veterinária. E vai perdê-la? Não vai perder? Essa é que é a grande questão.

.....Sendo que não está definido, insisto, das seis unidades orgânicas, aquela de Bragança não está definida no mapa, onde vai ficar, eu pedia o vosso apoio naturalmente numa proposta de Moção que eu vou por à consideração da Assembleia Municipal de Bragança para seguindo já a indicação da Câmara que por unanimidade adoptou esta resolução de solicitar ao Senhor Ministro da Agricultura uma proposta de naturalmente considerar essencial para a economia do Concelho e manutenção da Divisão de Intervenção Veterinária em Bragança, que propunha nesse sentido também, que a Assembleia Municipal, hoje, aqui, tomasse uma resolução de igual teor.

.....Nesse sentido passaria a ler, se me permitem, a moção que propunha a deliberação da Assembleia Municipal.....

.....Quero reflectir não só pelo facto de Bragança ser de facto, o Concelho com maior número de exploração e maior número de agricultores e maior dimensão em termos de Pecuária do Distrito de Bragança, também é aquela que tem a unidade orgânica com maiores funcionários aqui instalados no Concelho, na nossa sede da Divisão de Intervenção Veterinária, maior número de profissionais dentro desta área. Portanto, a saída destes Serviços de Bragança era mais um prejuízo para esses profissionais.

.....Assim passava a ler:

“MOÇÃO

.....Considerando a reestruturação em curso dos Serviços do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Regional e das Pescas e tendo por base a Portaria n.º 219-P/2007 de 28 de Fevereiro, que criou seis unidades orgânicas de âmbito sub-regional na dependência da Direcção dos Serviços de Veterinária da Região Norte e sendo que uma dessas seis unidades orgânicas se designa de Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança, não sendo indicado o local (Concelho) onde ficará sedeada, contrariamente às restantes cinco;

.....Considerando ser o Concelho de Bragança, aquele que possui maior número de explorações agrícolas e o maior efectivo pecuário, alargado a todas as espécies de produção,

e também o maior número de Técnicos e Colaboradores adstritos ao Serviço de Veterinária, maior número de Associações de produtores ligados ao Sector de Veterinária;
.....Considerando que a importância da pecuária do Concelho, no contexto regional, sempre justificou e ao longo das últimas décadas, a existência de Serviços Públicos de Veterinária sedeados em Bragança;
.....Considerando os rumores de que a Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança poderá não ficar sediada na Cidade de Bragança, conduzindo assim à saída de um Serviço importante para a economia do Concelho, propomos que na presente sessão da Assembleia Municipal de Bragança seja proposto ao Governo de Portugal que decida favoravelmente à instalação na Cidade de Bragança da Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança.

.....Da deliberação tida na Assembleia Municipal seja remetida a Sua Excelência o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao Senhor Director Geral de Veterinária, Senhor Governador Civil, Senhores Deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo de Bragança e Comunicação Social.....

.....Bragança, 27 de Abril de 2007

.....a) Luís Manuel Madureira Afonso”

.....**Presidente da Mesa** – Senhores membros da Assembleia recebemos inscrições para pedidos de esclarecimentos.....

.....Não há inscrições para pedidos de esclarecimentos. Abrimos então as inscrições para intervenções sobre esta matéria.

.....Senhor Lídio Correia, faça o favor de se dirigir à tribuna.

.....**Lídio Correia** – Boa tarde a todos. Obviamente que, nós CDU, estaremos inteiramente de acordo com esta moção, nem poderia deixar de ser. E registamos o facto de....-eu não sei se o Senhor ainda é Presidente da Concelhia do PSD... ..

.....

.....**Lídio Correia** - Já não é? É que, se bem me recordo, aqui há uns anos atrás, noventa e três, para aí, em situações algo semelhantes o Presidente na Comissão Concelhia do PSD - não sei se era o senhor - estaria plenamente de acordo com a disponibilidade ou com a ida para os disponíveis de um conjunto de funcionários públicos.

.....Como nós, a CDU, nunca estivemos de acordo com essas coisas, como nós na CDU, consideramos que os Serviços se devem manter aqui e já agora um parêntesis – consideramos que este serviço, este concretamente, vai de facto ficar em Bragança. E eu explico-lhes porquê. É que efectivamente o actual Director Regional da Agricultura não vai querer, quando

for candidato à Câmara de Bragança, pelo Partido Socialista, que não tenha aqui menos um Serviço. É óbvio que eu estou a tentar adivinhar. Mas se eu quando olho para esta fotografia que está aqui neste Jornal e vejo a forma como está ladeado o Senhor Director Regional da Agricultura, pelos maiores do Partido Socialista, eu imagino que não será por acaso, quer dizer, o Senhor Governador Civil de um lado, o Senhor deputado do outro, é óbvio que estarão a ampará-lo para futuros voos, é evidente que as pessoas precisarão de voar nalgumas circunstâncias.

.....Mas, feito este intróito e colocando isto à parte, e é apenas e só, isto, como um aparte, eu devo-lhe dizer que esta questão da localização dos Serviços de Veterinária tem que ver exactamente com aquilo que já o Salazar fazia e que este Governo tem vindo a acentuar de uma forma perfeitamente escandalosa e escabrosa que é de “dividir para reinar” ou seja, este Governo tem vindo a colocar os concelhos do Distrito, quase que num leilão, têm vindo a efectuar aquilo que eu aqui da ultima vez chamei “opas sobre serviços” a ver quem é que dá mais.

.....Isto é perfeitamente escandaloso, está a passar-se com os Bombeiros, vai passar-se com outros serviços e efectivamente ou nós aqui nesta Assembleia, como nas outras Assembleias do Distrito, pomos cobro a uma situação destas, ou efectivamente não vamos ter Serviços de Veterinária, como não vamos ter outros serviços quaisquer.

..... As coisas concentrar-se-ão cada vez mais no litoral e depois não vai ser nem Bragança, nem Vimioso, nem Mirandela, nem quem quer que seja porque efectivamente as pessoas hão-de ir atrás dessas coisas e acabaremos por não ter.

.....E já agora, um pequeno aparte, e para terminar, nisto tudo. Para muita gente, alguns provavelmente que estarão aqui sentados nesta Assembleia, que olham para os funcionários públicos como um mal maior de todas as coisas, eu queria recordar que em regiões como a nossa, mesmo os maus funcionários públicos, que os há, mesmo os maus funcionários públicos, são o único veículo de transmissão de dinheiro do Poder Central para a nossa Região. E são os únicos com poder para comprar o que quer que seja na nossa Região. E é bom que nós ganhemos consciência disso, porque no dia em que deixarmos de ter, de facto, funcionários públicos, provavelmente muita gente daqui deixará de poder viver e terá que emigrar.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Victor Pereira faça o favor.

.....**Victor Pereira** – Boa tarde a todos. Eu já na última Assembleia lembrei aqui ao meu amigo Luís Afonso que não se pode fazer política baseado em rumores, ou baseado no eventualmente. E mais uma vez, esta moção enferma dessas duas palavras que efectivamente não podem caber no vocabulário político.

.....E como tal, vir dizer que a Divisão de Veterinária ou a hipotética Divisão de Veterinária sai de Bragança ou fica em Bragança, quer dizer, sem realmente estar nada concretizado não me parece fazer política de uma maneira séria.

.....Por outro lado, também quero lembrar aqui à CDU que a Direcção Geral de Veterinária não tem nada a ver com a Direcção Geral de Agricultura, absolutamente nada.

.....Portanto não meta aqui, e ele não lhe passou nenhum certificado, com certeza, para o defender, mas não meta aqui o Arquitecto Carlos Guerra nisto, porque o Arquitecto Carlos Guerra não tem rigorosamente nada a ver com isto, rigorosamente nada.

.....Quanto ao Arquitecto Carlos Guerra ser candidato à Câmara de Bragança, tem todo o direito porque é um cidadão de Bragança como é V. Ex^a.

.....Muito obrigado

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Feitas as intervenções relativas a esta moção, vamos por esta moção apresentada pelo Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, a esta Câmara.

.....**Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com cinquenta e oito votos a favor, catorze abstenções e zero votos contra, estando momentaneamente setenta e dois membros presentes.**.....

.....Pergunto se há alguma declaração de voto.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Já vai falar a seguir. Não posso negar-lhe esse direito mas é o próximo orador inscrito, podia juntar a declaração de voto.

.....**Victor Pereira** – Eu não poderia deixar de fazer a declaração de voto. Quero dizer aqui uma coisa, como já o disse aqui várias vezes nesta Assembleia, sempre que seja para defender o Concelho de Bragança, nós, concelhia de Bragança, estamos sempre presentes. Agora, nós não podemos, de maneira nenhuma, alinhar numa moção em que é baseada em rumores, ou eventualmente, quer dizer, não podemos, de maneira nenhuma.

.....Porque se viesse aqui uma moção a dizer que estávamos preocupados com a Veterinária e que eventualmente nós defendemos a permanência, nós aí, diríamos que sim senhor e votávamos a favor. E por isso mesmo é que nos abstivemos, porque não podemos viabilizar coisas que são meras hipóteses, isso nunca o faremos.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Não se vá embora senhor membro da Assembleia, tem a palavra para a intervenção para que estava inscrito. Faça o favor.

.....**Victor Pereira** – E eu começo a minha intervenção, já que o senhor Presidente tem a primazia de me dar a palavra, começo por dizer que afinal o Senhor Presidente, por vezes, tem dois pesos e duas medidas, leve-me isto à laia de brincadeira, é evidente. Porque houve aqui um senhor que veio aqui falar de saúde dos munícipes, parece-me, a mim, que é uma coisa extremamente importante, e foi-lhe cortada a palavra. E veio aqui um senhor falar de vacas e de bois e fez a sua explanação e até apresentou uma moção.

.....Eu não sei quais são os critérios do Senhor Presidente e como lhe disse eu fiz o intróito dizendo que não me levasse a mal, de maneira nenhuma, isto.

.....E eu quero reafirmar aquilo que disse aqui o Dr. Carlos Cadavez, é que efectivamente o PSD sempre esteve de acordo com esta política de saúde. Eu até vos desafiava - e eu não sei se o Bruno tem ali o computador ligado – eu desafiava -vos a ler uma intervenção que ele tem ali dum dito Senhor que foi um ilustre governante deste Distrito e que pronunciou umas palavras muito interessantes, e é importante que isto fique registado em acta na Assembleia Municipal, a propósito de saúde.

.....Este Senhor diz o seguinte: Isto porque “salienta - em concelhos como o de Belmonte, com cerca de oito mil habitantes, durante a noite apenas uma ou duas pessoas iriam recorrer diariamente a este serviço, o que implica grandes custos e pouca rentabilidade, já, se o “SAP” ficar no hospital da retaguarda os mesmos médicos e enfermeiros que estarão a apoiar os acamados poderão também atender esses dois ou três utentes, no SAP. Sabem quem disse isto? Esse Senhor chama-se Adão Silva.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Está terminado este ponto da ordem de trabalhos sobre o Estado e Vida do Município.

.....De qualquer maneira e dado que me foi feita uma observação, com alguma razão, mas a minha interpelação quando o senhor membro da Assembleia Carlos Cadavez estava a usar da palavra é porque efectivamente ele tinha, numa sessão anterior, aqui, e com a permissão da Mesa, enquanto membro do público tinha feito uma apresentação do programa sobre a saúde cardíaca e hoje, relativamente à mesma matéria e relativamente a esse aspecto específico, que é uma iniciativa pessoal e que da outra vez enquadrado de outra maneira, aproveitou uma intervenção sobre o Estado e Vida do Município para a fazer. E foi só sobre isso que eu lhe fiz a observação, foi só sobre isso. Mas não tenho dúvida nenhuma em dizer que efectivamente terei usado de um critério restrito, nessa altura.

.....Passando ao próximo ponto da ordem de trabalhos que é o ponto.....

..... **4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:**

..... **4.2.1 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2006.**

.....Seguidamente se transcreve a solicitação da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

.....**I – CERTIDÃO**.....

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Março do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

.....**“DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVO AO ANO DE 2006**.....

.....Pela Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, foi apresentado o documento de prestação de contas, relativo ao ano de 2006:.....

Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente, para aprovação, o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de 2006, elaborado no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a Resolução n.º 04/2001-2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.....

.....O referido documento é constituído pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.....

.....O documento em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Activos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

.....O Balanço do ano de 2006 apresenta um activo líquido no valor de 127.437.822,17 euros, registando os fundos próprios e o passivo de igual montante.....

.....A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 20.191.270,06 euros e proveitos no montante de 26.396.749,67 euros, originando um resultado líquido do exercício positivo de 6.205.479,61 euros.

.....No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência. Este mapa apresenta, na gerência de 2006, os seguintes valores:

.....Um total de recebimentos no valor de 29.020.383,08 euros, que compreendem 186.218,92 euros do saldo da gerência anterior, 27.712.605,95 euros de receita orçamental (receitas correntes no montante de 20.189.166,01 euros, receitas de capital no montante de 7.507.687,14 euros e o valor de 15.752,80 euros relativo a outras receitas) e 1.121.558,21 euros de operações de tesouraria.

.....**Pelo Sr. Presidente foi feita a apresentação do conteúdo do documento, dando-se início à análise e discussão do mesmo, após o que, antes da votação, o Sr. Presidente fez uma síntese ao documento nos seguintes termos:**

.....1 - A execução do orçamento da receita do ano de 2006 foi respectivamente de 74,97% relativamente ao orçamento inicial e de 71,33% relativamente ao orçamento corrigido, valor positivo, se comparado com a execução média dos municípios de 66% (ano de 2003). Desde o ano de 1998, o Município de Bragança, todos os anos tem obtido valores de execução significativamente superiores à média. A receita total per capita do município no ano de 2006 foi de 789,3 euros, já no ano de 2003 foi de 1 064,03 euros, enquanto a média dos municípios no mesmo ano foi de 664,50 euros.

.....2 - A receita de capital regista um valor inferior ao de 2005, situação decorrente da não venda de bens de investimento, da não contracção de novos empréstimos e ainda da ocorrência de grandes atrasos nas transferências de apoios comunitários e outros, registando-se atrasos superior a um ano nas comparticipações.....

.....3 - A despesa corrente diminuiu no ano de 2006, em 5,13%, cumprindo-se assim um dos objectivos impostos na gestão. A despesa corrente atingiu 53,71% do orçamento da despesa, enquanto que a de capital representa 46,29%. Se, feita a comparação com a média nacional (ano de 2003), a relação é de 57,00% e de 43,00% respectivamente (no ano de 2003, o Município de Bragança atingiu os valores de 31,30% e 68,70%). A relação é globalmente favorável em termos de investimento.....

.....4 - A despesa de capital foi de 12.704.202,10 euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 56,99%. Feita uma análise em termos comparativos ao investimento dos anos de 2003 e 2004 (últimos dois anos com dados globais para os municípios), verifica-se que em 2003, só 17 municípios investiram mais do que o Município de Bragança, apesar de 36 terem realizado despesa global superior. Em 2004, só 38 municípios investiram mais, apesar de 56 terem realizado orçamento global de despesa superior ao Município de Bragança, que esteve no grupo dos 10% de municípios do país que mais investiram.....

.....5 - A dívida global diminuiu 5,75%, representando 55,60% da receita global (a 1 de Janeiro de 1998, representava 105,37%). Se comparada com a média nacional 81% e com a dívida pública, 64,70% do PIB (ligeiramente acima dos 100 mil milhões de euros), percebemos que a situação é equilibrada. A dívida de médio longo prazo, foi diminuída em 1.588.189,82 euros.

.....6 - O património da Autarquia evoluiu para 127.437.822,17 euros, registando-se um crescimento de 6,68%. Os fundos próprios cresceram 6,02%, enquanto o passivo, se deduzida a parcela de proveitos diferidos, diminuiu em 302.476,72 euros.....

.....7 - A despesa com pessoal foi inferior relativamente ao previsto no orçamento, tendo a qualificação geral aumentado, o que dá garantias de melhores serviços aos cidadãos. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,97%, representando 40,44% do orçamento corrente e de 23,87% da despesa global, enquanto no ano de 2005 representava 20,47%.
Os limites legais de despesa com pessoal situaram-se em 37,61% e 17,87% dos limites legais impostos.

.....**Assinalados os aspectos fundamentais do documento, o Sr. Presidente, dirigiu-se a cada um dos membros do Executivo para que se pronunciassem sobre o mesmo e indicassem o sentido de voto.**.....

Intervenção dos Srs. Vereadores:

.....Pelos Srs. Vereadores foi feito um comentário ao documento apresentado.

.....**Sr. Vice Presidente, Eng.º Rui Caseiro:**

.....Voto favoravelmente. O documento de prestação de contas traduz a prática de uma gestão séria e rigorosa a nível patrimonial e orçamental deste Município, por parte do Executivo Municipal. Mais fundamento este meu voto na explicação sucinta apresentada em sete pontos, pelo Sr. Presidente.

.....**Sr. Vereador, Arqt.º Nuno Cristovão:**.....

.....Voto favoravelmente o documento de prestação de contas do ano de 2006 suportado nos seguintes aspectos que me mereceram destaque e por isso me oferece relevar:.....

.....1.º - Verifica-se que a autonomia financeira teve um crescimento bastante acentuado, relativamente ao ano anterior, reflectindo-se de igual forma na saúde financeira da autarquia;

.....2.º - Sendo o saldo de gerência positivo, demonstra que se cumpriu o princípio orçamental de equilíbrio global;

.....3.º - O investimento concretizado demonstra de forma evidente a boa gestão da autarquia, traduzida na modernização e qualificação urbana e da actividade económica, garantindo aos cidadãos melhor qualidade de vida e bem estar, cumprindo assim de forma exemplar o papel de bem servir e bem gerir os dinheiros públicos.

.....Para além destes três aspectos que traduzem a excelente política de gestão da autarquia, devo referir também que subscrevo integralmente os aspectos referidos pelo Sr. Presidente.

.....**Sr.ª Vereadora, Dr.ª Fátima Fernandes:**.....

Voto favoravelmente porque o relatório demonstra a boa execução do orçamento, o rigor do trabalho desenvolvido pelo executivo; o contínuo investimento que tem marcado os últimos anos com o controlo e contenção de despesa corrente, não perdendo de vista o controlo de dívida do Município.

.....**Sr.ª Vereadora, Isabel Lopes:**

.....Voto favoravelmente pelos seguintes aspectos:

.....1- Boa execução orçamental.

.....2- A despesa corrente diminuiu, o que reflecte uma gestão rigorosa por parte do Executivo Municipal.....

.....3- Mais uma vez, a dívida do Município diminuiu o que veio contrariar a tendência, em relação à situação em que o Partido Socialista deixou esta Câmara Municipal.

.....4- A despesa com o pessoal diminuiu, embora se tenham contratado mais quadros superiores, o que é um aspecto positivo.....

.....5- Um aspecto negativo são as Transferências de Fundos de Administração Central que diminuíram em 11%. Contudo, este Município conseguiu aumentar as receitas. Na minha opinião, as Transferências da Administração Central deveriam aumentar nos municípios do interior, permitindo assim a diminuição de impostos.

.....**Srs. Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Sr. Francisco Gonçalves:**.....

.....O nosso voto vai no sentido da abstenção, sendo justificado, pelo facto de os documentos apresentados, evidenciarem um programa de acção que não é concordante com o nosso.

.....Assim, o Relatório de Gestão e proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, foram aprovados com cinco votos favoráveis, dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, e duas abstenções dos Srs., Vereadores. Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, ficando cópia arquivada em Pasta Anexa ao Livro de Actas, para produzir todos os efeitos legais.....

.....Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o referido documento, nos termos da alínea e) do n.º 2, do Art.º 64.º e da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”.....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2006

.....Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para a apresentação deste documento.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. Pretendia ainda, em dois minutos, voltar atrás e responder a uma questão que me parece importante, dentro de algumas das quais podia responder, mas fundamentalmente abordar a questão da Avenida João da Cruz.

.....**Presidente da Mesa** – Deixe-me só dizer-lhe. Tendo a certeza que sendo esta a matéria, não vou ser interpelado pelo Senhor Presidente ao prestar as Contas e falar sobre esta matéria.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Exactamente, é por isso.

.....**Presidente da Câmara** - Diria que tendo em conta que também um senhor deputado que pôs problemas sobre esta matéria é legítimo que o Presidente da Câmara responda sobre ela, nessa perspectiva.

.....Disse bem, o deputado da CDU, que o processo que foi objecto de uma primeira discussão e abordagem pública, numa atitude claramente positiva, e que envolveu a mobilização e o convite à população para participar, e o convite personalizado a todos os comerciantes e residentes na área de intervenção.

..... Resultou duma vontade da Câmara Municipal de, tendo em conta a importância desse projecto, intervir numa Avenida tão emblemática e simbólica para os Bragançanos, para toda a região e todos aqueles que nos visitam, é um espaço de referência.

.....A nossa atitude é uma atitude positiva e de fazer o melhor.

..... E na sequência desse debate encomendámos e solicitámos ao Arquitecto para ponderar um conjunto de situações que foram abordadas, que nos pareceram pertinentes, que serão objecto de trabalho em termos de projecto técnico, trabalho esse que será novamente debatido. Nós não temos receio ao debate, antes pelo contrário, queremos fazer bem, e mais, e só faremos fazendo bem, essa é a nossa postura, a nossa atitude.

.....As matérias relacionadas com as providências cautelares e com os referendos estão definidas na lei, como se faz e em que tempos se faz.

.....Estou inteiramente de acordo com o senhor deputado Luís Costa quando diz que esta matéria deve envolver seriedade das pessoas no debate, na abordagem e uma colaboração na medida de que cada um de nós tem a obrigação de acrescentar, se tiver oportunidade, à solução. É isso que nós queremos fazer.

.....Também, já depois de tomadas as decisões sobre a solução definitiva, manter esse projecto que juntamente com outros projectos, postos num espaço de informativo ao lado do Teatro, que já instalámos.

.....Tínhamos dito nesse debate “queremos que as pessoas se inteirem absolutamente dos projectos, particularmente deste e todos os contributos que puderem dar desde que sejam considerados como positivos, nós não olharemos para o lado.

.....É preciso fazer a política dessa forma, no meu ponto de vista, de forma positiva, construtiva e perceber que cada coisa tem o seu tempo. Uma providência cautelar tem um determinado tempo, se tiver que acontecer, e o referendo local está regulamentado e diz quais são as matérias que podem ser referendáveis também.

.....Passo de seguida, e agradeço também essa disponibilidade do senhor deputado para colaborar e naturalmente o que nós esperamos é que nesses debates estejam presentes, levem as pessoas que têm ideias para essa mesma matéria, colaborem, ajudem, porque o primeiro debate não foi nada positivo, do meu ponto de vista. Porque o projectista dizia uma coisa, explicava, e havia pessoas que nem ouviam, não ouviam porque não estavam para ouvir e isso não é positivo.

.....Além disso esse foi um concurso público, um concurso onde todas as pessoas tiveram a oportunidade de demonstrar, particularmente os técnicos, aquilo que valiam, apresentando soluções.

.....É tempo, sempre, e há sempre espaço e oportunidade para o fazer. Fá-lo-emos proximamente porque não temos pressa.

.....Entretanto pusemos a concurso a Avenida de ligação do Fundo da Avenida do Sabor à Avenida das Forças Armadas, essa é uma prioridade em termos de investimento. Temos tempo suficiente para trabalhar bem a outra solução, portanto não vamos trabalhá-la nem à pressão nem contra a vontade das pessoas, sendo certo que a unanimidade nas soluções nunca se consegue. Mas a nossa procura vai ser o máximo abrangente possível para bem da nossa terra, que é essa a motivação política e cívica que nos move.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

.....Passo à parte seguinte, apresentação do Relatório de Gestão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

QUADRO n.º 1
Execução do Orçamento - 2006

(Unidade: Euros)

Designação	Orçamento		Execução	Desvio		Taxa de	Taxa de
	Inicial	Final				Execução	Execução
	(a)	(b)	(c)	(b)-(a)	(c)-(b)	(c) / (a)	(c) / (b)
Receitas							
Correntes	18.737.462,00	18.737.462,00	20.189.166,01	0,00	1.451.704,01	107,75%	107,75%
Capital	18.212.038,00	19.996.938,00	7.507.687,14	1.784.900,00	-12.489.250,86	41,22%	41,22%
Outras	16.300,00	116.200,00	15.752,80	99.900,00	-100.447,20	96,64%	96,64%
Total (Receitas)	36.965.800,00	38.850.600,00	27.712.605,95	1.884.800,00	-11.137.994,05	74,97%	71,33%
Despesas							
Correntes	16.476.400,00	16.557.400,00	14.742.672,47	81.000,00	-1.814.727,53	89,48%	89,04%
Capital	20.489.400,00	22.293.200,00	12.704.202,10	1.803.800,00	-9.589.997,90	62,00%	56,99%
Total (Despesas)	36.965.800,00	38.850.600,00	27.446.874,57	1.884.800,00	-11.403.725,43	74,25%	70,65%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....A taxa de execução de receitas ao orçamento inicial foi de 64,97, ao Orçamento corrigido, com revisões ao Orçamento foi de 71,33, a despesa 74,25 e 70,61 para o orçamento comparativamente ao Orçamento corrigido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

Ao nível da execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, totalizando as receitas correntes o montante de 20.189.166,01 euros face ao valor de 14.742.672,47 euros de despesas correntes, foi possível obter uma poupança corrente de 5.446.493,54 euros utilizada para suportar investimentos.

Ano	Taxa de Execução Orçamental	Receita Total (€) (per capita)
2006	74,97% (71,33%) O.C.	789,30
2003	66,00% (Média Munic. Portugueses) 92,56% (CMB)	664,50 (Média Munic. Portugueses) 1.640,03 (CMB)

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....No ano de 2006 temos assim, alguns indicadores sobre os quais interessa reflectir. Foram publicados em 2006 por parte da Direcção Geral das Autarquias Locais, indicadores globais relativos aos municípios do País. Interessou-nos perceber como é que se posiciona o nosso Município em termos de execução.

.....A execução média dos municípios em 2003 foi de 66%. Em dois mil e três a nossa execução foi de 92,56%. Este ano, ao Orçamento inicial foi de 74,97 como disse e 71,33.

.....A receita total per capita do Município em 2006 foi de 789,3. A média do País em 2003, dos municípios, foi de 664,5, nesse mesmo ano a nossa foi de 1640,03, portanto foi quase três vezes superiores à média. De salientar que, em média, todos os anos nós temos estado em termos de taxa de execução, significativamente acima da média do País.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

QUADRO n.º 2
Estrutura do Orçamento de Receita

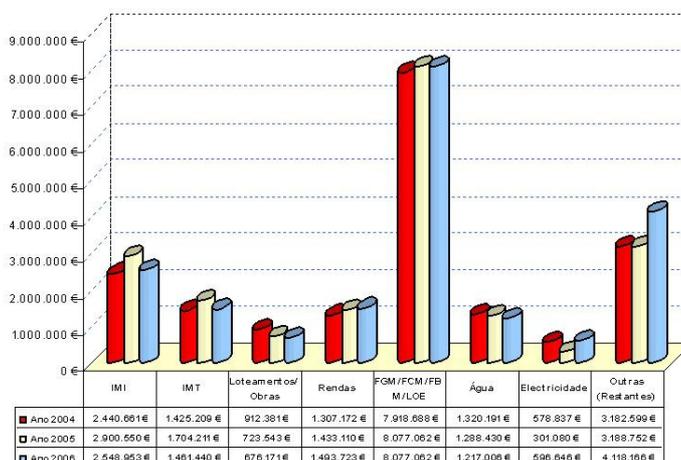
Descrição	Previsões Corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Estrutura	%
Receitas Correntes					
Impostos Directos	3.954.100,00	4.406.931,28	452.831,28	15,90	
Impostos Indirectos	482.400,00	295.044,59	-187.355,41	1,06	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.042.700,00	1.015.423,36	-27.276,64	3,66	
Rendimentos de Propriedade	1.224.400,00	1.517.089,24	292.689,24	5,47	
Transferências Correntes	8.197.162,00	9.120.163,36	923.001,36	32,91	
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.822.500,00	3.801.822,45	-20.677,55	13,72	
Outras Receitas Correntes	14.200,00	32.691,73	18.491,73	0,12	
Total (Receitas Correntes)	18.737.462,00	20.189.166,01	1.451.704,01	72,85	
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	4.775.730,00	0,00	-4.775.730,00	0,00	
Transferências de Capital	14.988.108,00	7.506.865,64	-7.481.242,36	27,09	
Activos Financeiros	1.500,00	0,00	-1.500,00	0,00	
Passivos Financeiros	230.100,00	0,00	-230.100,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	1.500,00	821,50	-678,50	0,00	
Total (Receitas Capital)	19.996.938,00	7.507.687,14	-12.489.250,86	27,09	
Outras Receitas					
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	16.300,00	15.752,80	-547,20	0,06	
Saldo da Gerência Anterior	99.900,00	0,00	-99.900,00	0,00	
Total (Outras Receitas)	116.200,00	15.752,80	-100.447,20	0,06	
TOTAL	38.850.600,00	27.712.605,95	-11.137.994,05	100,00	

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....As receitas correntes atingiram o valor de 18 737 000 representando 72,85 % das receitas totais. As receitas de capital 27,09%. A receita cobrada 27 000 712,605.....



GRÁFIO n.º 1
Estrutura e Evolução das Receitas Correntes



.....Temos desagregada a estrutura da evolução da receita corrente nas rubricas mais significativas: o IMI, reportando-se aos anos de 2004, 2005 e 2006; o IMT; Loteamentos e Obras; Rendas; Fundo Geral Municipal; Fundo de Coesão ; Água; Electricidade; Outras Receitas.....

.....Destaque para o facto de o IMI, por exemplo, ter baixado comparativamente à previsão que tínhamos no nosso Orçamento, acontecendo o mesmo com o IMT. Não tínhamos de facto essa previsão. Tinha dito que tínhamos uma previsão de algum crescimento, não o crescimento que se falava, contrariamente o IMI baixou.....



QUADRO n.º 3
Estrutura e Evolução na Cobrança das Receitas de Capital

Descrição	2004	2005	2006	Evolução no período	
				2004-2005	2005-2006
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	373.651,65	0,00	0,00	-100,00%	0,00%
Transferências de Capital	8.989.731,08	9.286.316,88	7.506.865,64	3,30%	-19,16%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	497.738,28	1.664.175,00	0,00	234,35%	-100,00%
Outras Receitas de Capital	0,00	378,90	821,50	0,00%	116,81%
Total (Receitas Capital)	9.861.121,01	10.950.870,78	7.507.687,14	11,05%	-31,44%

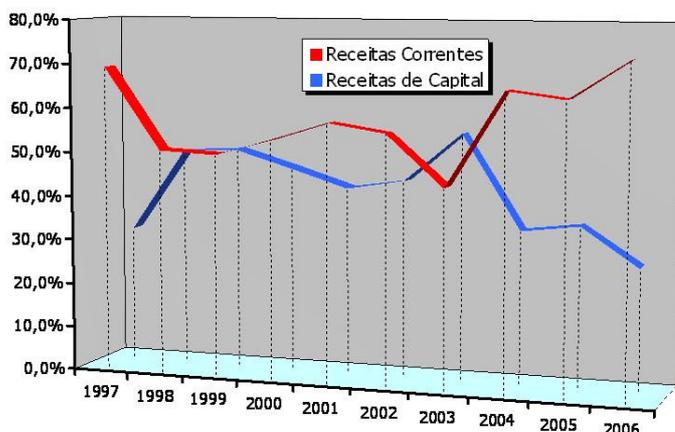
A receita de capital regista um valor inferior ao de 2005, situação decorrente da não venda de bens de investimento, da não contracção de novos empréstimos e ainda da ocorrência de grandes atrasos nas transferências de apoios comunitários e outros, registando-se atrasos superior a um ano nas participações

.....Temos a parte de receitas de capital, venda de bens de investimento. Tínhamos uma previsão inicial que não se concretizou, ou seja, não houve venda de património do Município. .
 As transferências têm o valor indicado.
Passivos financeiros, não se contraiu nenhum empréstimo de longo e médio prazo.....
Temos a referência entre as receitas correntes e as receitas de capital, a evolução desde o ano de mil novecentos e noventa e sete.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

GRÁFIO n.º 2
Evolução das Receitas Correntes e de Capital
 (em percentagem)



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

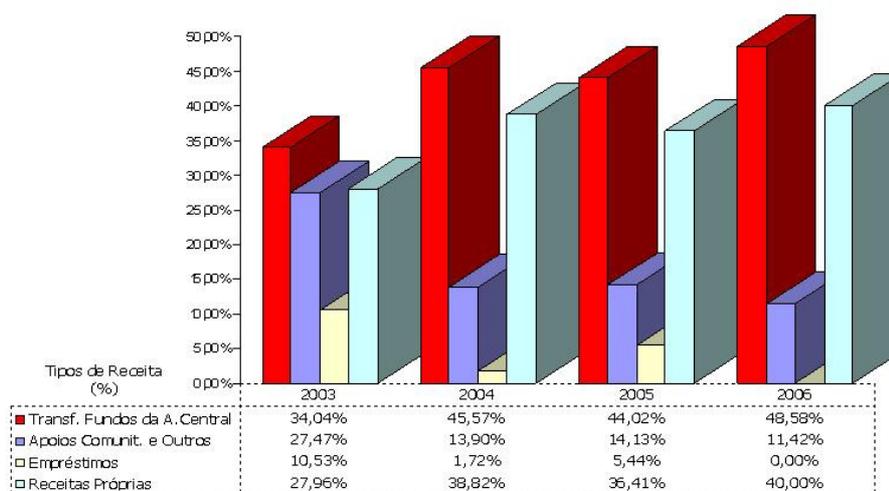
QUADRO n.º 4
Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 1997/2006
 (por tipo de financiamento)

Anos Períodos	Transferência de Fundos da Administração Central					Apoios Comunit. e Outros		Receitas Próprias	Total
	F.E.F.	F.G.M.	F.C.M.	F.B.M.	LCE	Empréstimos	Outros		
1997	6.750.397					399.916	748.197	6.049.181	13.947.691
1998	7.176.530					3.082.277	2.992.787	6.611.716	19.863.309
1999		6.532.462	1.644.696			4.046.907	997.596	9.737.383	22.958.044
2000		7.268.308	1.925.894			3.308.686	1.496.394	8.760.382	22.758.664
2001		8.371.450	1.504.883		890.863	3.739.623	312.961	10.153.306	24.973.085
2002		8.866.189	2.318.217	993.085		5.158.507	2.062.833	8.238.192	27.637.022
2003		9.085.329	2.481.155	1.028.836		10.165.341	3.895.039	10.344.703	37.000.403
2004		9.848.042	2.271.477	1.078.295		4.024.778	497.738	11.243.358	28.963.687
2005		10.753.487	1.618.078	1.090.205		4.322.802	1.664.175	11.134.415	30.583.162
2006		11.481.514	899.988	1.080.268		3.165.259	0	11.085.577	27.712.606

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006



GRÁFIO n.º 3
Evolução Estrutura das Receitas - 2003/2006
(por financiamento)



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Temos também a identificação da receita total do Município desde mil novecentos e noventa e sete a dois mil e seis. Portanto, hoje, o Orçamento da Câmara em termos de receita é o dobro. Evidentemente que não tem actualização mas tem crescido, tendo como base, fundamentalmente, as receitas próprias, é aqui que o crescimento mais significativo ocorre.

.....Temos também uma avaliação desde dois mil e três/ dois mil e cinco, qual é a estrutura das receitas do Município:

.....Transferências e Fundos da Administração Central – Representou em dois mil e seis 48,58, já em dois mil e três representou 34,04;.....

.....Apoios Comunitários e outros – Em dois mil e três, 27,47 e em dois mil e seis 11,42;.....

.....Empréstimos - Em dois mil e seis, zero;.....

.....Receitas próprias – Tem o peso em dois mil e seis de 40%.

..... Esta será a tendência próxima dos Orçamentos da Câmara Municipal, a parcela das receitas próprias tenderá a ter um peso crescente comparativamente às outras parcelas.

**QUADRO n.º 5**
Estrutura do Orçamento da Despesa

Descrição	Dotações Finais	Despesa Paga	Desvio	Estrutura Global %	Tx. execução
Despesas Correntes					
Despesas com o Pessoal	6.640.540,00	6.551.878,87	-88.661,13	23,87	98,66%
Aquisição de Bens e Serviços	8.053.120,00	6.549.510,19	-1.503.609,81	23,86	81,33%
Juros e Outros Encargos	339.720,00	339.176,31	-543,69	1,24	99,84%
Transferências Correntes	1.113.020,00	897.212,95	-215.807,05	3,27	80,61%
Outras Despesas Correntes	411.000,00	404.894,15	-6.105,85	1,48	98,51%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	16.557.400,00	14.742.672,47	-1.814.727,53	53,71	89,04%
Despesas de Capital					
Aquisição de Bens de Capital	18.208.100,00	9.180.359,99	-9.027.740,01	33,45	50,42%
Transferências de Capital	1.981.200,00	1.491.602,29	-489.597,71	5,43	75,29%
Activos Financeiros	509.000,00	444.050,00	-64.950,00	1,62	87,24%
Passivos Financeiros	1.594.900,00	1.588.189,82	-6.710,18	5,79	99,58%
<i>Total (Despesas Capital)</i>	22.293.200,00	12.704.202,10	-9.588.997,90	46,29	56,99%
TOTAL	38.850.600,00	27.446.874,57	-11.403.725,43	100,00	70,65%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Temos uma avaliação à estrutura do Orçamento da despesa, para um Orçamento de despesa paga de 14 742 672 (catorze milhões setecentos e quarenta e dois mil seiscentos e setenta e dois). Temos um desvio negativo relativamente à dotação inicial, ou seja, gastou-se um bocado menos do que daquilo que se previa, menos 11%.....

.....A despesa de capital teve uma execução bastante inferior àquela que é prevista. É, normalmente, na despesa de capital que há algum empolamento do Orçamento que se faz.....

..... Por outro lado, acrescentar também que as transferências de projectos comunitários estão muito atrasadas, eu refiro, temos mesmo um ou outro projecto que ultrapassam um ano de atraso nas transferências.....

.....Temos a parte de amortizações de empréstimos de médio e longo prazo em que para uma previsão de 1 000 584 (um milhão quinhentos e oitenta e quatro) amortizou-se 1 000 588 (um milhão quinhentos e oitenta e oito), fez-se uma amortização muito significativa da dívida de médio e longo prazo.

**QUADRO n.º 6**
Despesas Correntes e sua Evolução – 2004-2006

Descrição	2004	2005	2006	Evolução no período	
				2004-2005	2005-2006
Despesas Correntes					
Despesas com o pessoal	6.110.536,00	6.301.425,00	6.551.878,87	3,12%	3,97%
Aquisição de bens e serviços	5.662.871,00	7.151.980,00	6.549.510,19	26,30%	-8,42%
Juros e outros encargos	323.419,00	315.669,00	339.176,31	-2,40%	7,45%
Transferências correntes	1.805.813,00	1.368.213,00	897.212,95	-24,23%	-34,42%
Outras despesas correntes	117.523,00	402.191,00	404.894,15	242,22%	0,67%
Total (Despesas Correntes)	14.020.162,00	15.539.478,00	14.742.672,47	10,84%	-5,13%

limites impostos às despesas - Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril,
com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro,

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....A nível das despesas correntes, a despesa com o pessoal cresceu 3,12%, temos aqui a evolução de dois mil e quatro, dois mil e cinco e dois mil e seis, sendo que este crescimento ocorre, fundamentalmente, nos descontos para a Segurança social e para a ADSE. É aqui que a despesa cresce, em termos de remuneração ao pessoal desceu alguma coisa. A despesa corrente, no seu conjunto, baixa de 5,13%. Em dois mil e seis temos uma redução de 5,13%, cumprimos, assim, um dos objectivos impostos na gestão. Tínhamos, de facto, imposto, no início do ano, aos serviços, um esforço no sentido de tentar globalmente atingir 5% na redução das despesas correntes, o que se conseguiu, foi um bom sinal.



- A despesa corrente diminuiu no ano de 2006, em 5,13%, cumprindo-se assim um dos objectivos impostos na gestão. A despesa corrente atingiu 53,71% do orçamento da despesa, enquanto que a de capital representa 46,29%. Se, feita a comparação com a média nacional (ano de 2003), a relação é de 57,00% e de 43,00% respectivamente (no ano de 2003, o Município de Bragança atingiu os valores de 31,30% e 68,70%). A relação é globalmente favorável em termos de investimento.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....A despesa atingiu 57,71% do Orçamento da despesa enquanto que a de capital representou 46,29%.....

.....Feita a comparação com a média nacional também no ano de dois mil e três a relação é de 57 para 43%. Esta é a média dos Municípios, 57% em média de despesa corrente, 43 % de investimento. Em dois mil e três, nesse mesmo ano nós tínhamos tido de despesa corrente 31,3%, quase metade da média dos municípios e tínhamos tido 68, 07% para investimento. Que seja aquilo que já disse mais do que uma vez, o nosso Município foi em dois mil e três dos Municípios mais investidores no País e continua a situar-se no grupo dos dez municípios que mais investimento faz a nível autárquico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

QUADRO n.º 7
Despesas com Pessoal

Despesas com pessoal

<i>Descrição</i>	<i>Limite legal</i>	<i>Despesa paga</i>
Pessoal do Quadro	60% das Rec. Correntes do ano anterior 19.616.737,89 € 11.770.042,73 €	4.426.168,78
Pessoal em qualquer outra situação	25% das Despesas com Pessoal do Quadros 11.770.042,73 € 2.942.510,68 €	525.934,51

as despesas de pessoal situam-se dentro dos limites legais representando, respectivamente, 37,61% e 17,87% desses limites legais.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Quanto à despesa legal com pessoal a lei determina os montantes máximos de despesa, para o pessoal do quadro o nosso limite de despesa seria de 11 770 000 (onze milhões setecentos e setenta mil) euros, a despesa efectivamente paga é de 4,4 milhões, é de 37,06% do limite legal, estamos bastante abaixo, com muita ponderação nessa matéria.....



- A despesa com pessoal foi inferior relativamente ao previsto no orçamento, tendo a qualificação geral aumentado, o que dá garantias de melhores serviços aos cidadãos. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,97%, representando 40,44% do orçamento corrente e de 23,87% da despesa global, enquanto no ano de 2005 representava 20,47%. Os limites legais de despesa com pessoal situaram-se em 37,61% e 17,87% dos limites legais impostos

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Pessoal em qualquer outra situação, tínhamos como tecto, 2,9 milhões de euros, gastaram-se 525 000 (quinhentos e vinte e cinco mil) ou seja estamos com uma percentagem de 17,87% do limite legal. Também nessa matéria houve evoluções positivas.



QUADRO n.º 8
Despesas de Capital e sua Evolução – 2004-2006

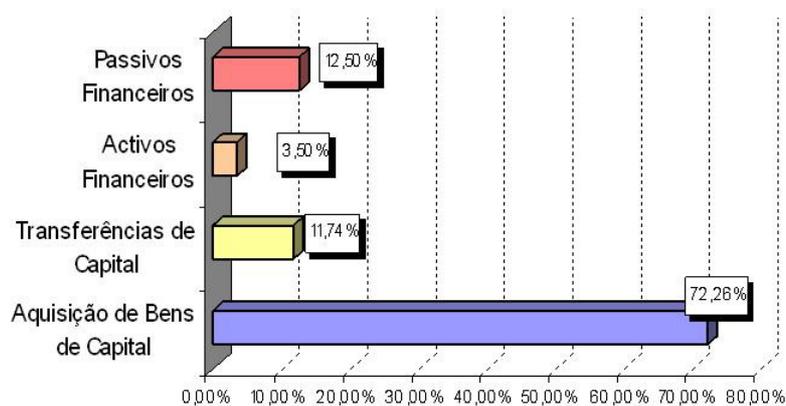
Descrição	2004	2005	2006	Evolução no período	
				2004-2005	2005-2006
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	11.280.251,75	10.919.976,00	9.180.359,99	-3,19%	-15,93%
Transferências de capital	1.857.116,91	2.377.310,00	1.491.602,29	28,01%	-37,26%
Activos financeiros	353.739,60	409.291,00	444.050,00	15,70%	8,49%
Passivos financeiros	1.444.796,58	1.534.366,00	1.588.189,82	6,20%	3,51%
Total (Despesas Capital)	14.935.904,84	15.240.943,00	12.704.202,10	2,04%	-16,64%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

..... A despesa de capital e a sua evolução, no ano dois mil e quatro/dois mil e cinco e dois mil e seis, temos uma redução em dois mil e seis, final do Quadro Comunitário de Apoio, não tínhamos dúvida que assim seria.....



GRÁFIO n.º 4
Estrutura das Despesas de Capital
 (em percentagem)



.....Apresenta-se neste gráfico a estrutura da despesa de capital em passivos financeiros, 12,5% corresponde à amortização de empréstimos.....

.....Temos activos financeiros – É parte da realização de capital social nas empresas.....

.....Transferências de capital, 11,74%, corresponde a transferências para movimento associativo, IPSS's e Juntas de Freguesia.....

.....Aquisição de bens de capital, toda a parte do investimento do Município, feito através das obras ou de qualquer outro serviço do Município.



QUADRO n.º 9
Fontes de Financiamento da Aquisição de Bens de Investimento –
2004-2006

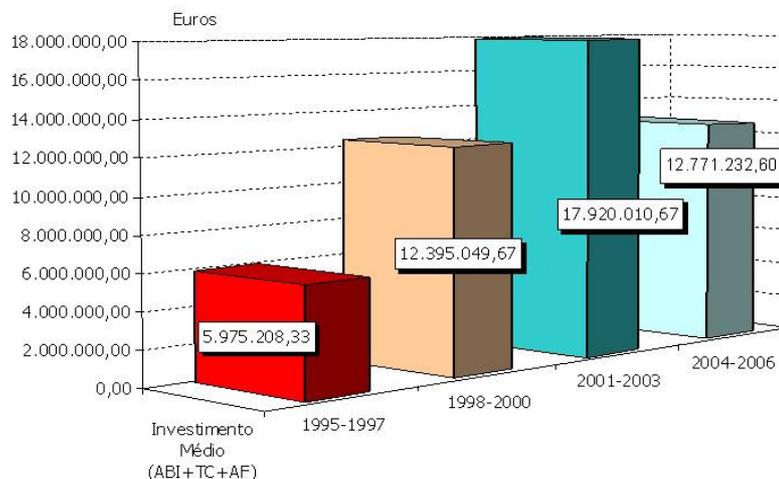
Anos	Aquisição de Bens de Investimento		Financiamento destinado a Investimento					Taxa cobertura do Investimento			
	Realizacão	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Taxa Variação	Empréstimos	Taxa Variação	Financiamento Municipal	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Financiamento Municipal
2003	22.940.881,36		9.918.376,36		3.895.088,94		8.527.416,1		44,40%	17,48%	38,17%
2004	11.280.251,75	-49,51%	3.710.605,08	-62,93%	497.738,28	-87,22%	7.071.908,4	-17,07%	32,89%	4,41%	62,69%
2005	10.919.976,21	-51,12%	3.901.608,88	5,15%	1.664.175,00	234,35%	5.354.192,3	-24,29%	35,73%	15,24%	49,03%
2006	9.180.359,99	-15,98%	2.122.157,64	-45,61%	0,00	-100,00%	7.058.202,4	31,83%	23,12%	0,00%	76,88%
Total	53.721.419,31		19.652.747,96		6.055.952,22		28.011.719,13				
Média	13.430.354,83		4.913.186,99		1.514.238,06		7.002.929,78		34,08%	9,27%	56,69%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Principais fontes de financiamento, está feita a apresentação da estruturação das principais fontes de financiamento do Município, de algum modo, já vimos isso na parte de trás.



GRÁFIO n.º 5
Investimento Médio Anual (ABI+TC+AF) – 1997/2006
(por períodos)

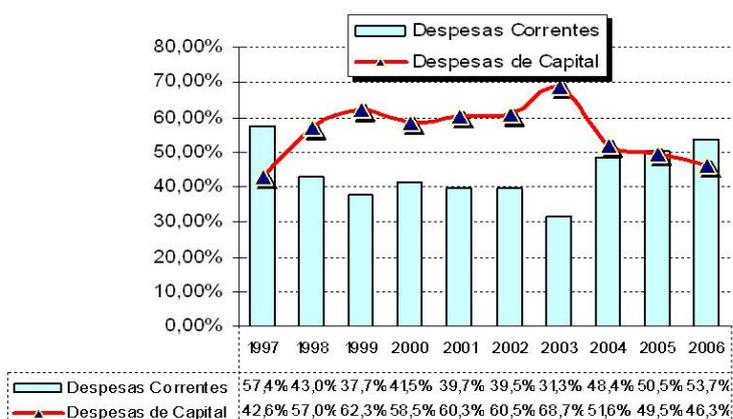


RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....E temos o investimento médio anual - aquisição de bens de investimento, transferências correntes e activos financeiros – de mil novecentos e noventa e sete a dois mil e três, respectivamente, para grupos de três anos, 1995/1997, 98/2000, 2001/2003, 2004/2006 . Tem sido esta a evolução do Município.



GRÁFIO n.º 6
Evolução das Despesas Correntes e de Capital – 1997/2006



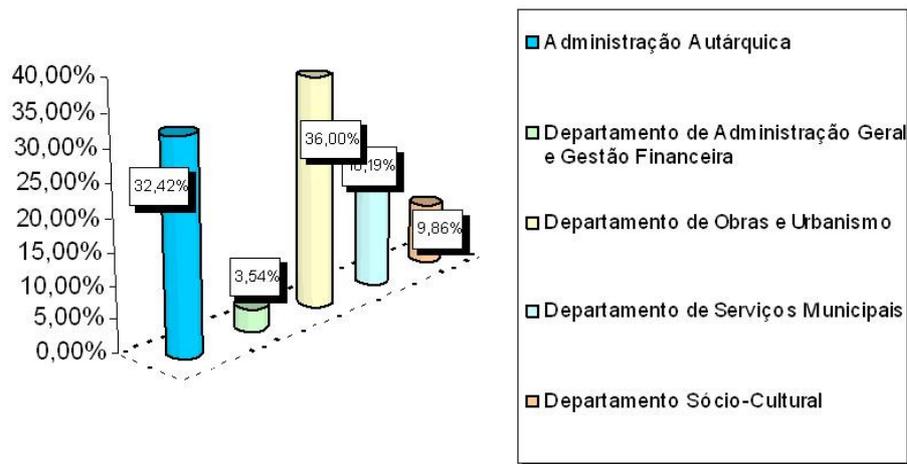
.....Temos a comparação entre a despesa corrente e despesa de capital. Tínhamos visto, atrás, num gráfico, a relação entre a receita corrente e a receita de capital, temos agora aqui noutra âmbito.....



- A despesa de capital foi de 12.704.202,10 euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 56,99%. Feita uma análise em termos comparativos ao investimento dos anos de 2003 e 2004 (últimos dois anos com dados globais para os municípios), verifica-se que em 2003, só 17 municípios investiram mais do que o Município de Bragança, apesar de 36 terem realizado despesa global superior. Em 2004, só 38 municípios investiram mais, apesar de 56 terem realizado orçamento global de despesa superior ao Município de Bragança, que esteve no grupo dos 10% de municípios do país que mais investiram.



GRÁFIO n.º 7
Repartição Departamental da Despesa Total em 2006



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Temos a repartição por departamento de despesa, respectivamente a Administração Autárquica, nesta rubricas estão a amortização de empréstimos, estão as transferências para as Associações, para as Juntas de Freguesia, pagamento de pessoal em qualquer outra situação, juros, financiamentos.....

.....Temos o Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira em que praticamente a despesa que existe nestes Departamentos - área financeira e administrativa - é o pagamento com o pessoal e consumíveis.....

.....Departamento de Obras e Urbanismo, que ganha, de facto, a primazia na despesa.

.....Departamento de Serviços de Municipais, onde estão as águas, saneamento, transportes, serviços de energia, manutenção de edifícios, equipamentos. Divisão de Defesa do Ambiente, recolha de lixos, tudo isso recai neste Departamento.....

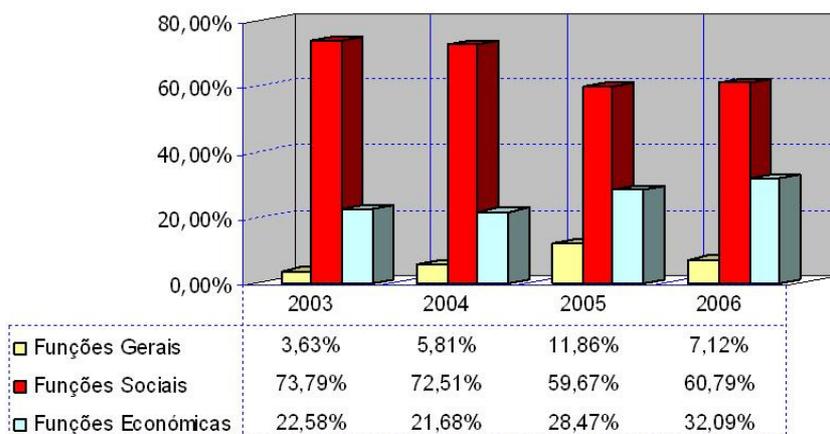
.....E o Departamento Sócio Cultural também com quase 10% da despesa, já um valor significativo, há quatro, cinco anos atrás esta percentagem seria ínfima no conjunto desta estrutura.....

**QUADRO n.º 10**
Resumo da Execução do Plano Plurianual de Investimento

Classificação Funcional	Montantes (em euros)		Taxa Execução
	Previsto	Executado	
FUNÇÕES GERAIS			
Serviços gerais de administração pública	912.100,00	580.844,38	63,68%
Segurança e ordem públicas	159.500,00	137.791,58	86,39%
Total (Funções Gerais)	1.071.600,00	718.635,96	67,06%
FUNÇÕES SOCIAIS			
Educação	1.640.400,00	754.106,16	45,97%
Saúde	280.700,00	132.112,75	47,07%
Segurança e acção sociais	226.000,00	163.500,00	72,35%
Habituação e serviços colectivos	8.025.250,00	4.216.580,72	52,54%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	3.181.800,00	868.816,82	27,31%
Total (Funções Sociais)	13.354.150,00	6.135.116,45	45,94%
FUNÇÕES ECONÓMICAS			
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	14.000,00	6.244,03	44,60%
Indústria e energia	437.000,00	143.615,55	32,86%
Transportes e comunicações	4.386.050,00	2.966.039,84	67,62%
Comércio e Turismo	306.000,00	122.038,41	39,88%
Total (Funções Económicas)	5.143.050,00	3.237.937,83	62,96%
TOTAL	19.568.800,00	10.091.690,24	51,57%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Temos o resumo da execução do Plano Plurianual de Investimento porque é uma das áreas fundamentais ao nível das funções gerais, temos os objectivos centrais desta rubrica nas funções sociais, nas funções económicas. Funções gerais com 718 000 (setecentos e dezoito mil) euros, funções sócias do 6, 1 milhões, funções económicas com 3,2.

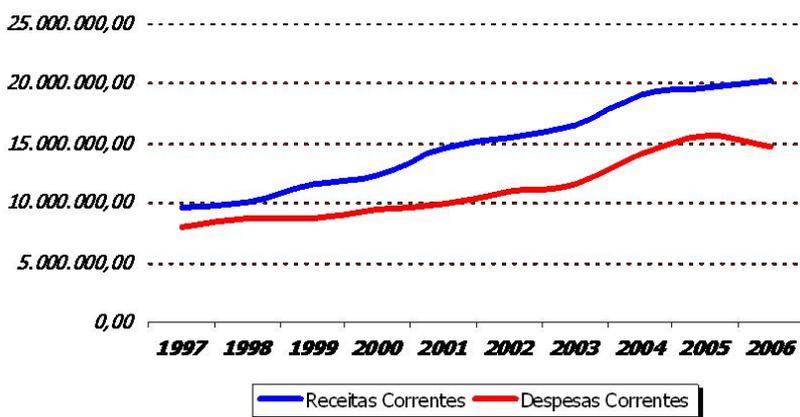
**GRÁFIO n.º 8**
Plano Plurianual de Investimento – 2003/2006

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Temos um gráfico com o Plano Plurianual de Investimento com a repartição em termos percentuais, pelas três funções fundamentais. Temos a evolução das receitas correntes e das despesas correntes, é um gráfico comparativo que já tinha sido demonstrado.....

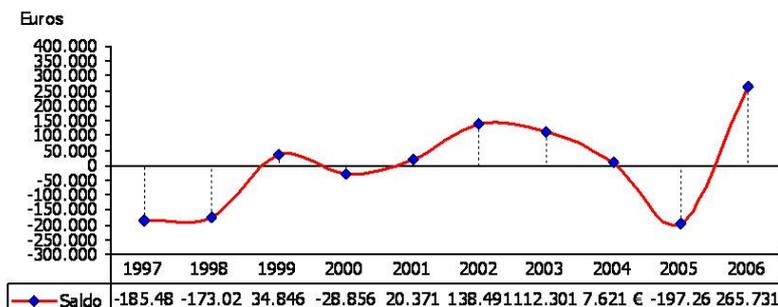


GRÁFIO n.º 9
Evolução das Receitas Correntes e Despesas Correntes – 1997/2006



Receita cobrada líquida - 27.712.605,95 euros ; Despesa executada a 27.446.874,57 euros.

GRÁFIO n.º 8
Plano Plurianual de Investimento – 2003/2006



.....Temos uma avaliação da receita líquida cobrada, despesa executada e portanto, do respectivo saldo.....

**QUADRO n.º 11**
Rácios de Estrutura e Financeiros

<i>Rácios de Estrutura da Receita (%)</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
<i>Rácios</i>					
Imp. Directos / Rec. Correntes	17,4%	17,2%	22,0%	23,6%	21,8%
Venda de Bens e Serv. / Rec. Correntes	16,4%	21,4%	19,8%	18,6%	18,8%
Rec. Correntes / Rec. Totais	55,8%	44,7%	65,9%	64,1%	72,9%
Rec. de Capital / Rec. Totais	44,2%	55,3%	34,0%	35,8%	27,1%
<i>Rácios de Estrutura da Despesa (%)</i>					
<i>Rácios</i>					
Pessoal / Desp. Correntes	53,1%	48,8%	43,6%	40,6%	44,4%
Aquisição de Bens e Serv. / Desp. Correntes	34,5%	38,8%	40,4%	46,0%	44,4%
Investimentos / Desp. de Capital	93,0%	95,6%	90,3%	89,9%	87,5%
Passivos Financeiros / Desp. de Capital	4,2%	3,0%	5,0%	5,0%	5,8%
Desp. Correntes / Desp. Totais	39,5%	31,3%	48,4%	50,5%	53,7%
Desp. de Capital / Desp. Totais	60,5%	68,7%	51,6%	49,5%	46,3%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Temos alguns dos rácios importantes que vêm na Conta de Gerência e de acordo com o Pocal, a relação de impostos directos sobre receitas correntes, venda de bens e investimento em receitas correntes, receitas correntes, receitas totais, receitas de capital, receitas totais, despesas do pessoal – despesa corrente, aquisição de bens de serviço e despesa corrente, investimento – despesa de capital. Portanto um conjunto de rácios que são importantes.



<i>Rácios Financeiros (%)</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
<i>Rácios</i>					
Pessoal / Rec. Correntes	37,3%	34,1%	32,0%	32,1%	32,5%
FGM+FCM+FBM / Desp. Totais	44,3%	34,1%	45,6%	43,7%	49,0%
Amortiz.+Juros / Desp. Correntes	13,0%	12,3%	12,6%	11,9%	13,1%
Rec. Correntes / Desp. Correntes	142,1%	143,1%	136,1%	126,2%	136,9%
Rec. de Capital / Desp. de Capital	73,3%	80,8%	66,0%	71,9%	59,1%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....A relação de pessoal sobre as receitas correntes totais – 32,5 - é um bom indicador.
Outros indicadores que vêm de seguida, indicadores financeiros e de estrutura, também alguns indicadores que são relevantes, desde dois mil e dois a dois mil e seis: poupança – aplicações de receita corrente em despesa de capital, portanto é um indicador relevante na gestão.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

QUADRO n.º 12
Indicadores Financeiros e de Estrutura

	2002	2003	2004	2005	2006
<i>Financiamentos</i>					
Receitas Fiscais					
<i>Imp.Directos+Impostos Indir.+Taxes, Multas e Outras Penalid.</i>	3.961.057 €	4.303.064 €	5.713.364 €	5.982.282 €	5.717.399 €
Receitas Próprias de Funcionamento					
<i>Recas: Totais-Transf.ºs Capital-Passivos Financeiros</i>	16.066.170 €	17.729.870 €	19.476.218 €	19.632.670 €	20.205.740 €
Autonomia Financeira					
<i>Recas: Próprias Funcionamento-Despesas Obrigatórias Correntes</i>	5.208.668 €	6.179.772 €	5.456.057 €	4.093.192 €	5.463.068 €
Saúde Financeira					
<i>Autonomia Financeira/Recas Próprias de Funcionamento</i>	32%	35%	28%	21%	27%
<i>Estrutura</i>					
Poupança					
<i>Corrente (Recas Correntes/Despesas Correntes)</i>	1,42	1,48	1,36	1,26	1,37
Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital					
<i>Recas: Correntes-Despesas Correntes</i>	4.574.750 €	4.978.982 €	5.065.578 €	4.077.260 €	5.446.494 €
% Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes					
<i>Despesas c/ Pessoal / Desp. Correntes</i>	53,1%	48,8%	43,6%	40,6%	44,4%
% Custos com Pessoal sobre Despesas Totais					
<i>Despesas c/ Pessoal / Desp. Totais</i>	21,0%	15,3%	21,1%	20,5%	23,9%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

QUADRO n.º 13
Evolução da Dívida do Município

Anos	Dívidas a Médio e Longo prazos	Dívidas a Curto prazo	TOTAL	Var. %
	<i>Empréstimos de M/L prazos</i>	<i>Empreiteiros e Fornecedores</i>		
1997	5.729.866 €	8.954.974 €	14.684.840 €	0,00%
1998	8.335.856 €	4.095.106 €	12.430.961 €	-15,35%
1999	8.817.315 €	2.443.476 €	11.260.791 €	-9,41%
2000	9.582.332 €	1.876.528 €	11.458.859 €	1,76%
2001	9.030.566 €	1.882.279 €	10.912.845 €	-4,76%
2002	9.934.183 €	3.703.219 €	13.637.402 €	24,97%
2003	12.726.380 €	1.532.287 €	14.258.667 €	4,56%
2004	11.779.321 €	2.284.256 €	14.063.578 €	-1,37%
2005	11.909.130 €	4.281.534 €	16.190.663 €	15,12%
2006	10.320.940 €	4.938.504 €	15.259.444 €	-5,75%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Temos a evolução da dívida do Município. Portanto em dois mil e seis diminuímos a dívida global do Município em 5,75%. Pensamos, este ano, diminuir também a dívida global conforme foi referido. Se fizermos uma comparação à dívida de trinta e um de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito e feita a actualização dos valores – é o quadro que está – 14.684 (catorze mil seiscentos e oitenta e quatro) feita a actualização pelos valores da inflação chegaríamos a Dezembro com 19 175 000 (dezanove milhões cento e setenta e cinco mil) euros, a nossa dívida actual, real, a trinta e um de Dezembro é de 15 000 000 (quinze milhões), portanto, abaixo daquilo que tínhamos há nove anos atrás.

.....Assim, a dívida global diminuiu 5,75, representando 55, 6 % da receita global. A um de Janeiro de mil novecentos e noventa representava 105, 37%. Se comparada com a média nacional, a média nacional dos municípios é de 81%, é o indicador que é conhecido. Nós estamos significativamente abaixo desse patamar médio e contribuímos positivamente para o défice público. Se compararmos com a dívida pública é um tipo de comparação que não tem grande significado, mas a dívida pública é 64,7% do PIB, ligeiramente acima dos cem mil milhões de euros. Seguramente que se a Administração Central estivesse como está o Município de Bragança neste âmbito estaria com um equilíbrio maior.

..... A dívida de médio e longo prazo foi diminuída de 1 588 139, 82€ (um milhão quinhentos e oitenta e oito mil cento e trinta e nove euros e oitenta e dois centímos) conforme tinha sido dito já atrás.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

QUADRO n.º 14
Evolução da Dívida Total

Anos	Valor actualizado da dívida em 1-Jan-1998			Valor real da dívida 31-Dezembro
	Valor da dívida	Taxa de actualização	Valor actualizado da dívida	
	01-Janeiro		31-Dezembro	
1997				14.684.840 €
1998	14.684.840 €	2,80%	15.096.015 €	12.430.961 €
1999	15.096.015 €	2,30%	15.443.223 €	11.260.791 €
2000	15.443.223 €	2,90%	15.891.077 €	11.458.859 €
2001	15.891.077 €	4,40%	16.590.284 €	10.912.845 €
2002	16.590.284 €	3,60%	17.187.534 €	13.637.402 €
2003	17.187.534 €	3,30%	17.754.723 €	14.258.667 €
2004	17.754.723 €	2,40%	18.180.836 €	14.063.578 €
2005	18.180.836 €	2,30%	18.598.996 €	16.190.663 €
2006	18.598.996 €	3,10%	19.175.565 €	15.259.444 €

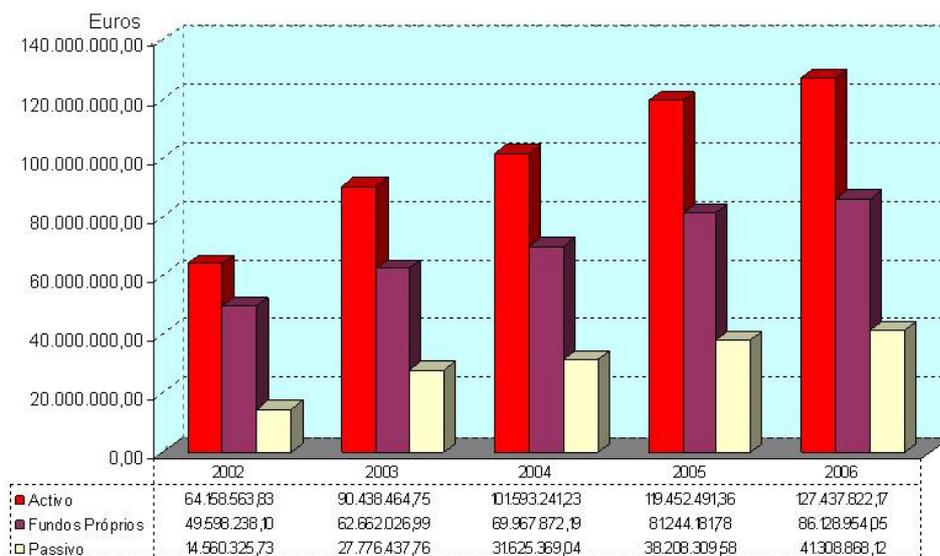
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006



- A dívida global diminuiu 5,75%, representando 55,60% da receita global (a 1 de Janeiro de 1998, representava 105,37%). Se comparada com a média nacional 81% e com a dívida pública, 64,70% do PIB (ligeiramente acima dos 100 mil milhões de euros), percebemos que a situação é equilibrada. A dívida de médio longo prazo, foi diminuída em 1.588.189,82 euros

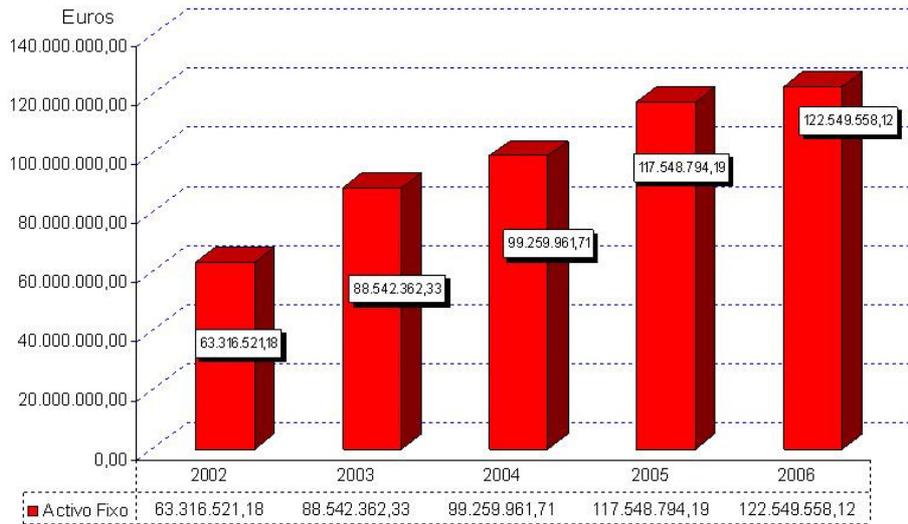


GRÁFIO n.º 11
Evolução do Balanço – 2002/2006





GRÁFIO n.º 12
Evolução do Activo Fixo – 2002/2006



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006



QUADRO n.º 15
Resultado Líquido do Exercício de 2006

	2005	2006	variação %
Resultados Operacionais (1)	4.918.308 €	6.998.820 €	42,30%
Resultados Financeiros (2)	736.161 €	1.553.273 €	111,00%
Resultados Correntes (3) = 1+2	5.654.469 €	8.552.093 €	51,24%
Resultados Extraordinários (4)	-2.952.852 €	-2.346.613 €	-20,53%
Resultado Líquido do Exercício (5) = 3+4	2.701.618 €	6.205.480 €	129,69%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

**QUADRO n.º 16**
Evolução da Estrutura dos Proveitos Operacionais

	2005		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais						
Vendas e Prestações de Serviços	3.496.753€	15,3%	3.996.876€	16,6%	500.123€	14,30%
Impostos e Taxas	5.307.855€	23,2%	5.326.156€	22,1%	18.302€	0,34%
Proveitos Suplementares	24.707€	0,1%	30.772€	0,1%	6.065€	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.063.549€	61,4%	14.728.752€	61,2%	665.203€	4,73%
TOTAL (Proveitos Operacionais)	22.892.864€	100,00%	24.082.556€	100,00%	1.189.692€	5,20%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

**QUADRO n.º 17**
Evolução da Estrutura dos Custos Operacionais

	2005		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Operacionais						
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.347.383€	7,50%	1.265.498€	7,41%	-81.884€	-6,08%
Fornecimentos e Serviços Externos	5.480.806€	30,49%	5.735.270€	33,57%	254.465€	4,64%
Custos com o Pessoal (Remunerações + Enc. Sociais)	6.463.107€	35,96%	6.351.529€	37,18%	-111.578€	-1,73%
Transferências/Sub. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.354.367€	7,53%	855.143€	5,01%	-499.225€	-36,86%
Amortizações do exercício	2.243.418€	12,48%	2.581.161€	15,11%	337.743€	15,05%
Provisões do exercício	1.061.377€	5,90%	275.973€	1,62%	-785.404€	-74,00%
Outros Custos Operacionais	24.098€	0,13%	19.162€	0,11%	-4.936€	-20,48%
TOTAL (Custos Operacionais)	17.974.556€	100,00%	17.083.736€	100,00%	-890.820€	-4,96%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....Passando à evolução do balanço, temos o activo, os fundos próprios e o passivo, a sua evolução no ano de dois mil e dois a dois mil e sete.

.....No activo, evoluiu, de dois mil e dois para dois mil e seis, de sessenta e quatro milhões de euros para cento e vinte e sete milhões de euros.

..... Os fundos próprios de quarenta e nove milhões para oitenta e seis milhões.

.....O passivo de catorze para quarenta e um. No passivo, se fizer naturalmente a leitura, há uma parcela importante que tem a ver com os financiamentos comunitários às obras.

.....A evolução do activo fixo, sessenta e três milhões para cento e vinte e dois milhões. Estão resultados operacionais, dois mil e cinco/ dois mil e seis, a respectiva comparação. Também a evolução da estrutura dos proveitos operacionais. A evolução da estrutura de custos operacionais mais desagregada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

QUADRO n.º 18
Evolução e Estruturas dos Rácios

	2005	2006
<i>Liquidez Geral</i>	31%	63%
<i>Liquidez Reduzida</i>	27%	59%
<i>Liquidez Imediata</i>	20%	23%
<i>Prazo de Segurança de Liquidez</i>	8%	21%
<i>Endividamento</i>	15%	14%
<i>Estrutura do Endividamento</i>	4%	5%
<i>Cobertura dos Encargos Financeiros</i>	266%	363%
<i>Autonomia Financeira</i>	313%	308%
<i>Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes</i>	80%	80%
<i>Rendibilidade do Capital Próprio</i>	3%	7%

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....A evolução da estrutura de alguns rácios, também com significado e calculados de acordo com as regras do POCAL. E também a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, que se trata de um montante de 6,2 milhões de euros, que se propõe a respectiva aplicação para reservas legais 310.273,98 € (trezentos e dez mil, duzentos e setenta e três euros e noventa e oito cêntimos) e para reforço do património 5 895 205, 63 € (cinco milhões oitocentos e noventa e cinco mil duzentos e cinco euros e sessenta e três centímos), total -6,2 milhões de euros como resultado líquido do exercício.



De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, propõe-se que o *Resultado Líquido do Exercício* económico de 2006, no montante de *6.205.479,61 euros*, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais	310.273,98 euros
Reforço do Património	5.895.205,63 euros
TOTAL	6.205.479,61 euros

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....O património da autarquia evoluiu assim em 6,86 %, os fundos próprios cresceram 6,02%, passivo, se deduzida a parcela de proveitos diferidos, diminuiu em trezentos e dois mil euros. Os proveitos diferidos têm a ver com a aplicação de fundos de co-financiamento comunitário.....



- O património da Autarquia evoluiu para 127.437.822,17 euros, registando-se um crescimento de 6,68%. Os fundos próprios cresceram 6,02%, enquanto o passivo, se deduzida a parcela de proveitos diferidos, diminuiu em 302.476,72 euros.

- É de notar um acréscimo de despesa com a rubrica da segurança social (19,52%), resultado do aumento da percentagem dos descontos para a C. G. A. (de 10% para 13%), dos encargos na assistência médica e medicamentosa dos funcionários e familiares, apresentada pela A.D.S.E.

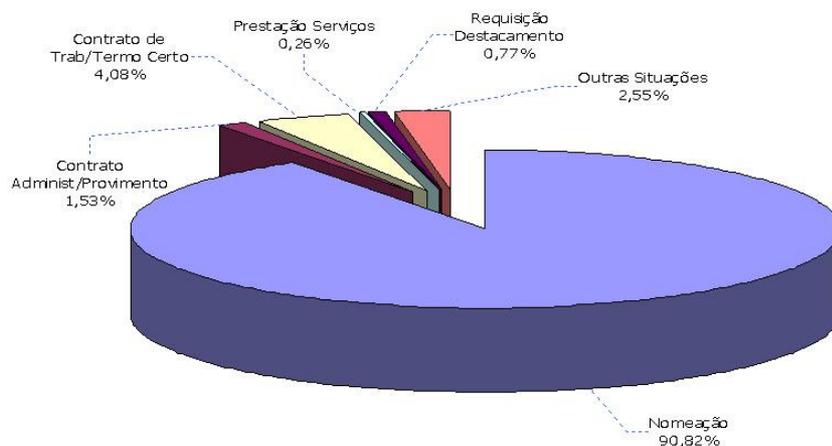
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....É de notar um acréscimo da despesa com a rubrica da Segurança Social -19,52%, resultado do aumento da percentagem dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, de 10 para 13%, dos encargos na assistência médica aos funcionários e familiares apresentada pela ADSE.....

**QUADRO n.º 19**
Mapa do Pessoal em Exercício de FunçõesResumo
Situação em 31/12/2006

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Executivo				4	4	4	4	4
Gabinete de Apoio Pessoal				3	4	3	3	3
Pessoal do Quadro	361	364	372	362	361	354	354	358
Dirigente				12	12	11	11	9
Chefia				11	14	13	13	13
Técnico Superior				14	14	14	19	21
Informática				1	3	3	3	4
Técnico				5	7	7	7	7
Técnico Profissional				21	21	21	21	26
Administrativo				47	42	41	44	44
Operário				111	109	109	106	103
Auxiliar				140	139	135	130	131
Pessoal em qualquer outra situação	28	33	25	23	23	44	48	27
Pessoal Contratado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89	24	29	22	17	13	25	34	16
Pessoal Eventual	3	3	2	2	1	1	1	1
Pessoal Contrato de Provimento	0	0	0	0	3	12	9	6
Pessoal Requirido	1	1	1	2	4	4	3	3
Prestação de Serviços (Consultadoria)				2	2	2	1	1
TOTAL	389	397	397	392	392	405	409	392

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

**GRÁFIO n.º 13**
Efectivos Segundo a Relação Jurídica de Empregos

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

**QUADRO n.º 20**
Absentismo (n.º de dias)

<i>Categoria</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
Masculino	3.951	4.893	4.665	4.483	6.765	6.009	5.481
Feminino	1.310	1.346	1.767	2.311	2.714	2.981	2.265
TOTAL.....	5.261	6.239	6.432	6.794	9.479	8.990	7.746

Ao número das faltas contabilizado (7.746) inclui: (Casamento; Maternidade e Paternidade; Nascimento; Falecimento de Familiar; Doença; Doença prolongada; Assistência a familiares; Trabalhador estudante; Por conta do período de férias; Por perda de vencimento).

12 funcionários têm 2.944 dias de faltas por doença prolongada, essencialmente em resultado da morosidade na marcação das juntas médicas, em média de 4/5 meses.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

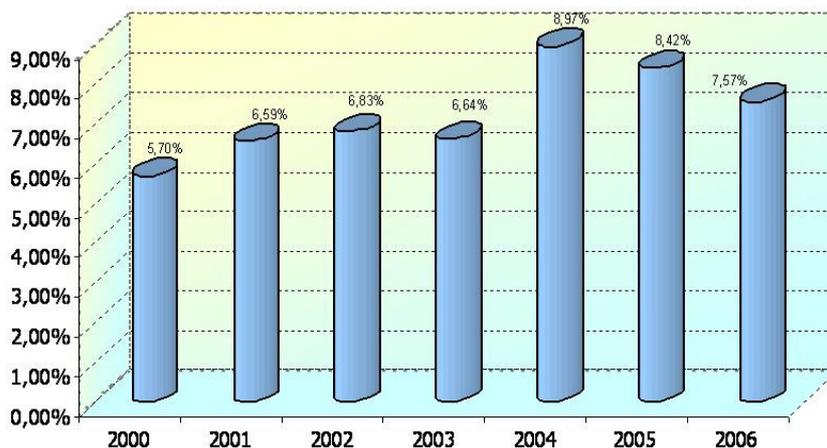
.....Mapa de pessoal em exercício de funções - Tínhamos em exercício de funções, no final de dois mil e seis, trezentos e noventa e dois funcionários. Os trezentos e noventa e dois efectivos segundo a relação jurídica de emprego e também a taxa de absentismo, uma ligeira diminuição, ainda assim, uma taxa demasiado elevada. Esta taxa, temos o número contabilizado de sete mil setecentos e quarenta e seis faltas, que incluem o que é normal na Lei, casamentos, maternidade, paternidade, nascimentos, falecimentos de familiares, doença, doença prolongada, assistência a familiares, trabalhadores-estudantes, por conta do período de férias, perda de vencimento.

.....Doze funcionários têm duas mil novecentos e quarenta e quatro dias de faltas por doença prolongada. Essencialmente em resultado de morosidade de marcação de Juntas médicas, em média 4 a 5 meses. Temos situações que se prolongam três e quatro anos com funcionários que vão trabalhar uma semana, e metem mais meses e meses seguidos de baixa, são remunerados normalmente pela Câmara Municipal, não têm sequer perda nenhuma de vencimento, portanto é uma situação que não é saudável, nem é desejável, nem é exemplar para os outros trabalhadores que trabalham todos os dias com muito empenhamento na Instituição e recebem da mesma forma.

.....Essa é uma explicação para este valor que é inquestionavelmente elevado. O Governo precisa de fazer correcções nesta matéria.



GRÁFIO n.º 14
Evolução percentual do Absentismo



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2006

.....A evolução percentual do absentismo, e tenho a apresentação terminada.....
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente pela sua apresentação.....
.....Antes de fazermos inscrições para pedidos de esclarecimentos, eu vou dar a palavra ao Senhor Relator da Comissão de Economia e Património, que fez uma apreciação da apresentação de contas, e chamava portanto o Senhor membro da Assembleia Eduardo Malhão para fazer essa apresentação do seu relatório.....

.....**Eduardo Malhão** – Aproveito para renovar as minhas cordiais saudações a todos os presentes.....

.....**Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

.....“A discussão e votação do Relatório de Gestão do Município constituem uma excelente oportunidade de avaliação da situação patrimonial e financeira da Câmara Municipal e de simultaneamente aferir da importância cada vez mais presente e determinante do poder autárquico na vida das populações locais.

.....Sendo este um documento de natureza financeira que corresponde à execução de um Plano de acção e à materialização das atribuições e competências do município, importa de forma breve e sucinta fazer um enquadramento histórico da evolução do processo da autonomia financeira e administrativa das autarquias locais.....

.....No período do Estado Novo com a reforma do Código Administrativo, elaborado entre 1936 e 1940 por Marcelo Caetano, acentuou-se a centralização e conseqüentemente o esvaziamento de poder das estruturas municipais.....

.....Os Presidentes de Câmara e regedores de freguesia passaram a ser nomeados pelo poder central. As autarquias locais eram financiadas por subsídios e comparticipações concedidas pelo poder central, sem obediência rigorosa a qualquer critério de distribuição, em que o Presidente de Câmara assumia um papel de súbdito em relação à política imposta pelo Governo autocrático da época.....

.....Em 1974, os municípios gozavam de pouca simpatia perante os políticos e a instauração do regime democrático produziu rupturas importantes das quais resultaram a descentralização e a autonomia municipal.....

.....No que concerne às alterações de ordem financeira introduzidas a partir de 25 de Abril de 1974, registou-se uma primeira tentativa de acabar com a distribuição arbitrária de verbas do Poder Central às autarquias através da publicação dos Decretos-Lei 768/75, de 31 de Dezembro e 416/76, de 27 de Maio.....

..... A Constituição Portuguesa de 1976 consagra a organização das autarquias locais como um órgão fundamental da organização democrática do Estado, definindo os princípios do seu estatuto jurídico e da sua autonomia financeira e administrativa reconhecida no artigo 237.º da Lei Fundamental. A reforma do regime financeiro das autarquias consagrou constitucionalmente dois objectivos primordiais, *por um lado* a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado *e por outro também a repartição* pelas autarquias e a correcção das desigualdades entre autarquias do mesmo grau.....

.....Acontece que, apesar de a Constituição de 1976 reconhecer a autonomia financeira das autarquias, estas continuaram a funcionar como um instrumento de subordinação do poder local ao Governo. De facto a lei ordinária que estabeleceu o regime das Finanças Locais apenas teve a sua promulgação em 1979, através da Lei 1/79, de 2 de Janeiro.....

.....Contudo, a Proposta de Lei do Orçamento Geral de Estado para 1979 não respeitou a referida Lei 1/79, efectuando corte de verbas legalmente atribuídas aos municípios e restabelecendo o regime de subsídios e comparticipações taxativamente proibidos por essa mesma lei.....

.....Entre 1980 e 1984, a situação de corte de verbas legalmente estipuladas continuou a verificar-se, por incumprimento das Leis do Orçamento Geral do Estado das disposições consignadas na Lei das Finanças Locais, continuando as autarquias sujeitas ao que o Governo arbitrariamente lhes atribuía anualmente.....

.....Finalmente em 1986, a Assembleia da República veio a aprovar uma nova lei que confere à Associação Nacional de Municípios o papel de representante dos interesses do poder local, reforçando decisivamente a autonomia financeira das autarquias e o seu papel de principal motor do desenvolvimento local.....

.....No entanto, e apesar de todos os esforços empreendidos no sentido de dotar os municípios dos meios financeiros indispensáveis à prossecução das suas atribuições e competências, o que se pode constatar é que a falta de receitas próprias e a consequente dependência de financiamentos da administração central mantém-se um paradigma actual que corrompe a autonomia do poder local e limita a sua acção.....

.....Assim sendo é legítimo afirmar-se, com toda a discordância que tal possa gerar, que os municípios têm excesso de competências face ao volume exíguo das transferências do Orçamento do Estado que lhes são destinadas, uma vez que não se torna uma tarefa fácil conseguir o aumento das suas receitas próprias e/ou a diminuição das suas despesas correntes.....

.....A reivindicação da descentralização de mais competências do poder central para o poder local não fará sentido se as autarquias não garantirem previamente a transferência dos correspondentes meios financeiros que lhes garantam uma Governação sustentável e equilibrada, sem necessidade do constante e indesejável recurso ao aumento das taxas e dos impostos municipais, imitando a administração central no seu pior e cabendo bem aqui a expressão popular “ter mais olhos do que barriga”.

.....Neste ciclo de reformas e correcção de trajectórias impõe-se uma nova geração de políticas na administração local, assente numa gestão de excelência, que promova sinergias, potencie economias de escala e dê prioridade à valorização e formação dos recursos humanos e à utilização eficiente e generalizada das novas tecnologias, tudo isto alicerçado na cultura do mérito, do rigor, da transparência e da mudança pela via da inovação e da qualificação.

.....Antes de passar à análise propriamente dita do Documento de Prestação de Contas, *o qual já foi aqui exaustivamente analisado pelo Senhor Presidente*, e distribuído a todos os presentes, se me permitem gostaria de deixar aqui uma palavra de apreço e reconhecimento a todos os funcionários da Câmara Municipal que quotidianamente, de uma forma directa ou indirecta, dão o seu melhor contributo para a concretização de um vasto e diversificado conjunto de actividades que geram toda esta grandeza de números e todo este movimento dinâmico e interactivo ao serviço dos munícipes.....

.....Nem sempre temos a consciência que por detrás dos números e das Instituições existem pessoas que se esforçam no sentido de podermos aceder a bens e serviços tão fundamentais e tão presentes no nosso dia a dia como o abastecimento de água, a recolha e tratamento de resíduos urbanos, os transportes públicos, a limpeza das ruas, o tratamento dos jardins, a ida ao Teatro, a utilização das Piscinas e dos Pavilhões, a educação dos nossos filhos, o acesso às novas tecnologias, entre muitos outros.....

.....Assim, a Comissão da Economia e Património reunida no passado dia 24, considerou de grosso modo que os indicadores que nos são fornecidos pelo Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2006 são globalmente positivos, na medida em que nele se observam todos os princípios orçamentais, contabilísticos e ainda as regras previsionais previstos no POCAL,

devendo referir-se aqui o importante princípio do equilíbrio entre as receitas e as despesas correntes.

.....São também demonstrados os indicadores que nos certificam que os limites legais ao endividamento e à despesa com pessoal foram rigorosamente cumpridos, existindo assim uma boa margem de autonomia financeira, *o que ficou também demonstrado através da exibição dos quadros anteriormente apresentados.*

.....Quanto à execução orçamental, verifica-se que do lado da receita se atingiu 71,33% e do lado da despesa 70,65%, portanto acima da média de execução dos municípios.

.....Já a receita global registou uma diminuição relativamente a 2005, em virtude do III Quadro Comunitário de Apoio estar em fim de ciclo, verificando-se no entanto uma boa performance relativamente às receitas correntes com um peso de 72,85% face às receitas de capital.

.....Note-se também a diminuição da dívida global do Município em 5,75%, totalizando esta no final do exercício 15.259.444 euros, constatando-se contudo a necessidade de um esforço na amortização da mesma, dado a sua estrutura ao nível de curto prazo exercer alguma pressão sobre a gestão corrente de tesouraria.

.....Os resultados líquidos do exercício atingiram um valor positivo de 6.205.480 euros como se encontra evidenciado na Demonstração de Resultados.....

.....Relativamente à estrutura patrimonial da Autarquia regista-se um crescimento do activo equivalente a 6,68% e do Passivo correspondente a 8,11%, tendo contribuído para este valor o aumento dos acréscimos e diferimentos, o aumento das dívidas a terceiros de curto prazo e o reforço das provisões para riscos e encargos.

.....Uma referência para os anexos às demonstrações financeiras, os quais de acordo com o Diploma que aprova o POCAL (Decreto-Lei nº 54-A/99) deveriam conter a caracterização da entidade, nomeadamente a estrutura organizacional efectiva, tipo de organização contabilística, uma descrição sumária das actividades e ainda outra informação considerada relevante, por exemplo uma listagem dos processos de contencioso que se encontram a decorrer ou ainda um Balanço Social e um Balanço do Sistema de Gestão de Qualidade em fase de implementação.

.....Seria também desejável a aplicação de um sistema de contabilidade analítica tal como prevê o POCAL, como uma preciosa ferramenta de apoio às decisões e a uma gestão ainda mais eficiente e rigorosa.

.....Este desiderato será certamente mais facilitado quando a legislação tornar obrigatória a elaboração dos relatórios de gestão das autarquias sob a responsabilidade e a supervisão de especialistas ou seja Técnicos Oficiais de Contas ou Revisores Oficiais de Contas.

.....Por último, a realização de auditorias ainda que internas deverá ser uma realidade a curto prazo na perspectiva da Câmara Municipal pretender a certificação pela norma ISO 9001:2000 do Processo de Gestão e Prestação de Contas.....

.....Muito obrigado a todos pela atenção dispensada!"

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Portanto, como eu anunciei, esta intervenção foi feita em nome da Comissão de Economia e Património, que penso que reuniu, aliás o Senhor Membro da Assembleia Eduardo Malhão disse que reuniu para estabelecer este relatório que está transmitido aos Senhores membros da Assembleia.

.....Vamos então abrir inscrições para pedidos de esclarecimento sobre a apresentação de contas.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa tem desde já a palavra.

.....**Luís Costa** – Boas tardes mais uma vez.

.....Eu aproveito a oportunidade como membro da Comissão da Economia para dizer do apreço que foi trabalhar nessa Comissão e ver que de facto pessoas de Partidos diferentes, podemos ter uma linguagem comum, entendermo-nos e produzir um trabalho que creio muito válido e que muito ajudará não só à análise dos documentos aqui na Assembleia Municipal, mas até o próprio Executivo Camarário.

.....Subscrevemos, como não podia deixar de ser, o documento que foi agora acabado de ser exposto pelo Senhor Deputado Malhão, a quem nós demos a ingrata tarefa de ser o relator e de conseguir juntar tudo o que foi atirado para cima da Mesa, o resultado da nossa discussão, creio que foi bastante frutífera, e depois fica só uma pergunta que eu gostaria de ver esclarecida.

.....No Quadro das despesas com o Pessoal, portanto que o Senhor Presidente da Câmara apresentou agora aqui, tem as despesas com o pessoal do quadro e com o pessoal com outros vínculos e que não foi atingido o limite que estava disponível para isso, para o pagamento, suponho que será para o pagamento de salários, etc. A minha pergunta é, porquê? Quer dizer, foi à custa de congelamento de salários, foi à custa de mau pagamento do pessoal, foi à custa da diminuição do absentismo do pessoal, como foi?

.....Outra questão que eu queria deixar aqui expressa e que suscitou discussão na Comissão foi que, consoante eu levantei essa questão, eu sei que é consoante a legislação que se põe nos dados do absentismo põem-se as faltas às quais uma pessoa tem direito a dar por legislação, o que faz subverter um pouco a análise que se possa ter, ou pelo menos o como aparece assim o documento. Portanto, esses dias todos de absentismo. De acordo com o que disse o Senhor Presidente da Câmara, que depois fez essa separação, acho que também foi sensível a isso, que há aqueles casos de baixas excessivas e dos atrasos por causa das Juntas Médicas, etc., isso é um prejuízo para qualquer serviço, e isso de facto terá que ser revisto, mas por nojo, por casamento, etc., são faltas que estão contempladas na legislação e que é preciso nós termos um bocadinho também de cuidado em separar as águas.

.....Pronto, eram estas as minhas questões.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....O Senhor Presidente da Câmara quer responder a estes pedidos de esclarecimentos? ...

.....Faça favor.

.....**Presidente da Câmara** – Obrigado Senhor Presidente.

.....De forma breve, felicitar a Comissão de Economia da Assembleia, algumas das vossas reflexões são naturalmente positivas e podem-nos ajudar a melhorar a demonstração de contas do próximo ano. Iremos ter isso em conta logo que nos dêem esse relatório.

.....Por outro lado, estamos nesta fase já a fazer a contratação pública de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, estamos em evolução, há auditorias internas que ocorrem já regularmente de acordo com o Regulamento de Controlo Interno, aprovado na Assembleia, por exemplo a tesouraria da Câmara é verificada autonomamente com regularidade e outros serviços. Já há rotinas de garantia de procedimentos importantes.....

..... Por outro lado, o processo de certificação, é verdade, não fazemos no relatório de gestão uma abordagem expressa a essa matéria, mas estamos em fase de finalização de manuais de procedimentos, portanto num maior sentido de rigor de procedimento, uma resposta melhor para os cidadãos, e isso vai acontecer.....

.....A questão do pessoal, evidentemente, no balanço social tem que se fazer essa separação, o Senhor deputado tem razão, eu procurei fazer essa abordagem embora de forma ao de leve, mas eu vou pedir e também era minha preocupação, e por isso acrescentei pelo menos saber diferenciar duas situações que são absolutamente diferenciáveis, o que é a baixa prolongada, ou a baixa até às vezes resultado do mau humor do funcionário, porque há de tudo, das situações perfeitamente compreensíveis, aceitáveis e sem qualquer margem para discussão. No próximo relatório de Gestão vou pedir para que isso seja bem mais evidenciado. Salientando, que não fosse, e quis destacar isso, o facto de termos algumas situações de facto de baixa muito prolongada, algumas se calhar injustificáveis, mas eu não posso julgar essas situações, mas no geral eu devo dizer que os funcionários da Câmara são gente muito responsável, de grande pontualidade em geral, quantos dos funcionários não estão meia hora antes no serviço, antes da hora de entrada, seguramente que isso não acontece noutras instituições, portanto os funcionários da Câmara são nesse aspecto gente de grande responsabilidade, que eu estimo como gestor e admiro.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Vamos registar inscrições para intervenções relativamente a este tema.

.....Senhor membro da Assembleia Martinho do Nascimento, tem a palavra.

.....**Martinho do Nascimento - Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

.....“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.....

.....Senhora e Senhor Secretário

.....Senhor Presidente da Câmara.....

.....Senhora Vereadora.....

.....Senhores Membros da Assembleia

.....Minhas Senhoras, Meus Senhores.....

.....O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, que aprova os princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem assim os documentos previsionais e os de prestação de contas, ao se basear na aplicação dos princípios do Plano Oficial de Contabilidade Pública permite, para além de uma visão de conjunto estadual, obter uma uniformização, normalização e simplificação da contabilidade. É assim, para além de um acto recorrente; um documento que obrigatória e legalmente espelha a transparência das contas reflectidas nos mapas e anexos às demonstrações financeiras do ano de 2006 constantes do documento que nos foi presente.....

.....O ano transacto ficou marcado por uma diminuição das transferências de capital, que, prevendo as actuais circunstâncias nacionais as mesmas se agravem e generalizem para este concelho. Ao se apostar numa extinção sistemática e continuada de serviços públicos nesta região, está a condicionar-se um ciclo completo de criação de riqueza para a região. A não existência de serviços implica uma menor transferência de recursos financeiros para a região com a consequente diminuição de riqueza, do investimento, de criação de emprego, em suma de qualidade e bem estar da população da região, a adicionar à já debilitada economia regional, concentrando-se cada vez mais os recursos materiais, financeiros e humanos no litoral, levando à fuga dos nossos jovens para o litoral, onde se concentram todos aqueles recursos. Surge a questão, esta sim, política. Porquê? É aí que estão as pessoas, ou os eleitores, isto é, os votos? Significa que, pelo número que somos e pela percentagem eleitoral que representamos não valemos a aposta do investimento no interior? Fico-me, no campo político por aqui, esperando, na expectativa, que se faça eco desta reflexão para bem dos nossos jovens, isto é, do futuro.....

.....Quanto à questão técnica e designadamente da Prestação de Contas de 2006, abordarei o respectivo documento nas seguintes perspectivas:

.....- A análise global do orçamento, com a consequente discriminação das receitas e despesas correntes e de capital;.....

.....- O Plano Plurianual de Investimentos.....

.....- A estrutura financeira;.....

.....- A dívida do município.....

.....Numa primeira observação constata-se que face ao orçamentado, o grau de execução atingiu cerca de 71%, quer no campo da receita, quer no da despesa, após correcção do mesmo orçamento, sem o que a sua execução teria atingido cerca de 75%, idêntica à de 2005. De facto, a transição do saldo de gerência anterior, posterior à orçamentação inicial, a inserção de novos projectos financiados e contratos-programa, bem como a obediência, legal às regras contabilísticas naquilo que é contabilizado face ao que é assumido como compromisso. São diferentes os momentos da criação do dever de pagar com o pagamento efectivo. São temporalmente diferentes as noções de custo, despesa e pagamento e a forma da sua contabilização que influenciam a execução demonstrada.....

.....Na perspectiva do orçamento corrente, realça-se fundamentalmente que o Princípio de Equilíbrio Orçamental, foi mais uma vez respeitado, de acordo com as regras legalmente impostas que impõem que o orçamento preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas. Para além de cumprido este objectivo, obteve-se ainda um saldo corrente de cerca de cinco milhões e meio de euros para suportar investimento.....

.....O saldo total do orçamento, incluindo receitas e despesas correntes e de capital, para além de outras menos significativas, foi de cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros. De salientar igualmente, em termos de caixa, que transita para o ano seguinte um saldo de gerência de cerca de 450.000 euros, o que é extremamente positivo para efeitos de reforço da autonomia financeira do município.....

.....Importará salientar que o desvio relativo à execução global do orçamento se deveu sobretudo à diminuição na cobrança das receitas de capital, assente em três factores essenciais: a diminuição das transferências de capital; a falta de encerramento financeiro dos projectos comparticipados pelo FEDER e a não realização da venda de bens de investimento. Aproveito desde já, contrariando o que neste fórum, já ouvi sobre a matéria das transferências da administração central, para lembrar que pelo terceiro ano consecutivo aquelas receitas têm vindo a diminuir em termos reais. Senão vejamos: Ainda segundo a anterior Lei das Finanças Locais - a Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto, estipulava a mesma que a repartição dos recursos públicos e respectivas transferências financeiras para as autarquias locais eram de 30,5% da média dos impostos do estado (IRS, IRC e IVA), através dos Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo Base Municipal. Isto implicou uma transferência para esta autarquia de 13.461.770 euros em 2005, igual valor em 2006 e a mesma quantia para 2007. Naturalmente que, apesar de nominalmente serem o mesmo valor, em termos reais há um decréscimo efectivo em função da inflação registada.

.....Perderia assim a autarquia mais de meio milhão de euros com base naqueles fundos. Contudo a nova lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, baixa aquela percentagem para 25,3% introduzindo um novo conceito de Fundo Social Municipal e prevendo uma participação variável no IRS da autarquia até 5%, naturalmente um factor variável condicionado ainda pela debilidade económica da nossa região. Isto é, em termos

líquidos, perde-se 0,2%, admitindo mesmo assim aquele valor máximo de 5%. Outros aspectos nesta nova Lei mereceriam neste fórum mais alguma reflexão, contudo detenho-me agora apenas nesta questão ligada à prestação de contas.....

.....Registo apenas que o Fundo Geral Municipal foi a única rubrica na Transferência de Fundos da Administração Central que, de 2005 para 2006, teve um aumento de 6,7% registando-se uma queda de 80% no Fundo de Coesão Municipal e de cerca de 1% no Fundo de Base Municipal, apesar do valor global ser igual em termos nominais, havendo, como já referi um decréscimo real entre 2005 e 2007.

.....Aprez-me registar que as despesas com pessoal, apesar de um aumento de 3,9% em relação ao ano de 2005, mantém-se muito aquém dos limites legais impostos de 60% das receitas do ano anterior, quedando-se nos 37,6%. Valerá também a pena referir que, das transferências de capital, do orçamento das Despesas de Capital condicionadas pelo que atrás se referiu, 73% do que foi executado, mais de um milhão de euros foi para as Freguesias e cerca de 400.000 euros para Instituições Sem Fins Lucrativos.

.....Quer os activos quer os passivos financeiros registaram um aumento de 8,5% e 3,5 %, respectivamente, em função da concretização do aumento de capital social no Mercado Municipal de Bragança, E.M., e de reforço financeiro na empresa Terra Fria Carnes, Lda, por um lado, e do outro o aumento das prestações de amortização da dívida de empréstimos bancários.....

.....De salientar também que relativamente às fontes de financiamento para aquisição de bens de investimento o financiamento municipal tem assumido a maior percentagem de cobertura entre 2003 e 2006, num valor global de 53.721.419 euros, designadamente 56,7%, contra 34% de apoios comunitários e 9,3% de empréstimos. Este valor de investimento foi sem dúvida o maior realizado no último decénio.

.....Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, num valor global executado de cerca de dez milhões de euros, bastante refreado pelos condicionalismos já atrás referidos na diminuição das receitas de capital, as funções sociais e económicas representam, em conjunto, um investimento de 93%, repartido entre 61% para as funções sociais, em grande parte na área social e habitação e serviços colectivos, e de 32% para as funções económicas, com especial incidência na área dos transportes e comunicações, mas também nos serviços culturais, recreativos e religiosos. Estas funções são as mais visíveis e notórias, contribuindo directamente para a qualidade de vida e bem estar das pessoas deste concelho, com reflexo sobretudo no último decénio.

.....Em termos da estrutura financeira, a nota dominante é de equilíbrio nos diversos rácios e de salvaguarda do investimento, mas também de crescimento das receitas próprias de funcionamento, de reforço da autonomia financeira e da poupança corrente, mas também de contenção com as despesas com pessoal, uma vez que o ligeiro acréscimo de despesa se

deveu sobretudo à assunção dos encargos com assistência médica legal por parte da A.D.S.E. e do aumento da taxa de descontos para a Caixa geral de Aposentações, em 30%.....

.....Da análise da situação patrimonial, reflectida pelo Balanço – aspecto fotográfico em 31 de Dezembro de 2006 - e comparativamente com o ano anterior constata-se um aumento global de cerca de 7%, registando os Fundos Próprios um acréscimo de 6%. O Passivo de Médio/Longo Prazo apresentou uma redução significativa da mais um milhão de euros.....

.....A Demonstração de Resultados apresentou um Resultado Líquido de 6.205.480 euros, em grande parte conseguido através dos Resultados Operacionais, mas também Financeiros...

.....Uma última referência à evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo e de Curto Prazo. À data de 31 de Dezembro de 2006, o total da dívida era de 15.259.444 euros, dos quais 10.320.940 euros de M/LP e 4.938.504 euros de Curto Prazo. Este total reflecte uma diminuição de 5,8% face ao ano anterior.....

.....Por outro lado, no que respeita à capacidade de endividamento da autarquia, e do que resulta do estabelecido legalmente, a mesma mantém um índice da capacidade de endividamento de 4%, resultante da diminuição do serviço da dívida - superior à do ano anterior (2,2%), estando conseqüentemente aquém do limite de endividamento.....

.....Em conclusão, porque houve um equilibrado esforço de arrecadação de receitas correntes, naturalmente mais certas que as de capital, tendo duplicado, na última década a receita global do município com ênfase para as receitas próprias, porque foi maximizada a utilização dos fundos comunitários, porque se concretizou a construção de equipamentos estruturantes e relevantes quer do ponto de vista cultural, recreativo ou sócio-económico, porque houve uma contenção da dívida global e o endividamento desta autarquia é inferior à média dos restantes municípios, porque se registou um resultado líquido de mais de seis milhões de euros, porque aumentou o património e porque houve uma contenção nas despesas com pessoal aumentando a sua qualificação.....

.....Por tudo isto, concorda-se e vota-se favoravelmente o documento de Prestação de Contas de 2006.

.....Disse.

.....Bragança, 27 de Abril de 2007

.....Martinho Eduardo Nascimento”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, tem a palavra.

.....**Vítor Pereira – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

.....“Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

.....Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

.....Senhoras e Senhores Deputados.....

.....Senhores Presidentes de Junta.....

.....A análise da prestação de contas é um exercício que envolve dois tipos de avaliação: uma que tem a ver com o rigor e a adequação técnica das políticas contabilísticas seguidas e outra que permite fazer uma leitura sobre as consequências financeiras das orientações políticas do Executivo Municipal.

.....Com relação às primeiras, e não obstante não sermos especialistas na matéria, da análise a que procedemos pudemos confirmar existirem distorções com efeito significativo em algumas rubricas, designadamente nos “investimentos financeiros” que relevam essencialmente o valor das participações financeiras que o Município tem noutras empresas. Ora, sabendo nós que duas dessas participações são respectivamente na Terra Fria Carnes e no Mercado Municipal, que sistematicamente têm acumulado prejuízos causa-nos estranheza o valor inscrito nessa rubrica ascender a 3.681.965€. Tanto mais que, nas notas inscritas no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, não se vislumbra qualquer menção em relação à formação desses valores o que pode ter sido esquecimento, negligência ou propósito. Um segundo aspecto, porventura de consequências mais sensíveis, tem a ver com o resultado do exercício. As contas evidenciam um resultado líquido de 6.205.409 €, ou seja, na moeda antiga quase um milhão e duzentos e cinquenta mil contos. Se é verdade que o papel pode com tudo o que se lá ponha (e estas contas que aqui nos são apresentadas não foram objecto de qualquer revisão, auditoria ou certificação) não é menos verdade que a apresentação de um resultado deste nível, associado a um outro equivalente há dois anos e de cerca de metade há um ano, nos leva a discutir politicamente as possíveis consequências.

.....Um Município que apresenta superávites ou excedentes de exploração tem de pensar seriamente em reduzir a carga fiscal e parafiscal sobre os seus munícipes. Não é justo, e tem consequências atrofiantes, pedir aos munícipes um esforço financeiro no pagamento de taxas, licenças e impostos para a Câmara no final do ano apresentar aquilo a que vulgarmente se chama lucro. Os poderes públicos têm o dever de regular e estimular as actividades económicas, libertando recursos para a iniciativa individual e empresarial e não fazer o contrário, isto fazendo fé nas contas que nos são apresentadas.....

.....Sr. Presidente

.....As casas do conhecido Centro Histórico (Rua Direita, Rua Abílio Beça, Loreto) estão em muitos casos em situações que ameaçam ruir. Porém, se alguma pessoa quiser reabilitar ou reconstruir uma dessas casas tem taxas e licenças pesadas. Terá esta orientação política coerência e sentido de equilíbrio ao nos serem apresentadas contas que evidenciam um resultado como o que anteriormente referimos? A título de exemplo tivemos conhecimento que na Rua do Loreto o proprietário de três casas que ficam no quarteirão inferior ao do café Zip, ou se quiserem ficam depois da casa do Dr. Júlio de Carvalho, e que estão num estado de degradação que envergonham qualquer pessoa, e mais ainda a Câmara, disse-nos que o valor

das licenças e taxas que tinha de pagar ascendia a 300.000 € e que portanto a construção era absolutamente inviável. Será que não há nisto um inquestionável contra senso?

.....Sr. Presidente

.....A discussão destas contas leva-nos a sugerir-lhe, apesar de sabermos que não gosta de sugestões vindas de nós, que com os resultados apurados crie uma reserva especial destinada a fazer face à reabilitação urbana nas zonas mais antigas da cidade e que deverá ser utilizada sob a forma de financiamento directo, no acaso de serem particulares a promover a recuperação, ou de diminuição da carga parafiscal (taxas e licenças), no caso da iniciativa ter um suporte empresarial.....

.....Senhor Presidente da Câmara.....

.....Senhores Deputados

.....É do conhecimento geral o preço médio de venda dos apartamentos em Bragança comparativamente às restantes zonas do país. São frequentes as situações em que o valor patrimonial tributário dos prédios excede o próprio preço de venda, penalizando a empresa construtora em sede de IRC e o adquirente em sede de IMT e, futuramente de IMI. Impõe-se a alteração do valor atribuído ao coeficiente de localização e com os resultados apresentados pelo Município impõe-se também uma diminuição da taxa de incidência para efeitos de IMI que no nosso concelho apresenta valores próximos do máximo. É Vossa Excelência que diz na introdução ao dossier da prestação de contas que o território do nosso Município se inscreve na zona mais pobre da União Europeia a 15. Tal enquadramento impõe políticas públicas que estimulem a actividade económica e para isso a diminuição da carga fiscal e parafiscal apresenta-se como sendo um instrumento poderoso e naturalmente aconselhável.

.....Sr. Presidente da Câmara.....

.....Não se pode andar permanentemente a assacar responsabilidades ao Estado Central pelo nosso atraso e depois não actuar em conformidade com aquilo que se critica. Se o resultado da exploração é excedentário então devolva-se aos munícipes a parte não necessária para o financiamento da actividade municipal, seja pela via da diminuição do esforço contributivo seja através da criação de um ou mais fundos de apoio a actividades geradoras de aproveitamento do potencial endógeno ou da preservação do património arquitectónico.

.....As contas que vamos votar, como se costuma dizer, não são boas nem más, mas reflectem um estilo de gestão municipal que não prima nem pela inovação nem por um equilíbrio razoável entre a prestação dos serviços municipais e o seu custo. Tanto mais que uma taxa deve, reflectir exclusivamente o custo da prestação do serviço e, na tabela de taxas e licenças, há taxas cujo valor está muito acima do custo dos serviços prestados, deixando de ser taxa e passando a ser imposto. Em suma, continuamos a insistir na profunda necessidade de alterar a política autárquica o que, na realidade, só poderá ser feito com outras pessoas e outros protagonistas. A acreditar no que disse, que este seria o seu último mandato, ainda

teremos mais dois anos em que será mais do mesmo e em que passaremos ao lado das oportunidades para inverter este ciclo em que cada vez somos menos e mais velhos.....

.....Muito obrigado

.....Assembleia Municipal de Bragança.....

.....a)Vítor Prada Pereira”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa, tem a palavra.

.....**Luís Costa** – Mais uma vez boa tarde.

.....Uma intervenção muito curta para dizer que o Senhor Presidente se calhar não percebeu a minha questão de há bocado. É que no quadro das despesas com o pessoal tinha um tecto que poderia atingir, portanto um tecto programático para o pagamento dos salários, mas ficou abaixo 17% se não me engano, agora não sei o número de cór. Portanto se isso era despesa programada para pagamentos de salários em que é que se deveu não se atingir esse número..

.....Agora no que diz respeito ao orçamento em geral, vim trazer a posição da CDU. Como documento técnico e como foi visto aliás na Comissão, o documento, para mim, que não sou propriamente especialista em economia, mas no que conseguimos analisar e temos lá pessoas especializadas nessa Comissão, o documento está bem apresentado, tecnicamente bem construído, o que de qualquer das formas não quer dizer que estejamos de acordo com ele.

..... Quer dizer, na prestação de contas não temos nada a apontar, só que simplesmente quando foi da aprovação do Orçamento para o ano passado, nós apontamos que não seriam as directivas que nós apontávamos para a gestão do Município, não eram aquelas e o relatório também revela isso, nós não repartiríamos o dinheiro, os gastos da forma como foram repartidos.....

..... Portanto, para dar um ou dois exemplos, na parte da repartição departamental das despesas, por exemplo, nós temos que o Departamento Sócio Cultural, embora tenha tido uma deslocação, um aumento das despesas, louvável, nesse departamento, mas ficou pelos 9,88%. Portanto nos Municípios regidos pela CDU esse número normalmente não pode ir abaixo dos 12% sendo que a norma é de cerca de 20% para o departamento de desporto e de cultura, para o desenvolvimento do bem estar dos Municípios.....

.....Outra questão que a nós continua a não nos agradar, não é da nossa linha, que é a contratação sistemática e cada vez mais alargada de serviços externos, portanto de contratação de empresas externas para fazer serviços que nós consideramos que deveriam continuar a fazer parte dos serviços da Câmara, como por exemplo recolhas de lixo, águas, saneamentos, portanto toda essa parte nós achamos que deveriam continuar a ser serviços a ser geridos pela Instituição.

.....Pelas razões atrás apontadas, a CDU na aprovação do documento vai-se abster.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faz favor.....

.....**Luís Vale** – Muito obrigado Senhor Presidente.
.....Meus Senhores, boa tarde a todos.
.....Com manifesta dificuldade e reconhecida incompetência para tal, de qualquer forma isso não nos impede de fazer uma abordagem e uma análise genérica e política ao documento.

.....**Apresentou por escrito o seguinte:**
.....“Exmos. Senhores,.....

.....Numa primeira abordagem e análise genérica, podemos perceber neste relatório uma real preocupação com a contenção das despesas e saneamento financeiro da Câmara Municipal, o que merece o nosso reconhecimento e apoio. Depois, também importará desde já referir que a leitura crítica por nós realizada e que agora aqui partilhamos com esta assembleia, resulta fundamentalmente e essencialmente das diferenças políticas que nos separam e que se traduzem, a este nível, nas opções e nas prioridades na aplicação das verbas e dos financiamentos.

.....Assim sendo, podemos referir que, tal como tem acontecido no passado, existe a preocupação do executivo em fazer uma boa apresentação gráfica e de conteúdo, mas ao mesmo tempo denotamos uma presente necessidade de defender os resultados obtidos, e depois, o ritmado elogio dos mesmos. Isso, quanto a nós, percebe-se na insistência das comparações, e na tendência dos gráficos, dos rácios e dos rankings. O que, com certeza, provoca uma agradável leitura ao leitor, pois será agradável saber que, se comparado com outros municípios ou com a média nacional, o nosso município está bem ou melhor do que, mas isso, per si, não significará que a situação económica e financeira, e apesar do reconhecido esforço, seja a melhor... ..

.....Da abordagem realizada concluímos que a grande ideia da realidade do concelho e da cidade em 2006, é uma efectiva diminuição da actividade económica, diríamos mesmo, uma estagnação da actividade produtiva local e regional.

.....Quanto àquilo que nos separa, podemos apresentar alguns aspectos reflectidos neste documento:.....

.....- A despesa continua a ser realizada desequilibradamente pelos diferentes serviços e divisões, tal como podemos verificar nos coeficientes de variação no quadro 16, da página 31 do relatório, relativo às classificações orgânicas. Há divisões que apresentam coeficientes superiores a 100 %, enquanto outros, que não por acaso, são sempre os mesmos, apresentam coeficientes negativos: falamos, neste caso, das divisões: de saneamento básico, da defesa do ambiente, cultural e turismo e do equipamento.

.....- O gráfico 9, da página 32, reafirma a vossa política sectária que continua a privilegiar a obra e a construção e legitima a nossa crítica perante o manifesto desinteresse deste executivo

pelas questões sociais e culturais. Permanece a forte dependência das receitas correntes na tributação dos municípios, através dos impostos directos e indirectos. O que não concordamos, mas até podemos relativizar, mas o que não relativizamos e criticamos abertamente é a baixa execução desses mesmos impostos, nomeadamente, dos impostos indirectos, cuja taxa é de 59,42%, mesmo sabendo que estes recaem fundamentalmente sobre o sector produtivo. Existe, de facto, um esforço por diminuir a dívida do município, o que se conseguiu em 2006, em 5,5%. No entanto, isso não invalida a tendência de aumento verificada durante os anteriores cinco anos, de 2001 a 2005. O que, para nós, significa que a Câmara Municipal de Bragança é uma câmara bastante endividada... cuja capacidade de endividamento se situa apenas nos 4%. Não sendo dramática a situação, seria de todo importante conseguir diminuir a dívida e, assim, aumentar essa capacidade de endividamento.

.....Tendo em conta a presente e verificada preocupação em detalhar e justificar a actividade financeira e económica do exercício em 2006, estranhámos não haver a mesma preocupação em relação à actividade da empresa municipal e demais organismos em que a Câmara Municipal é participante. Estranhámos a omissão no que diz respeito ao desempenho, custos, despesas, peso no orçamento e, por fim, mas o mais relevante e realmente importante, quais as vantagens dessa participação e contributos efectivos para a população do concelho da actividade dessas organizações e empresas municipais.

.....Sem querer ser abusivo e, também, porque mais à frente nesta assembleia voltaremos a falar deste assunto, preocupa-nos a questão da gestão da água, e no que diz respeito a este relatório, alerta-nos o facto de haver, por parte do município, um esforço no melhoramento das infra-estruturas e dos equipamentos da rede municipal de água e mesmo assim, as receitas de água tendem a ser cada vez menores.....

.....Estes são os aspectos mais relevantes que pertinentemente realçamos, o que de todo não invalida, tal como dissemos no início, a seriedade do relatório, a boa fé na prática da gestão autárquica deste Executivo e os melhores propósitos das suas escolhas, que, para nós, não são as melhores para o melhor fim, que é e será sempre o melhor servir a população.

.....Por isso não votamos favoravelmente esta prestação de contas.

.....Obrigado.....

.....BRAGANÇA, 27 de Abril de 2007.....

.....a) Luís Miguel Vale Fernandes Vale.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se quer intervir?

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Parte dos activos financeiros - Como os Senhores deputados sabem muito bem, tão bem como eu, a generalidade do investimento foi feito na Empresa Bragança POLIS, na realização

de capital social, portanto não vale a pena estar... Evidentemente a Terra Fria também leva algum dinheiro, o Mercado também, mas o essencial foi para a Bragança POLIS como foi aí referenciado, e temos ainda alguns compromissos que vamos ter que assumir como é óbvio, não é, nós uma parte, a Administração Central outra.....

.....As contas não têm que ter qualquer outra certificação, a não ser aquela que resulta do envio para o Tribunal de Contas para aprovação e apreciação. Seguimos aquilo que corresponde à metodologia de todos os Municípios, portanto não vale a pena andar a levantar qualquer problema neste âmbito.....

..... A nova Lei de Finanças Locais obriga os Municípios e Associações de Municípios a participações empresarias, a dispor de revisores de contas, é aquilo que nós vamos fazer e proximamente, penso que no Mês de Junho traremos à Assembleia Municipal uma proposta para que a Assembleia escolha um revisor oficial de contas para o Município. Portanto, nós actuamos e os nossos serviços actuam com disciplina e com rigor nos termos da Lei. Portanto, não somos mais papistas do que o papa, fazemos as coisas bem, é aquilo que nos compete e é aquilo que nos obrigamos legalmente perante o órgão deliberativo.

.....Quanto à intervenção no Centro Histórico e a redução de impostos, é óbvio, está à vista dos Senhores deputados, de um modo geral, as taxas, as tarifas do Município são baixas comparativamente a Municípios de idênticas características sócio económicas.

.....Ao falar nas taxas de urbanismo é preciso também falar com seriedade, absoluta seriedade, impõe-se por uma questão de ética e de princípios de política e de boa política.

.....A Assembleia Municipal aprovou por proposta da Câmara, para o Centro Histórico, a redução quase a zero das taxas de licenciamento, quase a zero! Ou seja, não é pelo problema das taxas que não há renovação no Centro Histórico da parte dos particulares. A Câmara fez uma operação de intervenção, a primeira que alguma vez se fez em Bragança, fê-la na Cidadela, enfim, com um incentivo fortíssimo à recuperação de fachadas e coberturas, incentivando os particulares, intervindo directamente em património privado, não o consegue fazer de forma extensiva, mas tratou-se de uma intervenção exemplar.

.....No resto do Centro Histórico, fora de muralhas, nunca a cidade teve tanta reabilitação de edifícios como tem tido nos últimos tempos.

..... Eu lembro, o Centro Cultural, edifício Augusto Moreno, estava em ruína quando fomos para a Câmara, sem cobertura, está hoje um excelente centro cultural, à vista de toda a gente, com muita actividade, trás muita gente ao centro histórico.

..... Este edifício aqui ao lado, onde está a Sede da Região de Turismo e da Associação Comercial estava só com as paredes, a Câmara fez o projecto, incentivou a recuperação, deu dinheiro para esse efeito. A Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria em fase de recuperação e tantas outras intervenções que se têm feito. Portanto de facto temos tido uma atitude de olhar para o centro Histórico com o rigor e com o empenhamento que se impõe de

acordo com os recursos que temos disponíveis. Outros já tiveram essa oportunidade e não fizeram nada.

.....Relativamente ainda àquilo que se passa com as taxas e licenciamentos fora deste núcleo cívico, histórico, no núcleo mais próximo, Loreto, por exemplo, não há muito tempo que nesta Assembleia Municipal sob proposta da Câmara se aprovou uma proposta que para operações de emparcelamento reduz a zero a taxa relativa às áreas edificadas e reduz em 50% a taxa do resto da área aumentada. Não é uma atitude significativa essa? Bom, nós não pode olhar particularmente para os processos de acordo com a cara do empreiteiro, porque isso é um erro de palmatória! É um erro de discriminação! Nós temos que olhar com princípios, não nos interessa se um empreiteiro num determinado sítio faz um mau investimento e tem dificuldade de rentabilizar porque entretanto também tem que pagar taxas?.....

..... Bom, nós não podemos fazer esse tipo de abordagem porque isso era um erro de discricionariedade, digamos, na intervenção empresarial na Cidade. Temos de fazê-lo dentro de princípios de rigor, fomos sensíveis a essa nova abordagem que a lei fez em termos do emparcelamento urbano, através da voz do Senhor Deputado Guedes de Almeida e encarregamo-nos de fazer o nosso trabalho, de ir ao encontro dessa preocupação e do sector empresarial, trazendo à Assembleia Municipal o processo, tendo tomado as medidas necessárias. Portanto essa situação não a podia deixar passar em branco dessa maneira, porque de facto nesse âmbito o Executivo da Câmara não tem estado a olhar para o lado como se não quisesse nada com esta matéria, queremos e preocupa-nos a actividade económica, preocupa-nos a carga fiscal, e preocupa-nos imenso que os impostos nacionais, porque é aí que está o esforço fundamental dos cidadãos, sejam dos mais elevados na Europa, é o IVA, o IRC, o IRS, aí é que é preciso baixar, não vale a pena andar com rodeios.

.....Se nas tarifas municipais, impostos municipais correspondem à prestação de serviço? Nenhum deles cobre o serviço prestado! Se formos por essa via empobrecemos mais o Município ainda, portanto o que é preciso é que o Governo Central discrimine positivamente o interior, baixe os impostos, o IRC e IRS para o interior, para as empresas, e por essa via estimule o desenvolvimento, não pode ser pela via do imposto Municipal. A carga fiscal representa uma sobrecarga muito grande. Teríamos dois anos seguramente, pelo menos mais dois anos de mandato com a garantia plena de confiança do povo, procurando continuar a fazer com rigor o melhor possível em termos orçamentais e financeiros, porque é isso a que nos obrigamos.

.....A questão do pessoal que o Senhor deputado Luís Costa falou, de facto tínhamos um tecto, tecto resultante da Lei do Orçamento de Estado para 2006, que impunha que a despesa não fosse superior à de 2005, a não ser com fundamentação e justificação legal. Onde é que se equilibrou? Na relação entre as admissões e as reformas que ocorreram. 2006 foi um ano com um peso especial e particular nessa área.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Não havendo mais inscrições vamos por o documento de prestação de contas, o Relatório de Gestão do ano de 2006 em geral, e especificamente a Proposta de Aplicação de Resultados que consta do ponto 6, que nos termos da Lei é aprovada pelo órgão deliberativo, vamos por à votação.

.....**Após análise e discussão da proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e cinco votos a favor, zero votos contra e doze abstenções, estando momentaneamente setenta e sete membros presentes.**

.....Declarações de voto?

.....Não havendo inscrições para declarações de voto passamos imediatamente ao ponto ...

.....**4.2.2 – PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO 2007**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I – CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

.....Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Março do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

.....**“QUARTA MODIFICAÇÃO - PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2007**.....

.....As revisões ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

.....Considerando que a Autarquia só pode utilizar o saldo da gerência anterior após a apreciação e votação das contas a que o mesmo respeita pelo órgão deliberativo competente, concretiza-se essa utilização mediante revisão orçamental. Nestes termos, foi presente a 1.^a Revisão ao Orçamento de Receita e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2007, que apresenta reforços no valor de 365.700,00 euros no Plano Plurianual de Investimentos, tendo sido utilizada a contrapartida de igual valor proveniente da incorporação do Saldo da Gerência do ano de 2006.

.....A inscrição da receita apresentada é utilizada nos seguintes reforços do Plano Plurianual de Investimentos de 2007: Arranjos nos arruamentos da cidade, 75.000,00 euros; Requalificação de acessos urbanos nas aldeias, 75.000,00 euros; Aquisição de abrigos de passageiros, 50.000,00 euros; Ampliação das redes de iluminação pública na área urbana, 50.000,00 euros; Pavimentação a cubos de granito em várias aldeias (nomeadamente em Sortes, Sarzeda e Zoio), 75.000,00 euros; Aquisição de equipamento e maquinaria diversa, 1.200,00 euros; Grandes reparações em equipamentos 2.500,00 euros; Execução de redes de saneamento básico nas aldeias de Carocedo, Valverde, Castrelos, Alimonde, Conlelas e Carrazedo, 7.000,00 euros e Conceção e criação de área de localização empresarial, 30.000,00 euros.

.....Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprová-la, da qual fica cópia arquivada em Pasta Anexa ao Livro de Actas, para produzir todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 64.º e da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.....

II – 1.^a. REVISÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2007

.....**Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

.....**Presidente da Câmara** – Obrigado Senhor Presidente.

.....A certidão emitida pela Câmara relativa à deliberação sobre esta matéria é elucidativa, trata-se da integração do saldo da Conta de Gerência do ano anterior, e será integrado um valor de trezentos e sessenta e cinco mil e setecentos euros, e será integrado da seguinte forma:

.....Arranjos de arruamentos na cidade – 75 000 €, basicamente para fazer o quê, para além do que estava previsto, fazer a repavimentação das ruas do Bairro da Estacada; do Bairro Rubacar (anexo à Estacada), proximamente iremos meter tapete nessa área; pavimentar o acesso à Câmara naquela zona que está um bocado mais deteriorada; arruamentos envolventes na Rua Bartolomeu de Gusmão, também uma zona bastante danificada; no bairro da Boavista, uma pequena intervenção numa área de responsabilidade da Câmara.

.....Relativamente aos outros bairros estamos a preparar os concursos para promover a repavimentação, de acordo com o que está previsto no Plano de Actividades e Orçamento, e isso já foi abordado no início do ano.....

.....Também reforçar a rubrica de aquisição de abrigos de passageiros, abrigos e placas de sinalização, corrigir a sinalética dos abrigos de acordo com a Lei, uma vez que como é do vosso conhecimento há algum desajustamento e não só em Bragança, que permite à polícia actuar sobre os estacionamento errados.

.....Ampliação da rede de iluminação urbana, pretendemos fazer o quê com este valor? Para além daquilo que estava previsto tínhamos já uma dotação para iluminação na área rural e na área urbana.

..... O que é que pretendemos com este reforço de verba? Pretendemos melhorar a iluminação do POLIS na primeira fase, na zona da moagem, quer na margem esquerda, quer na margem direita. Pretendemos iluminar melhor a Zona da Câmara e o Edifício da Câmara. ...

.....Aquisição de equipamento e maquinaria diversa, grandes reparações de equipamentos, um pequeno reforço nessa área, e também alguma verba para obras de saneamento, que estão a decorrer na área rural, sendo que as obras de saneamento na área rural são hoje talvez um dos investimentos mais significativos em curso por parte do Município, e trinta mil euros para reforço da rubrica de localização da área empresarial.

.....Trata-se de facto de um documento simples que não merece mais explicação, em princípio.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta proposta de 1.^a Revisão do Plano.

.....Não há inscrições.....

.....Inscrições para intervenções?

.....Também não.

.....Vamos propor nos termos da Certidão emitida pela Câmara em 10 de Abril de 2007, é submetido à apreciação da Assembleia o documento correspondente à proposta de 1.ª Revisão do Orçamento Municipal e Plano Plurianual e Plano de Investimentos.

.....**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e dois votos a favor, zero votos contra e quinze abstenções, estando momentaneamente setenta e sete membros presentes.**.....

.....O próximo ponto é o

.....4.2.3 – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL DO DEPÓSITO DAS TERRAS SOBRANTES DA ESCAVAÇÃO DO TRAÇADO DO IP4- E82 – PONTE INTERNACIONAL DE QUINTANILHA E ACESSOS, NOS TERRENOS DA CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA RIBEIRA.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Março do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

.....**“PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL DO DEPÓSITO DAS TERRAS SOBRANTES DA ESCAVAÇÃO DO TRAÇADO DO IP4 – E82 – PONTE INTERNACIONAL DE QUINTANILHA E ACESSOS, NOS TERRENOS DA CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA RIBEIRA:**.....

.....Pelo Departamento de Obras e Urbanismo, foi presente a seguinte informação, produzida pelo Gabinete Jurídico desta Câmara Municipal:

.....“A Empresa, Construtora do Tâmega, S.A. (enquanto líder do agrupamento de empresas Construtora do Tâmega, S.A./Zagope, S.A.) solicita uma Declaração de Interesse Municipal a emitir pela Assembleia Municipal de Bragança, respeitante à localização do depósito de terras

sobrantes em área da Reserva Ecológica Nacional - REN, por forma que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDRN possa dar continuidade ao processo de instrução do Regime de Interesse Público (RIP).

.....CUMPRE INFORMAR:

.....O processo encontra-se devidamente instruído, nos termos que se segue:

.....1.º Proposta de intervenção devidamente caracterizada, acompanhada de mais elementos esclarecedores solicitados, ao nível de integração paisagística, definindo cotas finais e espécies vegetais a plantar não se vendo assim qualquer inconveniente na sua implementação;

.....2.º Ofício n.º 16683, de 25 de Outubro de 2006, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDRN, a solicitar a emissão da Declaração de Interesse Municipal pela Assembleia Municipal de Bragança, respeitante à localização do depósito de terras sobrantes em área da Reserva Ecológica Nacional – REN;

.....3.º Declaração da Junta de Freguesia de Quintanilha no sentido de não existir qualquer tipo de inconveniente à pretensão, bem como autorização da Confraria de Nossa Senhora da Ribeira para depositar as terras sobrantes da escavação do traçado nos terrenos de sua propriedade.

.....NESTES TERMOS:

.....Considerando que o reconhecimento de Interesse Municipal é exigido de acordo com as orientações do Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, dado não se prever reconhecer o Interesse Público de uma acção sem que se manifeste o Interesse Municipal;

.....Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 4.º do D. L. n.º 93/90, de 19 de Março, alterado pelo D. L. n.º 180/2006, de 06 de Setembro – que define o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – REN, a realização de acções de interesse público carece do reconhecimento por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área do ambiente e ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria;

.....Considerando, por fim, que nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal, reconhecer o Interesse Municipal, propõe-se que o presente processo seja remetido àquele órgão deliberativo.....

.....Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, concordar com o presente processo, e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de reconhecer o Interesse Municipal, de acordo com a informação do Departamento de Obras e Urbanismo.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Câmara quer apresentar?

.....Respondia a perguntas?

.....Então vamos abrir um período de inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta matéria?.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Filipe, tem a palavra desde já.

.....**Luís Fernandes** – Ora boa tarde, uma vez mais.

.....Em relação a esta questão eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente, porque efectivamente aqui da certidão não conseguimos aferir, em relação ao depósito destas terras, elas têm que ser depositadas nalgum lado, e para poderem ser depositadas em REN têm de ter estas aprovações.

.....Uma preocupação que é manifestada pela Associação dos Amigos do Maçãs, se durante a fase final de trabalhos está contemplada, penso que havia um protocolo de arranjos de caminhos, de reposição de algumas situações, de pressas que foram destruídas, e outras situações que na altura foram devidamente levantada por eles, se o Senhor Presidente da Câmara está a acompanhar isso e se a Empresa vai, no fim da deposição destas terras, recompor principalmente os acessos que foram efectuados para os locais onde estão a depositar, se depois disso vai ser tudo contemplado e devidamente acautelado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, faça o favor.....

.....**Presidente da Câmara** – Os aspectos relacionados com a integração paisagística dos aterros que estão a ser construídos, estão naturalmente salvaguardados. A Câmara antes de aprovar em reunião de Câmara, reunimos com o Instituto de Estradas de Portugal, com os seus técnicos, com a empresa, e solicitamos que fosse apresentado um projecto com o estudo de integração paisagística necessário – revestimento de taludes novos, que são criados, arborização da área, as plataformas que vão ser criadas vão servir para estacionamento de apoio ao Santuário, assim foi combinado com a Comissão Fabriqueira, algumas melhorias que são feitas na zona do Santuário, de iluminação pública, pavimentação dos acessos à Igreja e portanto no que diz respeito a essa matéria tudo está salvaguardado, e acompanhado por parte da fiscalização da Junta Autónoma de Estradas, que validou o projecto que foi apresentado pela segunda vez à Câmara, por solicitação nossa, de exigência de clarificação em termos de integração ambiental, e também pela Comissão que acompanha os efeitos a nível de impacto ambiental que a obra provoca.

.....Há uma Comissão que acompanha, tudo isso está salvaguardado em termos de fiscalização por essas equipas, que deverão no final dar conta ou chamar a Câmara para validar também essa parte, tem a ver mais connosco.....

.....Os caminhos, açudes, evidentemente que nos preocupam, preocupa o Senhor Presidente da Junta de Quintanilha, a Junta de Freguesia de Quintanilha, que tenho que salvaguardar, esteve presente e acompanhou todo este processo também, as preocupações da Câmara foram partilhadas com a Junta de Freguesia, que acompanhou o processo.

.....Trabalhos – danificações que ocorram directamente relacionadas com a obra, a Junta de Freguesia e a Associação dos Amigos do Maçãs, podem apresentá-las à Câmara, a Câmara por sua vez apresenta-as ao Instituto de Estradas de Portugal, não à empresa directamente, por sua vez o Instituto de Estradas tomará as medidas necessárias.....

.....Por outro lado há um inquérito administrativo à obra, portanto nenhuma situação que não esteja bem resolvida deve poder ser aceite antes da recepção provisória de obra. Portanto eu acho que nesse âmbito o conhecimento que a Associação de Amigos do Maçãs e da Junta de Freguesia de acompanharem esse processo, para que nada ocorra negativamente.....

.....A Declaração de Reconhecimento de Interesse Público é necessária para envio à CCRN para efeitos de desafecção da reserva ecológica daquelas áreas. Eu creio até que já não integram as áreas, não tenho a certeza, mas creio que já não integram actualmente na nova carta da REN, só que a nova carta da REN ganha eficácia, apesar de estar aprovada só com a aprovação do PDM. Portanto esta decisão da parte da Assembleia é inevitável para que a CCRN autorize o processo, informe e o envie para despacho superior.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Depois desta explicação que foi dada, e atendendo a que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre o interesse Municipal deste processo, o que é indispensável para que seja reconhecido o interesse público, vamos por à votação.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Eu já tinha aberto para discussão.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Foi pedido de perguntas?

.....Então vamos abrir o período de discussão.

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia pode usar já da palavra.

.....Pergunto se há mais inscrições?

.....**Lídio Correia** – Sobre esta questão eu tenho dois problemas. Primeiro, tanto quanto sei, ou quanto julgo saber, trata-se, aquele aterro que está lá estará a ser instalado numa área do PNM, certo? Penso que sim. Para aquilo ser desafectado, efectivamente do Parque, efectivamente necessita que seja declarado o interesse Municipal do terreno, o que, do meu ponto de vista deveria ter sido feito há não sei há quanto tempo. Porque ouvir neste momento votar algo que já está feito, não me parece minimamente coerente, ou seja, o aterro está feito, a plataforma está feita, está tudo terraplanado, falta... não há muito tempo, da parte da manhã alguém me dizia, que faltará pavimentar não sei o quê, não sei que mais...até porque aquilo vai ter que estar pronto para a Senhora da Ribeira.

.....Ora bem, já não é a primeira vez, e isto, uma parte da questão que eu queria colocar, já não é a primeira vez, por parte da Câmara Municipal, nos acontece, nos termos que pronunciar sobre factos consumados. Isto obriga pela nossa parte, no caso da CDU, não discordando minimamente da situação que ali está, até porque não nos parece que ofereça qualquer problema em termos ambientais, ou que coloque ali qualquer questão, e até resolve um problema de terras, não quero saber quanto é que a empresa ganha por deixar ali o aterro, obviamente fica-lhe muitíssimo mais barato também à empresa, ficar ali, não é? Do que se tivesse de o transportar não sei para onde, mas a verdade, quer dizer, não fazendo caso disso, a verdade é que nós não podemos estar de acordo... votar o quê? Isso já está feito! Agora vou votar a favor de uma coisa que já está feita? Isso nem sequer tem lógica, e por isso nós vamos votar contra. Vamos votar contra porque não tem lógica estarmo-nos a pronunciar sobre uma coisa que já está feita, está executada! Porque é que nos vêm perguntar aqui e agora a dizer - olhe, isso é de interesse Municipal. Esta é uma parte da questão.....

.....É um formalismo? Está bem, mas os formalismos, num estado de direito os formalismos são aqueles que constam da Lei! Certo? Portanto, não podemos ser formais para umas coisas e informais para as outras coisas todas e nós estamos aqui, somos o órgão político destas coisas. Portanto, esta é uma parte da questão.....

.....A outra parte da questão, e estando de acordo que se suscite o interesse municipal ou o interesse público, por exemplo, neste caso, há que nos questionarmos porque é que não têm sido suscitado o interesse público para a desafecção, por exemplo, da questão de Veiguiñas, porque também foi suscitado por exemplo o interesse público para a Quinta de Arufe, porque é que não se suscita o interesse público da construção de Veiguiñas para se construir, porque é que não se suscita, não se exige que haja efectivamente a questão do interesse público para construir um IP2 e para abrir uma estrada na direcção da Puebla da Sanábria? Eu não estou a dizer se estou de acordo ou em desacordo com isto, pergunto é, para umas coisas é possível fazer, e para outras não é possível fazer-se. Estas é que são as questões.

..... Nós só votaremos contra, apenas porque não aceitamos votar sobre factos consumados e pensamos que a Câmara de futuro tem que ter muito cuidado com estas questões porque já não é a primeira vez que isto acontece.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Não havendo mais inscrições....
.....Faz favor.

.....**Presidente da Câmara** – Obrigado Senhor Presidente.
.....Compreendendo as razões do Senhor deputado Lídio Correia, mas temos que clarificar a matéria para saber que responsabilidade tem a Câmara. Neste processo a responsabilidade é uma responsabilidade positiva de defesa do interesse público, vou explicar.
..... A declaração de reconhecimento de interesse público só ocorre depois dos projectos terem sido aprovados, da declaração de impacto ambiental ter sido obtida e torna-se necessária para a execução, para a desafecção da área. Não se faz uma declaração de interesse público antes de ter um objectivo específico assegurado, primeiro aspecto.
.....Segundo - Foram estudadas com o PNM, a empresa e as Estradas de Portugal, várias hipóteses de deposição de terras, portanto, consideraram que aquela era a solução que melhor acolhia a integração do excedente de terras, minimizando o impacto ambiental. O atraso, digamos, na apresentação do processo à Câmara é da parte do IEP, não é a Câmara que toma a iniciativa, portanto nós não temos responsabilidade. Temos nesta última parte alguma responsabilidade porque podíamos ter trazido o assunto à Assembleia de Fevereiro, nunca antes.
..... Não veio em Fevereiro porque nós dissemos - queremos decidir e levar o assunto à Assembleia Municipal, tendo a consciência de que o interesse público está suficientemente salvaguardado no que diz respeito ao tratamento paisagístico da envolvente. O primeiro projecto que chegou à Câmara era pura e simplesmente omisso. E nós dissemos aos responsáveis do IEP, não aceitamos tratar deste assunto em reunião de Câmara, e na fase sequente levá-la à Assembleia Municipal. É preciso que seja tratado devidamente em termos de integração paisagística, clarificação dos acordos com a Comissão Fabriqueira ou com a Confraria, que ao assunto seja devidamente acompanhado e que se responsabilizem pela concretização daquilo que vier a ser aprovado. Essa é a razão porque vem em Abril e não veio em Fevereiro.
.....Por outro lado não íamos levantar problemas numa fase inicial sabendo que estavam a tratar do assunto, o assunto tinha que ser tratado, que não era uma situação que estivesse a passar à margem dos responsáveis técnicos.

.....Íamos embargar a obra? Não justificava. Fizemos aquilo que nos competia no prazo certo, o atraso veio de outra parte, do IEP, e portanto não é um desleixo da Câmara, uma má atitude da Câmara.

.....O segundo, relativamente a Veiguihas, o que está em causa em Veiguihas, não há impedimento por razões relacionadas com o interesse público. O interesse público é mais do que evidente. O problema é que é necessário que a decisão seja tomada, que a declaração de impacto ambiental seja obtida, para em fase subsequente, estando o espaço na REN ser obtida a necessária declaração de interesse público. É assim em todo o lado, para que essa evolução aconteça. Evidentemente que não seria a primeira vez que já tínhamos pensado nisso, porque é que não vamos levar à Assembleia Municipal o reconhecimento e declaração de interesse público para Veiguihas? Já cá estava há tanto tempo se assim fosse.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vamos então por esta deliberação que é pedida à Assembleia Municipal, que o Executivo da Câmara decidiu por unanimidade pedir à Assembleia Municipal sobre a Declaração de Interesse Municipal nesta matéria que tem estado a ser tratada.....

.....**Após análise e discussão da proposta foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com setenta e quatro votos a favor, dois votos contra e uma abstenção, estando momentaneamente setenta e sete membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – O Senhor membro da Assembleia Lídio Correia fez-me imediatamente sinal que queria fazer uma declaração de voto, e eu chamo-o desde já à tribuna para fazer a declaração de voto.....

.....Há mais inscrições para declarações de voto?

.....Não há.....

.....**Lídio Correia** – Tendo embora há bocadinho dito as razões porque é que íamos votar contra, quero reiterar uma coisa. Não temos nada contra que esteja ali o aterro, estamos é contra a forma, e isto trata-se tão só de uma questão de princípio. E já agora quero recordar à Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara nomeadamente, que por exemplo, que também já foi declarada há anos de interesse Municipal a Casa do Abade, e a Casa do Abade mantém-se exactamente nas mesmas circunstâncias em que estava até hoje. Também foi considerada de interesse Municipal por esta Assembleia. Eu sei que é uma questão de privados, eu sei que também tem que ver com privados, só que o interesse geral sobrepõe-se sempre, penso que é assim, ao interesse privado, e se não é deveria ser assim.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Vamos então agora passar ao

.....4.3 – ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BRAGANÇA (ALÍNEA I DO ART.º 17 DA LEI 147/99 DE 1 DE SETEMBRO, AS COMISSÕES ALARGADAS DAS CPCJ SÃO COMPOSTAS POR “QUATRO PESSOAS DESIGNADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (...) DE ENTRE CIDADÃOS ELEITORES PREFERENCIALMENTE COM ESPECIAIS CONHECIMENTOS OU CAPACIDADES PARA INTERVIR NA ÁREA DAS CRIANÇAS E JOVENS”.....

.....**Presidente da Mesa** - Esclarecendo um bocadinho, ou dando uma informação sobre como este processo apareceu, a Comissão de protecção de Crianças e Jovens oficiou à Assembleia Municipal, para que, nos termos da Lei, que institui estas Comissões, a Assembleia Municipal fizesse a designação de quatro pessoas por ela escolhidas, para a representar nessa Comissão.

.....Este assunto foi tratado na Comissão Permanente que preparou esta Assembleia e que decidiu o seu agendamento, e foi simultaneamente estabelecido que a Mesa esperaria que pelos Grupos Municipais fossem apresentadas proposta ou propostas para a constituição desta Comissão. É neste ponto que estamos, eu pergunto aos grupos Municipais presentes se têm propostas.....

.....**Presidente da Mesa** - O representante dos Presidentes de Junta têm uma proposta.

.....Senhor Representante dos Presidente de Junta, faça o favor.....

.....Ora bem, proposta de Lista... ó! Adriano venha para aqui para o pé de mim para me ajudar a ler, que eu já não vejo bem... dantes via tudo, mas agora... ..

PROPOSTA DE LISTA

.....Para a eleição dos 4 Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Bragança, o Representante dos Presidentes de Junta propõe os seguintes nomes para esta Comissão:.....

1º. - Paulo Jorge Almendra Xavier (Presidente da Junta de Freguesia da Sé).....

2º. - Maria Sampaio da Veiga (PSD).....

3º. - **Paulo Hermenegildo de Castro João (Presidente da Junta de Freguesia de Rabal);**

4º. - **Orlando Augusto Matos Pontes (PS);.....**

5º. - **Membro Suplente – João Victor Alves (Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde).....**

.....O Representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia

.....a) Adriano Augusto Correia Rodrigues

.....**Presidente da Mesa** – Afinal consegui ler Adriano... muito obrigado.....

.....Bom, portanto vamos proceder à eleição.....

.....

.....**Presidente da Mesa** – Não, eu estou à espera... se me entregarem mais listas vamos apresentá-las.

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia tem uma lista para se entregar?

.....Quer-se pronunciar sobre esta matéria?

.....Faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Considero a eleição desta Comissão algo de extremamente importante e algo que responsabiliza sobremaneira a Assembleia Municipal. Não estamos a eleger uma Comissão qualquer, não estamos aqui a fazer quaisquer floridos político-partidários, é algo de muito sério aquilo que se passa, ou melhor, sobre aquilo que se deve pronunciar esta Comissão, e por isso não deve ser assim vista de uma forma tão ligeira como eu penso que está a ser vista.

.....E eu tive oportunidade, em nome da CDU, na Comissão Permanente de me insurgir contra a forma, e venho aqui mais uma vez insurgir-me contra a forma como está a ser eleita, contra a partidarização desta Comissão, isto não tem rigorosamente nada que ver com os nomes, por exemplo, que já estão em cima da mesa, tem que ver com o princípio. Estas questões não são questões do partido A,B,C ou D, não são as questões da CDU ou do PSD, não são as questões que devem merecer o protagonismo, são questões tão sérias que não devem querer o protagonismo do Partido A ou B, ou o Partido A ou B ter ali os seus representantes, a nós CDU, provavelmente muitos dos nomes, sejam do PS, sejam do PSD, sejam do que quer que sejam pura e simplesmente não colocaríamos nunca qualquer obstáculo a muitos dos nomes, agora nós pensamos é que este princípio não é o princípio correcto.....

.....Não é pelo facto de os Presidentes de Junta estarem directamente relacionados, ou conhecerem ou deixarem de conhecer os casos em concreto, que podem ter as pessoas que venham a ser indicadas, podem ter mais ou menos apetência para uma questão destas. Isto é

algo muito importante que vai ser colocado. Pela nossa parte é óbvio que não vamos apresentar qualquer lista, nem sequer temos grupo para uma coisa dessas, chamamos apenas e só a atenção do plenário para a responsabilidade que tem quando está a eleger pessoas e que não é para uma Comissão qualquer.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.
.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira faça o favor.

.....**Vítor Pereira** – Eu começo pelo fim, e começo pelo fim e começo pelas palavras do Lídio. Realmente é uma responsabilidade, e eu por inerência também pertença às Comissões alargadas, porque é preciso que se diga alargadas dos doze Concelhos deste Distrito, e como tal é uma responsabilidade. Mas, eu também quero lembrar aqui, e não estou na Comissão Permanente, o nosso líder parlamentar levou-nos esta questão em reunião, e disse-nos que era necessário indicar um nome porque chegou-se a um consenso de que possivelmente poderia ser assim.

.....É evidente que, nós podemos interpretar isto de várias maneiras, isto, o que está aqui, esta digna Assembleia, esta digna Mesa, este Presidente de Câmara, foi emanado pelo povo, é evidente, os partidos políticos deram-lhe no fundo o suporte da retaguarda, é claro, agora eu também concordo que devem ser pessoas com perfil, com apetência, para o lugar. Aquilo não é de maneira nenhuma um fórum político. Nem pensar, nem de longe, nem de perto! Se há pessoas que não sabem ou não têm ideia do que é essa Comissão de Menores em Risco, aquilo é um lugar sério, em que se tratam problemas muito sérios, o Lídio tem razão, e se calhar, não sei, eu não vou discutir pessoas aqui, nem quero discutir, a nós pediram-nos um nome, e demos o nome que achamos que tem perfil, até porque a formação superior que tem está adequada para isso, e por isso mesmo o indicamos.

.....Agora, não concordo, de maneira nenhuma, nem posso concordar com o Lídio de dizer aqui que se partidarizou isto. Pela nossa parte não houve partidarização nenhuma, e por isso mesmo é que eu acho que o Lídio não pode dizer isso, pela nossa parte, agora cada um fala por si, é evidente.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faz favor.

.....**Luís Vale** – Mais uma vez boa tarde.

.....Obrigado Senhor Presidente.Q

.....Pela seriedade desta eleição e deste assunto, só vos queria dizer o seguinte, tal como disse o Lídio e em parte o Vítor Prerira, eu também não me parece muito correcto estarmos a votar em inerências, não me parece que pelo facto de serem Presidentes de Junta, estarem

em mais directo contacto com as populações, que têm maior capacidade ou habilitação, ou formação para fazerem parte desta Lista. Não estou com isto sequer a discutir qualquer um dos quatro ou cinco nomes que estão nesta lista, eu gostava era de saber se de facto esses cinco nomes têm perfil, têm capacidade e têm qualificação para fazerem parte dessa Comissão. E portanto, e daí também, não ser verdade aquilo que disse o Vítor, se calhar porque também realmente não estava presente, não houve concordância na Comissão Permanente relativamente a isso. Aliás, eu gostava até de referir que, um dos factores que me leva também a discordar mais com este tipo de eleição foi a atitude por parte, nomeadamente de quem propôs esta Lista, de sobrançeria e de imposição de um esquema que foi dado como assumido e portanto partiu-se para esta lista e para este momento.
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Rui Correia, tem a palavra.

.....**Rui Correia** – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, caros companheiros. De facto não houve unanimidade em relação à forma como iríamos eleger estes quatro elementos, de facto não houve, mas não quer dizer, Lídio Correia que não haja seriedade nos nomes que foram propostos. Há seriedade, os nomes, acho que as pessoas que vão lá que nos vão representar e bem, e são de facto os nossos representantes políticos, os representantes políticos desta Assembleia, são eles que vão ter que nos prestar contas a nós. E foi por isso que quando se propunha, ou quando se pensava que se poderia propor pessoas de fora desta Assembleia, que era possível, de facto foi rejeitada. Como não se chegou a consenso, os dois maiores grupos políticos com os Presidentes de Junta chegamos a um acordo, porque de facto as outras duas forças políticas não estavam em acordo, o que se compreende porque estão em minoria. Mas esta foi a forma que encontramos, e partidizou-se um bocado a situação, se calhar partidizou, mas de facto as pessoas que estão nomeadas são boas, acho eu, e que devemos todos votar nesta lista porque foi uma lista de consenso.
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Não vamos eternizar esta discussão, eu acho que está completamente esclarecida a Assembleia sobre... ..

.....

.....**Presidente da Mesa** – A que título é que o Lídio Correia quer usar da palavra?

.....**Presidente da Mesa** – Então faça o favor.
.....Não vamos eternizar isto. Isto está claro. Está claro.....

.....**Lídio Correia** – Eu, e pode ser mesmo a este nível, quando pedi a defesa da honra é óbvio que é a única forma que eu tenho para ter a palavra, mas tem que ver com isso. Ou seja, eu quero que fique muito claro, contrariamente àquilo que o Rui Correia estava a dizer, eu não ponho, nem pus, nem ponho minimamente em causa a seriedade, não ponho, nem pus, repito, a seriedade, a idoneidade de quem quer que seja! A única coisa que eu pus em causa foi o princípio, agora as pessoas, para mim, todas elas são absolutamente sérias, quer dizer, nem sequer estou aqui a discutir a sua qualificação ou a sua qualidade, não é nada disso, estou a discutir é o princípio. Agora se são as melhores, se são as piores, isso é outra questão, não vou eu dizer aqui agora se é assim, eu não ponho em causa minimamente a seriedade!

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Só a título de esclarecimento, porque muitos dos presentes podemos não estar muito familiarizados com a Constituição desta Comissão Alargada para a qual vamos fazer uma eleição dos representantes da Assembleia, eu vou ler, e pedia um bocadinho de silêncio por favor, eu vou ler o que é que a Lei diz sobre a Constituição desta Comissão Alargada. E diz o seguinte:

.....*“A comissão alargada é composta por:*

.....*a) Um representante do município, a indicar pela câmara municipal, ou das freguesias, a indicar por estas, no caso previsto no n.º 2 do artigo 15.º de entre pessoas com especial interesse ou aptidão na área das crianças e jovens em perigo;*

.....*b) Um representante da segurança social, de preferência designado de entre técnicos com formação em serviço social, psicologia ou direito;*

.....*c) Um representante dos serviços do Ministério da Educação, de preferência professor com especial interesse e conhecimentos na área das crianças e dos jovens em perigo;*

.....*d) Um médico, em representação dos serviços de saúde;*

.....*e) Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de protecção, actividades de carácter não institucional, em meio natural de vida, destinadas a crianças e jovens;*

.....*f) Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de protecção, actividades em regime de colocação institucional de crianças e jovens;*

.....g) Um representante das associações de pais existentes na área de competência da comissão de protecção;

.....h) Um representante das associações ou outras organizações privadas que desenvolvam, na área de competência da comissão de protecção, actividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;

.....i) Um representante das associações de jovens existentes na área de competência da comissão de protecção ou um representante dos serviços de juventude;

.....j) Um ou dois representantes das forças de segurança, conforme na área de competência territorial da comissão de protecção existam apenas a Guarda Nacional Republicana ou a Polícia de Segurança Pública, ou ambas;

.....l) Quatro pessoas designadas pela assembleia municipal, ou pela assembleia de freguesia, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 15.º de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo;

.....m) Os técnicos que venham a ser cooptados pela comissão, com formação, designadamente, em serviço social, psicologia, saúde ou direito, ou cidadãos com especial interesse pelos problemas da infância e juventude”.

.....Portanto é para uma Comissão com esta dimensão, Comissão alargada, da qual o nosso colega Vítor Pereira conhece isso muito melhor do que eu, sai uma Comissão Executiva, dos quais a maioria dos membros, porque tem um mínimo de cinco membros, já é por inerência, e não é nenhuma inerência relativamente a estes que vamos nós eleger, portanto é este tipo de Comissão que vamos eleger e eu fiz questão de ler isto para todos estarmos conscientes e cientes daquilo que estamos a tratar.

.....Meus senhores e minhas senhoras, caros membros da Assembleia vamos então proceder à eleição.

.....Há uma lista na Mesa, essa lista tem a designação de lista A.....

.....O que interessa é que descarregamos aqui e depois vão descarregar o voto ali.....

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Eu vou começar a chamar e vou utilizar um ritmo um bocadinho rápido.

.....Vou começar pelos Senhores Presidentes de Junta.

-.....

.....**Presidente da Mesa** - Quem vota a favor escreve a **letra A**, quem não quer votar vota em branco.

-.....

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Então, à medida que eu chamo, passam por aqui, levam o boletim, põem cá – SIM – Não – ou Branco. Dobram em quatro e metem na urna. Para preencher pode ser preenchido além no cantinho da Mesa ou até em cima da própria urna se assim o entenderem.

.....Eu vou começar pelos Senhores Presidentes de Junta.

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
BAÇAL	João Francisco Alves
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHOSO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benedites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Helder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
GOSTEI	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
MÓS	Anselmo Aníbal Martins
NOGUEIRA	José António Prada
OUTEIRO	João Augusto Paiva
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDÃOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco José Pires Paula
SANTA MARIA - BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
S. PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier

SENDAS
SERAPICOS
SORTES
ZOIO

Marco Paulo de Jesus Frei
Armando Augusto Venâncio Miranda
Juvêncio Alves de Carvalho
Manuel Diogo Afonso

Luís Manuel Machado Rodrigues
Acúrcio Álvaro Pereira
Maria Elisa Monteiro Pires Vilela
Adérito de Jesus Falcão Lhano
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Cruz Oliveira
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Domingos Moura dos Santos
Francisco Carolino Paulo
Joaquim do Nascimento Pereira
José António Lourenço Rodrigues
José Luís Baltazar
Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Ferro Azevedo
Luís Manuel Madureira Afonso)
Manuel Ferreira Azevedo Maia
Maria do Amparo Mendes Alves
Maria Eugénia C. Barreira Afonso
Maria Madalena Morais Morgado
Martinho Eduardo Nascimento
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui António Neves Simão
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Vaz

Alzira da Conceição Bento Gomes
Amílcar dos Anjos Pires
Aquiles do Carmo Pereira
Armando Pinto Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Fernando Manuel Teixeira Rodrigues
Francisco Manuel Esteves Marcos
João Baptista Ortega
Luís Filipe Fernandes

Manuel António Pires
Manuel Gonçalo Esteves
Maria de Fátima Gonçalves Esteves
Orlando Augusto Matos Pontes
Vítor Fernando Simões Alves
Vítor Prada Pereira

Lídio Alberto Correia
Luís de Sousa Costa

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

.....**Presidente da Mesa** - Eu pedia ao Senhor Secretário da Mesa para voltar a chamar quem não respondeu à chamada, porque naturalmente temos que aplicar as disposições regimentais a quem não respondeu à Chamada.

.....**Primeiro Secretário da Mesa** - Na bancada do PSD não responderam e por isso não descarreguei: Adérito de Jesus Falcão Lhano; António Cruz de Oliveira; Luís Manuel Madureira Afonso, Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro. Não responderam à chamada e por isso não participaram.

.....Na bancada do PS, Maria de Fátima Gonçalves Esteves.

.....Na bancada da CDU estão os dois, na do Bloco de Esquerda também está.

.....Nos Senhores Presidentes de Junta, falta-nos: Aveleda - Isidro Carlos Pereira Rodrigues; Baçal – João Francisco Alves; Calvelhe – Ernesto Augusto Morgado Gomes; França – Amândio dos Santos Costa; Mós – Anselmo Aníbal Martins; Nogueira – José António Prada.

.....São estas a faltas que ficaram aqui registadas.

.....**Presidente da Mesa** – Enquanto os Senhores Secretários da Mesa procedem à contagem, com o vosso acordo, íamos prosseguir os trabalhos.

.....Íamos então passar ao

..... **4.4 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO, PROPOSTAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:**

.....**4.4.1- ESTUDO E PROMOÇÃO DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS NO CONCELHO DE BRAGANÇA;**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I –CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de Abril do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

.....“ESTUDO E PROMOÇÃO DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS NO CONCELHO DE BRAGANÇA

.....Pelo Chefe da Divisão de Transportes e Energia, foi presente, novamente, para análise, o documento mencionado em epígrafe, do qual foram previamente, distribuídos exemplares a todos os membros do Executivo Municipal.....

.....O presente documento elaborado, pela Empresa TIS.PT, – Consultores em Transportes, Inovação e Sistemas, S.A., tem como objectivo a análise e desempenho actual da rede de transportes de passageiros dos STUB.

.....A apresentação em PowerPoint do referido documento pelo Chefe da Divisão de Transportes e Energia, mereceu, também, alguns comentários por parte do Sr. Presidente.....

.....Tomado conhecimento e deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, dar conhecimento, do presente documento, à Assembleia Municipal.....

.....Intervenção dos Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Sr. Francisco Gonçalves:

.....Este estudo realizado pela empresa TIS.PT que inclusive já efectuou outros trabalhos para a CMB e, sendo uma empresa com certificação de qualidade, merece confiança, isto é, credibilidade técnica.

.....No entanto, propomo-nos efectuar alguns considerandos, em assuntos não abordados, ou que não tenham sido apreciados como fundamentais para a rede de transportes, públicos. .

.....Compreendemos que mereça alguma preocupação ao Executivo que as receitas só cheguem a cobrir 25% das despesas e, em alguns casos (2005), a receita seja apenas de 18% em relação à despesa total.

.....As soluções apresentadas são, na sua generalidade, no sentido de redução de custos, soluções estas inovadoras, mas que ainda nenhum Município adoptou como experiência, tais como:

.....Carros Partilhados

.....Boleias Combinadas

.....Transporte a pedido (aconselhado no estudo), etc.

.....É que, nos Países onde realmente estas soluções existem, o Estudo não apresenta resultados, apenas sabemos que são países desenvolvidos, com outro tipo de preocupações quer de âmbito social, económico ou ambiental.

.....Um inquérito sobre este tipo de soluções, que não foi efectuado junto da população, concerteza nos elucidaria melhor sobre as alternativas ao transporte público no concelho de Bragança.

.....Não cremos que, no curto prazo, as soluções apresentadas venham a ter o impacto desejado ou que sejam aceites e praticadas pela população quer do meio rural, quer do meio urbano.

.....O estado da rede viária, com todas as lacunas por nós conhecidas (mal dimensionadas e direccionadas e com o piso danificado) também não foi objecto de estudo.

.....Por outro lado, a população activa oriunda do meio rural, tem que optar por vir viver para a sede do concelho, o que, contribui como factor inibidor da sua radicação no meio de origem. Excepção feita às aldeias circundantes da sede do concelho, com melhores acessos, o que prova que as populações gostam de viver no campo.

.....Assim sendo, os empresários dos transportes têm pouca apetência pela exploração deste mercado, já que deixa de ser rentável.

.....Urge pois, melhorar as vias de acesso, de maneira a que a rede de transportes públicos chegue à maioria da população activa, que utiliza muito pouco este tipo de transportes.

.....Os passes actuais quase estão direccionados exclusivamente para a população idosa e jovens estudantes, pelo que se propõe, que haja uma promoção deste tipo de resposta a toda a população activa nos seus diferentes Serviços (acordo com: Funcionários da Autarquia, Bombeiros, Forças de Segurança, Serviços Públicos, Associações Culturais, Recreativas, Sindicatos,...), bem junto dos Órgãos de Comunicação Social, divulgando os benefícios do transporte público e o seu fácil acesso.

.....Deste modo, não concordamos com a diminuição de carreiras nem dos percursos, já que tais medidas só levarão a que a sua procura e utilização se tome inferior às existentes.

.....Em resumo, consideramos que este serviço de utilidade pública, deve ser promovido, e apoiado por esta Autarquia e que os custos inerentes têm de ser aceitáveis e "justificáveis".

.....**Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores do Partido Socialista:**.....

.....A preocupação da Câmara Municipal, ao mandar elaborar o Estudo e Promoção da Rede de Transportes Públicos, no Concelho de Bragança, com especial incidência no STUB, tem como objectivo a melhoria do Serviço Público, a redução de custos, a adequação da oferta de transporte público à procura, que hoje se faz de forma diferente, da que ocorria há anos atrás, e de servir mais população.

.....As soluções e sugestões apresentadas no estudo resultam da reflexão, conhecimento e elevado profissionalismo da equipe técnica, nem todas têm que ser adoptadas, poderão, até algumas delas, ser menos ajustadas, mas é certo que a base de trabalho preparada para o Executivo tomar decisões, é inquestionavelmente boa, e permitir-nos-á melhorar o serviço em benefício dos cidadãos.....

.....Alguns dos comentários, apresentados pelos Senhores Vereadores, merecendo ser respeitados, evidenciam em primeiro lugar, pouco conhecimento desta matéria e vontade de manter tudo na mesma. Ao contrário, pretendemos melhorar, o que implica alterações de horários, dimensão e tipologia da frota e diferenciação da oferta, para servir melhor, aumentando a área coberta.

.....O tarifário permite-nos cobrir uma fatia reduzida das despesas, está construído de forma socialmente justa, a sugestão dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, de disponibilizar passes em condições mais favoráveis aos funcionários públicos e agentes da Administração Pública, é errada em termos económicos e sociais, e favoreceria os cidadãos em geral com melhores rendimentos.

.....Quanto ao estado da rede viária municipal, os Senhores Vereadores deveriam ter justamente acrescentado que a rede da responsabilidade do Município tem nos últimos anos sido muito ampliada e beneficiada, enquanto que as estradas no Concelho sob responsabilidade da Administração Central estão abandonadas e em elevado estado de degradação.”

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – RELATÓRIO

.....**Presidente da Mesa** - Este ponto é para conhecimento.
.....O Senhor Presidente da Câmara quer dizer duas palavras sobre esta matéria?
.....Faz favor.
.....Então o Senhor Presidente da Câmara vai apresentar este ponto que traz a conhecimento da Assembleia.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.....
.....Antes de iniciar a apresentação de uma síntese do Estudo de Promoção da Rede de Transportes Públicos do Concelho de Bragança, que incide particularmente sobre os STUB, embora se faça a abordagem aos sistemas de transporte privados.
..... O Senhor Presidente de Junta de Parada pediu para alertar os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta para os “Jogos Tradicionais” no dia 1 de Maio, em Parada. Fazer um apelo à participação, à presença na defesa e salvaguarda da identidade e das nossas tradições, portanto na medida do possível, todos nós devemos estar presentes e incentivar os nossos concidadãos a participar nessa boa tradição.
.....A Câmara Municipal encomendou um estudo relacionado com a avaliação dos transportes no Município, transportes públicos, transportes escolares, também a presença dos privados, circuitos especiais de aluguer, no sentido de se fazer um ponto de situação de forma qualificada, de modo a perceber que tipo de evoluções a Câmara podia desenvolver, de âmbito concelhio dos vários sistemas de transportes, avaliar eventuais sobreposições, eventual desperdício de recursos e acima de tudo, preparar uma evolução para a frota STUB.
.....Tínhamos e temos como preocupação já evidenciada nesta Assembleia, servir melhor, ampliar o serviço público, fazê-lo com mais qualidade, na medida do possível com os mesmos recursos ou até menos recursos, é o que se torna um exercício absolutamente impossível, e preparar no âmbito desta estratégia a renovação de frota.
..... Precisamos de fazer algum investimento, está previsto no Plano Plurianual de Actividades e Orçamento, já aprovado pela Assembleia Municipal, e não queríamos fazer uma renovação sem critério. Precisávamos de perceber quais são as necessidades, as exigências e o ajustamento entre a frota e a procura. E foi assim no âmbito desta reflexão que decidimos abrir um concurso público para contratar uma empresa especializada nesta área.
..... Contratamos uma empresa com professores ligados ao Instituto Superior Técnico de Lisboa, provavelmente a empresa mais qualificada nesta área do País, seguramente a mais qualificada.
..... O trabalho envolveu um diagnóstico prévio a todo o sistema no Concelho, aos operadores, ao sistema, à procura, quantificação da utilização de cada um dos movimentos nos vários horários, inquérito à população relativo à satisfação com o serviço. Definiu-se uma estratégia de actuação, avaliaram-se várias soluções praticas noutros Países, em territórios de

baixa densidade, em que há problemas idênticos aos nossos de mobilidade. Foi desenvolvido um plano de acção, estudadas eventuais possibilidades de financiamento no âmbito do NORTE 2015, também naturalmente uma preocupação e apresentadas as conclusões.
.....Distribuiu-se à Assembleia Municipal um relatório de 74 folhas, que é uma parte de algumas das conclusões do relatório, e que evidencia aquilo que é fundamental.

.....Foi feita a seguinte apresentação Power Point



Tópicos em Apresentação:

- 1. Contexto Territorial**
- 2. Serviço de Transportes Urbanos de Bragança**
- 3. Estratégia de Actuação**

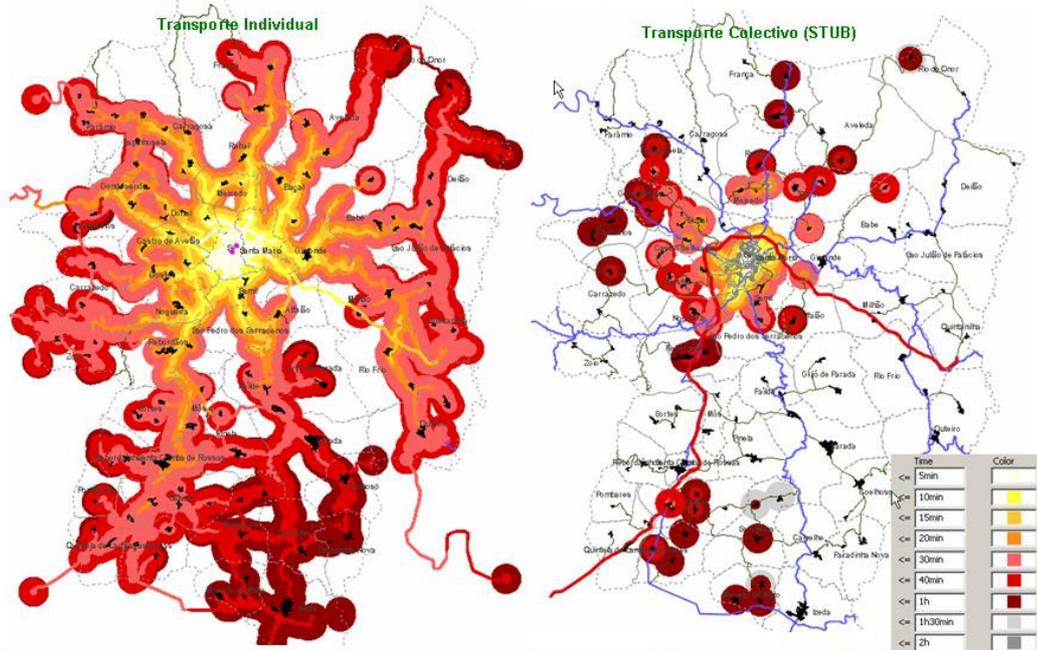
.....Foi feita a avaliação em termos do contexto territorial, a área de actuação do Município de Bragança, como já referi, a avaliação incidiu particularmente sobre os transportes urbanos, foi definida uma estratégia de actuação.

1 – Contexto Territorial

- **Concentração da população na cidade e no seu entorno, sendo esta a única zona do concelho com dinâmicas demográficas positivas (Freguesias urbanas: Densidade de 1.500 hab./Km²)**
- **O resto do concelho é marcado por aglomerados de pequena e muito pequena dimensão (59% dos lugares apresenta menos de 100 habitantes) (Algumas Freguesias têm densidades inferiores a 10 hab./Km²)**

1 – Contexto Territorial

Isócronas de tempo a partir de Bragança



Serviço de Transportes Urbanos de Bragança **STUB** Slide 5

.....A Concentração da população na cidade e na sua envolvente, com uma densidade de 1500 habitantes por Kilómetro quadrado, é um dado conhecido. Na área rural uma maior dispersão da população, mais baixas densidades, chegando mesmo nalgumas freguesias a dez habitantes por kilómetro quadrado, portanto são realidades muito diferentes, temos alguma população um bocado isolada e bastante dispersa.....

.....A cota de utilização dos autocarros nas viagens são baixas, na ordem dos 5%, especialmente motivadas pelos trabalhos nos autocarros, representa 1%. Houve uma avaliação exaustiva ao transporte individual, ao transporte colectivo, às deslocações das pessoas para dentro do Concelho e para fora do Concelho, todo esse trabalho foi desenvolvido. De 1991 a 2001 constata-se uma evolução na substituição das viagens realizadas a pé pelo transporte individual, portanto isto é uma realidade crescente, uma abordagem ao contexto territorial que poderão ver no documento de forma mais pormenorizada.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

- **Serviço Criado em 1984**



Serviço de Transportes Urbanos de Bragança

STUB

Slide 6

.....O Serviço de Transportes Urbanos foi criado em 1984, foi criado fundamentalmente para a Cidade, com uma frota muito reduzida, que acabou por ser redireccionada para a área rural, em que condições? À medida que os operadores privados iam largando algumas das linhas, a Câmara Municipal orientou esses recursos para o transporte rural, fundamentalmente com algumas paragens urbanas.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

Recursos Humanos:

- 24 Motoristas
- 1 Encarregado de Movimento
- 1 Revisor
- 1 Torneiro Mecânico
- 3 Administrativos

Serviço de Transportes Urbanos de Bragança

STUB

Slide 7

.....Actualmente a frota é constituída por 24 motoristas, um encarregado de Movimento, um revisor, um torneiro mecânico, três administrativos, em termos de recursos humanos.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

Frota:

- 18 Veículos (3 veículos Eléctricos)
- Idade média: 7,6 anos
- Capacidade: 941 Lugares
(389 Lugares Sentados)
(552 Lugares de Pé)



.....Tem 18 veículos (3 elétricos), a idade média da frota é de 7,6 anos, nos últimos anos compraram-se vários autocarros novos. A capacidade de transporte em simultâneo é de 941 lugares, sendo 389 sentados e 552 lugares de pé.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

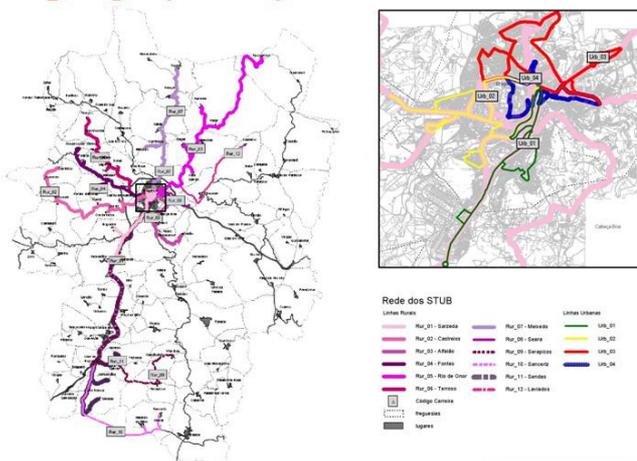
Oferta:

- 4 linhas Urbanas
(Extensão de 39,5 Kms)
- 8 linhas Rurais Diárias
(Extensão de 171,3 Kms)
- 4 linhas Rurais Semanais
(Extensão de 141,9 Kms)



.....A oferta dos Transportes: 4 linhas urbanas, com uma extensão de 39,5 kms, 8 linhas rurais diárias, com uma extensão de 171,3 kms, 4 linhas rurais semanais, com extensão de 141,9 km, portanto é uma oferta diferenciada de serviços.

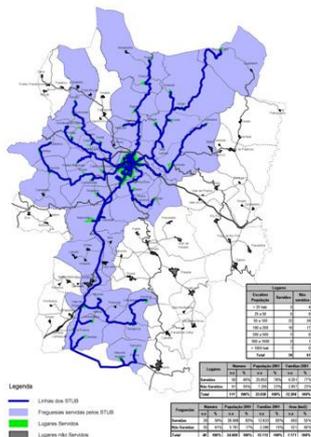
2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)



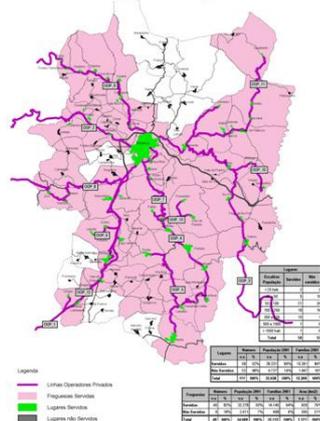
.....Estão nestes mapas identificados respectivamente as linhas urbanas, e as linhas rurais. .

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

Cobertura espacial dos STUB



Cobertura espacial das carreiras regulares dos operadores privados

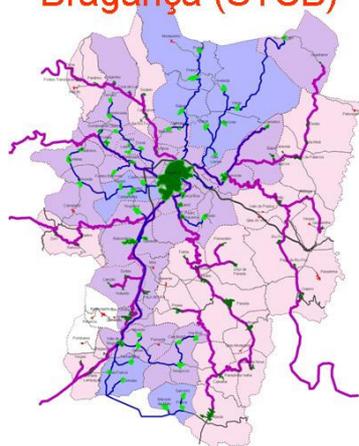


.....A cobertura feita pelos Transportes Urbanos e a cobertura feita pelos operadores privados.

.....Parece aparentemente ocorrer uma sobreposição de áreas e de linhas, não é verdade, a Câmara não actua nas linhas concessionadas a operadores privados, fazemos uma

deslocação semanal, por exemplo a Serapicos, faz-se pelo IP4, não fazemos pela Nacional 15 onde opera um operador privado.
Portanto esta sobreposição de imagens e de áreas de influência não corresponde na verdade a uma situação de sobreposição do serviço.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)



Oferta TC:

- **Praticamente todo o concelho dispõe de oferta de TC regular** (somente duas freguesias não são servidas: Rebordainhos com 188 habitantes e Pombares com 59 habitantes)
- **Não existem sobreposições** significativas de oferta entre os STUB e os operadores privados



.....Temos a oferta de Transporte. Toda a área do Concelho está coberta, excepto, entre transporte público e privado, excepto duas Freguesias.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

STUB - Procura e Desempenho da Oferta:

- **Ocupações médias das circulações reduzidas**, especialmente fora dos picos de procura que ocorrem de manhã, à hora de almoço e no final da tarde
- **Grande peso de cativos**, tipicamente estudantes e reformados que não dispõem de automóvel, e que em percentagens significativas deixariam de andar de autocarro se tivessem outros modos alternativos para a realização das suas viagens (ainda que do ponto de vista da avaliação da satisfação com os STUB estes não se revelem insatisfeitos)



.....Temos uma avaliação da procura e do desempenho da frota de transportes Urbanos.
.....Ocupações médias das circulações reduzidas, especialmente fora dos picos de procura que ocorrem de manhã, à hora de almoço e no final da tarde. Temos alguns horários na Cidade que têm praticamente nenhum utilizador, fez-se a contagem durante semanas, autocarro a autocarro, a contagem nas linhas rurais também, foram desenvolvidos inquéritos aos utilizadores, também aos não utilizadores.....

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

STUB - Procura e Desempenho da Oferta:

- Parte significativa dos clientes dos STUB viaja gratuitamente (cerca de 24% do total de inquiridos das linhas rurais e 25% das linhas urbanas), ou com bonificações dos preços dos passes
- A concentração da oferta das linhas rurais no início da manhã e após a hora de almoço, tem como consequência uma menor rentabilização da frota que acaba por estar imobilizada várias horas ou por ter que transitar em vazio para ir fazer serviços noutras linhas



.....Temos aqui um dado que é, uma parte significativa dos clientes dos STUB viaja gratuitamente, cerca de 24% total dos inquiridos nas linhas rurais e 25% nas linhas urbanas, ou com bonificação de preço dos passes.

.....A concentração da oferta das linhas rurais no início da manhã e após a hora de almoço, tem como consequência uma menor rentabilização da frota que acaba por estar imobilizada várias horas ou por ter que transitar em vazio para ir fazer serviços noutras linhas. Esta é uma realidade que não conseguimos ultrapassar, portanto, temos uma concentração de horários no período da manhã, de transporte para a cidade, temos mais um pico na hora do almoço, imediatamente a seguir, e no final da tarde. Este intervalo tem que ser coberto com dois motoristas por autocarro, o que quer dizer que em média cada motorista trabalha um número de horas reduzidas. Nesse intervalo em que os motoristas estão parados nós não podemos mandá-los para casa, o horário é assim mesmo, fazemos outros serviços como sejam o transporte de alunos em actividades, instituições, IPSS`s, é um problema que não conseguiremos ultrapassar naturalmente.

.....Há alguns ajustamentos que temos vindo a fazer, no sentido de, depois das nove ficamos com algum autocarro disponível, conseguimos ir a freguesias em que não há transporte, é o caso de Serapicos, Macedo do Mato, Frieira, que não tinham nenhum transporte, por exemplo, estou a dar um exemplo entre outros, em que conseguimos ir um bocadinho mais tarde e conseguimos garantir durante a semana no mínimo uma viagem para Bragança, de forma a que as pessoas organizem a sua vida no Centro de Saúde, no Hospital ou noutra área qualquer.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

Análise económica e financeira:

- Os principais encargos são as **despesas fixas ao nível do pessoal** (quase 60% dos custos totais), representando os custos variáveis com consumíveis cerca de 20% dos custos totais
- O **grosso das receitas provém da vendas de títulos**, verificando-se um acentuado aumento do peso das receitas associadas a bilhetes de bordo e cartão de passe, em detrimento dos pré-comprados



.....Ao nível da análise económica e financeira, que foi desenvolvida de forma absolutamente exaustiva, destacam-se como principais encargos as despesas fixas ao nível do pessoal (quase 60% dos custos totais), representando os custos variáveis com consumíveis cerca de 20% dos custos totais.....

.....O grosso das receitas provém da venda de títulos, no autocarro, verificando-se um acentuado aumento do peso das receitas associadas a bilhetes de bordo e cartão de passe, em detrimento dos pré-comprados. Por exemplo, nós temos o pré-comprado, o exercício do cartão pré comprado é um exercício caro para a Câmara, não tem expressão nenhuma, portanto, sem termos este tipo de avaliação também não conseguiríamos introduzir alteração nas políticas, nesse âmbito.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

Análise económica e financeira:

- Os custos têm vindo sempre a aumentar desde 2001, registando-se taxas de crescimento em 2005 de 40% face a 2001 e 21% em relação a 2004. Os custos que mais cresceram nos últimos anos foram as amortizações e os encargos com motoristas e com oficinas
- As receitas de bilheteira têm também vindo a crescer, ainda que a um ritmo inferior aos custos, o que se traduz num agravamento do défice de exploração



.....Numa análise económico financeira os custos têm vindo sempre a aumentar desde 2001, registando-se taxas de crescimento em 2005 de 40% face a 2001 e 21% em relação a 2004. Os custos que mais cresceram nos últimos anos foram as amortizações e os encargos com motoristas e com oficinas. Esta é uma realidade.....

.....As receitas de bilheteira têm também vindo a crescer, ainda que a um ritmo inferior aos custos, o que se traduz num agravamento do défice de exploração.....

.....É evidente que esta situação não é muito diferente de outras frotas Municipais, no entanto há localidades em que as possibilidades de rentabilizar as frotas são muito maiores do que a nossa. Por exemplo, o Barreiro tem, ainda outro dia participava como moderador numa conferência sobre transportes, o exemplo do Barreiro foi apresentado, portanto transportam imensas pessoas durante o dia, actua num território muito concentrado, com muita população, com imensa população, ainda assim não conseguem rentabilizar a frota. Há dificuldades. Lisboa e Porto têm os Serviços de Transportes altamente subvencionados.

.....Portanto, para vos dizer o que é que nós vamos fazer, no estudo estão indicados um conjunto de desafios, de sugestões, não temos necessariamente de seguir as sugestões que o estudo fez, o estudo avaliou nos vários cenários, avaliou de forma detalhada e exaustiva a realidade com uma experiência e conhecimento muito grande, do nosso ponto de vista, da Câmara, do Executivo, vamos tomar as medidas que nos pareçam mais ajustadas, no sentido de servir melhor os cidadãos, rentabilizar melhor os meios, e desencadear uma renovação de frota que se ajuste melhor à necessidade do Serviço Público Concelhio.

2 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

Análise económica e financeira:

- Parte importante dos problemas de défice orçamental prende-se com o nível de **receitas geradas** as quais cobrem somente entre 18% e 25% dos custos



Desafio para o futuro

Conciliar a vocação de serviço público com um maior equilíbrio orçamental



3 – Estratégia de Actuação

Acção 1 – Optimizar a Concepção dos Transportes Escolares

- Garantir oferta a determinadas povoações que doutra forma, não seria viável servir.
- Redução dos custos da Câmara Municipal associados aos transportes.
- Rentabilizar melhor a oferta TC existente.

Próximos Passos:

- 
- Questionar a actual rede de unidades de ensino e suas áreas de influência.
 - Identificação da matriz OD das viagens escolares, tendo em atenção a idade dos alunos e os horários de funcionamento das unidades de ensino.
 - Definição de circuitos tendo por base a minimização dos trajectos, as linhas de desejo de mobilidade da população em geral e a oferta de transportes públicos existentes.

3 – Estratégia de Actuação

Acção 2 – Explorar Parcerias de Integração de Serviços de Transporte

- Rentabilizar o uso dos transportes existentes.
- Promover a mobilidade da população.

Próximos Passos:

- 
- Levantamento das entidades que efectuam ou necessitam de serviços de transportes dedicados.
 - Avaliar a disponibilidade dos serviços que prestam ou necessitam.
 - Concertação de serviços e pormenorização de funcionamento e exploração.

3 – Estratégia de Actuação

Acção 3 – Reduzir a Oferta dos STUB Associada a Procuras Muito Baixas

- Rentabilizar a oferta.
- Minimizar as despesas dos STUB, procurando afectar o menor número de pessoas possível.

Próximos Passos:

- 
- Reestruturação da Oferta das Linhas Urbanas.
 - Reorganização da Oferta das Linhas Rurais.

3 – Estratégia de Actuação

Acção 4 – Equacionar a Implementação de Serviços de Transporte a Pedido

- Garantir Oferta de Transporte à População.

- Reduzir Custos de Exploração.



Próximos Passos:

- Abordar a DGTTF com vista a avaliar a receptividade, enquadramento legal e disponibilidade de apoios para a implementação de um estudo piloto de transporte a pedido em Bragança.

- Desenvolver um estudo piloto de aplicação prática do transporte a pedido.

3 – Estratégia de Actuação

Acção 5 – Rever o Dimensionamento da Frota

- Ajustar melhor a oferta à procura.

- Melhorar os indicadores de desempenho.



Próximos Passos:

- Implementar à medida das necessidades de renovação/ampliação da frota.

3 – Estratégia de Actuação

Acção 6 – Melhorar o Conhecimento da Procura, Intervindo no Sistema de Bilhética

- Melhorar a qualidade da informação disponível.

- Sustentar as propostas de intervenção na rede no sentido de ajustar melhor a oferta à procura.

- Explorar acções no sentido da difusão e promoção do TC.



Próximos Passos:

- Realização de parceria com outros serviços de transportes municipais no sentido de aquisição de novo sistema de bilhética.

3 – Estratégia de Actuação

Acção 7 – Desenvolver uma Estratégia de Promoção e Divulgação da Oferta TC

- Incentivar e promover a utilização de um serviço de transporte colectivo.

- Ampliar o leque de clientes do transporte colectivo.

Próximos Passos:



- Aprofundar o conhecimento do mercado.

- Desenvolver uma estratégia de comunicação e implementar iniciativas com vista à promoção de transporte público.

Site: www.stub.com.pt

3 – Estratégia de Actuação

Acção 8 – Promover uma Gestão Integrada da Mobilidade Para a Cidade

- Qualificação Urbana.

- Reequilíbrio da repartição modal e captação de passageiros para o TC.

3 – Estratégia de Actuação

Acção 9 – Explorar a Criação de Novos Tipos de Títulos de Transporte que Permitam Maior Retorno de Receitas

- Aproximar as receitas aos custos de exploração.

- Aumentar o nível de receitas.

Próximos Passos:



- Avaliar melhor a justificação para a baixa penetração dos pré-comprados.

- Corrigir eventuais problemas e desenvolver uma estratégia de promoção.



Serviço de Transportes Urbanos de Bragança

STUB

Slide 31

3 – Estratégia de Actuação

Acção 10 – Equacionar Aumentos Tarifários e/ou Diminuição dos Níveis de Subsidição

- Aproximar as receitas aos custos de exploração.

- Aumentar o nível de receitas.



Próximos Passos:

- Avaliar os preços praticados na Região.

- Equacionar, juntamente com a CM e serviços sociais, a revisão dos preços praticados e os descontos atribuídos.

Serviço de Transportes Urbanos de Bragança

STUB

Slide 28

3 – Estratégia de Actuação

Acção 11 – Equacionar a Revisão do Sistema Tarifário dos Serviços Rurais

- Aproximar as Receitas aos Custos de Exploração.
- Aumentar o nível de receitas.



Próximos Passos:

- Fazer uma avaliação dos custos associados à não indexação dos preços à distância percorrida.
- Levantamento das tarifas praticadas pelos Operadores Privados.
- Equacionar e desenvolver um sistema tarifário alternativo.

3 – Estratégia de Actuação

Acção 12 – Quantificar e Internalizar nas Contas a Prestação de Serviços Públicos

- Clarificar a componente de serviço público pelos STUB.
- Melhorar a apresentação dos resultados operacionais.

.....Está terminada a minha apresentação, Senhor Presidente.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia, perguntava se há algum membro da Assembleia que queira fazer algum pedido de esclarecimento sobre esta matéria?

.....

.....**Presidente da Mesa** - Faça o favor, tem a palavra.

.....Eu pedia para serem rápidos e concisos, porque temos de suspender a sessão às seis menos um quarto, por favor.

.....**Domingos Seca** – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara.

.....Senhor Presidente da Câmara, eu só queria fazer uma perguntinha sobre uma linha que se diz que é realmente diária, Grijó-Izeda, se isso realmente tem horário e as pessoas têm-me perguntado se essa linha sai de Grijó via Izeda e Izeda via Grijó, se essa linha é contínua e se realmente é uma carreira que faz diariamente.

.....E também queria pelo menos perguntar esta informação ao Senhor Presidente, o facto de os táxis estarem concedidos a determinadas aldeias, e que raramente estão nessas localidades onde as suas licenças lhe foram concedidas, onde estão?.....

.....**Presidente da Mesa** – Amílcar Pires.

.....Faça o favor.

.....**Amílcar Pires** – Excelentíssima Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, minhas Senhoras e meus Senhores.

.....Eu queria rebater, de alguma forma, uma frase do Senhor Presidente da Câmara, que consta da Certidão, na página três, que diz que, “...*alguns dos comentários apresentados pelos Senhores Vereadores, merecendo ser respeitados, evidenciam em primeiro lugar, o pouco conhecimento nesta matéria e vontade de manter tudo na mesma*”. Eu queria rebater as duas afirmações, o pouco conhecimento e a vontade de manter tudo na mesma.

..... Primeiro, porque eu penso que os Vereadores tiveram conhecimento do dossier, leram-no, estudaram-no, mas é verdade que falta mais informação Senhor Presidente.

..... Em 2003, por exemplo, esta mesma empresa elaborou um estudo prévio, económico e financeiro, com vista à criação de uma empresa Municipal no Concelho. O Senhor Presidente poderia eventualmente ter-nos informado das conclusões que esse relatório, que esse estudo apontava.

.....Depois, o actual estudo baseia-se só nos resultados da exploração de 2001 a 2005, eu penso que neste momento a Câmara já terá também os resultados do ano de 2006.

..... Depois ainda, é verdade que esta empresa aponta aqui uma estratégia de actuação, onde são definidas doze actuações, umas no sentido de aumentar a oferta, outras no sentido de aumentar a procura, mas ambas no sentido de reduzir os custos e aumentar as receitas.

..... Com tudo isto o Partido Socialista está de acordo em prestar um melhor serviço à população, ampliando a rede, melhorando a rede, melhorando até os horários, etc, razão pela qual também não nos pode acusar de querermos que fique tudo na mesma, antes pelo contrário, nós concordamos desde já com os objectivos, concordamos com a articulação que

se prevê entre os transportes escolares e os transportes colectivos e mesmo alguns serviços privados que circulam pelo Concelho, concordamos também com a mudança de veículos para veículos de menor dotação, uma vez que segundo o estudo a taxa de ocupação é muito baixa, à volta de cinco por cento.

..... Concordamos também na necessidade de uma campanha de divulgação, principalmente junto do Instituto Politécnico e de outros grandes serviços onde há muita gente que pode ser utente dos serviços públicos.

..... Agora, o que é verdade é que não concordamos, por exemplo, é que se reduzam algumas carreiras, porque se eles a nível da cidade por exemplo, circulam de meia em meia hora, essa regularidade é essencial para que as pessoas ganhem vontade de andar nos transportes colectivos. Se introduzirmos aqui mecanismos de alguma irregularidade, os utentes em vez de serem mais provavelmente irão ser é menos, de maneira que nós concordamos com os objectivos, com a filosofia da campanha, agora é preciso é evitar a introdução de mecanismos de irregularidade.

..... É só, obrigado.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, por favor.

..... Prescinde?

..... Luís Vale, por favor o mais rápido que possa ser, está bem?

..... **Luís Vale** – Obrigado Senhor Presidente.

..... É rápido e breve.

..... Senhor Presidente de Câmara, antes de mais gostaria de dizer que acho muito bem, e acho que é um bom exemplo recorrer a uma equipa técnica para auxiliar nos momentos de decisão, de qualquer forma e excluindo deste raciocínio de todas as questões técnicas que não digam respeito à opinião dos utilizadores e não utilizadores dos serviços de transportes, gostaria de fazer um pequeno comentário a estas duas páginas em que vem referenciada a opinião desses utilizadores e dos não utilizadores, portanto este estudo feito junto da população.

..... Primeiro, acho que, e do conhecimento que tenho, acho que qualquer estudo desta matéria neste âmbito, deveria implicar sempre a apresentação de uma ficha técnica, e de facto correndo todo o documento não encontramos qualquer ficha técnica que nos indique qual a representatividade deste estudo.

..... Depois pelo que posso perceber também deste gráfico da figura 9, é dito que este estudo de mobilidade foi feito num só dia, ou seja, o trabalho de campo, o recolher da opinião dos utilizadores foi feito num só dia, o que me parece que num estudo de mobilidade, me parece francamente reduzido em termos de amostragem.

.....E relativamente aos não utilizadores, também gostava de saber, não sei se a Câmara tem esses dados ou não, num estudo mais completo que afirmou que tinha, relativamente, qual é o universo da população que foi questionada, e conseqüentemente saber se há alguma proporcionalidade e representatividade em relação às diferentes populações das diferentes comunidades.

.....Era este o comentário que me interessava fazer.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara quer dar alguma informação adicional depois destas intervenções?

.....Faça o favor.

.....**Presidente da Câmara** – A Câmara mandou fazer um estudo com vista à eventual criação de uma Empresa Municipal de Transportes, que envolvesse a gestão do estacionamento, transportes urbanos e aeródromo.

.....A recomendação da empresa foi no sentido de que todo o este serviço se deveria manter integrado na Câmara, criando uma Divisão específica para esse efeito. Demos informação à Assembleia Municipal, eu dei por escrito essa informação à Assembleia, portanto não omitimos essa informação, foi um estudo também abrangente, desenvolvido, mas ficou assim.

.....Não vamos reduzir carreiras, a nossa perspectiva é aumentar a receita, aumentar a receita significa chamara mais pessoas ao serviço, ter mais e melhor serviço. Um ou outro horário em que os autocarros não transportam passageiros, também precisamos desse tempo para fazer manutenção e limpeza aos autocarros. Portanto, precisamos de conciliar com vista a um melhor serviço, no fundo é isso. O Universo de inquéritos são cerca de oitocentos e sessenta e um, penso que é isso, além do mais cruzamos a informação da empresa com a informação interna dos serviços para poder agora tirar conclusões nas decisões.

.....O essencial é isto.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

.....Senhores membros da Assembleia, os Senhores Secretários da Mesa transmitiram-me os **resultados da votação que foi feita, votaram 88 membros da Assembleia, lembro que são 99 os membros desta Assembleia, votaram 88, houve 62 votos SIM, 10 BRANCOS e 8 NÃO, e além destes, 8 NULOS, que tinham inscrito, sete deles, a indicação A. Portanto houve provavelmente dessas pessoas uma confusão relativamente à primeira indicação que tinha sido dada de por o A ou por o SIM, mas o resultado é este e portanto é este que fica registado, e é desta maneira que estes quatro Representantes foram eleitos.**

.....O último ponto da Ordem de Trabalhos é o ponto 4.4.2.

4.4.2 – EMPRESA DE ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A - REALIZAÇÃO DE ENTRADAS DE CAPITAL – INTERPELAÇÃO –OFÍCIO 003 –ADM-07.....

I – CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: Certifica que na acta da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no vinte e sete de Fevereiro do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Nuno Armando Gomes Cristovão, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

.....**“EMPRESA ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A. RELATIVO À REALIZAÇÃO DE ENTRADAS DE CAPITAL - INTERPELAÇÃO - OFÍCIO 003-ADM-07.....**

.....O Sr. Presidente apresentou o processo e proposta de resolução, nos termos a seguir: referidos:.....

.....1 - INTRODUÇÃO AO PROCESSO

.....Recebido o ofício de interpelação n.º 003-ADM-07 da empresa, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., nos termos do aprovado pelos accionistas em Assembleia Geral realizada a 4 de Abril de 2006, tendo como suportes as “breves anotações” à referida acta.....

.....A esta interpelação a Câmara Municipal respondeu através do ofício n.º 946 de 26.01.2007, remetendo para o conteúdo do ofício n.º 10 092 de 9.12.2003 (anexo 1) e para a elaboração do presente documento.....

.....É, ainda, relevante, destacar a declaração de voto apresentada sobre esta matéria, pelo accionista, Município de Bragança, na Assembleia Geral da ATMAD, realizada a 4 de Abril de 2006 (anexo 2).

.....Sublinha-se mais uma vez, que desde o início das negociações entre as partes, para a constituição do sistema, estiveram presentes dois níveis de preocupações, por parte da Câmara Municipal de Bragança:.....

.....1.º - Preocupação fundamental.....

.....Desde o início a integração efectiva no Sistema Multi-Municipal, por parte da Câmara Municipal de Bragança, ficou condicionada à construção da Barragem de Veiguinhas, (6.ª e última fase do Sistema Integrado no Alto Sabor), assunto relativamente ao qual deveriam ser dadas, por parte da empresa, garantias efectivas de construção e respectivo calendário.....

.....2.º - Precauções Complementares.

.....a) Sendo o Sistema do Alto Sabor um aproveitamento de fins múltiplos, e do qual falta apenas a construção da Barragem de Veiguinhas, sistema de características únicas de entre

todos os sub-sistemas municipais dos Municípios aderentes), torna-se exigível estabelecer um acordo de princípio, referente à componente energética do sistema. Desta componente, a Câmara Municipal de Bragança não abdicará da integral gestão, no que diz respeito às instalações existentes, e de uma negociação referente à produção energética adicional, que a solução comporta.

.....b) Efectivação da criação de delegação em Bragança, conforme previsto no n.º 2 do Art.º 2.º dos Estatutos da Empresa, e garantia de mudança da sede social para Bragança, no ano de 2016..

.....2 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO.

.....2.1 – Descrição geral:

.....O contrato de fornecimento de água e recolha de águas residuais estabelecido com a empresa, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. e assinado a 26 de Outubro de 2001, mereceu aprovação pela Câmara Municipal de Bragança e Assembleia Municipal, tendo especificamente nos seus objectivos a construção da Barragem de Veiguinhas, incluída no Sistema do Alto Sabor (6.ª fase de construção).

.....Com a assinatura destes contratos, e consequente integração da Câmara Municipal de Bragança na empresa, ATMAD, procurou este Município garantir o aproveitamento de uma oportunidade para resolução de problemas estruturais, fundamentalmente na área do fornecimento de água, aproveitando a oportunidade de afectação de Financiamentos Comunitários (em particular do Fundo de Coesão), para a concretização de um projecto que já tinha beneficiado de apoio técnico ao nível de contrato programa para a execução dos estudos. Neste sentido, a Câmara Municipal de Bragança em ofício n.º 10 092, de 09.12.2003, comunicou ao Conselho de Administração da ATMAD que só realizaria a totalidade do Capital Social quando inequivocamente estivessem garantidos os condicionantes descritos no ponto 1, e dos quais a Câmara Municipal de Bragança faria garantir (ou não) a sua permanência no Sistema Multimunicipal.....

.....Foi, ainda, transmitido, nesse mesmo ofício, que a execução das obras previstas pela ATMAD não estariam de forma alguma condicionadas, tendo mesmo a aprovação da Câmara Municipal de Bragança. No entanto, foi afirmado que se em dado momento se viesse a revelar inviável a concretização do contrato de concessão, então a Câmara Municipal de Bragança restituiria o investimento realizado, deduzido das verbas utilizadas a título de Apoio Comunitário, nomeadamente do Fundo de Coesão.

.....2.2 – Abastecimento de água:

.....A solução adoptada pela ATMAD para o abastecimento de água à terra fria, e em particular ao Concelho de Bragança, identificava como principais problemas no sistema de abastecimento existente o número elevado de origens/captações, considerando como imperativo que a origem da água de Serra Serrada deveria ser complementada com a construção da Barragem de Veiguinhas, como forma de fazer face às carências de água no

Concelho. Neste sentido, a solução apresentada apontava para que numa fase inicial se procedesse à execução da Barragem de Veiguiñas, à integração da ETA de Junqueira, à integração das condutas adutoras de água até à sede do Concelho, e ainda à adução, em alta, a todas as localidades cuja distância não fosse superior a 1 km relativamente às linhas de adução. Para uma segunda fase seriam deixadas todas as restantes obras de adução.

.....As obras a executar teriam um custo previsto de €13 963 143, 80 (2 799 359 contos).

.....2.3 – Águas residuais:.....

.....A solução proposta pela ATMAD para o sistema em “ alta “ de drenagem e tratamento de águas residuais para o Concelho de Bragança previa a construção de nove emissários gravíticos com uma extensão de 12 150 metros; quatro condutas elevatórias; quatro estações elevatórias a executarem respectivamente em Nogueira, Lagomar, Donai e Castro de Avelãs e à remodelação e reabilitação das ETAR's de Izeda e fundamentalmente de Bragança. As infraestruturas descritas cujo custo previsto era de €1 460 420, 39 (292 788 contos) estão genericamente executadas, faltando a activação de uma das Estações Elevatórias. O custo referente a este investimento foi, de acordo com a informação disponível, de € 3 440 000,00 (690 000 contos).....

.....3 – REALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.....

.....3.1. Respondendo aos argumentos e à resolução da Assembleia Geral da Empresa, realizada a 04 de Abril de 2006, não podemos deixar de defender a nossa participação nos termos que, ajustados à ideia do conjunto, não deixam de ter em conta o interesse do Município de Bragança. Assim e atendendo aos pontos n.º 1 e 2, a abordagem à realização do Capital Social, só poderá ser feita da seguinte forma:.....

.....a) A Câmara Municipal de Bragança não deve assumir a totalidade dos seus compromissos, sem que o mesmo aconteça por parte da ATMAD com a particularidade de a posição de Câmara Municipal de Bragança ser conhecida desde o início. O Município poderá encarar de imediato a realização de Capital Social em termos proporcionais à evolução do empreendimento previsto no contrato de execução. A Câmara Municipal de Bragança realizaria já a parte correspondente ao investimento em alta do sistema de recolha e tratamento de águas residuais, ou seja o equivalente a 19,77% da totalidade do Capital Social.....

.....O restante Capital Social só será realizado na totalidade com a entrega à ATMAD do processo de fornecimento de água, o que pressupõe que o problema de Veiguiñas esteja resolvido.

.....b) – A realização do Capital Social, tal como descrita na alínea anterior, não significa que a Câmara Municipal de Bragança venha a manter-se no sistema se a resolução do abastecimento de água não se concretizar. Em tal situação a nossa decisão remeterá para o nosso ofício n.º 10 092, de 09.12.2003.....

.....3.2 – Documento complementar aos contratos de fornecimento:

.....a) - É necessário definir calendário de negociações para elaboração de documento complementar no qual sejam clarificadas as preocupações fundamentais e complementares descritas no ponto 1 de modo a estabilizar o processo de integração.

.....b) – O documento complementar que vier a ser aprovado, carecerá de aprovação de Assembleia Municipal.....

.....Proponho, assim, ao Executivo Municipal, que delibere sobre a proposta apresentada, pontos 3.1 e 3.2 e que a ATMAD seja notificada do teor da deliberação, conforme já referido no nosso ofício n.º 946, de 26.01.2007, de modo a tentar estabilizar o processo de integração.

.....Que da presente resolução seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.

.....**Intervenção do Sr. Presidente**

.....O Sr. Presidente declarou aberta a discussão da proposta, esclarecendo que, com este documento, pretende-se não quebrar o equilíbrio na relação existente entre a Empresa, ATMAD e a Câmara Municipal de Bragança, sendo que o nosso sistema carece de uma abordagem específica, relativamente aos outros Municípios.

.....**Intervenção dos Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Sr. Francisco Gonçalves**

.....Não é demais recordar, que tanto os Vereadores do Partido Socialista, bem como os Deputados da Assembleia Municipal em momento algum, aceitaram a opção da Câmara Municipal em aderir ao Sistema Multi-Municipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A..

.....Uma vez mais o tempo dá razão, àqueles que defendiam não haver benefícios em aderir ao sistema, e que se opunham à entrega de infraestruturas, sem garantias ou contrapartidas....

.....O Senhor Presidente sabe também, como nós que uma das actuais preocupações, se não a maior da população do Concelho de Bragança é o abastecimento de água em qualidade e quantidade.....

.....Pela nossa parte confiamos no bom senso e na coragem do Senhor Presidente, temos a certeza que saberá encontrar a melhor solução, a solução acertada, tal como nos tem habituado ao longo dos anos.

.....Os Vereadores do Partido Socialista, vão estar atentos ao desenrolar do processo, sempre disponíveis em colaborar na defesa e interesses dos munícipes do Concelho.

.....Nesse sentido pretendemos saber:

.....1.º Que capital já realizou a Câmara Municipal de Bragança.

.....2.º Consequências e custos de um possível abandono do Sistema Multi-Municipal de Água e Saneamento Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.....

.....Relativamente à alínea a) do segundo ponto da referida proposta não estava previsto no Acordo Municipal que a produção energética das instalações existentes seria da Gestão da Câmara Municipal de Bragança.

.....**Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores**

.....O Capital Social realizado é de 24 939,89 €. A Câmara Municipal de Bragança realizaria o capital social correspondente ao investimento em alta do sistema de recolha e tratamento de águas residuais, mas exige-se que a empresa cumpra com o inicial acordado.
.....Não se pode entregar a produção energética e nem abdicar da integral gestão no que diz respeito às instalações existentes. Veiguiñas é também crucial para a resolução deste problema. Exigimos ainda clareza em relação à localização.
.....De imediato, procedeu-se à votação da proposta apresentada, tendo sido a mesma, aprovada, por unanimidade, dos membros presentes, nomeadamente, pontos 3.1 e 3.2, bem como notificar a Empresa, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., desta deliberação. Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, dar conhecimento desta resolução à Assembleia Municipal.”
.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.
.....Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.....
.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, quer fazer o favor.

.....**Presidente da Câmara** – De forma muito sintética, senhores Deputados, têm o documento, depois darão uma leitura mais atenta. Este documento tem a ver com uma interpelação que a empresa fez à Câmara para efeitos da realização de capital social, interpelação feita em Assembleia Geral de Accionistas, na qual a Câmara Municipal fez uma declaração de voto da sua posição, nesse documento manifestamos as nossas preocupações fundamentais deste processo que tem a ver com a construção de Veiguiñas e apresentação do respectivo calendário de construção, uma vez que o calendário que estava previsto no contrato de concessão e de fornecimento já foi ultrapassado.....

.....O Sistema do Alto Sabor, o nosso sistema é um sistema para fins múltiplos, é o único com estas características em Trás-os-Montes e Alto Douro, torna-se assim exigível do nosso ponto de vista, esclarecer em termos de acordo de princípio, alguns aspectos relacionados com a componente energética do sistema, a actual, pensamos que dessa vertente o Município não deve abdicar em termos da gestão integral. Também no que diz respeito à capacidade das instalações existentes e das instalações a criar poder vir a contribuir para mais produção energética, tratando-se de um recurso disponível no próprio Município, ele tem que ser negociado com o próprio Município para além do contrato de fornecimento existente.

.....Uma outra situação que tem a ver com uma necessária clarificação é a garantia, a efectiva criação da Delegação em Bragança, que não está criada, e é a garantia efectiva,

efectiva significa escrita, de que a Sede Social mudará para Bragança no ano de 2016, conforme está determinado. São questões fundamentais.....

.....Feita esta abordagem, que não é nova, vem assim desde início, avaliamos para não estarmos numa situação de infracção, do nosso ponto de vista, podemos estar a outros níveis, mas não os vamos discutir aqui, se é que pudesse juridicamente ser avaliado dessa forma.

..... O sistema em alta, de esgotos, está entregue à empresa, estão a operar normalmente, está a ser feita a facturação, estamos a pagar, tudo está regularizado.

.....Houve um investimento da empresa nesse âmbito de 3 440 000€ (três milhões quatrocentos e quarenta mil euros), falta investir no sistema de águas 13 963 000€ (treze milhões novecentos e sessenta e três mil euros), fizemos uma relação directa entre o investimento já concretizado e o previsto e chegamos à conclusão de que deveríamos realizar 19,77% do capital social.

.....Foi essa a proposta que fizemos à empresa, já iniciamos a regularização, já realizámos cinquenta por cento deste montante, com uma indicação clara, e nos dois próximos meses acabaremos de regularizar estes 19,7%, tudo o restante não será realizado por parte da Câmara enquanto não forem clarificadas questões que são fundamentais para a Câmara se manter ou não no sistema.....

..... Não é uma matéria nova, já disse isto muitas vezes na Assembleia, quisemos estruturar devidamente este nosso pensamento num documento que seria do conhecimento da Assembleia, porque muitas vezes falamos nestas matérias, ficam um bocadinho no ar, e não se percebe bem como é que elas encaixam umas nas outras. Foi essa a preocupação.

..... Perante a empresa marcar de forma bem evidente qual é a nossa postura, que é uma postura de presença, mas de presença que requer clarificação a determinados níveis.....

..... Quisemos perante a Assembleia dar este conhecimento desta posição estruturada e agora mais qualificada da Câmara neste âmbito e nesta Matéria.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Algum pedido de esclarecimento sobre esta matéria?

.....Lídio Correia pode avançar já para o seu pedido.....

.....Pedia a maior brevidade, está bem?

.....**Lídio Correia** – A posição da CDU relativamente à questão da água é conhecida, a posição da Câmara é conhecida, por nós CDU há muito tempo que a Câmara Municipal tinha abandonado a Águas de Trás-os-Montes, e neste momento, e já tínhamos construído Veiguihas com certeza, se não estivéssemos na ATMAD. Mas no ofício que a Águas de Trás-os-Montes enviou à Câmara, em que pedia pagamentos, há aqui algumas coisas que têm que ver com algumas das perguntas que eu fiz aqui, salvo erro, na última Assembleia, e que diz por exemplo: “... *findo este prazo, sem que o pagamento se mostre efectuado, o Município entrará*

em mora, ficando sujeito ao pagamento de juros moratórios, á taxa legal...”, ou seja, a posição da ATMAD começa a ser de força, e vai mais longe, a seguir a ATMAD, porque pede e numa situação já de força exagerada, diz: “ ...permitimo-nos chamar a atenção para o facto de subseqüentemente no caso de não ser efectuado o pagamento e portanto a mora subsistir, poder haver lugar à eventual perda a favor da sociedade, das acções em relação às quais a mora se verifique, bem como dos pagamentos efectuados quanto a essas acções...”, ou seja, a ATMAD vem aqui dizer à Câmara - ou vocês pagam ou nós accionamos aquilo que temos que accionar.

..... E estas são as perguntas que eu fiz aqui na última Assembleia, algumas delas não obtiveram resposta e eu penso que de uma vez por todas a Câmara Municipal tem que perante a Água de Trás-os-Montes, tomar uma posição clara, firme e dizer assim, ou resolvem o problema da água, ou então nós pura e simplesmente abandonamos e resolvemo-lo nós, porque nós temos o verão aí, não vai demorar muito tempo e não sabemos o que é que se nos vai passar em termos de água.

..... É só estas questões que eu coloco, e coloco-as a toda a Assembleia no sentido de termos a noção clara de que como nos colocamos nas mãos de quaisquer empresas de um momento para o outro, exclusivamente porque votamos muitas das vezes sem sequer pensarmos aquilo que estamos a votar.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vítor Pereira, por favor.....

.....**Vítor Pereira** – Muito rapidamente, Até porque isto será um assunto que com certeza irá entrar na ordem de trabalhos desta Assembleia. Começo por lembrar ao Dr. Luís Afonso, que, afinal, você lembrou isso aqui de manhã, afinal nós há uns anos atrás tínhamos razão, nós e a CDU também tinha razão, porque fomos nós que estávamos contra isto, contra o nosso Governo, como disseste e muito bem, contra o nosso Governo. Porque agora, meteram-nos num imbróglho que não sei como vamos sair, o Dr. Júlio de Carvalho está a olhar para mim, não sei, mas há aqui coisas que são complicadas, o Lídio já referiu algumas.

..... Nesta carta, em que se diz que é preciso realizar o capital social, a ATMAD vem dizer que depois se não o fizerem... agora, eu fiquei aqui com uma dúvida. Senhor Presidente, esta carta é de 3 de Janeiro de 2007, o capital social é de 1 045 927€, qual é o montante que já realizou a Câmara Municipal? Eu gostava de saber essa resposta, que me respondesse. Porque independentemente de Veiguinhas, independentemente do sistema em alta, independentemente de tudo e de mais alguma coisa, há uma coisa que se chama Código das Sociedades Comerciais, isto é uma fotocópia retirada do código, obriga a que a Câmara Municipal tenha que realizar o Capital Social. Não há maneira de fugir, não há Veiguinhas nem

meias Veiguiñas, entramos num imbróglío tal, que estamos num beco, digo eu, sem saída. Eu não sei como é que vamos descalçar esta bota... Sinceramente Senhor Presidente, esperemos que não hipotequemos o futuro com isto. Esperemos isso.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso.....

.....Prescinda.

.....Senhor Presidente da Câmara quer dar algum esclarecimento?.....

.....Quer com certeza.....

.....**Presidente da Câmara** – Eu continuo a ser um homem de confiança, de esperança, de fé e de convicções. Com a mesma convicção que propus e defendi a criação do sistema para benefício de Trás-os-Montes, no seu todo, lembro que Trás-os-Montes não tinha tido acesso ao Fundo de Coesão, através desse projecto conseguiu mobilizar para a região cerca de sessenta milhões de contos do Fundo de Coesão, nunca tinha visto nada, significa um projecto integrado, de escala e dimensão para resolver problemas em áreas fundamentais, áreas de saneamento básico. E portanto apoiei o projecto sem reserva, de forma consciente e mantenho esse apoio. Não tenho dúvida nenhuma daquilo que fiz e da convicção e bondade do processo. Está á vista essa parte do processo.

.....No que diz respeito á nossa posição, já na altura antes de assinar o protocolo em Vila Real e de usar da palavra a pedido do Ministro do Ambiente na altura, em nome de todas as Câmaras, eu tinha-lhe dito antes - vou fazê-lo para não estragar a festa - porque é inquestionável, nós tínhamos tido duas semanas antes um chumbo, se se lembram, à declaração de impacto ambiental, e disse - a nossa posição é de presença - mas uma presença condicionada e portanto eu sei que há o Código das Sociedades Comerciais, mas também sei que há formas de as pessoas serem exigentes, firmes nos seus princípios e nós somos.

.....Tomamos posições nessa altura por escrito, por escrito, em carta registada com aviso de recepção, porque não andamos a dormir na gestão do negócio público e eu penso que esta atitude que tomamos agora, além de todos os Códigos que existem, é uma posição muito clara e inequívoca de um cliente e não só de um accionista da empresa, também de um cliente importante da empresa. Para mim, continuo com a mesma convicção a defender essa situação, sendo que se Veiguiñas não for construída já perceberam qual tem sido a posição da Câmara, aí a minha posição será, como foi desde o início, abandonar o sistema. Até lá, eu confio que o sistema é bom e positivo para Bragança, como é para o resto da Região.....

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, diz-me que desejava fazer som um comentário de um minuto.

.....**Júlio de Carvalho** - Eu queria dizer que é evidente que a situação é um bocado de força, quer das Águas de Trás-os-Montes, quer da Câmara. Mas nós também entendemos qual é a eficácia ou objectivo da Câmara, o Senhor Dr. Vítor levantou o problema das Sociedades por Quotas, o Senhor Presidente tem lá os Conselheiros, também lhe devem mostrado o Código. Agora, eu acho eu o que é importante aqui, é de facto, o objectivo a atingir, a eficácia da sua acção, e também tenho a certeza, por aquilo que conheço e o mecanismo das Águas de Trás os Montes e da Câmara que o assunto vai ser ultrapassado num bom entendimento e numa boa norma.

.....Mas também quero alertar aqui de uma coisa, eu duvido, e com o devido respeito, que hoje as pessoas queiram continuar a insistir em isolar Trás-os-Montes e a isolar a Câmara de Bragança.

.....Nós temos que pensar no futuro, e o Senhor Presidente diz aqui “eu acredito no projecto”, e os senhores duvidam ou esqueceram, ou aqueles que são contra este projecto, que no QREN e toda a filosofia do QREN vai privilegiar todos os investimentos de interesse intermunicipal?

.....E eu pergunto-me aqui, será que realmente aqueles que querem isolar Trás-os-Montes e a Câmara de Bragança, não estarão mesmo interessados em que o QREN não traga nada para Trás-os-Montes?

..... Portanto, este é que é o objectivo a atingir, e nós sabemos e não tenhamos dúvida que todos os projectos intermunicipais vão ser privilegiados e duvido mesmo, que em pequenos projectos, ou projectos isolados, não vão ter o mínimo de viabilidade. Portanto, vamos acreditar na Câmara Municipal, vamos acreditar no projecto e vamos acreditar que o assunto pode ser bem concluído e que vai com benefícios para a Câmara Municipal de Bragança e para o Concelho.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, chegamos ao fim da nossa ordem de trabalhos, eu peço que não se esqueçam de assinar as folhas de presença agora na saída, a todos muito obrigado e até à próxima sessão.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues
Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira
Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano **a)**
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Moraes
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Domingos Moura dos Santos
Francisco Carolino Paulo
Joaquim do Nascimento Pereira
José António Lourenço Rodrigues
José Luís Baltazar
Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Ferro Azevedo
Luís Manuel Madureira Afonso **a)**
Manuel Ferreira Azevedo Maia
Maria do Amparo Mendes Alves
Maria Eugénia C. Barreira Afonso **a)**
Maria Madalena Moraes Morgado
Martinho Eduardo Nascimento **a)**
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis **a)**
Rui António Neves Simão
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz **a)**

PARTIDO SOCIALISTA

Alzira da Conceição Bento Gomes **a)**
Amílcar dos Anjos Pires
Aquiles do Carmo Pereira
Armando Pinto Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso **a)**
Fernando Manuel Teixeira Rodrigues **a)**
Francisco Manuel Esteves Marcos
João Batista Ortega
Luís Filipe Fernandes

Manuel António Pires
 Manuel Gonçalo Esteves
 Orlando Augusto Matos Pontes
 Victor Fernando Simões Alves
 Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
 José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues a)
BABE	Manuel António Esteves
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa a)
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHOSO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio a)
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAILDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa a)
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
OUTEIRO	João Augusto Paiva
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca a)
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDAOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia

RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas a)
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco José Pires Paula
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto) a)
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias
SORTES	Juvencio Alves de Carvalho
ZOIO	Manuel Diogo Afonso a)

a) Aplicação do disposto no nº. 9 do artigo 64º. do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

António Cruz Oliveira
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro

PARTIDO SOCIALISTA

Maria de Fátima Gonçalves Esteves

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

BAÇAL	Manuel João Pinelo Regino (Substituto)
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
MÓS	Anselmo Anibal Martins
NOGUERIA	José António Prada

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes
Rui Afonso Cepeda Caseiro
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Armando Nuno Gonçalves Cristóvão
Isabel Maria Lopes

.....Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezoito horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na terceira sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 29/06/2007 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. -----

Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda secretária, _____

NOTAS:

1 - No discurso sobre o Estado e Vida do Município os esclarecimentos adicionais prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do mesmo, encontram-se escritos a itálico.

2 – Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se também escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.

3 - Não se incluem, na presente acta, constam do respectivo original, os seguintes documentos:

- Documentos de Prestação de Contas de 2006 – Páginas 89 a 276

- Relatório – Estudo e Promoção da Rede de Transportes Públicos no Concelho de Bragança – Páginas 347 a 423

- 1ª. Revisão ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2007 – Páginas 323 a 326